



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 082 – SÁBADO, 14 DE JUNHO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>Corregedores Substitutos Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p><i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)</p> <p><i>Aguardando indicações pelas lideranças</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)</p> <p>Líder Tião Viana PT-AC</p> <p>Vice-Líderes Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB)</p> <p>Líder Efraim Morais PFL-PB</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Aloizio Mercadante PT-SP</p>	<p>Vice-Líderes João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 22</p> <p>Líder Renan Calheiros PMDB-AL</p> <p>Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PFL -18</p> <p>Líder José Agripino PFL-RN</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges</p>	<p>Rodolpho Tourinho José Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB – 10</p> <p>Líder Arthur Virgílio PSDB-AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 5</p> <p>Líder Jefferson Péres PDT-AM</p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder Mozarildo Cavalcanti PPS-RO</p> <p>Vice Líder Patrícia Saboya Gomes</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 77ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE JUNHO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 612, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2002 (nº 1.609/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Artística e Cultural de Boca do Acre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boca do Acre, Estado do Amazonas..... 15249

Nº 613, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2002 (nº 1.668/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cidades do Vale Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piquete, Estado de São Paulo. 15254

Nº 614, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2002 (nº 1.045/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores Novolindenses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas. 15256

Nº 615, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 506, de 2002 (nº 1.371/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística de Barcelos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas..... 15261

Nº 616, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 584, de 2002 (nº 982/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Beneficente Viva Voz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia... 15266

Nº 617, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 597, de 2002 (nº 1.646/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação das Mulheres Espinosenses – AMES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais..... 15271

Nº 618, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2002 (nº 1.494/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Francisco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo. 15276

Nº 619, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 603, de 2002 (nº 1.495/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Santa Terezinha para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo. 15278

Nº 620, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 607, de 2002 (nº 1.589/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SM Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo. 15281

Nº 621, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 620, de 2002 (nº 1.722/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Viana, Estado do Rio Grande do Sul. 15284

Nº 622, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 624, de 2002 (nº 1.724/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Montense de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão

são sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.	15289	Nº 630, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 726, de 2002 (nº 1.911/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru – ACOMCULT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracuru, Estado do Ceará.....	15344
Nº 623, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 631, de 2002 (nº 1.713/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pitangueira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul.	15291	Nº 631, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 727, de 2002 (nº 1.917/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Educativa de Biquinhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Biquinhas, Estado de Minas Gerais.....	15349
Nºs 624 e 624-A, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.	15294	Nº 632, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 733, de 2002 (nº 1.957/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Santa Bárbara do Tugúrio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Tugúrio, Estado de Minas Gerais.....	15354
Nº 625, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 651, de 2002 (nº 1.752/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Educativa Jovem Solidária de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.	15321	Nº 633, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 736, de 2002 (nº 1.966/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ação Social, Cultural e de Comunicação – ACASCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.	15359
Nº 626, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 652, de 2002 (nº 1.753/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Onda Nova – ACON a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.	15325	Nº 634, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2002 (nº 2.012/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Vera Cruz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo.	15364
Nº 627, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 661, de 2002 (nº 1.766/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Lagedo do Tabocal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia. ..	15330	Nº 635, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 764, de 2002 (nº 2.096/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Bilac Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bilac, Estado de São Paulo.	15366
Nº 628, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2002 (nº 1.803/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Feminina de Montalvânia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais. .	15335	Nº 636, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2003 (nº 1.956/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina.....	15368
Nº 629, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2002 (nº 1.806/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Produtores Residentes nos Bairros de Parambu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parambu, Estado do Ceará.....	15340		

Nº 637, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2003 (nº 1.344/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amigos de Paulo de Faria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo.	15370	de 2003 (nº 1.929/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Serra Azul para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porangatu, Estado de Goiás.	15398
Nº 638, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2003 (nº 1.675/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vila Real para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.	15375	Nº 645, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2003 (nº 1.931/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária "Voz da Ilha" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha de Itamaracá, Estado de Pernambuco.	15401
Nº 639, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2003 (nº 1.776/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universidade de Passo Fundo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.	15377	Nº 646, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2003 (nº 1.941/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado – UAMBLA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.	15406
Nº 640, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2003 (nº 1.794/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Difusão Comunitária Litoral FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul.	15380	Nº 647, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2003 (nº 1.955/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Guarujá Paulista S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos, Estado de São Paulo.	15411
Nº 641, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2003 (nº 1.797/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro – "AMICENTRO" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul.	15385	Nº 648, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2003 (nº 1.975/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova – ACULAR – PRBCN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	15413
Nº 642, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2003 (nº 1.923/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas – FADENOR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.	15390	Nº 649, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2003 (nº 1.979/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural "Padre Luiz Bartholomeu" para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.	15418
Nº 643, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2003 (nº 1.924/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.	15394	Nº 650, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2003 (nº 1.991/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serro, Estado de Minas Gerais.	15422
Nº 644, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 48,		Nº 651, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2003 (nº 1.993/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Tabira FM a executar serviço	

de radiodifusão comunitária na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco.	15427	posição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 428, 467, 481, 506, 584, 597, 602, 603, 607, 620, 624, 631, 645, 651, 652, 661, 683, 685, 726, 727, 733, 736, 755, 764, de 2002, e 19, 24, 28, 34, 35, 36, 46, 47, 48, 49, 53, 57, 60, 62, 69, 70, 120, 143, 149 e 153, de 2003, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.	15472
Nº 652, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2003 (nº 2.123/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agrestina, Estado de Pernambuco.	15432	Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2003 (nº 2.298/2002, na Câmara dos Deputados), aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. À promulgação. <i>(Durante o prazo regimental foi apresentado o Recurso nº 12, de 2003, que não preenche o requisito constitucional)</i>	15472
Nº 653, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2003 (nº 1.940/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária 29 de Dezembro – ACVD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.	15437	Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, dos Requerimentos nºs 16, 235, 281, 308, 312, 322, 334, 339, 340, 341, 345, 353, 362, 371, 372, 373, 380, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 404, 405, 406 e 408, de 2003, e aprovação, com emendas, dos Requerimentos nºs 272, 279 e 356, de 2003, todos de informações a Ministros de Estado. <i>(A tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2001, fica interrompida em virtude da aprovação do Requerimento nº 362, de 2003)</i>	15472
Nº 654, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2003 (nº 2.116/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Educativa e Recreativa Jacuipense – Rádio Comunitária Riachão FM (ACERJ-RCR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia.	15442	Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 23, de 2003. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.	15472
Nº 655, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2003 (nº 2.214/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia.	15447	1.2.4 – Ofício do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome	
Nºs 656 a 686, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 16, 235, 272, 279, 281, 308, 312, 322, 334, 339, 340, 341, 345, 353, 356, 362, 371, 372, 373, 380, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 404, 405, 406 e 408, de 2003, respectivamente, todos de informações a Ministros de Estado.	15452	Nº 371/2003, de 4 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 174, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. Ao Arquivo.	15473
1.2.2 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação		1.2.5 – Avisos de Ministros de Estado	
Nº 30/2003, de 27 de maio último, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 428, 467, 481, 506, 584, 597, 602, 603, 607, 620, 624, 631, 645, 651, 652, 661, 683, 685, 726, 727, 733, 736, 755, 764, de 2002, e 19, 24, 28, 34, 35, 36, 46, 47, 48, 49, 53, 57, 60, 62, 69, 70, 120, 143, 149, 153 e 223, de 2003, em reunião realizada naquela data.	15472	Nº 209/2003, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 208, de 2003, do Senador Eduardo Azeredo. Ao Arquivo.	15473
1.2.3 – Comunicações da Presidência		Nº 219/2003, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 245, de 2003, do Senador César Borges. Ao Arquivo.	15473
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da com-		Nº 864/2003, de 10 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento nº 298, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. O requerimento ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as informações complementares.	15473

1.2.6 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 467/2003, de 11 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal a Medida Provisória nº 119, de 2003, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 89.128.000,00, para os fins que especifica. Será incluída em Ordem do Dia oportunamente. 15473

Nº 472/2003, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, por injuridicidade, do Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1999 (nº 5.461/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para permitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente.. 15524

Nº 473/2003, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, por rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2001 (nº 6.854/2002, naquela Casa), de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências. 15524

Nº 474/2003, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, por rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2001 (nº 7.201/2002, naquela Casa), de autoria do Senador Renan Calheiros, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para autorizar o não comparecimento ao serviço, sem prejuízo do salário, para procura de parente desaparecido. 15524

Nº 475/2003, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, por injuridicidade, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1997 (nº 2.123/99, naquela Casa), de autoria do Senador Pedro Simon, que fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e dá outras providências. 15524

Nº 476/2003, de 11 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2002 – Complementar (nº 41/2003 – Complementar, naquela Casa), de autoria do Senador Chico Sartori, que regulamenta o § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre o período de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios. (Projeto enviado à sanção em 11 de junho de 2003) 15524

1.2.7 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 44, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que modifica os

arts 77, 78, 79, 80, 81, 83, 89 e 91. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 15524

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 120, de 2003, que altera o art. 16 da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, que dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 15526

Recebimento do Ofício “S” nº 17, de 2003 (nº 784/2002, na origem), de 28 de maio de 2002, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil com o Sistema Financeiro Privado (CPI do PROER). À Comissão de Assuntos Econômicos, tendo a Presidência prestado esclarecimentos acerca de providências adotadas com referência ao Item 12 das “Conclusões e Encaminhamentos” do referido Relatório. 15527

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR ALMEIDA LIMA – Considerações sobre proposta de emenda à Constituição da autoria de S. Exª, que altera a legislação eleitoral. 15528

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Valor do salário mínimo no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. 15532

SENADOR TIÃO VIANA, como Líder – Reflexão sobre o artigo do economista Celso Furtado, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de hoje, intitulado “A responsabilidade dos cientistas”. 15533

SENADOR PAULO PAIM – Comentários a respeito da divulgação dos novos dados de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que demonstram diferença de rendimentos entre brancos, negros e pardos, e destaca a região metropolitana de Porto Alegre/RS como sendo a localidade de menor diferença salarial. Indignação com o documento da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, que propõe um retrocesso nos direitos dos trabalhadores. 15535

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro da presença no Estado de Roraima do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para buscar entendimentos sobre a demarcação de áreas indígenas, áreas ambientais e áreas destinadas à produção. 15540

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários ao artigo do advogado Renato Zerbini Ribeiro Leão, publicado no jornal **Cor-**

reio Brasileiro, edição de 9 do corrente, sobre a decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que condenou a taxaço de inativos no julgamento de demanda de cinco aposentados do Peru. Críticas à política de juros altos do Governo Federal. Considerações acerca de notas publicadas na coluna Pánel, de ontem, do jornal **Folha de S.Paulo**, informando que o BankBoston tem estimulado o investimento em juros no Brasil por considerar um ótimo negócio. 15541

SENADOR VALDIR RAUPP – Indicaço do Diplomata José Maurício Bustani ao Prêmio Nobel da Paz de 2003. Cobrança de investimentos na geraço de energia elétrica. 15543

SENADOR GILBERTO MESTRINHO – Realizaço de festival folclórico em Parintins/AM, de 28 a 30 de junho de 2003. Apelo pela construço de um porto de passageiros e extensáo da linha de transmissáo de energia elétrica de Tucuruí até Parintins/AM. 15546

SENADOR JOSÉ JORGE – Crítica ao contingenciamento de recursos das agências reguladoras. 15546

SENADOR RENAN CALHEIROS – Aumento da expectativa de vida da população brasileira. Importância do Estatuto do Idoso. 15556

1.2.10 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros, que regulamenta o art. 192 da Constituição Federal, ao dispor sobre a política de aplicação dos recursos financeiros nos Programas de Caráter Regional a cargo da União, e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos. 15559

1.2.11 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Estranheza com relação ao temor do Ministro da Economia argentino sobre a invasáo de produtos brasileiros. Importância econômica da BR – 163, rodovia que liga Cuiabá a Santarém. 15562

1.2.12 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários à publicação do Ministério da Fazenda intitulada “Resultado do Tesouro Nacional”, do período compreendido entre os meses de janeiro a março de 2003. 15565

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.003 a 4.033, de 2003. 15567

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

9 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 77ª Sessão Não Deliberativa em 13 de junho de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Teotônio Vilela Filho, Antero Paes de Barros,
Valdir Raupp, Luiz Otávio, Romero Jucá e Eurípedes Camargo*

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 15 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes

PARECER Nº 612, DE 2003

Da Comissão De Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2002 (nº 1.609/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Artística e Cultural de Boca do Acre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boca do Acre, Estado do Amazonas.

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2002 (nº 1.609, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Artística e Cultural de Boca do Acre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boca do Acre, Estado do Amazonas.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 66, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação super vigente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 12 de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 428, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de va-

lidade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002 que “altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 428, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Artística e Cultural de Boca do Acre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boca do Acre, Estado do Amazonas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 01–CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 428, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 66, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Artística e Cultural de Boca do Acre, à executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Boca do Acre, Estado do Amazonas.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator. – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azere-do** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 428 / 2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FATIMA CLEIDE	X				TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS					ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES	X			
ALMEIDA LIMA					ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 428, 2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSE MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES	X			
ALMEIDA LIMA					ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 AUTOR: PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003


SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 428, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Artística e Cultural de Boca do Acre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boca do Acre, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 66, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Artística e Cultural de Boca do Acre (a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Boca do Acre, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **Jefferson Peres**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Complementa e modifica a Lei nº
4.117 (*), de 27 de agosto de 1962**

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

**Aprova Regulamento dos Serviços
de Radiodifusão.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão
Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço
de Radiodifusão Comunitária.**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.”(NR)

PARECER Nº 613, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2002 (nº 1.668/2002, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga permissão à Cidades do Vale Rádio e Televisão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidades de Piquete, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **João Capiberibe**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2002 (nº 1.668, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cidades do Vale Rádio e Televisão Ltda, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piquete, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº171, de 27 de março de 2001, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39 de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 467, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 467, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Cidades do Vale Rádio e Televisão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada

na cidade de Piquete, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **João Capiberibe**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 467 / C2

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TÍO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE	X				PAPALEO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL				
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: PRESIDENTE: C1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / C5 / 2003

SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 614, DE 2003

**Da Comissão de Educação, sobre
o Projeto de Decreto Legislativo nº 481,
de 2002 (nº 1.045/2001, na Câmara dos**

Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores Novolindenses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas.

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Chega a esta comissão o Projeto de Decreto Legislativo Nº 481, de 2002 (nº 1.045, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores Novolindenses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 309, de 5 de julho de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciarse também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda,

de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta comissão de decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 12 de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 481, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de

1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 481, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação dos Comunicadores no Volindenses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 481, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 309, de 5 de julho de 2000, que autoriza a Associação dos Comunicadores Novolindenses a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Jefferson Péres**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azevedo** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 481 / 2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE	X				PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS					MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA	X				MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES	X			
ALMEIDA LIMA					ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 01
 ABS: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05 / 2003


 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 481,2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELETON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TECTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES	X			
ALMEIDA LIMA					ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO 481, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores Novolindenses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 309, de 5 de julho de 2000, que autoriza a Associação dos Comunicadores Novolindenses, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Jefferson Péres**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,

observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei

e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

.....
DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

.....
Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

.....
PARECER Nº 615, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 506, de 2002 (nº 1.371/2001, na Câmara dos De-

putados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística de Barcelos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas.

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 506, de 2002 (nº 1.371, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística de Barcelos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Podaria nº 742, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pro-

nunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 3 9/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 506, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998,

embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 506, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural e Artística de Barcelos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 506, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 742, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Cultural e Artística de Barcelos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **Jeferson Péres**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 506 / 2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES	X			
ALMEIDA LIMA					ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1

PRESIDENTE: OL

AUTOR:

ARS:

NÃO:

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 05 / 2003



SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 506/2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES	X			
ALMEIDA LIMA					ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO:

ABS:

AUTOR:

PRESIDENTE:



SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05 / 2003

 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 506, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística de Barcelos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 742, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Cultural e Artística de Barcelos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. — **Osmar Dias**, Presidente — **Jefferson Péres**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

.....
DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

.....
Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.....

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.”(NR)

.....
PARECER Nº 616, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 584, de 2002 (nº 982/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação comunitária Cultural Beneficente Viva Voz a executar serviço de ra-

diodifusão comunitária na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia.

Relator: Senador **João Capiberibe**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 584, de 2002 (nº 982, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Beneficente Viva Voz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 502, de 23 de agosto de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que ins-

tituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Tomamos a iniciativa de consultar entidades representativas da comunidade local para examinar o entrosamento entre os serviços prestados pela associação e as aspirações da população. Nesse sentido, mantivemos contatos com a direção de quatro partidos políticos representados a nível municipal, com a Comissão Pastoral da Terra, com a Casa Paroquial, o Sindicato Rural. Fomos informados de que a emissora vem procurando abrir-se à participação da comunidade, inclusive participando de reuniões com seus representantes e abrindo-lhes espaços na programação. Recebemos depoimentos da Diocese a esse res-

peito. Tratando-se de serviços de radiodifusão comunitária, acreditamos que essa análise e essa avaliação sejam imprescindíveis para que se defina a posição do Congresso Nacional.

Paralelamente, o exame da documentação que acompanha o PDS nº 584, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 584, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Beneficente Viva Voz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 584, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 502, de 23 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Cultural Beneficente Viva Voz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **João Capiberibe**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 534/02

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE	X				PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: / / SIM: / NÃO: / ABS: / AUTOR: / PRESIDENTE: CL

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003


 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 584, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Beneficente Viva Voz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 502, de 23 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Cultural Beneficente Viva Voz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **João Capiberibe**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão:

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,

observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta

Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 617, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 597, de 2002 (nº 1.646/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a

Associação das Mulheres Espinosenses – AMES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 597, de 2002 (nº 1.646, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação das Mulheres Espinosenses – AMES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 291, de 16 de maio de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pro-

nunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 597, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998,

embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 597, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação das Mulheres Espinosenses – AMES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 597, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 291, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação das Mulheres Espinosenses – AMES, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 59712002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 597,200.2

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALEO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003


 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO
SENADO Nº 597, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação das Mulheres Espinosenses – AMES, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 291, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação das Mulheres Espinosenses – AMES, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional;

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.....

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.”(NR)

PARECER Nº 618, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2002 (nº 1.494/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Francisco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra São Francisco, Estado da Espirito Santo.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2002 (nº 1.494, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Francisco Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 22 de agosto de 2000, que renova concessão para a exploração de canal de

radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo o que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 602, de 2002 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais forma is relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior,

nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 602, de 2002 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela Aprovação do ato que renova a concessão da Rádio São Fran-

cisco Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Francisco, Estado do Espírito Santo, na forma de Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –

Osmar Dias, Presidente – **Gerson Camata**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 602/2002

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIAO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AELETON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSE AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTAVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGILIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 619, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 603, de 2002 (nº 1.495/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Santa Terezinha para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 603, de 2002 (nº 1.495, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Santa Terezinha para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 22 de agosto de 2000, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Nota-se, pela leitura dos autos, que o pleito foi originalmente formulado pela entidade Rádio Aquidabam Ltda., razão por que se propõe o registro da mudança de seu nome, por meio de emenda de redação ao art. 1º do PDS em análise.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 603, de 2002, não contraria as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado

que a entidade Fundação Santa Terezinha atendeu os demais requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela Aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 603, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 22 de agosto de 2000, que renova por dez anos, a partir de 4 de

outubro de 1998 a concessão outorgada à Fundação Santa Terezinha, outorgada originalmente à Rádio Aquidabam Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **Gerson Camata**, Relator
 – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas**
 – **Iris de Araújo** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 603/2002

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AEILTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELEO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GABRIELDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSE MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL				
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT				
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1

ABST: 01 PRESIDENTE: 01

AUTOR: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 603/2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TÍAO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO:

AUTOR:

PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003

Osmar Dias
 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 603, DE 2002**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Santa Terezinha para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 22 de agosto de 2000, que renova por dez anos, a partir de 4 de outubro de 1998, a concessão outorgada à Fundação Santa Terezinha, outorgada originalmente à Rádio Aquidabam Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Gerson Camata**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

PARECER Nº 620, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 607, de 2002 (nº 1.589/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SM Comunicações Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 607, de 2002 (nº 1.589, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SM Comunicações Ltda, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 448, de 7 de agosto de

2001, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e

pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 607, de 2002 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do RISF.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 607, de 2002 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à SM Comunicações Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo, em forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **Gerson Camata**, Relator
– **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas**
– **Íris de Araújo** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 607/2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUÍZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVAIACANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO:

ABS:

AUTOR:

PRESIDENTE:

01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 621, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 620, de 2002 (nº 1.722/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Viana, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 620, de 2002 (nº 1.722, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Viana, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 219, de 18 de abril de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Co-

missão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em per-

feita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 620, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 620, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Viana, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 620, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 219, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Manoel Viana, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **Gerson Camata**, Relator
– **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas**
– **Íris de Araújo** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 620 / 2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TÍAO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA					SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL	X				VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSE MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LORÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGIE	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL				
RENILDO SANTANA					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL 15 SIM: 14

NÃO:

ABS:

AUTOR:

PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05 / 2003



SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 620/2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA					SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL	X				VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTAVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTHRO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL 15 SIM 14 NÃO

PRESIDENTE: 01

AUTOR: ABS:

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05 / 2003

Osamar Dias
 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 620, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Viana, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 219, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Manoel Viana, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Gerson Camata**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determinei o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

PARECER Nº 622, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 624, de 2002 (nº 1.724/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão à Sociedade Montense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 624, de 2002 (nº 1.724, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão à Sociedade Montense de Radiodifusão Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 31, de 22 de fevereiro de 2001, que renova permissão para a exploração de

canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade e, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 624, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 624, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão à Sociedade Montense de Radiodifusão Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

lada na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –

Osmar Dias, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 624/C2

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATIL					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALEO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELETON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUÍZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL				
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM 14 NÃO

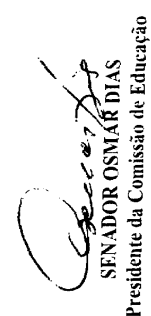
PRESIDENTE: 1

AUTOR:

ABS:

NÃO:

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003


SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

PARECER Nº 623, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 631, de 2002 (nº 1.713/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pitangueira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **João Capiberibe**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 631, de 2002 (nº 1.713, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pitangueira Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 13 de outubro de 2000, que renova concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e

pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 631, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 631, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova concessão da Rádio Pitangueira Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **João Capiberibe**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 631/02

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FATIMA CLEIDE					TIAO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPÍBERIBE	X				PAPALÉO PAES				
DUÇOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRUPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 04 PRESIDENTE: 04

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003



SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....
CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

.....
Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**PARECERES NºS 624 E 624-A, DE 2003,
DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Elo comunicação Ltda. para explorar Serviço de radiodifusão cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

PARECER Nº 624, DE 2003

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 15 de abril de 2002, que outorga concessão para a exploração de canal de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Durante a tramitação do processo, já no Senado Federal, uma das partes interessadas no processo li-

citatório encaminha ofício a esta Casa informando que o Ministério das Comunicações teria anulado a concessão concedida à empresa Elo Comunicação Ltda.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 645, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A ocorrência de fatos supervenientes, resquícios dos processos licitatórios recém conclusos, não é

incomum. Ocorrem, com certa raridade, todavia, recursos judiciais cujos desenlaces alcançam as concessões e renovações já no Congresso Nacional. Nesses casos, tem sido praxe a decisão pelo sobrestamento do processo até que se obtenha, da parte do Ministério das Comunicações, a solução administrativa ou judicial definitiva.

III – Voto

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 645, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Também não se fazem reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa da peça em análise. Opinamos, entretanto pelo sobrestamento do processo ora em exame – na forma do art. 335, do Regimento Interno do Senado Federal –, até que se tenha obtido, do Ministério das Comunicações, as informações, de natureza administrativa ou judicial, que definam a aprovação ou rejeição do Ato ora em exame, mediante o seguinte

REQUERIMENTO Nº , DE 2003

Solicito, nos termos do § 2º do art. 50, da Constituição Federal. e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requeridas ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à regularidade do processo licitatório a que se refere a Mensagem Presidencial nº 295, de 2002 (TVR nº 2.015, de 2002), que submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 15 de abril de 2002, que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Sala da Comissão, 18 de abril de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator – **Fátima Cleide** – **Flávio Arns** – **Ideli Salvatti** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Valdir Rupp** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Luiz Otávio** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Leonel Pavan** – **Reginaldo Darte** – **Almeida Lima**.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 143, DE 2003**

Solicito, nos termos do § 2º do art. 50, da Constituição Federal, e dos arts. 215 inciso I, alínea a e 216 incisos I, IV e V do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requeridas ao senhor Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à regularidade do processo licitatório a que se refere a Mensagem Presidencial nº 295, de 2002 (TVR nº 2.015, de 2002), que submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 15 de abril de 2002, que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Sala das Comissões, 18 de março de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator – **Fátima Cleide** – **Flávio Arns** – **Ideli Salvatti** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Valdir Raupp** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Luiz Otávio** – **José orge** – **Renildo Santana** – **Leonel Pavan** – **Almeida Lima**.

**DOCUMENTOS ANEXADOS NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO
ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.**

OF. SF/668/2003

Em 20 de maio de 2003

A Sua Excelência
Senador Osmar Dias
Presidente da Comissão de Educação
Senado Federal

Senhor Presidente,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, o Aviso nº 188/2003, de 14 do corrente, do Ministro de Estado das Comunicações, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 143, de 2003, de iniciativa da Comissão de Educação.

Com referência ao Parecer/Conjur/MC nº 2.640/2002, citado às fls. 268, do processado do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002, o mesmo encontra-se às fls. 170, da referida proposição.

Esclareço, outrossim, que as informações também foram anexadas ao processado da matéria acima citada, que retoma à essa Comissão para continuar sua tramitação.

Atenciosamente, – **Romeu Tuma** Primeiro-Secretário.

Aviso nº 188 /2003/MC

Brasília, 14 de maio de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Assunto: Requerimento de Informação nº 143, de 2003

Senhor Primeiro-Secretário,

Reporto-me ao Ofício nº 357 (SF), de 9 de abril de 2003, dessa procedência, por meio do qual foi encaminhada a este Ministério cópia do Requerimento de Informação nº 143, de 2003, de autoria do Exmº Senhor Senador Jefferson Péres.

2. A respeito do assunto, transmito a Vossa Excelência cópia do Memorando nº 394/2003/CONJUR-MC, de 29 de abril de 2003, bem como da documentação apensa em que o Consultor Jurídico deste Ministério presta as informações solicitadas.

Atenciosamente, – **Miro Teixeira**, Ministro de Estado das Comunicações.

Memo. nº 394/2003 /Conjur-MC

Em 29 de abril de 2003

A Senhora Chefe de Gabinete do Ministro
Assunto: Encaminhamento de Pareceres Conjur
Encaminho a Vossa Senhoria cópia dos Pareceres Conjur-MC nºs 279/2003 e 284/2003, bem como os Despachos que os aprovaram, que tratam da Concorrência Pública nº 119/1997-SSR/MC a fim de que, por meio da Assessoria Parlamentar desse Gabinete, sejam encaminhados ao Senado Federal, em atendimento ao Requerimento de Informação nº 3, datado de 18 de março de 2003, do Senador Jefferson Péres da Comissão de Educação do Senado Federal

Atenciosamente, – **Erasm Vil Verde Filho**
Consultor Jurídico.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA**

Órgão de execução da Advocacia-Geral da União
(Lei Complementar n.º 73, de 10/2/1993, art. 2º, II, “b”)

PARECER CONJUR/MC N.º 279/2003.

Processo nº 53000.003574/2003-57

Interessado: Comissão Especial de Licitação.

Assunto: Solicitação de orientação quanto aos procedimentos a serem adotados pela CEL, tendo em vista o contido no Parecer CONJUR/MC n.º 2639/2002, aprovado por despacho do Ministro de Estado das Comunicações de 23 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União em 7 de janeiro de 2003.

Ementa: Despacho Ministerial. Manutenção, com ressalva. Cumprimento estrito de orientação do Tribunal de Contas da União, com efeito *ex nunc*. A aplicação retroativa de orientação do TCU, quando aquele Tribunal determinou fosse seguido o seu entendimento apenas em licitações futuras, fere os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório e deve, portanto, ser afastada.

Conclusão: Pela aplicação do Despacho Ministerial de 23 de dezembro de 2002, publicado em 7 de janeiro de 2003, nos termos sugeridos pelo Parecer CONJUR/MC n.º 2639/2002, com as ressalvas contidas neste Parecer.

I – DO RELATÓRIO

Trata o presente expediente dos Memorandos n.º 028 e 035/2003, da Comissão Especial de Licitação deste Ministério, que solicita, em síntese, orientações desta Consultoria Jurídica quanto aos procedimentos a serem por ela adotados, em razão do contido no Despacho Ministerial de 23 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União em 7 de janeiro de 2003, o qual determinou a revisão de todos os processos licitatórios compreendidos nos Lotes I a IV, em conformidade com o disposto no Parecer CONJUR/MC n.º 2639/2002.

2. O referido Parecer aborda questões que suscitam indícios de irregularidades praticadas pela Comissão Especial de Licitação na condução dos processos licitatórios referentes ao Lotes de I a IV, abertas em 1997 e 1998.

3. Da análise empreendida dos autos, pode-se sustentar que o ponto nodal da questão refere-se à *aplicação ou não de dispositivo editalício por parte da CEL, dada a interpretação que a referida Comissão teria adotado de manifestação do Tribunal de Contas da União*, que, sob o enfoque jurídico conferido à questão, é de crucial importância, sendo fator determinante no resultado final das referidas licitações.

4. A manifestação contida no Parecer CONJUR/MC n.º 2639/2002, além de focar o ponto em questão, ainda discorre sobre indícios de irregularidades que teriam sido praticadas pela Comissão Especial de Licitação no exercício de suas funções, o que, inevitavelmente, implica a necessidade de apuração dos fatos ali expostos, como forma de garantir e estabelecer a transparência dos atos administrativos praticados no âmbito do Ministério das Comunicações.

5. Sugere a ilustre parecerista que sejam adotadas medidas que visem sanar os erros e irregularidades suscitadas, assim concluindo:

" 1 – declaração de nulidade plena dos atos administrativos que outorgaram pontuação máxima a SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA, nas concorrências de que se trata e, bem assim, nas demais concorrências de que participe, retificando-os para a correta pontuação que, no caso destes autos, será de 98 (noventa e oito) pontos;

2 – alteração da pontuação, conforme já sugerido para, somente após a publicação da nova nota técnica da empresa SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA, acolher definitivamente seu pedido de desistência;

3 – alteração da pontuação técnica da mesma empresa nas demais concorrências referentes aos Lotes I, II, III e IV de que participe, onde vigora o critério da propriedade cruzada, considerando a data de 02/01/2001, momento em que passou a ser permissionária do serviço de radiodifusão sonora em FM, como marco inicial para o desconto;

4 – correção de todas as pontuações irregularmente atribuídas aos proponentes das Concorrências dos Lotes I, II, III e IV e resultantes da não aplicação do mencionado critério, como medida de Justiça e respeito aos princípios e normas disciplinadores do procedimento licitatório, tendo em vista que a regra da propriedade cruzada vigora plenamente nas citadas concorrências; (...)" (salientou-se).

6. Nesse sentido, publicou-se Despacho Ministerial em 7 de janeiro de 2003, onde o então Ministro das Comunicações, acatando em sua totalidade as orientações contidas no referido Parecer, determinou, *verbis*:

" Processo n.º 53000.004190/02-71. Adoto o Parecer CONJUR/MC n.º 2639/2002. Recebo o recurso interposto pela GC Comunicações S/C Ltda., e dou provimento, determinando à Comissão Especial de Licitação que promova as

medidas propostas no parecer que ora adoto. Determino, ainda, a revisão de todos os processos que cuidam da mesma matéria, mencionados ou não no citado parecer, para que seja aplicado tratamento igual a todas as licitantes que se encontrem em situação similar”.

7. Essa determinação ministerial fez surgir alguns questionamentos por parte da CEL, constantes dos Memorandos n.ºs 028 e 035, de 21 de março e 4 de abril de 2003, respectivamente, ora analisados, os quais elencam situações que poderiam advir do efetivo implemento desse comando, nos seguintes termos:

“ Memorando n.º 028/2003

A Comissão Especial de Licitação – CEL participa que, de ordem, cumprirá o despacho do Sr. Ministro, mas, para tanto, faz-se necessário a realização de estudo, envolvendo levantamento de todos os processos dos lotes 1 – editais de n.ºs 001 a 061/97; lote 2 – 062 a 115/97; lote 03 – 116ª 164/97; lote 4 – 001 a 035/98, referente à análise de 197 editais de concorrência, para 517 (quinhentas e dezessete) localidades em todo o país, com uma abrangência de aproximadamente 3.000 (três mil) processos e, no mínimo 6.000 (seis mil) sócios, acionistas, etc.

...

Considerando as determinações contidas no Despacho do Senhor Ministro de 23 de dezembro de 2002, publicado no DOU de 07/01/2003, o qual foi exarado no Parecer CONJUR/MC n.º 2639/2002 (doc. 01) alcançará situações consolidadas de outorgas e permissionários e concessionários que já foram referendadas pelo Congresso Nacional, e se encontram funcionando regularmente, ocasionando um trabalho de pesquisa e de longa duração.

...

Pelo critério de reduzir pontos estabelecidos no edital e no despacho do ex-Ministro informamos que uma empresa outorgada, que tenha pago valor a maior, e que se encontra funcionando regularmente, pode vir a perder a licitação e ser obrigada a devolver a outorga concedida. Resta saber se a nova administração pública estará disposta a arcar com o ônus da devolução do valor pago, corrigido monetariamente, além de sofrer medidas judiciais de ações indenização por danos morais, materiais e de lucros cessantes”.

Memorando n.º 035/2003

“ Em aditamento ao documento da referência, encaminhamos a V.S. 03 (três) simulações com valores reais, sem os nomes das empresas que já possuem outorgas dos serviços e radiodifusão e encontram-se funcionando regularmente, quanto à aplicabilidade da redução de pontos, constantes do quesito 10.7.1.7, dos editais dos lotes 01 a 04, para aferir valores das perdas para o erário público, caso ocorra a devolução dos recursos, que serão corrigidos monetariamente, com juros, além das medidas judiciais de ações de

indenizações por danos morais, materiais e de lucros cessantes, conforme anexo (doc. 01). (grifo nosso) ...”.

8. A matéria posta em exame traz em sua essência um embate de teses entre a postura adotada pela CEL, que conferiu efeito *ex tunc* à orientação do TCU, e o Parecer CONJUR/MC nº 2639/2002, aprovado por despacho Ministerial, que sustenta ter a manifestação do TCU eficácia, tão-somente, em relação a futuras licitações.

9. Cumpre esclarecer que a orientação do Tribunal de Contas da União insurge-se contra o critério de pontuação que se convencionou chamar de “propriedade cruzada”, segundo o qual são descontados pontos de licitantes que já possuem outorgas de serviços de radiodifusão. Aquela Corte de Contas entende que esse critério ofende o princípio da isonomia. Todavia, o TCU jamais mandou afastar esse critério de licitações em curso. Ou seja, esse entendimento do TCU tem eficácia apenas *ex nunc*.

10. Ocorre que a Comissão Especial de Licitação deste Ministério, antes mesmo que fosse proferida decisão do TCU sobre a matéria, passou a desconsiderar o referido critério de pontuação nas licitações em andamento, contrariando, assim, o item 10.7.1.7 do Edital de Concorrência Pública nº 141/97-SSR/MC e malferindo os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

11. O mencionado despacho ministerial publicado em 7/1/2003, que aprovou o Parecer CONJUR/MC nº 2639, determinou que fossem revistos apenas os processos em que a CEL deixou de aplicar o critério da propriedade cruzada.

12. Vale dizer: em relação às licitações dos Lotes I a IV, cujo edital prevê o critério em exame, deve ser observada a cláusula 10.7.1.7 do Edital de Concorrência Pública nº 141/97-SSR/MC. Com relação às demais licitações, do lote V em diante, não há discussão: o próprio Ministério se encarregou de afastar o critério da propriedade cruzada, razão por que o TCU entendeu ter ocorrido a perda de objeto da representação em que a matéria fora submetida à apreciação daquela Corte de Contas.

13. É esse o objeto da consulta submetida à apreciação da CONJUR.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

14. O Parecer CONJUR/MC nº 2639/2002 esclarece que a CEL estaria se valendo de decisões do TCU para validar seus atos em detrimento das regras editalícias. A seguir, alguns pontos defendidos no referido parecer:

“(...) Ocorreu que, posteriormente, quando a Recorrente citou casos que ficou configurado tratamento diferenciado para situações similares, o presidente da CEL, sem enfrentar nenhum dos casos apontados, alegou que estaria agindo em observância a determinações emanadas do Tribunal de Contas da União.

Sobre essa postura, a única hipótese aceitável para justificá-la seria admitir que os membros da Comissão sequer leram as decisões que utilizam para esse fim, pois seus textos são de tamanha clareza que qualquer pessoa que se propuser a lê-los, não terá nenhuma dificuldade em lhes guardar fiel observância. Confirma-se.

- *Decisão 1060/2000 – determina à ANATEL que suprima de futuros editais de licitação de autorização de serviços de telecomunicações o critério que atribui pontuação à proposta técnica em função do número de outorgas relativas ao licitante, vez que contraria legislação que regula esse assunto. (MMDS)*
- *Decisão 230/2001 – determina à ANATEL que nas próximas licitações de serviço de TV a Cabo que vier a realizar, estabeleça nos editais critérios de julgamento de proposta técnica objetivos relacionados unicamente com o objeto da licitação.*

Verifica-se, daí, que tais determinações são dirigidas à ANATEL, e, por conseguinte, são decorrentes de análise de editais relativos a serviços de telecomunicações, onde o TCU determina que a ANATEL suprima, de futuros editais, o critério que atribui pontuação à proposta técnica em função do número de outorgas, e que estabeleça, nas próximas licitações, critérios de julgamento de proposta técnica objetivos relacionados unicamente com o objeto da licitação.

(...)

De qualquer sorte, todas as determinações do TCU no sentido de suprimir o citado critério, referem-se a futuros editais, próximas licitações, até porque não poderia ser diferente, considerando que supressões nos textos editalícios somente podem ocorrer quando ainda são objetos de análise, em forma de minuta, ou seja, não pode ser feita qualquer alteração nas regras estabelecidas no edital quando a licitação já estiver em curso.

Se assim não fosse, a Corte de Controle Externo teria também determinado à ANATEL e ao Ministério das Comunicações que anulassem todos os julgamentos anteriores de propostas técnicas que tivesse sido aplicado o critério de pontuação em função do número de outorgas. Mas assim não o fez, certamente porque, sendo o Edital a lei que rege o certame, dele não podem se desviar nem o administrador nem os administrados. (grifos do original)".

15. Não foi outro o entendimento do Tribunal de Contas da União quando da análise de representação feita àquela Corte acerca de indícios de irregularidades no processamento das licitações referentes aos lotes V a VII deste Ministério, onde foi abordado o tema em comento, merecendo os seguintes comentários daquele Tribunal:

" (...)

Observa-se que, nos editais posteriores constantes dos Lotes V, VI e VII, a disposição aqui questionada foi excluída. Dessa forma, deixa de haver

necessidade de se determinar ao Ministério das Comunicações que deixe de incluí-las nos editais para outorga de concessão ou permissão de direito de exploração de serviços de radiodifusão que venha a realizar.

Os denunciantes reclamam de supostos vícios das comunicações feitas para operacionalizar o dispositivo editalício em apreço (a cláusula 16.7.1.7) dos editais relativos aos lotes I a IV, cujas disposições, conforme informado, não mais constam dos editais relativos aos lotes V e posteriores; portanto, essa questão levantada perde o objeto.”(grifo nosso)”.

16. Conforme demonstrado, não há contradições entre o Parecer CONJUR/MC n.º 2639/2002 e a manifestação do TCU, pois esta não tem efeito retroativo, e aquela defende o cumprimento das regras estabelecidas nos Editais de Convocação. O que se percebe é que a CEL, equivocada e precipitadamente, *data venia*, passou a afastar o referido critério de pontuação das licitações em curso, infringindo, assim, o princípio legal da vinculação ao instrumento convocatório e, também, o da isonomia, na medida em que tratou desigualmente licitantes em igual situação, ora aplicando o critério da propriedade cruzada, ora deixando de aplicá-lo.

17. Dessa forma, não procedem algumas das preocupações levantadas pela CEL em seus memorandos. Como ela mesma afirma, vinha aplicando o referido critério de pontuação e, somente após ser instada a comparecer ao TCU para dar explicações, passou a não aplicar. Assim, a CEL não precisará fazer a revisão de todos os processos dos Lotes de I a IV. Deverá apenas rever aqueles em que deixou de aplicar o critério de pontuação pela chamada “propriedade cruzada”.

18. Há, contudo, *data maxima venia*, uma ressalva a fazer no Parecer CONJUR/MC n.º 2639/2002, aprovado pelo despacho ministerial publicado em 7/1/2003. É que a revisão não deve ser tão abrangente quanto se extrai do aludido parecer.

19. Com efeito, as situações já consolidadas não devem ser revistas, em razão do princípio da estabilidade das relações jurídicas, que também há de ser levado em consideração na hipótese dos autos. A revisão determinada no aludido despacho ministerial não pode alcançar as concessões e permissões que já tenham sido aprovadas por Decreto do Presidente da República ou por Decreto Legislativo editado pelo Congresso Nacional, no exercício da competência que lhe é atribuída pelo § 3º do art. 223 da Constituição da República.

20. É que o Ministro de Estado das Comunicações, obviamente, não tem competência legal para anular atos praticados pelo Presidente da República ou pelo Congresso Nacional. A outorga de serviços de radiodifusão é ato composto, para o qual concorrem a vontade do Poder Executivo e a do Poder Legislativo na sua formação. E, no seu desfazimento, é necessária também a manifestação do Poder Judiciário, nos termos do § 4º do mesmo art. 223 da Constituição da República.

21. A relevância social dos serviços de radiodifusão, estreitamente relacionados com a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (CF, art. 5º, IX), impossibilita que a matéria fique relegada a segundo plano de competência legal, razão por que, segundo deve observar o sistema tripartite de exercício dos poderes do Estado.

22. É certo que a Administração deve anular seus **próprios** atos, quando eivados de vício de ilegalidade, como já dizia o verbete 473 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, atualmente positivado pelo art. 53 da Lei nº 9.784/99.

23. Ocorre, no entanto, que os atos de outorga de serviços de radiodifusão não são atos **próprios** da Administração, entendida como atividade típica do Executivo. Como visto, são atos compostos, em relação aos quais os três Poderes do Estado detêm parcela de competência constitucional. Não podem, portanto, ser anulados unilateralmente pelo Poder Executivo.

24. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 300.116-SP (2001/0005309-2), da lavra do eminente Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, conforme acórdão publicado no DJ de 25/2/2002, p. 222, e na RSTJ, v. 154, p. 104, sobre a matéria, assim se manifestou:

“ I – Se não se nega à Administração a faculdade de anular seus próprios atos, não se há de fazer disso, o reino do arbítrio.” (STF – RE 108.182/Min. Oscar Corrêa).

II – “ A regra enunciada no verbete 473 da Súmula do STF deve ser entendida com algum temperamento: no atual estágio do Direito brasileiro, a Administração pode declarar a nulidade de seus próprios atos, desde que, além de ilegais, eles tenham causado lesão ao Estado, sejam insuscetíveis de convalidação e não tenham servido de fundamento a ato posterior praticado em outro plano de competência. (STJ – RMS 407/Humberto).

III – A desconstituição de licitação pressupõe a instauração de contraditório, em que se assegure ampla defesa aos interessados. Esta é a regra proclamada pelo art. 49, § 3º da Lei 8.666/93.

IV – A declaração unilateral de licitação, sem assegurar ampla defesa aos interessados ofende o Art. 49, § 3º da Lei 8.666/93” (Grifou-se).

25. Essa é a hipótese objeto da presente ressalva. As outorgas que tenham sido aprovadas por decreto presidencial ou decreto legislativo, não podem ser objeto da revisão determinada no despacho ministerial publicado no DOU em 7/1/2003. Em tais situações, os atos não podem ser revistos porquanto já serviram de “fundamento a ato posterior praticado em outro plano de competência”, sendo, portanto, insuscetíveis de anulação unilateral pelo Poder Executivo, conforme orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, expressa no mencionado acórdão da lavra do eminente Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS (RESP 300.116-SP, DJ 25/2/2002, p. 222, RSTJ, v. 154, p. 104).

III – DA CONCLUSÃO

26. Posto isso, com base nos fundamentos retro mencionados, onde fica evidenciado que *há consonância entre as disposições do Parecer CONJUR/MC n.º 2639/2002 e a manifestação do Tribunal de Contas da União*, esta Consultoria Jurídica sugere sejam adotadas as seguintes providências, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias:

- a) cumprimento da decisão constante do Despacho Ministerial de 23 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União em 7 de janeiro de 2003, com a ressalva de que a revisão determinada não alcançará outorgas aprovadas por Decreto do Presidente da República ou por Decreto Legislativo do Congresso Nacional, as quais constituem atos que serviram “de fundamento a ato posterior praticado em outro plano de competência”, insuscetíveis, portanto, de anulação unilateral pela Administração, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ora adotada (Relator: Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, RESP 300.116-SP, DJ 25/2/2002, p. 222, RSTJ, v. 154, p. 104);
- b) cumprimento das medidas sugeridas nos dispositivos finais do Parecer CONJUR/MC n.º 2639/2002 (itens de 1 a 6), com a ressalva constante da alínea “a” supra;
- c) esclarecimento no sentido de que o entendimento estabelecido no Ofício n.º 080/2002 do TCU tem efeito *ex nunc*, a partir do recebimento neste Ministério da comunicação daquela manifestação do Tribunal de Contas da União;
- d) encaminhamento dos presentes autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica para que sejam apurados os indícios de irregularidade apontados no Parecer CONJUR/MC n.º 2639/2002.

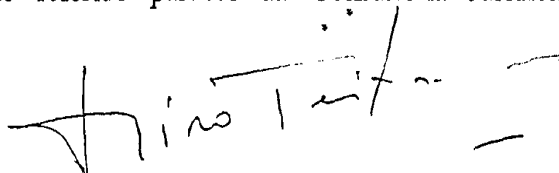
É o Parecer. À consideração do Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 15 de abril de 2003.


ERASTO VILLA-VERDE FILHO
Consultor Jurídico

DESPACHO DO MINISTRO**Em 25 de abril de 2003**

Processo nº 53000.003574/2003-57. Acolho o PARECER CONJUR/MC N.º 279/2003. O Despacho do Ministro de Estado das Comunicações de 23 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 7 de janeiro de 2003, Seção 1, p. 71, referente ao Processo n.º 53000.004190/02-71, que determinou a revisão de todos os processos que cuidam da mesma matéria (licitação de serviços de radiodifusão), não alcançará outorgas já aprovadas por Decreto do Presidente da República ou por Decreto Legislativo do Congresso Nacional. Depois de outorgada a concessão de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens por Decreto do Presidente da República, exaure-se a competência do Ministro de Estado das Comunicações para praticar atos no processo licitatório que lhe deu origem. O dever da Administração de anular seus próprios atos, previsto no verbete n.º 473 da súmula do Supremo Tribunal Federal e positivado no art. 53 da Lei n.º 9.784/99, não pode alcançar atos que “tenham servido de fundamento a ato posterior praticado em outro plano de competência”, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ora esposada (v.g. acórdão proferido no RESP n.º 300.116-SP – 2001/0005309-2, Relator: Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, publicado no DJ de 25/2/2002, p. 222, e na RSTJ, v. 154, p. 104). À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, para cumprimento das orientações preconizadas no referido parecer da Consultoria Jurídica ora acolhido. Publique-se.

**MIRO TEIXEIRA**

Ministro de Estado das Comunicações

Órgão de Execução da Advocacia-Geral da União
(Lei Complementar n.º 73, de 10 de fevereiro de 1993, art. 2º, II, "b")

PARECER/CONJUR-MC/N.º 284/2003

Ref.: Processo n.º 53000.005050/2003-09 (Anexos: Processos n.ºs 53610.000055/98; 53610.000056/98; 53610.000057/98; 53610.000058/98; 53000.000163/98; e 53000.000305/2003)

EMENTA: Decreto de outorga de concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens sob apreciação do Congresso Nacional, para os fins previstos no § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Nulidade do despacho ministerial tornando sem efeito decisão anterior que respaldou o ato corporificado no Decreto presidencial. Requerimento de Informação n.º 143, de 2003, do Senador Jefferson Péres.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Requerimento de Informação de n.º 143, de 2003, do Senador Jefferson Péres, endereçado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, solicitando-lhe informações quanto à regularidade do processo licitatório a que se refere a Mensagem Presidencial n.º 295, de 2002, que submeteu à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 15 de abril de 2002, de outorga de concessão à ELO COMUNICAÇÃO LTDA. do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Maceió-AL.

2. Sobre o assunto, a propósito, tramita neste Ministério o Processo n.º 53000.000305/2003, relativo a recurso interposto pela empresa Elo Comunicação Ltda. contra ato do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, que, em Despacho de 18 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 7 de janeiro de 2003, Seção 1, p. 71, pretendeu invalidar decisão anterior que consagrou a Recorrente como apta a receber a concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió-AL, em decorrência da Concorrência Pública n.º 119/1997-SSR/MC, e veio de reconhecer como vencedora do certame, em seu lugar, a Rede União de Rádio e Televisão Ltda., tomando como base, para tanto, o PARECER CONJUR N.º 2640/2002, de 17 de dezembro de 2002.

3. O citado Despacho ministerial de 18 de dezembro de 2002 acolheu recurso da Rede União de Rádio e Televisão Ltda., reconhecendo-a como vencedora da licitação, quando já tinha sido encaminhado ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 295, de 2002, o Decreto de 15 de abril de 2002, de outorga de concessão à Elo Comunicação Ltda., para fins das disposições constantes do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o qual já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados, estando atualmente no aguardo de deliberação do Senado Federal.

4. Nesse mesmo Despacho, foi determinada a expedição de Aviso à Casa Civil da Presidência da República, solicitando gestões junto ao Congresso Nacional para devolução do Processo nº 53610.000055/98, de outorga de concessão à Elo Comunicação Ltda.

5. Em sua petição, requer, ao final, a Elo Comunicação Ltda.: o cancelamento, tornando sem qualquer efeito, o Despacho ministerial de 18 de dezembro de 2002; seja comunicado à Casa Civil da Presidência da República a desnecessidade de devolução, pelo Congresso Nacional, do processo de outorga de concessão; e seja comunicado ao Senado Federal, onde, atualmente, tramita o processo de outorga, da decisão cancelando o Despacho de 18 de dezembro de 2002.

6. O recurso interposto pela Elo Comunicação Ltda. foi recebido com efeito suspensivo, nos termos do Despacho de fl 30, do Senhor Consultor Jurídico, que no mesmo ato determinou a intimação da Rede União de Rádio e Televisão Ltda.

7. Em sua resposta, a Rede União de Rádio e Televisão Ltda., em petição datada de 24 de fevereiro de 2003, sustenta, em resumo:

- a) que o ato praticado pelo Senhor Consultor Jurídico, ao receber o recurso interposto pela Elo Comunicação Ltda. e dar-lhe efeito suspensivo, é nulo, por considerar que lhe falta competência para, em nome do Senhor Ministro, proferir despacho em petição de recurso;
- b) que o recurso da Elo Comunicação Ltda., visando garantir os efeitos do Decreto de 15 de abril de 2002 é inócuo, pois, de rigor, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional;
- c) que a adjudicação à Elo Comunicação Ltda. da concessão objeto da Concorrência nº 119/1997-SSR/MC decorreu de procedimento licitatório viciado, e que, portanto, é desprovida de amparo legal;
- d) que cabe ao Administrador anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, e que, portanto, o Despacho do Senhor Ministro das Comunicações, de 18 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 7 de janeiro de 2003, Seção 1, p. 71, que declarou a Rede União de Rádio e Televisão Ltda. vencedora da Concorrência nº

119/1997-SSR/MC, em lugar da **Elo Comunicação Ltda.**, visou anular decisão anterior equivocada, pautada em procedimento licitatório viciado.

8. Com esses argumentos, em suma, a **Rede União de Rádio e Televisão Ltda.** requer, ao final, a declaração de nulidade do despacho exarado pelo Senhor Consultor Jurídico, e o não recebimento do recurso interposto pela **Elo Comunicação Ltda.**

9. Pois bem. Para a compreensão exata de toda a questão e até com o fito de melhor articular a manifestação jurídica que servirá de base para a decisão ministerial, nestes autos, em face do recurso interposto pela **Elo Comunicação Ltda.** e bem assim da resposta apresentada pela **Rede União de Rádio e Televisão Ltda.**, convém fazer, com o máximo de objetividade e brevidade possível, o relato de todos os fatos, até porque já constituíram objeto do citado PARECER CONJUR/MC Nº 2640/2002.

10. De começo, portanto, importa registrar, aqui, que a **Rede União de Rádio e Televisão Ltda.** chegou, de fato, a ser declarada vencedora da Concorrência nº 119/1997, com resultado de julgamento, pela Comissão Especial de Licitação, publicado no Diário Oficial da União – DOU de 8 de novembro de 2001, Seção 3, p. 70.

11. No decorrer, contudo, dos procedimentos subsequentes, o Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Radiodifusão, por meio do Memorando nº 109/2001/DAAR/SSR-MC, de 23 de novembro de 2001, de fl. 125, do Processo nº 53610.000058/98, comunicou à Comissão Especial de Licitação que a **Rede União de Rádio e Televisão Ltda.**, vencedora, também, da licitação de concessão de outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco – Acre (Edital nº 051/97 – SFO/MC), embora notificada, reiteradamente, a realizar, no prazo devido, o pagamento do preço da citada outorga, não o fizera, até aquele momento, contrariando, assim, dispositivo do respectivo edital de concorrência, e que outro não fora o objetivo da comunicação senão o de prevenir os responsáveis pela condução dos trabalhos de licitação sobre futuras adjudicações à mencionada empresa, em face do seu inadimplemento.

12. Em tomando conhecimento da referida comunicação, os membros da Comissão Especial de Licitação decidiram, por unanimidade, desclassificar a empresa licitante, **Rede União de Rádio e Televisão Ltda.**, a teor das razões consubstanciadas na Informação nº 0002/2002/CEL-SSR/MC, de 6 de fevereiro de 2002, de fls. 141/143, do Processo nº 53610.000058/98, *verbis*:

“1. Vem a esta Comissão o Memorando sob referência, subscrito pelo Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Radiodifusão – DAAR, cuja finalidade é “(...) prevenir essa Comissão Especial, ao que diz respeito a futuras adjudicações, face à inadimplência (...)” do concorrente Rede União de Rádio e Televisão Ltda., caracterizada pela recusa em celebrar o Contrato de Concessão relativo à outorga de serviços de

radiodifusão de sons e imagens, de acordo com o estabelecido no Edital da Concorrência nº 051/97-SFO/MC, localidade de Rio Branco, Estado do Acre.

2. O Diretor do DAAR juntou o PARECER CONJUR/MC Nº 667/2.001, de 11 de maio de 2001, em cujo pronunciamento do parecerista é admitida a "possibilidade, in these, de assinatura do contrato de concessão após o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no citado Regulamento", desde que se verifique a conveniência administrativa (MÉRITO ADMINISTRATIVO da prorrogação (...)).

3. Foram juntadas, também, ao memorando, cópia de CERTIDÃO subscrita pelo Coordenador-Geral de Outorga, datada de 28 de agosto de 2001, e cópia do Ofício nº 6425/2001-DORS, de 29 subsequente, assinado pelo Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, este endereçado ao Sócio-Gerente da Rede União de Rádio e Televisão Ltda., todos estes expedientes convocando representantes da citada empresa para a celebração do contrato.

4. Em resposta, o concorrente protocolizou, em 05/12/2001, na Delegacia Supervisora do Ministério, em Manaus, Estado do Amazonas, expediente em que solicita "(...) ampliação do prazo para a assinatura do contrato, ao mesmo tempo que formaliza consulta a essa DAAR, quanto a aceitação de títulos e papéis creditórios para pagamento dos valores ofertados" – Doc. Anexo.

5. Como se verifica, a atitude cautelar do Diretor do DAAR merece a atenção desta Comissão, uma vez que o proponente, além de não ter cumprido outro compromisso assumido perante o Poder Público (Concorrência 051/97-SFO/MC, localidade de Rio Branco, AC – Serviço TV), como antes indicado, - vem propor ao Ministério das Comunicações a prorrogação do prazo para celebração de outro contrato de outorga de concessão, propondo condição de pagamento completamente diferente da prevista no Edital.

6. Assim, a Comissão Especial entende que, já estando o concorrente Rede União de Rádio e Televisão Ltda. em situação de inadimplência perante o Ministério, fica

evidenciada sua incapacidade financeira para fazer face a mais um compromisso, caso venha a sagrar-se vencedor da Concorrência nº 119/97, localidade de Maceió, no Estado de Alagoas, serviço TV referenciada.

7. Desta forma, e considerando que se trata de fato superveniente, só conhecido após a superação da fase classificatória do procedimento licitatório, não pode a Comissão Especial deixar de decidir sobre a permanência ou não do concorrente no respectivo certame, sob pena de incorrer em improbidade por ato de omissão, especialmente por tratar-se de fato danoso ao interesse público, que poderá ocorrer em futuro.

8. Ao agente público cabe a responsabilidade pelos atos que pratica e, como se trata de lesão previsível também contra o erário, importa dizer que estaria o agente incurso em improbidade civil, pois, a omissão dolosa ou culposa remete o responsável ao ressarcimento do dano, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.429/92 e art. 159 do Código Civil, ainda sujeito às penalidades pertinentes, previstas na Lei nº 8.112, de 1990.

9. Sendo esta Comissão Especial conhecedora do dano potencial que este caso encerra, o seu Presidente e seus membros titulares decidem, de ofício, pela exclusão da empresa Rede União de Rádio e Televisão Ltda., da Concorrência nº 119/97 – SSR/MC, localidade de Maceió, Estado de Alagoas, Serviço TV.”

13. Decidida a exclusão, *rectius*, a desclassificação da Rede União de Rádio e Televisão Ltda., a Comissão Especial de Licitação reuniu-se em 8 de fevereiro de 2002, e nos termos da Ata de fl 88, do Processo nº 53610.000055/98, declarou vencedora da Concorrência nº 119/1997-SSR/MC a Elo Comunicação Ltda., classificada em terceiro lugar, pois a empresa que ficou em segundo lugar, qual seja, a OTP – Organização de Telecomunicações de Pernambuco Ltda. já houvera, em 4 de junho de 2001, formulado desistência do certame (cf. fl 118, do Processo nº 53610.000056/98), acatada pela Comissão Especial de Licitação (cf. Ata de fl 119, de 2 de julho de 2001, Proc. cit.).

14. Em 4 de março de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União, na Seção 1, p. 49, Despacho do Senhor Ministro de Estado das Comunicações homologando a decisão da Comissão Especial de Licitação, que deu por vencedora da Concorrência a empresa Elo Comunicação Ltda.

15. Em ato contínuo, foi editado o Decreto de 15 de abril de 2002, que concedeu, além de outras entidades que menciona, à **Elo Comunicação Ltda.**, a outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió-AL. E, por meio da Mensagem nº 295, de 23 de abril de 2002, o ato constante do mencionado Decreto foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, ao qual compete, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

16. Assim, tendo sido encaminhada a matéria ao Congresso Nacional, há, praticamente, oito meses atrás, só em 3 de dezembro de 2002 é que veio o Sócio-Gerente da **Rede União de Rádio e Televisão Ltda.** de peticionar ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações a nulidade do resultado do julgamento que desclassificou a referida empresa na Concorrência nº 119/1997, levada a efeito.

17. Submetido o recurso subscrito pelo Sócio Gerente da **Rede União de Rádio e Televisão Ltda.** ao exame e manifestação desta Consultoria Jurídica, esta, nos termos do PARECER CONJUR/MC Nº 2640/2002, de 17 de dezembro de 2002, concluiu, em síntese, pela ocorrência de uma série de equívocos na condução dos trabalhos da Comissão Especial de Licitação, e recomendando fosse declarada a nulidade do ato que considerou vencedora do certame a **Elo Comunicação Ltda.** e de todos os atos subsequentes. Adotando o aludido parecer, o Senhor Ministro das Comunicações deu provimento ao recurso interposto e, indo além do que fora recomendado pela CONJUR/MC, reconheceu como vencedora da Concorrência Pública nº 119/97 a empresa então recorrente (**Rede União de Rádio e Televisão Ltda.**), por meio do citado Despacho de 18 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 7 de janeiro de 2003. Seção 1, p.71.

18. Na mesma data de 18 de dezembro de 2002, pelo Aviso nº 230/MC, o então Ministro das Comunicações solicitou à Casa Civil da Presidência da República gestões junto ao Congresso Nacional no sentido de vir a ser devolvido a esta Pasta o processo de concessão de outorga, com vistas à revisão dos fundamentos que levaram a adjudicação dos serviços à empresa **Elo Comunicação Ltda.**

19. Em 7 de janeiro de 2003, a Casa Civil da Presidência da República, por meio do Ofício nº 4-SUPAR/C.Civil, devolveu a questão a este Ministério, para reavaliação do que se pretendeu com o Aviso nº 230/MC.

20. Em 10 de janeiro de 2003, a **Elo Comunicação Ltda.**, tendo tomado conhecimento do despacho ministerial, de 18 de dezembro de 2002, que deu provimento ao recurso da **Rede União de Rádio e Televisão Ltda.**, e que, concomitantemente, a reconheceu como vencedora da licitação, protocolizou petição objetivando, em suma, a suspensão dos efeitos do referido despacho.

21. Esses os fatos sintetizados. Passo à manifestação jurídica.

II – FUNDAMENTAÇÃO

22. Preliminarmente, não assiste razão à da Rede União de Rádio e Televisão Ltda. em alegar que o ato praticado pelo Senhor Consultor Jurídico, ao receber o recurso interposto pela Elo Comunicação Ltda. e dar-lhe efeito suspensivo é nulo, por lhe faltar competência para, em nome do Senhor Ministro, proferir despacho em petição de recurso.

23. Com efeito, tendo sido remetido à esta Consultoria Jurídica, pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o Processo contendo o recurso da Elo Comunicação Ltda., outra coisa não fez o Senhor Consultor Jurídico senão dar atendimento ao disposto no art. 26 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que estabelece:

“O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.”

24. Bem se vê, portanto, que o argumento da Rede União de Rádio e Televisão Ltda., na vã e inócua tentativa de demonstrar a alegada nulidade do ato praticado pelo Senhor Consultor Jurídico não tem, absolutamente, qualquer sustentação, face à expressa disposição legal, acima transcrita. Quanto ao efeito suspensivo conferido ao recurso, a decisão do Senhor Consultor Jurídico se limitou a corroborar aquilo que já fora decidido pela Casa Civil da Presidência da República, que, em 7 de janeiro de 2003, por meio do mencionado Ofício nº 4-SUPAR/C.Civil, devolveu a questão a este Ministério, suspendendo, portanto, a decisão recorrida, que solicitara gestões ao Congresso Nacional visando à devolução dos autos ao Executivo.

25. No mérito de toda a questão atacada, tanto por parte da Elo Comunicação Ltda., quanto da Rede União de Rádio e Televisão Ltda., bem diversas devem ser as medidas de cunho administrativo em relação àquelas até agora adotadas.

26. Ora, tendo ou não ocorrido falhas no processo licitatório, nos autos da Concorrência Pública nº 119/1997-SSR/MC, não competia a este Ministério, *data venia*, desconstituir ato corporificado em Decreto presidencial. Quanto muito poderia fazê-lo o próprio Presidente da República, se de tudo não houvesse, ainda, encaminhado o ato de outorga de concessão à apreciação do Congresso Nacional, que detém competência para aprová-lo ou não.

27. À toda evidência, o despacho ministerial de 18 de dezembro de 2002, que reconheceu a Rede União de Rádio e Televisão Ltda. como sendo a vencedora do certame, não se revestiu da necessária legitimidade e competência, não podendo, portanto, gerar qualquer efeito.

28. Com esses pressupostos, já de início despiciendo se me revela demorar, aqui, minimamente, na análise de mérito tanto do recurso da Elo Comunicação Ltda., como na resposta da Rede União de Rádio e Televisão Ltda.

29. O fato é que a análise da questão está preclusa na esfera do Poder Executivo.

30. E se enganos ou equívocos vieram a ocorrer na condução do procedimento licitatório, como, aliás, buscou-se demonstrar por ocasião do PARECER CONJUR/MC Nº 2640/2002, o máximo que era e é possível fazer é dar deles conhecimento ao Congresso Nacional, para sua deliberação, e não solicitar, *data venia*, a devolução do Processo a este Ministério, como sugerido no citado Parecer, *máxime* quando, àquela altura, sobre a questão já tinha deliberado a Câmara dos Deputados, tendo seguido a matéria à apreciação, por sua vez, do Senado Federal.
31. Ademais, não é crível que, passados oito meses da edição e publicação do Decreto de 15 de abril de 2002, pudesse, *data maxima venia*, vir a ser recebido o recurso da Rede União de Rádio e Televisão Ltda., e muito menos ter-lhe sido dado provimento, pela Administração, quando a matéria já estava em fase de alçada do Poder Legislativo.
32. Não quero dizer, aqui, que a Administração não possa rever os seus próprios atos, a qualquer momento, quando eivados de ilegalidade. Mas, no caso sob exame, porque manifestamente intempestivo o recurso apresentado pela Rede União de Rádio e Televisão Ltda., e porque, também, preclusa a questão na esfera do Poder Executivo, não poderia a Administração, em hipótese alguma, ter recebido e dado provimento ao recurso, a teor do Despacho ministerial de 18 de dezembro de 2002, e no mesmo ato reconhecer como vencedora da licitação empresa diversa daquela a que se refere o Decreto de 15 de abril de 2002, já sob apreciação do Congresso Nacional.
33. Quanto ao mérito em si do PARECER CONJUR/MC Nº 2640/2002, não há que se lhe fazer reparos, exceto em relação, *permissa venia*, ao que já foi dito e às questões específicas abaixo colocadas.
34. É de se ressaltar que as conclusões do Parecer foram baseadas, exclusivamente, em documentação trazida pela própria Rede União de Rádio e Televisão Ltda., anexa ao seu recurso, face à impossibilidade que teve a douta parecerista de compulsar os autos do processo de licitação, conforme, aliás, sua própria afirmativa, logo a seguir ao seu relatório, à página 3.
35. Assim, não teve oportunidade, certamente, a autora do PARECER CONJUR/MC Nº 2640/2002 de considerar as razões constantes da Informação nº 0002/2002/CEL-SSR/MC, de 6 de fevereiro de 2002, transcrita no item 9 deste Parecer, razões essas que levaram a Comissão Especial de Licitação a desclassificar a Rede União de Rádio e Televisão Ltda., mesmo a despeito de ultrapassada a fase de habilitação.
36. Nesse aspecto, em particular, peço vênias para sustentar, diferentemente do entendimento constante do PARECER CONJUR/MC Nº 2640/2002, que mesmo já ultrapassada a fase de habilitação, na licitação pública, não estará impedido, em absoluto, o julgador, diante de fatos supervenientes capazes de pôr em risco a execução do futuro contrato, de proceder ao reexame dos requisitos relativos à capacitação jurídica, técnica, ou financeira dos licitantes.
37. Outro não é o entendimento expresso na obra de Hely Lopes Meirelles - LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO – 13ª edição, Malheiros Editores, p. 143, abaixo PARECER CONJUR/MC Nº 284/2003

transcrito, citando, por sua vez, Antônio Marcello da Silva, que teve sua tese “Qualificação dos licitantes na concorrência” aprovada, por unanimidade, no I Congresso Estadual do Ministério Público em São Paulo, em dezembro de 19721, RT 435/25:

“...Presentemente, aceitamos, com Marcello da Silva, que fatos supervenientes à habilitação ou só posteriormente chegados ao conhecimento do julgador justificam o reexame dos requisitos de capacitação jurídica, técnica ou financeira, “sempre que pesem no juízo da exequibilidade da proposta ou possam influir negativamente na efetivação do futuro contrato.” A primeira hipótese, no dizer do citado autor, abrange os casos de “inviabilidade relativa da proposta”, ou seja, aqueles em que uma oferta incomum, mas aparentemente viável, mostra-se, a final, inexecutível, por não possuir o proponente os recursos técnicos ou financeiros específicos para sua execução, embora tenha sido regularmente habilitado de acordo com os requisitos exigidos no edital. São exemplos da segunda hipótese os casos que configuram impedimento para a contratação do proponente, tais como sua insolvência, a dissolução da sociedade ou a morte do licitante, a decretação de sua inidoneidade para contratar com a Administração e a redução da sua real capacidade operativa ou financeira, pelo comprometimento total ou parcial dos recursos existentes à época da elaboração da proposta. Qualquer desses fatos supervenientes, ou só chegados ao conhecimento do órgão julgador ou da autoridade competente para a homologação posteriormente à fase de habilitação, pode ensejar a desclassificação da proposta, que se tornou assim, manifestamente inexecutível, e a eliminação do proponente. Agora, a lei encampou essa doutrina no art. 43, § 5º.”

38. Com efeito, reza o citado art. 43, § 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

“A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

.....

§ 5º Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes (incs. I e II) e abertas as propostas (inc.III), não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.”
(negrito meu)

39. Vê-se, pois, que a Comissão Especial de Licitação, nesse aspecto, não andou mal; ao contrário, agiu com cautela e responsabilidade, justificando, pormenorizadamente, sua decisão em desclassificar a Rede União de Rádio e Televisão Ltda.

40. Por outro lado, assiste plena razão à autora do PARECER CONJUR/MC Nº 2640/2002 quando sustentou que não podia a Comissão Especial de Licitação ter acatado o pedido de desistência da **OTP – Organização de Telecomunicações de Pernambuco Ltda.**, classificada em segundo lugar. É inquestionável essa posição, pois assim prescreve o mesmo art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, em seu § 6:

“Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.”

41. Ora, compulsando os autos do Processo nº 53610.000056/98, à fls 118 e 119, vê-se que a desistência da citada empresa ocorreu em 4 de junho de 2001, e em 2 de julho de 2001 a Comissão Especial de Licitação acolheu, textualmente, a desistência formulada, após, portanto, a fase de habilitação, que ocorreu em 9 de setembro de 1999, a teor da publicação do Resultado de Habilitação, no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 1999, Seção 3, p. 18.

42. Em assim tendo agido, equivocou-se a Comissão julgadora, pois, de fato, com a adjudicação dos serviços à terceira colocada, no caso a **Elo Comunicação Ltda.**, deixará o erário de recolher importância mais vantajosa para a Administração, por ocasião da assinatura do futuro contrato.

III – CONCLUSÃO

43. Destarte, considerando que os atos de outorga de serviços de radiodifusão não são atos próprios e exclusivos da Administração, assim entendidos como atividades típicas do Executivo, já que os três Poderes do Estado detêm sobre eles parcela de competência constitucional, como bem salientado, neste aspecto, em recente Parecer desta Consultoria Jurídica (PARECER CONJUR/MC Nº 279/2003, de 15 de abril de 2003); considerando, consequentemente, que o Presidente da República não poderia desconstituir seu próprio ato, consubstanciado no Decreto de 15 de abril de 2002, uma vez já tendo sido ele encaminhado ao Congresso Nacional, para os fins constantes do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal; considerando, ainda, que o Despacho ministerial de 18 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 7 de janeiro de 2003, Seção 1, p. 71, não pode, muito menos, desconstituir ato de competência do Presidente da República, e que, portanto, não se revestiu, em qualquer momento, de legalidade para declarar a **Rede União de Rádio e Televisão Ltda.** como vencedora da licitação; considerando, finalmente, que a Câmara dos Deputados já se pronunciou sobre o ato constante do Decreto de 15 de abril de 2003 e que a matéria pende, agora, de deliberação do Senado Federal; sou de parecer que:

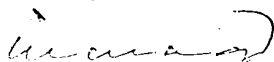
- a) seja comunicado ao Senado Federal, em atendimento ao Requerimento de Informação nº 143, de 2003, do Senador Jefferson Péres, cópia do

despacho ora proferido neste Processo pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, cuja minuta segue anexa, acompanhada de cópia deste e do Parecer de nº 2640/2002, a fim de que o Poder Legislativo, ao deliberar sobre a outorga, leve essas informações na consideração que julgar devida, no exercício independente do Poder que lhe confere a Lei Maior (art.2º);

- b) prestadas as informações ao Senado Federal, na forma da alínea "a" supra, fica prejudicado o recurso da **ELO COMUNICAÇÃO LTDA.** (Processo n.º 53000.000305/2003), uma vez que não cabe ao Ministro de Estado das Comunicações decidir sobre matéria já submetida à apreciação do Poder Legislativo;
- c) seja publicado no Diário Oficial da União o Despacho do Senhor Ministro, dando-se, também, ciência aos interessados, por meio de Ofício.

É o Parecer que levo à apreciação do Senhor Consultor Jurídico, acompanhado de minuta de despacho a ser submetida à consideração do Senhor Ministro.

Brasília, 16 de abril de 2003



JORGE EUDES DO LAGO

Coordenador-Geral de Assuntos Administrativos

Estou de pleno acordo com o percuente parecer, pelos seus próprios fundamentos. Peço licença apenas para transcrever, como reforço de fundamentação, excerto de parecer que proferi sobre situação semelhante, cujas considerações são também aplicáveis à hipótese em exame:

“19. Com efeito, as situações já consolidadas não devem ser revistas, em razão do princípio da estabilidade das relações jurídicas, que também há de ser levado em consideração na hipótese dos autos. A revisão determinada no aludido despacho ministerial não pode alcançar as concessões e permissões que já tenham sido aprovadas por Decreto do Presidente da República ou por Decreto Legislativo editado pelo Congresso Nacional, no exercício da competência que lhe é atribuída pelo § 3º do art. 223 da Constituição da República.

“20. É que o Ministro de Estado das Comunicações, obviamente, não tem competência legal para anular atos praticados pelo Presidente da República ou pelo Congresso Nacional. A outorga de serviços de radiodifusão é ato composto, para o qual concorrem a vontade do Poder Executivo e a do Poder Legislativo na sua formação. E, no seu desfazimento, é necessária também a manifestação do Poder Judiciário, nos termos do § 4º do mesmo art. 223 da Constituição da República.

“21. A relevância social dos serviços de radiodifusão, estreitamente relacionados com a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (CF, art. 5º, IX), impossibilita que a matéria fique relegada a segundo plano de competência legal, razão por que deve observar o sistema tripartite de exercício dos poderes do Estado.

“22. É certo que a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de ilegalidade, como já dizia o verbete 473 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, atualmente positivado pelo art. 53 da Lei nº 9.784/99.

“23. Ocorre, no entanto, que os atos de outorga de serviços de radiodifusão não são atos próprios da Administração, entendida como atividade típica e exclusiva do Executivo. Como visto, são atos compostos, em relação aos quais os três Poderes do Estado detêm parcela de competência constitucional. Não podem, portanto, ser anulados unilateralmente pelo Poder Executivo.

“24. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 300.116-SP (2001/0005309-2), da lavra do eminente Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, conforme acórdão publicado no DJ de 25/2/2002, p. 222, e na RSTJ, v. 154, p. 104, sobre a matéria, assim se manifestou:

‘ I – Se não se nega à Administração a faculdade de anular seus próprios atos, não se há de fazer disso, o reino do arbítrio.’ (STF – RE 108.182/Min. Oscar Corrêa).

II – “ A regra enunciada no verbete 473 da Súmula do STF deve ser entendida com algum temperamento: no atual estágio do Direito brasileiro, a Administração pode declarar a nulidade de seus próprios atos, desde que, além de ilegais, eles tenham causado lesão ao Estado, sejam insuscetíveis de convalidação e não tenham servido de fundamento a ato posterior praticado em outro plano de competência. (STJ – RMS 407/Humberto).

III – A desconstituição de licitação pressupõe a instauração de contraditório, em que se assegure ampla defesa aos interessados. Esta é a regra proclamada pelo art. 49, § 3º da Lei 8.666/93.

IV – A declaração unilateral de nulidade de licitação, sem assegurar ampla defesa aos interessados, ofende o Art. 49, § 3º da Lei 8.666/93” (Grifou-se).

“25. Essa é a hipótese objeto da presente ressalva. As outorgas que tenham sido aprovadas por decreto presidencial ou decreto legislativo, não podem ser objeto da revisão determinada no despacho ministerial publicado no DOU em 7/1/2003. Em tais situações, os atos não podem ser revistos porquanto já serviram de “**fundamento a ato posterior praticado em outro plano de competência**”, sendo, portanto, insuscetíveis de anulação unilateral pelo Poder Executivo, conforme orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, expressa no mencionado acórdão da lavra do eminente Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS (RESP 300.116-

SP, DJ 25/2/2002, p. 222, RSTJ, v. 154, p. 104)” (PARECER CONJUR/MC N.º 279/2003, de 15 de abril de 2003).

Depois de outorgada a concessão de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens por Decreto do Presidente da República, exaure-se a competência do Ministro de Estado das Comunicações para praticar atos no processo licitatório que lhe deu origem, sobretudo quando a outorga, como ocorre na hipótese dos autos, já foi submetida à deliberação do Congresso Nacional, para os efeitos do inciso XII do art. 49, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição da República, tendo até mesmo a Câmara dos Deputados aprovado a concessão, que aguarda apenas o pronunciamento do Senado Federal.

O dever da Administração de anular seus próprios atos, previsto no verbete n.º 473 da súmula do Supremo Tribunal Federal e positivado no art. 53 da Lei n.º 9.784/99, não pode alcançar atos que “tenham servido de fundamento a ato posterior praticado em outro plano de competência”, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ora esposada (v.g. acórdão proferido no RESP n.º 300.116-SP – 2001/0005309-2, Relator: Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, publicado no DJ de 25/2/2002, p. 222, e na RSTJ, v. 154, p. 104).

O Despacho do Ministro de Estado das Comunicações de 18 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 7 de janeiro de 2003, Seção 1, p. 71, que trata do assunto, foi exarado quando a matéria já estava aprovada na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal, sendo, portanto, ineficaz, pois o Ministério não tem o poder de revogar ou anular decisões do Legislativo.

Não obstante, sugiro sejam encaminhadas ao Senado Federal cópias do presente Parecer e do PARECER/CONJUR/MC N.º 2640/2002, em atendimento ao Requerimento de Informação n.º 143, de 18 de março de 2003, do Senador Jefferson Péres, e a fim de que aquela augusta Casa de Leis, ao deliberar sobre a outorga, leve essas informações na consideração que julgar devida, no exercício independente do Poder que lhe confere a Lei Maior (art. 2º), julgando-se prejudicado o recurso interposto pela empresa ELO COMUNICAÇÃO LTDA. (Processo n.º 53000.000305/2003).

Aprovo o parecer e a respectiva minuta de despacho ministerial. Ao Gabinete do Senhor Ministro.

Em 16/4/2003


ERASTO VILLA-VERDE FILHO
Consultor Jurídico

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**

**TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes**

**CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....
**TÍTULO VIII
Da Ordem Social**

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

.....
Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
PARECER Nº 624-A, DE 2003

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 645,

de 2002 (nº 2.089, de 2002, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato constante do Decreto de 15 de abril de 2002, que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

O ato em análise foi objeto do Requerimento de Informações nº 143, de 2003, dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações, tendo estado sobrestado até o recebimento dos esclarecimentos pretendidos.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 645, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, norma interna disciplinadora do processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior,

nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 645, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, e ante o recebimento dos esclarecimentos solicitados ao Ministro de Estado das Comunicações, opinamos pela apro-

vação do ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Jefferson Pêres**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
LISTA DE VOTA, O NOMINAL - PDS 645, 2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TÍAO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUÍZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGÊ	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÊRES	X			
ALMEIDA LIMA					ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: SIM: 15 NÃO: 14 ABS: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

PARECER Nº 625, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 651, de 2002 (nº 1.752/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Educativa Jovem Solidária de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 651, de 2002 (nº 1.752, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Educativa Jovem Solidária de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 320, de 25 de maio de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo

Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é regulada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 651, de 2002 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 651, de 2002 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela Aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária e Educativa Jovem Solidária de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na

Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 01 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 651, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 320, de 25 de maio de 2001, que autoriza a Associação Comunitária e Educativa Jovem Solidária de Radiodi-

usão, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

Sala da Comissão – **Osmar Dias**, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Iris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 651 / 06

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003


SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 651/02

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATI					EURIPIDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 PRESIDENTE: 1



SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 06 / 2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 651, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Educativa Jovem Solidária de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 320, de 25 de maio de 2001, que autoriza a Associação Comunitária e Educativa Jovem Solidária de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que mencionam.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 626, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 652, de 2002 (nº 1.753/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Onda Nova –

ACON a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 652, de 2002 (nº 1.753, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Onda Nova – ACON a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 413, de 7 de agosto de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 652, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez

anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 652, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Onda Nova – ACON a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 652, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 413, de 7 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Onda Nova – ACON, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade de, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 652102

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (P1, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (P1, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003


SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 652/02

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003


 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 652, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Onda Nova – ACON a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 413, de 7 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária – Onda Nova – ACON, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,

observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

.....

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

.....

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

.....

PARECER Nº 627, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 661, de 2002 (nº 1.766/2002, na Câmara dos De-

putados), que aprova o que autoriza a Associação dos Moradores de Lagedo do Tabocal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Reginaldo Duarte**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 661, de 2002 (nº 1.766, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Lagedo do Tabocal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 802, de 28 de dezembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radi-

odifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 661, de 2002, não evidenciou violação das

formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 661, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação dos Moradores de Lagedo do Tabocal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 661, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 802, de 28 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação dos Moradores de Lagedo do Tabocal, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Reginaldo Duarte**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS

661,2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBAO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGILIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05 / 2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS

661/2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM 14 NÃO

PRESIDENTE: 01

AUTOR:

ABS:

NÃO:

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

OSMAR DIAS
 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 661, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Lagedo do Tabocal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 802, de 28 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação dos Moradores de Lagedo do Tabocal a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Reginaldo Duarte**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de

sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117. DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963.

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 628, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2002 (nº 1.803/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Feminina de Montalvânia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2002 (nº 1.803, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Feminina de Montalvânia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 536, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços

de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é regulada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 12 de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 683, de 2002, não evidenciou violação

das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998. embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 683, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela Aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Feminina de Montalvânia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 01 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 683, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 536, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Feminina de Montalvânia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator –
Flávio Arns – **Duciomar Costa** – **Íris de Araújo** –
Gerson Camata – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** –
Eduardo Azeredo – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 683/02

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM 14 NÃO 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

Osmar Dias
SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 683102

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELETON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRUPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				


TOTAL 15 SIM: 14 NÃO:

PRESIDENTE: 1

AUTOR:

ABS:

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003



SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 683, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Feminina de Montalvânia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 536, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Feminina de Montalvânia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

TÍTULO VIII

Da Ordem Social

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” ... (NR)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

PARECER Nº 629, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2002 (nº 1.806/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Produtores Residentes nos Bairros de Parambu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parambu, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Reginaldo Duarte**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2002 (nº 1.806, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Produtores Residentes nos Bairros de Parambu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parambu, Estado do Ceará.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 542, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de

acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 685, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 685, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela

aprovação do ato que autoriza a Associação dos Moradores e Produtores Residentes nos Bairros de Parambu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parambu, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 685, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 542, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação dos

Moradores e Produtores Residentes nos Bairros de Parambu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Parambu, Estado do Ceará.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003 – Senador **Osmar Dias** – Presidente – Senador **Reginaldo Duarte** – Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 685 / 2002

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GABRIEL ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUÍZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LÂNDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 685/2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTAVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: _____ ABS: _____ AUTOR: _____ PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27.05 / 2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 685, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Produtores Residentes nos Bairros de Parambu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parambu, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 542, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação dos Moradores e Produtores Residentes nos Bairros de Parambu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Parambu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Reginaldo Duarte**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....

SEÇÃO II
Das Atribuições Do Congresso Nacional

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

.....

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

.....

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

.....

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

.....

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 630, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 726, de 2002 (nº 1.911/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o do que autoriza a Associação Comunitária Pro-Cidadania e Cultura de Paracuru – ACOMCULT, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracuru, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Reginaldo Duarte**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 726, de 2002 (nº 1.911, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pro-Cidadania e Cultura de Paracuru – ACOMCULT, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracuru, Estado do Ceará.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 682, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações do Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços

de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 12 de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 726, de 2002, não evidenciou violação

das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 726, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Cidadania e Cultura de Paracuru – ACOMCULT, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracuru, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 726, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 682, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Pró-Cidadania e Cultura de Paracuru – ACOMCULT, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracuru, Estado do Ceará.

Sa1a da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Reginaldo Duarte**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 726/2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TÍAO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 01
 ABS: AUTOR: PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM / / 2003

SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS

726,2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIAO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05 / 2003

Osmar Dias
SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 726, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Cidadania e Cultura de Paracuru – ACOMCULT, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracuru, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 682, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Pró-Cidadania e Cultura de Paracuru – ACOMCULT, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracuru, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Reginaldo Duarte**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV
Da Organização Dos Poderes

CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo

SEÇÃO II
Das Atribuições Do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que men-
ciona.**

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

PARECER Nº 631, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 727, de 727, de 2002 (nº 1.917/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Educativa de Biquinhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Biquinhas, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 727, de 2002 (nº 1.917, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Educativa de Biquinhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Biquinhas, Estado de Minas Gerais.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 759, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, aos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.17, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSK), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de junho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também

sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 727, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 727, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Educativa de Biquinhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Biquinhas, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 227, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 759, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Educativa de Biquinhas, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Biquinhas, Estado de Minas Gerais.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima** – **Marco Maciel**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 727/2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÁO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: _____ ABS: _____ AUTOR: _____ PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / EMENDA AO PDS


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSE MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1

AUTOR: _____ PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003


SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 727, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Educativa de Biquinhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Biquinhas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 759, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Educativa de Biquinhas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Biquinhas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente, Senador **Eduardo Azevedo**, Relator

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002).

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 632, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 733, de 2002 (nº 1.957/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação comunitária dos Moradores de Santa Bárbara do Tugúrio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Tugúrio, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 733, de 2002 (nº 1.957, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Santa Bárbara do Tugúrio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Tugúrio, Estado de Minas Gerais.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 378, de 11 de julho de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o ad. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e elaborado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de

concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normalizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92, não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a respeito no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 733, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 733, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Santa Bárbara do Tugúrio, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Tugúrio, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 733, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 378, de 11 de julho de 2001, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Santa Bárbara do Tugúrio, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Santa Bárbara do Tugúrio, Estado de Minas Gerais.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Sala das Sessões, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 73312002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: _____ VRS: _____ AUTOR: _____ PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 7332002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003

Camargo
SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 733, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Santa Bárbara do tugúrio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Tugúrio, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 378, de 11 de julho de 2001, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Santa Barbara do Tugúrio, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Santa Bárbara do Tugúrio, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 633, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 736, de 2002 (nº 1966/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ação Social, Cultural e de Comunicação – ACASCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 736, de 2002 (nº 1.966, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ação Social, Cultural e de Comunicação – ACASCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República a submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 770, de 14 de dezembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de conces-

são, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não confraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 736, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de

1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 736, de 2002, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Ação Social, Cultural e de Comunicação – ACASCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 736, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 770, de 14 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Ação Social, Cultural e de Comunicação – ACASCC, a executar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 73612002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TÍAO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA					PAULO OCTAVIO				
ROSEANA SARNEY	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 12 NÃO: 3 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTIL: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 736/2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM, 11 NÃO, 0 ABS, 1 AUTOR, 1 PRESIDENTE, 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

Osmar Dias
 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 736, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ação Social, Cultural e de Comunicação – A CASC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 770 de 14 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Ação Social, Cultural e de Comunicação – ACASCC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente; Senador **Eduardo Azeredo**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições iguais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11.12.2002)

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a apreciação e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

.....
DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

.....
DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

.....
PARECER Nº 634, DE 2003

Da Comissão e Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2002 (nº 2.012/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Vera Cruz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2002 (nº 2.012, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão da Rádio Clube de Vera Cruz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora

em onda média na cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 4 de setembro de 1998, que renova concessão para exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 755, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à com-

petência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 755, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos

pela aprovação do ato que renova concessão da RÁDIO CLUBE DE VERA CRUZ LTDA., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Demóstenes Torres**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 755 / 02

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AEILTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MAO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GABRIEL ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUÍZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LORÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 45 SIM 10 NÃO 0 ABS. 0 AUTOR 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003


SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 635, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 764, de 2002 (nº 2.096/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade de Rádio Clube de Bilac Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda médio na cidade de Bilac, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 764, de 2002 (nº 2.096, de 2002,

na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Bilac Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bilac, Estado de São Paulo.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 6 de dezembro de 2000, que renova concessão para exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 764, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 764, de 2002, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo re-

paros quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova concessão da Sociedade Rádio Clube de Bilac Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bilac, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Demóstenes Torres**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 764, 2002

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MAO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUÍZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LÓBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: _____ PRESIDENTE: OJ

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização, para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio de complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar de recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 636, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2003 (nº 1.956/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

Relator: Senador **Leonel Pavan**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2003 (nº 1.956, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 422, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 19, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislati-

vo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 19, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não ha-

vendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Leonel Pavan**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 19 / 03

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOSÉ CARPENTER					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELETON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUÍZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JOSÉ BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSE AGRIPIANO	X			
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL				
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN	X				EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTONIO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVACANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 46 SIM: 15 NÃO: 31 ABS: 0 AUT: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 637, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2003 (nº 1.344/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2003 (nº 1.344, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 684, de 25 de outubro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XIII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de

concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, (de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 24, de 2003 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para a dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 24, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 24, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 684, de 25 de outubro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Amigo de Paulo de Faria a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Sala das Sessões, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Demóstenes Torres**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 04 / C 3

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TÍAO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUÇIONAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 5 SIM: 11 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 024/03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALEO PAES				
DUCOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGIE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 5 SIM: 14 NÃO: 11 ABS: 10 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003


SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 24, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 684, de 25 de outubro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente; – **Demóstenes Torres**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL 1988*

SEÇÃO II

Das Atribuições Do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 638, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2003 (nº 1.675/2002, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vila Real para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Senador **Sérgio Cabral**

I – Relatório

Trata-se do pedido de autorização à Fundação Vila Real para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

O Ministro das Comunicações encaminhou à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 1.172/01, a fim de submeter ao Congresso Nacional a outorga acima referida, concedida pelo Decreto de 22 de outubro de 2001.

A requerente juntou ao seu requerimento a documentação exigida em Lei (fls. 02/72). Foram formuladas exigências às fls. 74, cumpridas às fls. 75/100.

O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações apresentou o seu Relatório às fls. 102/104, no qual opinou pelo deferimento do pedido de autorização para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

A Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações examinou a documentação apresentada pela requerente e opinou também favoravelmente à autorização, conforme se pode ver de fls. 105/106.

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.675-B, de 2002, que “aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vila Real para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro”, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

A seguir, o processo foi encaminhado ao Senado Federal.

II – Análise

O Regimento interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, defere à Comissão de Educação opinar e deliberar acerca de proposições que versem sobre difusão de sons e imagens. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Conforme se pode ver do relatório acima efetivado, a requerente preenche todos os requisitos legais para obter a autorização de funcionamento de rádio comunitária na Cidade de Niterói.

III – Voto

Pelo exposto, tendo em vista o preenchimento das formalidades legais, o parecer é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 28/03 (PDC 01675 de 2002, na origem), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vila Real para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2002. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Sérgio Cabral**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 28 / 03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALEO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: 04

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

PARECER Nº 639, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2003 (nº 1.776/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universidade de Passo Fundo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal, ato constante do Decreto de 24 de outubro de 2001, que outorga concessão à Fundação Universidade de Passo Fundo para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, com fins unicamente educativos, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

A documentação anexada à mensagem presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de outorga pelo Poder Executivo para execução de serviço de radiodifusão educativa obedece a exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão. Ainda, de acordo com a decisão do plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, dispõe no seu art. 16, § 1º, que as outorgas a estados e municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Pre-

sidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizadas por meio de convênio. O RSR estabelece ainda, no seu art. 13, §§ 1º e 2º, que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Tampouco se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estado e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 34, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação aplicável.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto da técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 34, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Universidade de Passo Fundo, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pas-

so Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Luiz Otávio**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Eduardo Azeredo** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 34 / 2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CARIBERIBE					PAPALEO PAES				
DUCIOMAR COSTA					SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVIELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA	X			
GERSON CAMATA	X				LUÍZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LORÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA					ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.
.....

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.
.....

LEI Nº 4.117. DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
.....

**DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.
.....

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as universidades brasileiras;
- d) as fundações constituídas no Brasil, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As universidades e fundações deverão, comprovadamente, possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.
.....

**DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996**

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.
.....

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

**Aprova Regulamento dos Serviços
de Radiodifusão.**

Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço: (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

§ 2º A documentação referente aos interessados na execução do serviço mencionado no parágrafo anterior será, no que couber, a mesma prevista no art. 15 deste decreto, acrescidas das exigências constantes de normas específicas. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

Art. 16. As propostas serão examinadas e julgadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos neste artigo. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

(???) 10. As outorgas a Estados e Municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizadas por meio de convênio a ser firmado no prazo de sessenta dias. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

PARECER Nº 640, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2003 (nº 1.794/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Difusão Comu-

nitária Litoral FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Norte, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **João Ribeiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2003 (nº 1.794, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Difusão Comunitária Litoral FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 434, de 3 de agosto de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, autorização e renovação de concessão, permissão e autorização para servi-

ços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 12 de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 35, de 2003, não evidenciou violação das

formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 35, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Sociedade Rádio Difusão Comunitária Litoral FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 35, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 434, de 3 de agosto de 2000, que autoriza a Sociedade Rádio Difusão Comunitária Litoral FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **João Ribeiro**, Relator – Flávio Arns – Aelton Freitas – Íris de Araújo – Sérgio Cabral – Demóstenes Torres – Jorge Bornhausen – José Jorge – Renildo Santana – Marco Maciel – Reginaldo Duarte – Eduardo Azeredo – Almeida Lima.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 035/03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPE					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNIAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL				
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTAVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGILIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 035/03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALEO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS					MARCELO CRIVELIA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				THEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT				
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES	SIM			
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM			
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 35, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Difusão Comunitária Litoral FM a executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 434, de 3 de agosto de 2000, que autoriza a Sociedade Rádio Difusão Comunitária Litoral FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente, Senador **João Ribeiro**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

SEÇÃO II

Das Atribuições Do Congresso Nacional

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,

observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

.....

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

.....

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002.)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 641, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2003 (nº 1.797/2002, na Câmara dos Deputados, que aprova) ato que autoriza a Associação de Amigos Moradores do Ba-

irro Centro – AMICENTRO, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador Valdir Raupp

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2003 (nº 1.797, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro – AMICENTRO, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 501, de 24 de agosto de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas

proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 36, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612,

de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 36, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro – AMICENTRO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 36, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 501, de 24 de agosto de 2001, que autoriza a Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro – AMICENTRO, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **Valdir Raupp**, Relator –
Flávio Arns – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** –
Gerson Camata – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Marco Maciel** – **Renildo Santana** – **Eduardo Azeredo** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 36 1203

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIAO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVAITI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 36 12003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUÍZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNIAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTE					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003


 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 36, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro –AMICENTRO, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 501, de 24 de agosto de 2001, que autoriza a Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro – AMICENTRO – a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Valdir Raupp**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

.....

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

.....

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

.....

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

.....

Art. 6º Compete ao poder concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta

lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 642 , DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2003 (nº 1.923/ 2002, na Câmara dos

Deputados), que aprova ato que outorga permissão à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas – FADENOR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal, ato constante da Portaria nº 131, de 5 de fevereiro de 2002, que outorga permissão à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do norte de Minas – FADENOR para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins de exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

A documentação anexada à mensagem presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicação, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de

Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de outorga pelo Poder Executivo para execução de serviço de radiodifusão educativa

obedece a exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, dispõe no seu art. 16, § 10, que as outorgas a estados e municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizados por meio de convênio. O RSR estabelece ainda, no seu art. 13, §1º e 2º, que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Tampouco se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que *dispõe sobre* formalidades e critérios a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu Código Brasileiro de Telecomunicações.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda a, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Se-

nado Federal. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 46, de 2003 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação aplicável.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativo, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 46, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas – FADENOR, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **Eduardo Azeredo** Relator – **Flávio Arns** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS

16/12/03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FATIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDEI J. SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL				
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA					ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Seção II

Das Atribuições Do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo

único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 117 (*), de 27 de agosto de 1962

Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

**Aprova regulamento dos Serviços
de Radiodifusão.**

.....
Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço: (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
§ 1º E dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
§ 2º A documentação referente aos interessados na execução do serviço mencionado no parágrafo anterior será, no que couber, a mesma prevista no art. 15 deste decreto, acrescidas das exigências constantes de normas específicas. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
Art. 16. As propostas serão examinadas e julgadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos neste artigo. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
10. As outorgas a estados e municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizadas por meio de convênio a ser firmado no prazo de sessenta dias. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

PARECER Nº 643, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2003 (nº 1.924, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universidade

do Sul de Santa Catarina – UNISUL, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Relator: Senador **Leonel Pavan**

I – Relatório

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal, ato constante do Decreto de 8 de março de 2002, que outorga concessão à Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

A documentação anexada à mensagem presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca das proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciarse também sobre a constitucionalidade, juridicida-

de e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

O processo de outorga pelo Poder Executivo para execução de serviço de radiodifusão educativa obedece a exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, dispõe no seu art. 16, § 1º, que as outorgas a estados e municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizadas por meio de convênio.

O RSR estabelece ainda, no seu art. 13, §§ 1º e 2º, que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Fe-

deral. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 47, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação aplicável.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 47, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, para executar serviço de radiodifusão de sons imagens na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **Leonel Pavan**, Relator –
Flávio Arns – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** –
Sérgio Cabral – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Marco Maciel** – **Renildo Santana** – **Eduardo Azeredo** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 047 / 2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSE AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN	X				EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VIELLA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 PRESIDENTE: OL

SAÍDA DAS REUNIÕES EM 27.05.2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPITULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço: (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

§ 2º A documentação referente aos interessados na execução do serviço mencionado no parágrafo anterior será, no que couber, a mesma prevista no art. 15 deste Decreto, acrescidas das exigências constantes de normas específicas. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

Art. 16. As propostas serão examinadas e julgadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos neste artigo. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

10. As outorgas a Estados e Municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizadas por meio de convênio a ser firmado no prazo de sessenta dias. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

PARECER Nº 644, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2003 (nº 1.929/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Serra Azul para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porangatu, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2003 (nº 1.929, de 2002, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato constante do Decreto de 22 de outubro de 2001, que outorga concessão à Fundação Cultural Serra Azul para executar pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade e com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porangatu, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Cumprida à Comissão de Educação, conforme o art. 102, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, de acordo com o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, dispõe no seu art. 16, § 1º, que as outorgas a estados e municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, respectivamente, e serão formalizadas por meio de convênio. O RSR estabelece ainda, no seu art. 13, §§ 1º e 2º, que a outorga para exploração de serviço não depende de edital.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto

não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 48, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprova-

ção do ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL SERRA AZUL, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porangatu, Estado de Goiás, com fins exclusivamente educativos, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Presidente, Relator. – **Osmar Dias**, Presidente – **Demóstenes Torres**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Marco Maciel** – **Renildo Santana** – **Eduardo Azeredo** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 243 / C 3

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FATIMA CLEIDE					TÍAO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE	X				PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA					SIBA MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GABRIELDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA					PAULO OCTAVIO				
ROSEANA SARNEY	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTONIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / C 5 / 2003


SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....
SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....
CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

.....
Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das

leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

.....
DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

.....
Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

a) a União;

b) os Estados, Territórios e Municípios;

c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

.....
DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

**Aprova Regulamento dos Serviços
de Radiodifusão.**

.....
Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço: (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
§ 2º A documentação referente aos interessados na execução do serviço mencionado no parágrafo anterior será, no que couber, a mesma prevista no art. 15 deste decreto, acrescidas das exigências constantes de normas específicas. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
Art. 16. As propostas serão examinadas e julgadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos neste artigo. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
10. As outorgas a Estados e Municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizadas por meio de convênio a ser firmado no prazo de sessenta dias. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

PARECER Nº 645, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2003 (nº 1.931/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que auto-

riza a Associação de Radiodifusão Comunitária Voz da Ilha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha de Itamaracá, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2003 (nº 1.931, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Voz da Ilha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha de Itamaracá, Estado de Pernambuco.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 466, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídica, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de

concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 49, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 49, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “Voz da Ilha” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha de Itamaracá, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 49, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 466, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “Voz da Ilha” a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ilha de Itamaracá, Estado de Pernambuco.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Presidente; – Relator. – **Osmar Dias**, Presidente – **José Jorge**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **Marco Maciel** – **Renildo Santana** – **Eduardo Azeredo** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 049 / 2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALEO PAES				
DIUCOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCHELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUÍZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTAVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 24/06/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 049/2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TÍAO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSE MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES	X				EDISON LOBAO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSE AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTAVIO				
ROSEFANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 21 / 06 / 2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 49, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “Voz da Ilha” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha de Itamaracá, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 466, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “Voz da Ilha” a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ilha de Itamaracá, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **José Jorge**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º – O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º – A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º – O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º – O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º – o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117. DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se

cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 646, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de

2003 (nº 1.941/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado – UAMBLA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador Valdir Raupp

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2003 (nº 1.941, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado – UAMBLA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 578, de 26 de setembro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodi-

fusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciarse também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39 de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 53, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 53, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado – UAMBLA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 12 do PDS nº 53, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 578, (de 26 de setembro de 2001, que autoriza a União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado – UAMBLA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço (de radiodifusão comunitária, na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Presidente, Relator – **Osmar Dias**, Presidente – **Valdir Raupp**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Marco Maciel** – **Renildo Santana** – **Eduardo Azeredo** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS

5312003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALEO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGES BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 53/2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIAO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIONAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				JUVENCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGÉ BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 06 / 2003


 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 53, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado – UAMBLA – a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 578, de 26 de setembro de 2001, que autoriza a União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado – UAMBLA – a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente, Senador **Valdir Raupp**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*

.....

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

.....

**DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

**DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963**

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

.....

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

.....

Art. 6º Compete ao poder concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

.....

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

.....

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e

estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

.....
PARECER Nº 647, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 20(3 (nº 1.955/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Guarujá Paulista S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Valdir Raupp

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2003 (nº 1.955, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Guarujá Paulista S.A. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 616, de 4 de outubro de 2000, que renova permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão,

televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 57, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 57, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Rádio Guarujá Paulista S.A., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Sala das Sessões, 27 de maio, de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente, **Valdir Raupp**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Marco Maciel** – **Renildo Santana** – **Eduardo Azeredo** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 57/2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALEO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSE AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGILIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/06/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL 1988**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 648, DE 2003

**Da Comissão de Educação, sobre o
Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de**

2003 (nº 1.975/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova – ACULAR – PRBCN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador Eduardo Azeredo

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2003 (nº 1.975, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova – ACULAR – PRBCN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 766, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de

concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 12 de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 60, de 2003, não evidenciou violação das for-

malidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 60, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova – ACULAR – PRBCN – a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 60, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 766, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova – ACULAR – PRBCN – a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente, **Eduardo Azeredo**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Marco Maciel** – **Renildo Santana** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 60/2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FATIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTAVIO				
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTAVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: _____ ABS: _____ AUTOR: _____ PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 24/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

EMENDA AO PDS 60/2003

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTAVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTAVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 45 SIM: 44 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 60, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do bairro Cidade Nova – ACULAR – PRBCN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 766, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova – ACULAR – IPRBCN a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente; **Eduardo Azeredo**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL 1988*

.....

**TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo**

.....

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

**TÍTULO VIII
Da Ordem Social
CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações

.....

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

.....

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentai o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

PARECER Nº 649, DE 2003

Da Comissão De Educação, Sobre O Projeto De Decreto Legislativo Nº 62, De 2003 (Nº 1979/2002, Na Câmara Dos Deputados), Que Aprova O Ato Que Outorga Concessão À Fundação Cultural “Padre Luiz Bartholomeu” Para Executar Serviço De Radiodifusão De Sons E Imagens Na Cidade De Pirassununga, Estado De São Paulo.

Relator: Senador João Ribeiro

I – Relatório

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal, ato constante do Decreto de 15 de janeiro de 2002, que outorga concessão à Fundação Cultural “Padre Luiz Bartholomeu” para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.

A documentação anexa à mensagem presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi consi-

derado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de outorga, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa, obedece a exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, abe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, dispõe, no seu art. 16, § 1º, que as outorgas a Estados e Municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizados por meio de convênio.

O RSR estabelece ainda, no seu art. 13, §§ 1º e 2º, que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Tampouco se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu ar. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal. Só o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 62, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação aplicável.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 62, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Cultural “Padre Luiz Bartholomeu” para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 27 de maio 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **João Ribeiro**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Marco Maciel** – **Renildo Santana** – **Eduardo Azeredo** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 2003/03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALEO PAES				
DUCIONMAR COSTA	X				SIRÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUÍZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRUPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
RÉGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/2003



SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado

pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

.....
DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

.....
Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço: (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24.12.1996)

§ 2º A documentação referente aos interessados na execução do serviço mencionado no parágrafo anterior será, no que couber, a mesma prevista no art. 15 deste decreto, acrescidas das exigências constantes de normas específicas. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
Art. 16. As propostas serão examinadas e julgadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos neste artigo. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
10. As outorgas a Estados e Municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizadas por meio de convênio a ser firmado no prazo de sessenta dias. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
PARECER Nº 650, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de

2003 (nº 1.991/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serro, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2003 (nº 1.991, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serro, Estado de Minas Gerais.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 761, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa,

radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisória terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 12 de julho de 1992 (RISF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RISF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonân-

cia com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 16 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 69, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 69, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serro, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 12 do PDS nº 69, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 761, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Serro, Estado de Minas Gerais.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente, **Eduardo Azeredo**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Marco Maciel** – **Renildo Santana** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 69 12003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSE MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTIUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTHRO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: A

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 69 12003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILIA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEI PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 69, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serro, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 761, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Serro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,

observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117
(*), de 27 de agosto de 1962.**

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para explo-

ração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002.)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 651, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2003 (nº 1.993/4 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Tabira FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador Marco Maciel

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2003 (nº 1.993, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Tabira FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 726, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 32, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Co-

missão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciarse também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 12 de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que.) referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o

projeto está em perfeito.i consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 70, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentai o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 70, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade OU técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Tabira FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 12 do PDS nº 70, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 726, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Radi() Comunitária Tabira FM, a executar, pelo prazo de dez anos, sei direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –, Presidente, **Osmar Dias**, Presidente, **Marco Maciel**, Relator, – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Eduardo Azeredo** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 70 103

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGÊ BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILLELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003



SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 72 / 203

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL				
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEVEDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTHRO PAES DE BARROS					LÚCIA VANIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: _____ ABS: _____ AUTOR: _____ PRESIDENTE: 04

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 70, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Tabira FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 726, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Tabira FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Marco Maciel**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

**TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes**

**CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

**TÍTULO VIII
Da Ordem Social**

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

.....

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e dá outras providências.

.....

Art. 6º Compete ao poder concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.(Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

.....
DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

.....
DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

.....
PARECER Nº 652, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 120,

de 2003 (nº 2.123/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agrestina, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2003 (nº 2.123, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agrestina, Estado de Pernambuco.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 747, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodi-

fusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciarse também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonân-

cia com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 120, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 120, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agrestina, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 120, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 747, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Agrestina, Estado de Pernambuco.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **Marco Maciel**, Relator –
Flávio Arns – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** –
Íris de Araújo – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** –
Demóstenes Torres – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** –
Renildo Santana – **Eduardo Azeredo** –
Reginaldo Duarte – **Almeida Lima**.


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 120103

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FATIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAUJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTAVIO				
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTAVIO				
ROSÂNEA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VIEIRA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 05 / 2003



SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 120 / 03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSE AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: OL

SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 06 / 2003


SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 120, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agrestina, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 747, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Agrestina, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Marco Maciel**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL 1988

**TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes**

**CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

.....
Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:
.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

**TÍTULO VIII
Da Ordem Social**

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

.....
Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.
.....

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
.....

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.
.....

Art. 6º Compete ao poder concedente outorgar a entidade interessada autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária, observados os

procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

PARECER Nº 653, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2003 (nº 1.940/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação comunitária 29 de Dezembro – ACVD, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador José Jorge

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2003 (nº 1.940, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária 29 de Dezembro – ACVD, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 571, de 24 de setembro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Co-

missão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 12 de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, ob-

serva-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 143, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 143, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária 29 de Dezembro – ACVD, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 143, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 571, de 24 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária 29 de Dezembro – ACVD, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **José Jorge**, Relator –
Flávio Arns – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** –
Gerson Camata – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **Jonas Pinheiro** –
José Jorge – **Renildo Santana** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima** – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 143/2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TÍAO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTE					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

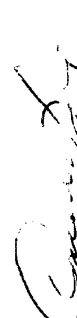
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 143/2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/06/2003


 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 143, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária 29 de Dezembro – ACVD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 571, de 24 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária 29 de dezembro – ACVD a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente; **José Jorge** Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

.....

Art. 4º E da competência exclusiva ao congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

.....

**DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

**Complementa e modifica a Lei nº
4.117 (*), de 27 de agosto de 1962**

.....

**DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963**

**Aprova Regulamento dos Serviços
de Radiodifusão.**

.....

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão
Comunitária e dá outras providências.**

.....

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

viço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia.

Relator: Senador **José Jorge**

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 654, DE 2003

Da Comissão De Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2003 (nº 2.116/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Educativa e Recreativa Jacupense – Rádio Comunitária Riachão FM (ACERJ – RCR) a executar ser-

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2003 (nº 2.116, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Educativa e Recreativa Jacupense – Rádio Comunitária Riachão FM (ACERJ – RCR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 760, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se

também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 12 de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 149, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade

da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 149, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural Educativa e Recreativa Jacuipense – Rádio Comunitária Riachão FM (ACERJ – RCR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 149, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 760, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Educativa e Recreativa Jacuipense – Rádio Comunitária Riachão FM (ACERJ – RCR) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **José Jorge**, Relator – **Flávio Arns** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **Renildo Santana** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima** – **Marco Marciel** – **Eduardo Azevedo**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 149 / 2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT				
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 24/05/2003

SENADOR ÓSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 144/2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 149, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Educativa e Recreativa Jacuipense – Rádio Comunitária Riachão FM (ACERJ – RCR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 760, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Educativa e Recreativa Jacuipense – Rádio Comunitária Riachão FM (ACERJ – RCR) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **José Jorge**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....

**TÍTULO IV
Da Organização Dos Poderes**

**CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

**TÍTULO VIII
Da Ordem Social**

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

.....

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

.....

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11.12.2002)

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117(*), de 27 de agosto de 1962

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

PARECER Nº 655, DE 2003

Da Comissão Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 153 de 2003 (nº 2.214/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2003 (nº 2.214, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 221, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Co-

missão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o dispos-

to na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 153, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que "altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga". Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 153, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a *Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 153, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 221, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. –
Osmar Dias, Presidente, **Luiz Otávio**, Relator –
Flávio Arns – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** –
Írirs de Araújo – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** –
Demóstenes Torres – **Jorge Bornhausen** –
José Jorge – **Marco Maciel** – **Renildo Santana** –
Eduardo Azeredo – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 155 / 03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO	X			
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 06 / 2003



SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 333/03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALÉO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO	X			
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VIEIRA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 15 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 15 / 06 / 2003

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 153, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 221, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Luiz Otávio**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao poder concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais dis-

posições legais vigentes.(Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.....

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.”(NR)

PARECER Nº 656, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 16, de 2003.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

Vem a esta Mesa Diretora, com base no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 49, inciso X, da Constituição Federal e no Ato da Mesa nº 1, de 2001, o Requerimento (SF) nº 16, de 2003.

Por meio dessa proposição, o Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) requer, à

Mesa Diretora, que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, Dr. Jacques Wagner, a solicitação de informação sobre os projetos relacionados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no âmbito daquele Ministério.

Em sua justificativa, o Senador Arthur Virgílio esclarece que as informações solicitadas são “necessárias diante de freqüentes denúncias da imprensa a respeito do assunto”, no que concerne às ações levadas a efeito pelos governos anteriores.

II – Análise

O Requerimento objeto deste relatório está consoante o inciso I, do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal que estabelece que “serão admissíveis para esclarecimento de qualquer consulta submetida à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora” os requerimentos de informação, e desde que não constituam “pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito de autoridade a quem se dirija”.

A proposição encontra, também, respaldo no art. 50, § 2º, da Constituição Federal que estabelece que “as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministro de Estado (...)”.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 16, de 2003.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator – **Paulo Paim** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 657, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 235, de 2003, mediante o qual são solicitadas ao Ministério do Meio Ambiente, informações relativas a licenças para atividades de exploração de petróleo.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

Por meio do Requerimento nº 235, de 2003, o Senador Almeida Lima solicita que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente,

informações sobre requerimentos para a concessão de licença ambiental relativos a atividades de exploração de petróleo, protocolizados no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no período de janeiro de 2001 a março de 2003.

As informações deverão especificar as licenças prévias, de instalação e de operação requeridas, as que foram deferidas, indeferidas ou ainda se encontram em tramitação e, finalmente, o tempo de tramitação demandado para a concessão dessas licenças.

O autor argumenta que essas informações são necessárias para aferir a celeridade na concessão de licenças ambientais no setor de petróleo, de modo a avaliar a eficiência do Ibama na prestação desse serviço, e para constatar a medida em que o órgão tem contribuído para acelerar ou retardar atividades econômicas essenciais ao processo de desenvolvimento.

II – Análise

A Constituição Federal, em seu art. 50, § 2º, facultada às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados o encaminhamento de pedidos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

Essa disposição constitucional é regulamentada pelo art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, no qual se estabelece que esses requerimentos “serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora”.

A matéria é disciplinada, ainda, pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, o qual determina, em seu art. 1º, § 2º, que “as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer”.

Deve-se ressaltar, por fim, que a solicitação tem apoio no art. 49, inciso X, da Constituição, que inclui, no âmbito da competência exclusiva do Congresso Nacional, a atribuição de “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

As indagações formuladas no requerimento, referentes à concessão de licença ambiental, são específicas e tratam de tema notoriamente inserido no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente. Além disso, conforme apontado, têm evidente respaldo constitucional e regimental.

III – Voto

À luz do exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 235, de 2003.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Romeu Tuma** – **Alberto Silva** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 658, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 272, de 2003, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os art. 215, I, a, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie e encaminhe no estrito termo do prazo constitucional de 30 dias, informações sobre quais as relações existentes entre o Ministro da Fazenda e o instituto IETS, identificado pelo jornalista Jânio de Freitas (conforme documento anexo).

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea a, e os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, é submetido à apreciação da Mesa do Senado Federal o Requerimento de Informações nº 272, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Pretende a autora que o Ministro da Fazenda preste informações sobre as supostas relações do seu ministério e do Secretário de Política Econômica Marcos Lisboa com o instituto IETS, conforme denúncias apresentadas na coluna de Jânio de Freitas na **Folha de S.Paulo**.

São solicitadas as seguintes informações:

1. Quais as relações existentes entre o Ministro da Fazenda e o instituto identificado pelo jornalista Jânio de Freitas, em sua acreditada coluna do jornal **Folha de S.Paulo**, na edição de 27 de abril de 2003, como IETS? (Conforme documento anexo ao requerimento.)

2. Que tipo de prestação de serviço o IETS fez ao Ministério da Fazenda nos três últimos anos?

3. Quanto a contratação dos serviços do IETS custou aos cofres da União nos três últimos anos? (Apresentar cópia de possíveis pagamentos feitos ao IETS.)

4. Que critérios o Ministério da Fazenda adotou para a contratação dos serviços do IETS?

5. Existe efetivamente vínculo entre o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, e o IETS?

6. O IETS participou ou influenciou, de qualquer forma, nas estatísticas sociais apresentadas recentemente pelo Ministério da Fazenda perante o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social?

7. Encaminhar cópia do documento "Políticas Econômicas e Reformas Estruturais" pretensamente desenvolvido pelo IETS a pedido do Ministério da Fazenda, bem como de todos os demais estudos que tenham sido objeto de contratação daquele instituto pelo Ministério.

II – Análise

Entendemos que o assunto não envolve matéria sigilosa. A solicitação de informações sobre as supostas relações entre o instituto IETS e o Ministério da Fazenda ou o seu Secretário de Política Econômica, Marcos Lisboa, não se enquadra no conceito de "informações sigilosas", definido no **caput** do art. 8º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

"Art. 8º Quando abranger informação sigilosa referente a operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de janeiro de 2001, o requerimento deverá ser fundamentado, esclarecendo o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação pelo Senado Federal ou atinente à competência fiscalizadora da Casa.

....."

Assim sendo, a matéria pode ser decidida no âmbito desta Mesa Diretora.

O Requerimento nº 272, de 2003, atende às exigências dos arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001.

Observamos que a redação do requerimento é imprecisa em alguns tópicos, e poderia ser aperfeiçoada. Além disso, o documento "Políticas Econômi-

cas e Reformas Estruturais" já foi publicado no sítio do Ministério da Fazenda na internet e deveria ser excluído na relação.

III – Voto

Por considerarmos que foram cumpridas e observadas as normas preliminares referentes aos requerimentos de informações, opinamos pela admissibilidade do Requerimento nº 272, de 2003, e pelo seu encaminhamento à autoridade competente com a redação do seguinte substitutivo:

REQUERIMENTO Nº 272 (SUBSTITUTIVO), DE 2003

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, inciso I, alínea a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro as seguintes informações ao Ministro de Estado da Fazenda:

1. Quais as relações diretas ou indiretas existentes entre o Ministério da Fazenda e o instituto ou ONG denominado IETS, identificado pelo jornalista Jânio de Freitas em sua coluna do jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 27 de abril de 2003?

2. Que tipo de prestação de serviço o referido instituto IETS fez, direta ou indiretamente, ao Ministério da Fazenda ou a algum outro órgão da administração federal direta ou indireta nos últimos anos?

3. Quanto a suposta contratação dos serviços do instituto IETS ou de seus integrantes custou aos cofres da União nos três últimos anos? (Apresentar cópia de possíveis pagamentos feitos ao IETS);

4. Que critérios o Ministério da Fazenda adotou para contratação dos serviços do IETS?

5. Existe ou existiu efetivamente vínculo entre o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, e o IETS?

6. O IETS participou ou influenciou, de qualquer forma, nas estatísticas sociais apresentadas recentemente pelo Ministério da Fazenda perante o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social?

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. –
José Sarney, Presidente – **Alberto Silva**, Relator –
Paulo Paim – **Eduardo Siqueira Campos** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 659, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 279, de 2003, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Fazenda sobre a política cambial do Governo.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

Trata-se do Requerimento nº 279, de 2003, do Senador Papaléo Paes, que propõe questionar o Presidente do Banco Central do Brasil (BCB), por intermédio do Ministério da Fazenda, sobre que ações estariam sendo tomadas para diminuir o montante da dívida pública interna indexada à taxa de câmbio, em face da recente valorização nominal do real em relação ao dólar dos EUA.

II – Análise

O Requerimento encontra-se amparado no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na alínea a do inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal. Ademais, versa sobre assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal, como requerido pelo art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 10 de fevereiro de 2001, uma vez que o inciso VII do art. 52 da Constituição Federal estipula que cabe privativamente a esta Casa dispor sobre os limites globais e as condições para as operações de crédito da União.

Também cabe frisar que as competências do Ministério da Fazenda abrangem, nos termos do inciso XII do art. 27 da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, a administração da dívida pública federal.

Dessa forma, corno previsto pelo § 1º do art. 10 do Ato da Mesa nº 1, de 2001, o requerimento dirige-se acertadamente ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

No entanto, quando cotejadas as normas de admissibilidade estabelecidas no inciso II do art. 216 do Regimento Interno do Senado e no inciso I do art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, verifica-se que a redação do requerimento encontra-se inadequada, por conter interrogação de caráter especulativo.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 279, de 2003, com a seguinte redação:

REQUERIMENTO Nº 279, DE 2003

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro informações ao Ministério da Fazenda a respeito da evolução, a partir de 1º de janeiro de 2003, da participação da dívida indexada à taxa de câmbio na dívida total do Governo Central e das providências que estariam sendo tomadas para que essa participação diminua.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Paulo Paim** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Alberto Silva** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 660, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 281, de 2003, que solicita informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre a contribuição dos inativos.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

O Requerimento nº 281, de 2003, de autoria do Senador Papaléo Paes, pretende solicitar ao Ministro da Previdência Social informações oficiais sobre a contribuição previdenciária dos inativos.

O signatário deseja saber quais são as bases de fundamentação para instituição da contribuição previdenciária dos inativos e se há alternativas para o não-recolhimento dessa contribuição.

A matéria foi enviada para decisão à Mesa do Senado Federal.

II – Análise

Consoante o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informação a Ministro de Estado.

Conforme o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, os requerimentos de informações “serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora”.

Assim, é totalmente pertinente o requerimento em pauta uma vez que cabe ao Senado apreciar a reforma previdenciária, com grande reflexo para toda a sociedade brasileira, o que impera que conheçamos todas as informações que possam aprofundar o debate.

Ademais, a proposição atende os requisitos de admissibilidade do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 281, de 2003.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Paulo Paim** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Alberto Silva** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 661, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 308, de 2003, relativo a envio de informações pelo Ministro dos Transportes.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

O Senador Luiz Otávio, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno, encaminhou a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 308, de 2003, no qual solicita o envio de questões ao Ministro dos Transportes.

As informações solicitadas dizem respeito à restauração da rodovia Belém-Brasília, matéria atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal.

II – Análise

A proposição obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

III – Voto

À luz do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 308, de 2003.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Paulo Paim** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 662, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 312, de 2003, que solicita informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre os maiores devedores da Previdência.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

O Requerimento nº 312, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, pretende solicitar ao Minis-

tro da Previdência Social informações oficiais sobre os maiores devedores da Previdência.

O signatário deseja obter esses dados tendo em vista o fato de que já circula extra-oficialmente pela internet uma lista com aproximadamente três mil empresas que supostamente deveriam mais de R\$ 75 bilhões à Previdência Social. Segundo o Senador Delcídio Amaral, o conhecimento dos dados verdadeiros trará informações importantes para subsidiar as discussões das reformas da Previdência Social e do Sistema Tributário Nacional.

A matéria foi enviada para decisão à Mesa do Senado Federal.

II – Análise

Consoante o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informação a Ministro de Estado.

Conforme o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora.

Assim, é totalmente pertinente o requerimento em pauta uma vez que cabe ao Senado apreciar as reformas previdenciária e tributária, com grande reflexo para toda a sociedade brasileira, o que impera que conheçamos todas as informações que possam aprofundar o debate.

Ademais, a proposição atende os requisitos de admissibilidade do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 312, de 2003.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Paulo Paim** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Romeu Tuma** – **Alberto Silva** – **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 663, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 322, de 2003, que requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2, da Constituição Federal, e nos art. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro da Fazenda pedido de informações sobre a real magnitude que hoje alcan-

çam os créditos da Fazenda Nacional inscritos como dívida ativa.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

Apresenta-se a esta MeSa, para exame e decisão, o Requerimento nº 322, de 07 de maio de 2003, de autoria do Senador Almeida Lima, que requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso 1, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Ministro da Fazenda pedido de informações sobre a real magnitude que hoje alcançam os créditos da Fazenda Nacional inscritos como dívida ativa.

O requerimento solicita as seguintes informações:

I – Têm sido constantes e frequentes as especulações sobre a real magnitude que hoje alcançam os créditos da Fazenda Nacional inscritos como dívida ativa. E destacado que o equacionamento desse passivo contribuiria, de forma substancial, para a discussão da reforma tributária, eleita como uma das prioridades, de curto prazo, pelo Governo. Todavia, são escassas, quando não conflitantes, as informações sobre os créditos da União provenientes da prestação de serviços do Governo ou atinentes a sua administração patrimonial. Nesse contexto, é necessário que sejam colocadas à disposição as seguintes informações:

a) montante consolidado dos créditos da Fazenda Nacional, de natureza não tributária e não previdenciária, inscritos como dívida ativa;

b) natureza desses créditos, discriminando-os pelos fatos jurídicos geradores da obrigação, e por órgãos responsáveis pela sua arrecadação;

c) natureza jurídica da pessoa devedora.

Os dados requeridos devem estar discriminados em termos de seus valores originários e por encargos e demais acréscimos legais ou contratuais incidentes, devendo ser evidenciado seu comportamento nos últimos cinco anos.

2 – Nas discussões de questões relativas ao efetivo potencial de arrecadação deste passivo, a desestruturação dos órgãos responsáveis pela recuperação dos créditos e a morosidade de seus processos

de cobrança administrativos e fiscais, e da própria justiça, são, usualmente, apontados como elementos que restringem a sua eficácia. Frequentemente, são veiculadas informações que atestam tais afirmações, sobretudo dados que intentam demonstrar que parcela ainda expressiva desse passivo junto à União não está sofrendo cobrança judicial ou não dispõe de bens que tenham sido arrolados, visando garantir seu pagamento. Sem dúvida, uma maior transparência e divulgação de dados dessa natureza são de importância fundamental.

São oportunas, assim, as seguintes informações:

a) montantes de créditos da Fazenda Nacional, não tributários e não previdenciários, inscritos na dívida ativa e que se encontram com processo de execução judicial – comportamento nos últimos cinco anos;

b) valores desses créditos que estejam sob execução judicial, garantidos com indisponibilidade de bens dos respectivos devedores – comportamento nos últimos cinco anos;

c) valores dos débitos que tiveram sua execução fiscal suspensa, e as razões que determinaram a extinção ou a suspensão de sua exigibilidade;

d) parcela e montantes da dívida ativa da União, não tributária e não previdenciária, que não estejam sendo pagos;

e) montantes desses créditos inscritos como dívida ativa e ainda pendentes de cobrança.

3 – Sabe-se ainda que o Governo Federal, embasado legalmente, ou em virtude de providências administrativas, vem procedendo à tentativa de recuperação desses créditos via seu parcelamento. Mesmo com medidas dessa natureza, são constantes as informações sobre a ocorrência de inadimplência considerável. Nesse contexto, são necessários os seguintes esclarecimentos:

a) condições de pagamento aplicáveis à quitação dos créditos inscritos em dívida ativa, as ajuizadas e as não incluídas em processo de execução judicial, destacando as formas e as modalidades de pagamentos passíveis de utilização;

b) montantes negociados mediante parcelamento e o seu correspondente índice

de inadimplência; comportamento nos últimos cinco anos;

c) valores de créditos da Fazenda Nacional nos casos de falência, concordatas, liquidações de empresas, inventários e outros;

d) valores dos créditos de origem não tributária e não previdenciária da Fazenda Nacional, os inscritos e os arrecadados como dívida ativa, sem execução judicial e por intermédio de processo de execução judicial, inclusive detalhando os parcelamentos concedidos e os liquidados; informações para os últimos cinco anos.

II – Análise

Justificando o Requerimento nº 322 de 2003, o Senador Almeida Lima alega que:

a) estatísticas recentes, divulgadas tanto na imprensa quanto no próprio **site** da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional na Internet, mostram ser expressivos os créditos da União inscritos como dívida ativa, notadamente os de origem tributária e previdenciária;

b) tais estatísticas refletem o elevado nível de inadimplência praticada na economia brasileira, relativamente às obrigações tributárias e previdenciárias, sem contudo evidenciar dívidas outras atinentes à prestação de serviços por parte do setor público;

c) não se encontram disponíveis no Congresso Nacional quaisquer informações que lhe permitam avaliar adequadamente o alcance do tratamento conferido pelo Executivo Federal ao processo de recuperação dos créditos de natureza não tributária e não previdenciária da União; existem dúvidas e questionamentos sobre a suficiência e eficácia dos programas e dos procedimentos administrativos até então implementados nessa área;

d) o presente requerimento de informações tem por objetivo trazer ao Congresso Nacional, e em particular ao Senado Federal, informações que lhe permitam exercer sua competência fiscalizadora, prevista na Constituição Federal.

Concordo plenamente com as ponderações do Senador Almeida Lima, cumprindo-me esclarecer que o Requerimento nº 322, de 2003, atende às exigências dos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento

Interno do Senado Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001, sendo, também, relevante no que se refere ao mérito de sua solicitação.

III – Voto

Tendo em vista o exposto, e com base nas disposições da Seção I do Ato da Mesa nº 1, de 2001, manifesto-me favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 322, de 2003.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Paulo Paim** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Romeu Tuma** – **Alberto Silva** – **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 664, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 334, de 2003, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, combinado com o art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que sejam fornecidas pelo Ministro de Ciência e Tecnologia informações sobre os Fundos Setoriais de Petróleo, de Recursos Hídricos para Geração de Energia Elétrica e de Recursos Minerais.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

O Senador Paulo Octávio, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos termos dos arts. 215, I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 334, de 2003, no qual solicita dados técnicos ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia.

O requerimento tem como objetivo solicitar informações a respeito dos Fundos Setoriais de Petróleo, de Recursos Hídricos para Geração de Energia Elétrica, e de Recursos Minerais. O Senador deseja conhecer que leis e normas regem esses fundos, qual o montante atual da arrecadação anual desses fundos, e como seus recursos são aplicados. Também pede informações acerca das entidades beneficiárias das aplicações desses fundos e dos critérios para elegibilidade. Por fim, o Senador pergunta como se dá a prestação de contas das entidades beneficiárias.

II Análise

Em sua justificação, o Senador afirma que as informações prestadas servirão para analisar o desempenho desses fundos e realizar estudos de natureza

legislativa. Como é atribuição do Congresso Nacional acompanhar e fiscalizar as políticas públicas do governo, particularmente em setores estratégicos como o de petróleo e energia elétrica, o pedido é perfeitamente justificável.

Tendo em vista a importância desses fundos para o aperfeiçoamento tecnológico desses setores, é de fato muito apropriado que o Congresso Nacional esteja ciente das normas que regem esses fundos, do volume de recursos em jogo, e de como é feita a aplicação do dinheiro.

III – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente à mesma.

Sala de Reuniões, 12 de Junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator – **Paulo Paim** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 665, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 339, de 2003.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

Trata-se de exame do Requerimento nº 339, de 2003, de autoria do nobre Senador ARTHUR VIRGÍLIO visando solicitar ao Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre:

- 1) participação da Pasta nos acordos de cooperação assinados pelo Governo Federal com os estados da região Norte, em 9/5/2003;
- 2) prazo para implantação dos projetos;
- 3) total de valores, em moeda nacional, a ser investido;
- 4) características dos projetos de exploração racional dos recursos naturais da Amazônia;
- 5) estrutura dos assentamentos florestais, conforme anúncio presidencial;

6) participação da Pasta nos anunciados projetos, inclusive no modelo de reforma agrária para Amazônia.

O referido requerimento veio a esta Mesa, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em sua justificação, o autor do Requerimento informa que o Senado Federal tem, dentro de sua prerrogativa fiscalizadora, a competência de acompanhar as ações, os planos e os projetos do Poder Executivo em relação às diferentes regiões do País, e, por sua vez, destaca que esse seria o objetivo da solicitação.

II – Análise

A proposição encontra-se em consonância com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações às autoridades do Poder Executivo, assim como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 339, de 2003.

Sala de Reuniões, 12 de Junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Romeu Tuma**.

PARECER Nº 666, DE 2003

Da MESA do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 340, de 2003.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

Por meio do Requerimento nº 340, de 2003, o Senador Arthur Virgílio propõe que sejam solicitadas à Ministra de Estado do Meio Ambiente as seguintes informações:

1. Qual a participação do Ministério do Meio Ambiente nos acordos de cooperação assinados pelo Governo com os estados da região Norte, no dia 9 de maio de 2003?;
2. Os projetos serão implantados em curto, médio ou longo prazo?;
3. Valor total, em reais, a ser investido em projetos;

4. Quais são as características dos projetos de exploração racional dos recursos naturais da Amazônia?;

5. Qual a estrutura dos assentamentos florestais previstos nos projetos, conforme foi anunciado em Rio Branco, por ocasião da visita do Presidente da República à Amazônia?;

6. O Ministério do Meio Ambiente terá participação no anunciado modelo de reforma agrária para a região amazônica?

II – Análise

Em cumprimento ao disposto no inciso III, do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, foi submetido ao exame da Mesa o Requerimento de Informações nº 340, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. O autor, em essência, requer que sejam solicitadas, à Ministra de Estado do Meio Ambiente, informações sobre projetos previstos nos acordos de cooperação firmados entre o Governo Federal e os estados da região Norte.

A proposição encontra fundamento nas disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminhareм pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O requerimento está, ainda, em conformidade com os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, pois envolve matéria atinente à competência fiscalizadora do Congresso Nacional e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

Além dos citados dispositivos constitucionais e regimentais, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 30 de janeiro de 2001, que regula a tramitação dos requerimentos de informações nesta Casa.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Requerimento nº 340, de 2003.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Romeu Tuma**.

PARECER Nº 667, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 341, de 2003.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

Trata-se de exame do Requerimento nº 341, de 2003, de autoria do ilustre Senador ARTHUR VIRGÍLIO para que seja encaminhado ao Ministro do Desenvolvimento Agrário pedido de informações sobre:

1) participação da Pasta nos acordos de cooperação assinados pelo Governo Federal com os estados da região Norte, em 9/5/2003;

2) prazo para implantação dos projetos;

3) total de valores, em moeda nacional, a ser investido;

4) características dos projetos de exploração racional dos recursos naturais da Amazônia;

5) estrutura dos assentamentos florestais, conforme anúncio presidencial;

6) participação da Pasta nos anunciados projetos, inclusive no modelo de reforma agrária para a Amazônia.

O referido requerimento encontra-se nesta Mesa, com base no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal e § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

Em sua justificação, o autor do Requerimento informa que o Senado Federal tem, dentro de sua prerrogativa fiscalizadora, a competência de acompanhar as ações, os planos e os projetos do Poder Executivo em relação às diferentes regiões do País, e, por sua vez, destaca que esse seria o objetivo da solicitação.

II – Análise

A proposição está de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, inclusive com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do exposto, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 341, de 2003, na forma apresentada.

Sala de Reuniões, 13 de Junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente. – **Alberto Silva**, Relator – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Romeu Tuma**

PARECER Nº 668, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 345, de 2003.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 345, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal combinado com o art. 215, inciso I, a; 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal versa sobre solicitação dirigida ao Senhor Ministro de Estado da Cultura subscrita nos seguintes termos:

“1. A relação dos projetos culturais que foram aprovados e executados com recursos do Fundo Nacional da Cultura – FNC, durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2002, detalhando:

1.1 – O tipo e custo total do projeto;

1.2 – O montante de recursos solicitados e a data da solicitação;

1.3 – O montante de recursos aprovados e a data da aprovação;

1.4 – O montante dos recursos efetivamente alocados ao projeto e as datas de desembolsos efetuados;

1.5 – As pessoas físicas ou jurídicas a quem os recursos foram destinados, responsáveis pela execução do projeto, incluindo os respectivos CPF ou CGC;

1.6 – A localização do projeto (unidade federativa);

1.7 – A data de conclusão do projeto e seus resultados;

1.8 – Se foi realizada a avaliação nos termos do § 7º do art. 4º da Lei nº 8.313, indicando a data da avaliação e seu resultado;

1.9 – Se houve devolução de parte ou da totalidade dos recursos alocados ao projeto, indicando a data, o montante e a causa da devolução;

1.10 – Se o projeto foi autorizado a, diretamente, receber doações ou patrocínios de pessoas físicas ou jurídicas, indicando os correspondentes valores autorizados.

2. A relação das pessoas jurídicas que efetuaram doações ou patrocínios durante o período de 10 de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2002, indicando para cada pessoa jurídica sua correspondente identificação (incluindo CGC), datas e montantes das doações e patrocínios efetivamente realizados e o montante da correspondente renúncia fiscal em cada exercício.

3. O montante dos recursos autorizados pelo Ministério da Fazenda para renúncia fiscal nos exercícios de 2001 a 2002, discriminado por benefício e por exercício.”

O Requerimento atende os preceitos dos artigos 214 a 217 e 238 do Regimento Interno do Senado Federal, portanto, cumpridas as exigências legais.

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe artigo 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 345, de 2003, de autoria da nobre Senadora Serys Slhessarenko.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Paulo Paim** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Alberto Silva** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 669, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 353, de 2003.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 353, de 2003, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o art. 215, inciso I, a; 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal versa sobre solicitação dirigida ao Senhor Ministro de Estado da Cultura subscrita nos seguintes termos:

"1) o estado de origem das empresas que receberam recursos por projetos de incentivo cultural, aprovados por este Ministério, desde 1995;

2) o montante de recursos repassados por unidade da Federação nos termos do item anterior;

3) a listagem com o nome do beneficiário, o valor e o projeto que recebeu recursos oriundos do incentivo cultural nos últimos oito anos."

O Requerimento atende os preceitos dos artigos 214 a 217 e 238 do Regimento Interno do Senado Federal, portanto, cumpridas as exigências legais.

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe artigo 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 353, de 2003, de autoria do nobre Senador Antero Paes de Barros.

Sala de Reuniões, em 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente. – **Romeu Tuma**, Relator – **Paulo Paim** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Alberto Silva** – **Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 670, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 356, de 2003.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

O Senador João Capiberibe, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), encaminhou a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 356, de 2003, no qual solicita o envio de questões ao Ministro de Estado da Fazenda:

As informações solicitadas dizem respeito ao seguinte:

1. Qual a justificativa para a imposição dos limites de compras e demais exigências contidas na Portaria nº 21, relativa à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.

2. Se existem termos de comparação entre essas imposições e as aplicadas a ou-

tras áreas francas; caso positivo, quais os padrões adotados nesses casos.

3. Se o Ministério pretende proceder a uma revisão da Portaria e, caso negativo, quais as razões para isso.

4. Qual o valor total das importações que a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana está autorizada a fazer anualmente.

5. Se existe alguma estimativa a respeito do valor internalizado, legal ou ilegalmente, nos últimos anos, na região de Foz do Iguaçu/Paraná. Em caso positivo, quais são esses valores.

II – Análise

A proposição obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, exceto no que diz respeito ao item 3.

Ao questionar *se o Ministério pretende proceder a uma revisão da Portaria*, o requerimento, em realidade, formula interrogação sobre **propósito** da autoridade ministerial à qual se dirige, o que é expressamente vedado pelo inciso II do art. 216 do RISF. Apresentarei, por essa razão, emenda supressiva do item 3.

Proporei, também, com vistas à precisão, emenda de redação para datar e indicar o órgão expedidor da Portaria 21, referida no item 1 do requerimento, e objeto do questionamento endereçado ao titular da Pasta da Fazenda.

Por outro lado, o fato de que a indigitada portaria não tenha sido firmada pela autoridade questionada mas pela que a antecedeu não prejudica a proposição. Com efeito, indaga-se sobre a motivação de ato administrativo, que, em vigor, continua a gerar efeitos, em conformidade com o princípio da continuidade administrativa.

III – Voto

A luz do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 356, de 2003, com as emendas a seguir:

EMENDA Nº

Suprima-se o item nº 3 do Requerimento nº 356, de 2003.

EMENDA Nº

Substitua-se no item 1 do Requerimento nº 356, de 2003, a expressão “Portaria nº 21”, por “Portaria do Ministro da Fazenda nº 21, de 6 de fevereiro de 1997”.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Sergio Zambiasi**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Alberto Silva** – **Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 671, DE 2003

Da MESA do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 362, de 2003.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 362, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o art. 215, inciso I, a; 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal verba sobre pedido de informações dirigido ao Senhor Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, por intermédio da Ministra de Estado do Meio Ambiente, “sobre as razões pelas quais está sendo transferido para o Estado do Ceará, a gestão da Arca de Proteção Ambiental (APA) Jericoacoara, localizada nos municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, conforme consta do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2001, ficando o Ibama desconstituído da sua função de administrar e fiscalizar a referida unidade de conservação de uso sustentável.”

O Requerimento atende os preceitos dos artigos 214 a 217 e 238 do Regimento Interno do Senado Federal, portanto, cumpridas as exigências legais.

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o artigo 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 362, de 2003, de autoria do nobre Senador Tião Viana.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Paulo Paim** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Alberto Silva** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 672, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 371, de 2003, que solicita, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com os artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, seja solicitada à Caixa Econômica Federal, por intermédio do Ministro de Estado da Fazenda, cópia autenticada do contrato assinado entre a Caixa Econômica Federal e a GTECH do Brasil Ltda) edital de concorrência que amparou tal contratação e aditivos contratuais assinados, para avaliação da implementação de sistemas on une das loterias federais.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

É submetido à apreciação da Mesa Diretora do Senado Federal o Requerimento de Informações nº 371, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Pretende o referido requerimento que o Ministério da Fazenda preste informações relativas à contratação da GTECH do Brasil Ltda, em 1996, pela Caixa Econômica Federal para implementar e operar *sistemas on Une* nas loterias federais.

Considerando o volume expressivo de recursos relativos a essa contratação, o autor do requerimento vem solicitar o envio dos seguintes documentos:

1. cópia autenticada do contrato assinado entre a Caixa Econômica Federal e a GTECH do Brasil Ltda;
2. edital de concorrência que amparou tal contratação;
3. aditivos contratuais assinados.

II – Análise

O Requerimento nº 371, de 2003, atende às exigências dos arts. 215, 1, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001.

Ao Senado Federal são reservadas atribuições constitucionais que exigem amplo e atualizado universo de informações, para que possa, de forma eficaz e com oportunidade, exercer suas competências legislativa e fiscalizadora.

Além disso, entendemos que o assunto não envolve matéria sigilosa. A solicitação de informações sobre a contratação de uma empresa pela Caixa Econômica Federal, mediante licitação, não se enquadra no conceito de "informações sigilosas", definido do **caput** do art. 82 do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Art. 8º Quando abranger informação sigilosa referente a operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 105, de janeiro de 2001, o requerimento deverá ser fundamentado, esclarecendo o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação pelo Senado Federal ou atinente à competência fiscalizadora da Casa.

.....

Assim sendo, segundo o Regimento Interno, o requerimento deve ser apreciado no âmbito desta Comissão Diretora.

III – Voto

Por considerarmos que foram cumpridas e observadas as normas preliminares referentes aos requerimentos de informações, opinamos pela admissibilidade do Requerimento nº 371, de 2003, e pelo seu encaminhamento à autoridade competente.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente, **Sérgio Zambrasi**, Relator. – **Eduardo Siqueira Campos** – **Alberto Silva** – **Heraclito Fortes**.

PARECER Nº 673, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 372, de 2003.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

Vem a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 372, de 2003, de autoria do nobre Senador César Borges, dirigido ao Excelentíssimo senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O Requerimento tem como objetivo obter informações concernentes à correição dos recursos recebidos em convênios com o Governo Federal por municípios da Bahia com suspeitas de fraudes.

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 2001, apresentamos

o presente parecer, por designação da Mesa desta Casa, a quem cabe deliberar sobre o assunto.

II – Analise

Por meio do requerimento em análise, o ilustre Senador busca informações concernentes à correição dos recursos recebidos em convênios com o Governo Federal por municípios da Bahia com suspeitas de fraudes.

A Carta Magna, em seu Art. 49, X, dispõe que:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

O requerimento em análise ajusta-se, pois, ao dispositivo constitucional destacado, bem como ao disposto no Art. 50, § 2º da Constituição Federal, e ao Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Diante do exposto, concluímos o nosso Parecer pela aprovação do Requerimento de Informações nº 372, de 2003.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente – **Paulo Paim**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Heraclito Fortes** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 674, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 373, de 2003.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

Vem a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 373, de 2003, de autoria do nobre Senador César Borges, dirigido ao Excelentíssimo senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O Requerimento tem como objetivo obter informações concernentes à destinação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – a outros países e à região Nordeste do País.

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 2001, apresentamos

o presente parecer, por designação da Mesa desta Casa, a quem cabe deliberar sobre o assunto.

II – Análise

Por meio do requerimento em análise, o ilustre Senador busca informações concernentes à destinação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – a outros países e à região Nordeste do País.

A Carta Magna, em seu Art. 49, X, dispõe que:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

O requerimento em análise ajusta-se, pois, ao dispositivo constitucional destacado, bem como ao disposto no Art. 50, § 2º da Constituição Federal, e ao Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Diante do exposto, concluímos o nosso Parecer pela aprovação do Requerimento de Informações nº 373, de 2003.

Sala da Comissão, 12 de julho de 2003. – **José Sarney**, Presidente, – **Paulo Paim**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes** – **Alberto Silva**

PARECER Nº 675, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 380, de 2003, que solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça, sobre terras indígenas.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 380 de 2003, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que, nos termos do art. 50, § 2º, da Carta Magna e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Justiça pedido de informações sobre a situação, até o presente momento, das terras indígenas demarcadas, delimitadas ou pretendidas, das áreas de expansão e de outras que porventura haja no Estado de Roraima, especificando as áreas e sua correspondente extensão.

II – Análise

Os requerimentos ditos de informações estão regulados pelo art. 50, § 2º, da Lei Maior e pelo art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

O citado dispositivo constitucional confere às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a prerrogativa de encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. O requerimento em exame encontra, pois, amparo no art. 50, § 2º, da Constituição.

O art. 216, **caput** e seus dois primeiros incisos, por seu turno, estabelecem:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito de autoridade a quem se dirija;

.....
No que diz respeito ao inciso I acima, a demarcação das terras indígenas é matéria incluída na competência fiscalizadora do Senado Federal.

Essa compreensão decorre das determinações do art. 231, **caput**, da Carta ora em vigor, que manda a União demarcar as terras das populações pré-colombianas brasileiras, bem como proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Está pacificado pelo Supremo Tribunal Federal o entendimento de que o destinatário das determinações constitucionais que mandam a União demarcar as terras indígenas é o Poder Executivo, em virtude de a demarcação representar ato típico de governo e inserir-se, portanto, na órbita das competências do citado Poder.

Dessa forma, a demarcação das terras indígenas é matéria alcançada pelo art. 49, inciso X, que preconiza constituir prerrogativa exclusiva do Congresso Nacional a fiscalização e o controle, diretamente ou por qualquer de suas Casas, dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Relativamente às disposições do inciso II do art. 216 do Regimento Interno, o requerimento em análise observa as vedações nelas contidas, uma vez que não contempla pedido de providência, consulta, su-

gestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

A proposição em consideração preenche, pois, os requisitos de admissibilidade exigidos pelo art. 50, § 2º, da Constituição Federal, pelo art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno e pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamentou o citado art. 216.

III – Voto

Em decorrência do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 389, de 2003.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente. – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator. – **Paulo Paim** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes** – **Alberto Silva**

PARECER Nº 676, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, acerca do Requerimento nº 389, de 2003, que requer informações acerca das ações empreendidas no Município de Itiruçu, no Estado da Bahia.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

O Senador Antonio Carlos Magalhães, com fundamento nos artigos 215, I, a, 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e dos artigos 50, § 2º da Constituição Federal, requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Saúde as seguintes informações:

1. Se as obras decorrentes de convênio celebrado pelo Ministério da Saúde com o Município de Itiruçu, no Estado da Bahia, visando melhorias domiciliares e sanitárias, além de implantação de sistema de esgotamento sanitário, totalizando o valor de R\$3.793.112 (três milhões, setecentos e noventa e três mil, cento e doze reais), visando a construção do sistema simplificado de abastecimento de água num povoado da zona rural do referido município, foram realizadas conforme o previsto;

2. Se as obras decorrentes de convênio celebrado pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, com o município de Itiruçu, no Estado da Bahia, com número de origem EP nº 2.059/99, publicado no **Diário Oficial da União** em 20 de janeiro de 2000, no va-

lor de R\$150.000 (cento e cinquenta mil reais), visando construção do sistema simplificado de abastecimento de água num povoado da zona rural do referido município, foram realizadas conforme o previsto.

II – Análise

A proposição encontra fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informação aos Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O requerimento atende aos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e nos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do acima exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 389, de 2003.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente; **Sérgio Zambiasi**, Relator. – **Alberto Silva** – **Paulo Paim** – **Heráclito Fortes** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Romeu Tuma**.

PARECER Nº 677, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, acerca do Requerimento nº 390, de 2003, que requer informações acerca das obras decorrentes de convênio celebrado entre o Ministério dos Esportes e o Município de Itiruçu, no Estado da Bahia.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

O Senador Antonio Carlos Magalhães, com fundamento nos artigos 215, I, a, 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e do artigo 50, § 2º da Constituição Federal, requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado dos Esportes as seguintes informações:

1. Se as obras decorrentes de convênio celebrado pelo Ministério dos Esportes com o município de Itiruçu, no Estado da Bahia, com número de origem CR. nº 0125080-02, publicado no *Diário Oficial da União* em 1º de fevereiro de 2002, no valor de R\$ 315.000 (trezentos e quinze mil reais), foram realizadas conforme o previsto.

II – Análise

A proposição encontra fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O requerimento atende aos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e nos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 01, de 2001.

III – Voto

Em face do acima exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 390, de 2003.

Sala de Reuniões, em 12 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Sérgio Zambiasi**, Relator – Senador **Alberto Silva** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Heráclito Fortes** – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Romeu Tuma**.

PARECER Nº 678, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, acerca do Requerimento nº 391, de 2003, que requer informações acerca das obras decorrentes de convênios celebrados entre o Ministério da Integração Nacional e o Município de Itiruçu, no Estado da Bahia.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

O Senador Antonio Carlos Magalhães, com fundamento nos artigos 215, I, **a**, 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e do artigo 50, § 2º da Constituição Federal, requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional as seguintes informações:

1. Se as obras decorrentes de convênio celebrado pelo Ministério da Integração Nacional com o município de Itiruçu, no Estado da Bahia, com número de origem 786/2000-MI., publicado no *Diário Oficial da União* em 08 de janeiro de 2000, no valor de R\$ 280.000 (duzentos e oitenta mil reais), visando a construção de sistema de macrodrenagem, foram realizadas conforme o previsto;

2. Se as obras decorrentes de convênio celebrado pelo Ministério da Integração

Nacional com o município de Itiruçu, no Estado da Bahia, com número de origem 505/2001-MI., publicado no *Diário Oficial da União* em 22 janeiro de 2002, no valor de R\$438.921,00 (quatrocentos e trinta e oito mil, novecentos e vinte e um reais), visando à construção de galeria coberta para a coleta e escoamento de águas pluviais, num total de 653 metros de galerias, foram realizadas conforme o previsto.

II – Análise

A proposição encontra fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O requerimento atende aos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e nos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do acima exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 391, de 2003.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator – **Alberto Silva** – **Paulo Paim** – **Heráclito Fortes** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Romeu Tuma**.

PARECER Nº 679, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 392, de 2003, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

A eminente Senadora Ana Júlia Carepa, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215, I, **a**, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento nº 392, de 2003, em que propõe sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações sobre o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS):

1. Qual o total de recursos despendidos pelo Tesouro Nacional para o Fundo de Compensação das Variações Salariais

(FCVS) a fim de dar cobertura ao saldo devedor de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação, ano a ano, desde 1995?

2. Quais são os critérios para o enquadramento dos financiamentos do SFH para a utilização do FCVS e quais são os mecanismos utilizados para a aferição dos valores dos resíduos de saldo devedor apresentados pelas instituições financeiras que operam o Sistema Financeiro de Habitação?

II – Análise

A proposição foi apresentada ao amparo do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa nº 1, de 2001, não se referindo a mais de um Ministério e nem tratando, o seu conteúdo, de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a que se dirige.

Em assim sendo, a proposição preenche os requisitos indispensáveis à sua regular tramitação.

III – Voto

O Requerimento nº 392, de 2003, está em conformidade com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem a matéria, razão pela qual voto favoravelmente a sua aprovação.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Paulo Paim** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 680, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 393, de 2003.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

Trata-se de examinar o Requerimento nº 393, de 2003, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão pedido de in-

formações a respeito da questão territorial que envolve o Município de Santana do Araguaia – PA, cuja área é reivindicada pelo Governo do Estado de Mato Grosso. Finalmente, indaga se o Ministério chefiado pela autoridade requerida está adotando alguma providência em relação a esse conflito limineiro.

O referido requerimento veio a esta Mesa, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

II – Análise

Não obstante o pedido não tenha citado a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pelos serviços oficiais de estatística, geografia e cartografia de âmbito nacional, caberá ao Ministro encaminhar a solicitação para a referida entidade que detém as atribuições legais para tratar do assunto.

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 393, de 2003.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Paulo Paim** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 681, DE 2003

Da Mesa d Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 394, de 2003.

Relator: Senador **Sergio Zambiasi**

I – Relatório

O Senador Efraim Morais, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos termos dos arts. 215, I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 394, de 2003, no qual solicita informa-

ções à Exm^a Sr^a Ministra de Estado de Minas e Energia.

O requerimento tem como objetivo solicitar informações a respeito do relatório “100 Dias – Eletrosul. Os Primeiros Passos da Nova Gestão”. O senador deseja conhecer as razões que levaram a Eletrosul a publicar o relatório em questão e como foram os procedimentos licitatórios que autorizaram as despesas com a confecção do relatório. Também pergunta quantos exemplares foram publicados, para quem foram distribuídos, e quanto custou a publicação do referido documento.

II – Análise

O senador se revela surpreso com a publicação do citado relatório, com meros 100 dias da nova gestão, e particularmente com a suntuosidade do documento em questão. A seu ver, a Eletrosul parece estar destoando do clima de austeridade que o novo governo diz ter implantado na Administração Pública.

Em sua justificação, afirma que empresa pública tem o dever de divulgar anualmente seu resultado financeiro, e não panfletos comemorando cem dias de gestão. Como é atribuição do Senado Federal acompanhar e fiscalizar as ações do Executivo, e como a publicação do relatório parece ao senador um ato de gestão perdulária, contrário ao interesse público, cabe realmente pedir à Eletrosul que dê explicações sobre sua iniciativa.

III – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente à mesma.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente, – **Sérgio Zambiasi**, Relator, – **Alberto Silva**, – **Paulo Paim**, – **Eduardo Siqueira Campos**, – **Romeu Tuma**.

PARECER Nº 682, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 395, de 2003.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

Vem a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 395, de 2003, de autoria do nobre Senador Antero Paes de Barros, dirigido ao Excelentíssimo senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O requerimento tem como objetivo obter informações concernentes à destinação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – a finalidades diversas, desde 1995.

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 2001, apresentamos o presente parecer, por designação da Mesa desta Casa, a quem cabe deliberar sobre o assunto.

II – Análise

Por meio do requerimento em análise, o ilustre Senador busca informações concernentes à destinação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – a finalidades diversas, desde 1995.

A Carta Magna, em seu art. 49, X, dispõe que:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

O requerimento em análise ajusta-se, pois, ao dispositivo constitucional destacado, bem como ao disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e ao Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Diante do exposto, concluímos o nosso Parecer pela aprovação do Requerimento de Informações nº 395, de 2003.

Sala da Comissão, 17 de junho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente. – **Paulo Paim**, Relator; **Eduardo Siqueira Campos** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 683, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, acerca do Requerimento nº 404, de 2003.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**.

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com fundamento nos artigos 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e dos artigos 50, § 2º da Constituição Federal, requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, as seguintes informações:

1. Sobre as novas modalidades para a política dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, anunciada pelo atual Governo; e
2. Se os financiamentos para o comércio, em particular, serão restringidos.

II – Análise

A proposição encontra fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informação aos Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O requerimento atende aos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e nos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do acima exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 404, de 2003.

Sala de Reuniões, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente; **Sérgio Zambiasi**, Relator; **Alberto Silva** – **Paulo Paim** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Romeu Tuma** – **Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 684, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 405, de 2003.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

Vem a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 405, de 2003, de autoria do nobre Senador Arthur Virgílio, dirigido ao Excelentíssimo senhor Ministro de Estado da Educação.

O Requerimento tem como objetivo obter informações concernentes às linhas básicas para a ampliação do Programa Bolsa-Escola para alunos do Ensino Médio.

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 2001, apresentamos o presente parecer, por designação da Mesa desta Casa, a quem cabe deliberar sobre o assunto.

II – Análise

Por meio do requerimento em análise, o ilustre Senador busca informações concernentes às linhas básicas para a ampliação do Programa Bolsa-Escola para alunos do Ensino Médio.

A Carta Magna, em seu Art. 49, X, dispõe que:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

O requerimento em análise ajusta-se, pois, ao dispositivo constitucional destacado, bem como ao disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e ao Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Diante do exposto, concluímos o nosso Parecer pela aprovação do Requerimento de Informações nº 405, de 2003.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente, – **Paulo Paim**, Relator. – **Eduardo Siqueira Campos** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 685, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 406, de 2003.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

Vem a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 406, de 2003, de autoria do nobre Senador Arthur Virgílio, dirigido ao Excelentíssimo senhor Ministro de Estado da Justiça.

O Requerimento tem como objetivo obter informações concernentes às ações e investigações do Governo Federal no caso da remessa ilegal de US\$30.000.000.000,00 (trinta bilhões de dólares estadunidenses), amplamente denunciada pela imprensa e objeto de análise da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 2001, apresentamos o presente parecer, por designação da Mesa desta Casa, a quem cabe deliberar sobre o assunto.

II – Análise

Por meio do requerimento em análise, o ilustre Senador busca informações concernentes às ações e investigações do Governo Federal no caso da remessa ilegal de US\$30.000.000.000,00 (trinta bilhões de dólares estadunidenses), amplamente denunciada pela imprensa e objeto de análise da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A Carta Magna, em seu Art. 49, X, dispõe que:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

O requerimento em análise ajusta-se, pois, ao dispositivo constitucional destacado, bem como ao disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e ao Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Diante do exposto, concluímos o nosso Parecer pela aprovação do Requerimento de Informações nº 406, de 2003.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2003.

José Sarney, Presidente, – **Paulo Paim**, Relator. – **Eduardo Siqueira** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 686, DE 2003

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 408, de 2003.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

Vem a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 408, de 2003, de autoria do nobre Senador Valdir Raupp, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

O Requerimento tem como objetivo obter informações concernentes aos fluxos de empréstimos e captações dos principais tomadores da dívida externa do setor privado brasileiro.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 2001, apresentamos o presente parecer, por designação da Mesa desta Casa, a quem cabe deliberar sobre o assunto.

II – Análise

Por meio do requerimento em análise, o ilustre Senador busca informações concernentes aos fluxos de empréstimos e captações dos principais tomadores da dívida externa do setor privado brasileiro.

A Carta Magna, em seu art. 49, X, dispõe que:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

O requerimento em análise ajusta-se, pois, ao dispositivo constitucional destacado, bem como ao disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e ao Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Diante do exposto, concluímos o nosso Parecer pela aprovação do Requerimento de Informações nº 408, de 2003.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente, – **Paulo Paim**, Relator. – **Eduardo Siqueira Campos** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Heráclito Fortes** – **Alberto Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Educação que passo a ler

É lido o seguinte

Of. nº CE/030/2003

RECURSO Nº 12, DE 2003

Brasília, 27 de maio 2003

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 27 de maio de 2003, os Projetos de Decretos Legislativos de nºs: 428, 467, 481, 506, 584, 597, 602, 603, 607, 620, 624, 631, 645, 651, 652, 661, 683, 685, 726, 727, 733, 736, 755, 764 de 2002 e 019, 024, 028, 034, 035, 036, 046, 047, 048, 049, 053, 057, 060, 062, 069, 070, 120, 143, 149, 153, 223 de 2003.

Atenciosamente, – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com referência ao Ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 428, 467, 481, 506, 584, 597, 602, 603, 607, 620, 624, 631, 645, 651, 652, 661, 683, 685, 726, 727, 733, 736, 755 e 764, de 2002, e 19, 24, 28, 34, 35, 36, 46, 47, 48, 49, 53, 57, 60, 62, 69, 70, 120, 143, 149 e 153, de 2003, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2003**, que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ministério da Comunidade Cristã para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás*.

Durante o prazo regimental, foi apresentado o Recurso nº 12, de 2003, que não preenche o requisito constitucional.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o recurso apresentado

Senhor Presidente,

Nos termos do § 30, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que o Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2003, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ministério Comunidade Cristã, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”, seja submetido à deliberação do Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, de junho de 2003. – **Fátima Cleide – Roberto Saturnino – Sibá Machado – Tião Viana – Geraldo Mesquita Júnior – Ideli Salvatti – Eurípedes Camargo – Patrícia Saboya Gomes – Ana Julia Carepa.**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a retirada de minha assinatura do Recurso para que o PDS nº 223/2003, seja discutido e votado pelo Plenário.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2003. – Senador **Sibá Machado.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa, em reunião realizada no dia 12 do corrente, aprovou os Requerimentos nºs 16, 235, 281, 308, 312, 322, 334, 339, 340, 341, 345, 353, 362, 371, 372, 373, 380, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 404, 405, 406 e 408, de 2003. Informa, ainda, que aprovou com emendas os Requerimentos nºs 272, 279 e 356, de 2003, todos de informações a Ministros de Estado.

Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 362, de 2003, a Presidência informa que, nos termos do inciso IV do art. 216 do Regimento Interno, fica interrompida a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2001 (nº 675/99, na Casa de origem), dispõe sobre a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Jericoara, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 23, de 2003**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que *introduz inciso XIV ao art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal (promover a confecção e a distribuição de agendas dos tra-*

balhos contendo a pauta das matérias a serem apreciadas no âmbito das Comissões).

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, que passo a ler.

É lido o seguinte

OFÍCIO

DE MINISTRO DE ESTADO

– Nº 371/2003, de 4 do corrente, do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 174, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos de Ministro de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes

AVISOS

DE MINISTRO DE ESTADO

– Nº 209/2003, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 208, de 2003, do Senador Eduardo Azeredo.

– Nº 219/2003, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 245, de 2003 do Senador César Borges; e

– Nº 864/2003, de 10 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento nº 298, de 2003, do Senador Arthur Virgílio

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

O Requerimento nº 298, de 2003, ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as informações complementares. Os demais vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofício do Sr. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte

PS-GSE nº 467

Brasília, 11 de junho de 2003

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 119, de 2003, do Poder Executivo, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$89.128.000,00, para os fins que especifica.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com referência à **Medida Provisória nº 119, de 2003**, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria pelo Congresso Nacional esgotar-se-á no próximo dia 29, e o de 60 dias de vigência, no dia 14 de agosto vindouro.

Assim sendo, a Presidência incluirá a matéria na Ordem do Dia oportunamente.

É a seguinte a medida provisória recebida

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 119, DE 2003

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$89.128.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$89.128.000,00 (oitenta e nove milhões, cento e vinte e oito mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do próprio órgão, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0224 EXPLORACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES RODOVIARIO E FERROVIARIO 89.128.000									
26 782	0224 0428	OPERACOES ESPECIAIS							89.128.000
26 782	0224 0428 0001	RECURSOS EM DECORRENCIA DA TRANSFERENCIA PARCIAL DE DOMINIO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL (MP N. 82, DE 2002)							89.128.000
		RECURSOS EM DECORRENCIA DA TRANSFERENCIA PARCIAL DE DOMINIO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL (MP N. 82, DE 2002) - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	F	3	2	30	0	111	89.128.000
TOTAL - FISCAL									89.128.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									89.128.000

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA									89.128.000
99 999 99 999	0999 0998 0999 0998 0101	OPERACOES ESPECIAIS							
		RESERVA DE CONTINGENCIA RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PROPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRACAO INDIRETA	F	9	0	99	0	11	89 128 000
TOTAL - FISCAL									89 128 000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									89 128 000

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL

Nº 119, DE 2003

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 89.128.000,00, para os fins que especifica.

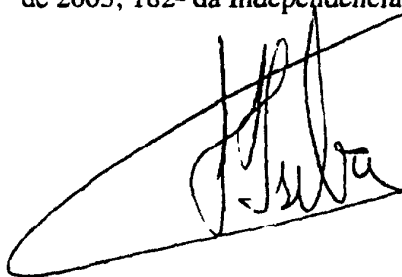
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 89.128.000,00 (oitenta e nove milhões, cento e vinte e oito mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do próprio Órgão, conforme indicado no Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 2003; 182º da Independência e 115º da República.



ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0224 EXPLORACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES RODOVIARIO E FERROVIARIO									89.128.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
26 782	0224 0428	RECURSOS EM DECORRENCIA DA TRANSFERENCIA PARCIAL DE DOMINIO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL (MP N. 82, DE 2002)							89.128.000
26 782	0224 0428 0001	RECURSOS EM DECORRENCIA DA TRANSFERENCIA PARCIAL DE DOMINIO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL (MP N. 82, DE 2002) - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL							89.128.000
			F	3	2	30	0	111	89.128.000
TOTAL - FISCAL									89.128.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									89.128.000

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO II

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									89.128.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							89.128.000
99 999	0999 0998 0101	RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PROPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRACAO INDIRETA							89.128.000
			F	9	0	99	0	111	89.128.000
TOTAL - FISCAL									89.128.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									89.128.000

MENSAGEM Nº 185

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 119, de 15 de maio de 2003, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 89.128.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, em 15 de maio de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM. nº 138/2003-MP.

Brasília, em 15 de maio de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extra-

ordinário, em favor do Ministério dos Transportes – MT, no valor de R\$ 89.128.000,00 (oitenta e nove milhões, cento e vinte e oito mil reais).

2. O crédito tem o propósito de viabilizar a transferência, ao Estado de Mato Grosso do Sul, do domínio de parte da malha rodoviária federal, correspondente a 685,6 km. (seiscentos e oitenta e cinco quilômetros e seiscentos metros), dos 984,5 km. (novecentos e oitenta e quatro quilômetros e quinhentos metros) previstos inicialmente, nos termos das disposições contidas na Medida Provisória nº 82, de 07 de dezembro de 2002, e na Portaria/MT. Nº 766, de 16 de dezembro de 2002, e em suas alterações.

3. A proposta será viabilizada mediante a anulação parcial da Reserva de Contingência do próprio

Órgão, à conta da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), em consonância com o disposto no art. 2º da Medida Provisória nº 82, de 2002.

4. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória, amparada no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição.

Respeitosamente, – **Guido Mantega**.

OS.-GSE. nº 467

Brasília, em 11 de junho de 2003

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 119, de 2003, do Poder Executivo, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 89.128.000,00, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro Secretário.

MPV Nº 119	
Publicação no DO	16-5-2003
Emendas	até 22-5-2003 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	16-5-2003 a 29-5-2003 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	29-5-2003
Prazo na CD	de 30-5-2003 a 12-6-2003 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	12-6-2003
Prazo no SF	13-6-2003 a 26-6-2003 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	26-6-2003
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	27-6-2003 a 29-6-2003 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	30-6-2003 (46º dia)
Prazo final no Congresso	14-8-2003 (60 dias)

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS			
DEPUTADO ANIVALDO VALE	009			
DEPUTADA CELCITA PINHEIRO	001	002		
DEPUTADO CÉSAR BORGES	025	028	029	030
	034	035	040	
DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO	022	036		
DEPUTADO FÁBIO SOUTO	011	014		
DEPUTADO FERNANDO DE FABINHO	031	032	037	038
DEPUTADO JOÃO BATISTA	012	018	019	
DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA	017			
DEPUTADO JOSÉ ROCHA	023	024	033	
DEPUTADO LEONARDO MATTOS	015	039		
DEPUTADO MACHADO	003			
DEPUTADO MARCOS ABRAMO	020	021		
DEPUTADO ONYX LORENZONI	004			
DEPUTADO OSVALDO COELHO	016			
DEPUTADO PAES LANDIM	010	013		
DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO	005	006	007	
DEPUTADO ROGÉRIO SILVA	008			
DEPUTADO VIEIRA REIS	026	027		

SACM
TOTAL DE EMENDAS: 040

MPV - 119**000001****EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 1º da Medida Provisória nº 119/03, parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 1º.....

Parágrafo Único. Dos recursos previstos no caput, R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) serão aplicados na pavimentação e recuperação da BR-158, trecho Barra do Garças, Estado do Mato Grosso.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda Visa A Pavimentação E Recuperação Do Referido Trecho Da Br-158, Com Vistas A Melhorar As Condições De Tráfego Na Rodovia, Que Se Encontra Em Precárias Condições De Conservação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Celcita Pinheiro

MT

PFL

DATA

ASSINATURA

21/05/03



MPV - 119

000002

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 1º da Medida Provisória nº 119/03, parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 1º.....

Parágrafo Único. Dos recursos previstos no caput, R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) serão aplicados na recuperação da BR-163, no trecho entre o Trevo do Lagarto e o Trevo de Barra do Bugres, no Estado do Mato Grosso.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda Visa A Recuperação Do Referido Trecho Da Br-163, Com Vistas A Melhorar As Condições De Tráfego Na Rodovia, Que Se Encontra Em Precárias Condições De Conservação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Celcita Pinheiro

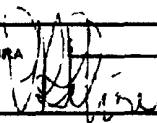
MT

PFL

DATA

ASSINATURA

21/05/03



MPV - 119**000003****EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 1º da Medida Provisória nº 119/03, parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 1º.....

Parágrafo Único. Dos recursos previstos no caput, R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões) serão aplicados na recuperação da BR-101, no Estado de Sergipe.

JUSTIFICAÇÃO

A Obra Foi Iniciada Há Mais De 06 Anos E A Paralisação Causa Sérios Transtornos No Cotidiano Das Pessoas.

Por Essa Razão, A Retomada Da Obra É Imperativa.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Machado

SE

PFL

DATA

ASSINATURA

22/05/03

MPV - 119

000004

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória
119/2003PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 1º da Medida Provisória nº 119/03, parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 1º.....

Parágrafo Único. Dos recursos previstos no caput, R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) serão aplicados na pavimentação e restauração da BR-392, que liga as cidades de Pelotas e Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda Visa A pavimentação e Restauração Da Br-392, Com Vistas A Melhorar O Tráfego Na Rodovia, Que Se Encontra Em Precárias Condições De Conservação.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

PARTIDO

Dep. Onyx Lorenzoni

RS

PFL

DATA

ASSINATURA

22/05/03

MPV - 119**000005****EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 1º da Medida Provisória nº 119/03, parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 1º.....

Parágrafo Único. Dos recursos previstos no caput, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) serão aplicados na recuperação da BR-319, no Estado do Amazonas.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda Visa A Recuperação Da BR-319, Com Vistas A Melhorar O Tráfego Na Rodovia, Que Se Encontra Em Precárias Condições De Conservação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Pauderney Avelino

AM

PFL

DATA

ASSINATURA

21/05/03

MPV - 119**000006****EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória
119/2003PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 1º da Medida Provisória nº 119/03, parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 1º.....

Parágrafo Único. Dos recursos previstos no caput, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) serão aplicados na recuperação da BR-174, no Estado do Amazonas.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda Visa A Recuperação Da Br-174, Com Vistas A Melhorar O Tráfego Na Rodovia, Que Se Encontra Em Precárias Condições De Conservação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Pauderney Avelino

AM

PFL

DATA

ASSINATURA

21/05/03

MPV - 119

000007

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória
119/2003PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 1º da Medida Provisória nº 119/03, parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 1º

Parágrafo Único. Dos recursos previstos no caput, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) serão aplicados na recuperação da BR-230, no Estado do Amazonas.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda Visa A Recuperação Da Br-230, Com Vistas A Melhorar O Tráfego Na Rodovia, Que Se Encontra Em Precárias Condições De Conservação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Pauderney Avelino

AM

PFL

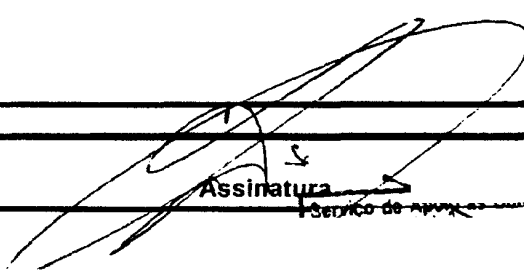
DATA

ASSINATURA

21/05/03

MPV - 119
000008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 20/05/03	Proposição: Medida Provisória nº 119, de 15 de maio de 2003			
Autor: Deputado Rogério Silva (PPS/MT)	Nº do Prontuário			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutiva Global <input type="checkbox"/>				
Artigo: 1º	Parágrafo: Único	Inciso:	Alínea:	Pág. 1 de 1
<p>Inclua-se no art. 1º da Medida Provisória nº 119/03, novo parágrafo único, com a seguinte redação:</p> <p>“Art.</p> <p>Parágrafo único. Dos recursos previstos no <i>caput</i>, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) serão aplicados na pavimentação da Rodovia BR-163, trecho Lucas do Rio Verde, divisa com Pará, no Estado do Mato Grosso.”</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Esta emenda à MP nº 119/03, visa recuperar as condições de tráfego do referido trecho da Rodovia BR-163, que se encontra em precárias condições, causando toda série de transtornos àqueles que, obrigatoriamente, precisam percorrê-lo, inclusive com ocorrência de acidentes fatais, que tem enlutado diversas famílias residentes naquela Região.</p>				
Brasília-DF., 20/05/03 Local e Data		 Assinatura Serviço de Apoio		

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****MPV - 119****000009****INSTRUÇÕES NO VERSO****MPNº 119/2003-CN**

Medida Provisória

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Cancelar o Valor Total do Crédito Extraordinário - Suplementação do Programa de trabalho do Ministério dos Transportes - 39252-DENIT, programa 0224 EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO, o seguinte subtítulo:

Cancelar a Suplementação:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

Programa: 0224 – Exploração da Infra-Estrutura de Transportes Rodoviário e Ferroviário

Funcional Programática: 26.782.0224.0428.0001

Subtítulo: Recursos em Decorrência da Transferência Parcial de Domínio da Malha Rodoviária Federal para os Estados e o Distrito Federal

GND: 3

Modalidade de Aplicação: 30

Valor: R\$ 89.128.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A suplementação proposta pelo Executivo, na Medida Provisória nº 119/2003-CN – Crédito Extraordinário, visa a transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para o Estado de Mato Grosso do Sul, correspondente a 685,6 KM.. A proposta será viabilizada mediante a anulação parcial da Reserva de Contingência do próprio órgão, assim, apresenta na exposição de motivos a urgência e relevância da matéria.

Verificamos que até o presente momento o Estado do Pará não teve a mesma atenção do Poder Executivo. A malha rodoviária do Estado do Pará quase que inexistente, as poucas rodovias que ainda insistem em resistir a deterioração, a precariedade e ao descaso do Ministério dos Transportes, nos obriga a questionar os critérios adotados para o atendimento aos Estados e o DF. Temos entre outros Estados a pior malha rodoviária no País, onde o custo do frete é muito elevado, sem mencionar os transtornos para o escoamento da produção. A presente emenda visa o cancelamento da suplementação proposta pelo Executivo, por entendermos que os Estados e o DF, merecem a devida atenção igualmente, não podemos permitir que alguns Estados, fiquem na fila de espera, o atendimento tem que ser para todos.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado ANIVALDO VALE**PA****PSDB**

DATA

ASSINATURA

25/6/03

MPV - 119

000010

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

—119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Emenda Aditiva

Inclua-se no Anexo I do Programa de trabalho da UO 39.252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNTI a seguinte programação:

Funcional-Programática 26.782.0220.2834.0022 Restauração de Rodovias Federais no Estado do Piauí.

Valor R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais)

O cancelamento compensatório deverá ser efetuado na seguinte programação:

26.782.0224.0428.0001- Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal(MP nº 82,de 2002) – (crédito extraordinário)-Nacional

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa a restauração de rodovias federais no Estado do Piauí, com vistas a melhorar as condições de trafegabilidade, que se encontram em situação precária.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Paes Landim

PI

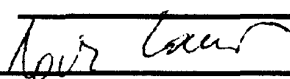
PFL

DATA

ASSINATURA

22/05/03

3/11/02



MPV - 119**000011****EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Anexo I Programa de Trabalho da UO 39.252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT a seguinte programação:

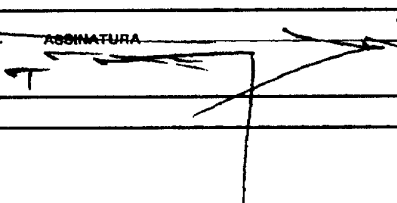
Funcional-Programática: 26.782.0220.2834.0029 - Restauração e Conservação das Rodovias Federais da Bahia.

Valor R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).

O cancelamento compensatório deverá ser efetuado na seguinte programação:
26.782.0224.0428.0001 - Recursos em Decorrência da Transferência Parcial de Domínio da Malha Rodoviária Federal (MP nº 82, de 2002) - (Crédito Extraordinário) - Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda Visa A Restauração E Conservação Das Rodovias Do Estado Da Bahia, Com Vistas A Melhorar As Condições De Trafegabilidade, Que Se Encontram Em Situação Precária.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. Fábio Souto	BA	PFL
DATA	ASSINATURA		
21/05/03			

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****MPV - 119****000012****INSTRUÇÕES NO VERSO**

MP 119 de 2003

01 DE 01

INCLUA-SE AO ANEXO I, PROGRAMA 0224 - EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO, UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 39.252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DENIT, A SEGUINTE EMENDA ADITIVA:

ACRÉSCIMO:

022.2834.0035 - RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO - BR 153 - TRECHO DE ICÉM/OURINHOS - EXTENSÃO DE 345,2 KM - VALOR: R\$ 51.780.000,00

CANCELAMENTO:

26.782.0224.0428.0001 - RECURSOS EM DECORRÊNCIA DA TRANSFERÊNCIA PARCIAL DE DOMÍNIO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL(MP Nº 82/2002) (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL - VALOR: R\$ 51.780.000,00

A Br 153 É Uma Rodovia De Vital Importância Para O Escoamento Da Produção Agrícola E Industrial Brasileira Pois Faz A Ligação Dos Estados De Goiás, Minas Gerais E São Paulo Ao Sul Do País E Principalmente Aos Países Integrantes Do Mercosul.

A Presente Emenda Se Faz Necessária Devido A Má Conservação Da Br 153. A Recuperação Da Rodovia Neste Trecho Irá Diminuir Significativamente Os Acidentes Com Vítimas Fatais Que Vem Aumentando Nos Últimos Meses. Portanto A Recuperação Da Rodovia Se Faz Necessária E Urgente Não Só Pelo Valor Econômico Que Esta Representa Para O País Mas Também Para Preservação Do Bem Maior Do Cidadão Que É A Vida.

JOÃO BATISTA

SP

PFL

22/05/03

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****MPV - 119**

000013

TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Emenda Aditiva

Inclua-se no Anexo I do Programa de trabalho da UO 39.252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNTI a seguinte programação:

Funcional-Programática 26.782.0220.2841.0022 Conservação preventiva, Rotineira e Emergencial de Rodovias Federais no Estado do Piauí.

Valor R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais)

O cancelamento compensatório deverá ser efetuado na seguinte programação:

26.782.0224.0428.0001- Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal(MP nº 82,de 2002) – (crédito extraordinário)-Nacional

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa a conservação das rodovias federais no Estado do Piauí, com vistas a melhorar as condições de trafegabilidade, que se encontram em situação precária.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Paes Landim

PI

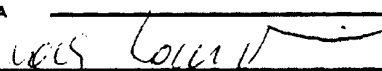
PFL

DATA

ASSINATURA

22/05/03

3/11/02



MPV - 119**000014****EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Anexo I Programa de Trabalho da UO 39.252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT a seguinte programação:

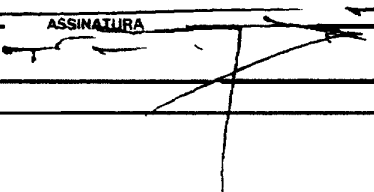
Funcional-Programática: 26.782.0220.2841.0029 - Conservação Preventiva, Rotineira e Emergencial no Estado da Bahia.

Valor R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).

O cancelamento compensatório deverá ser efetuado na seguinte programação:
26.782.0224.0428.0001 - Recursos em Decorrência da Transferência Parcial de Domínio da Malha Rodoviária Federal (MP nº 82, de 2002) - (Crédito Extraordinário) - Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda Visa A Conservação Das Rodovias Do Estado Da Bahia, Com Vistas A Melhorar As Condições De Trafegabilidade, Que Se Encontram Em Situação Precária.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. Fábio Souto	BA	PFL
DATA	ASSINATURA		
21/05/03			

CÂMARA DOS DEPUTADOS
**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

[E **MPV - 119** A]
000015

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP 119 de 2003

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA

01 de 01

TEXTO

Inclua-se ao anexo I, Programa 0224- Exploração da Infra-Estrutura de Transportes rodoviário e ferroviário, Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DENIT, a seguir emenda aditiva:

Acréscimo:

26.782.0220.2841.0031 Conservação Preventiva, Rotineira e Emergencial de Rodovias no Estado de Minas Gerais
Extensão de 100 Km
Valor : 15.000.000,00

Cancelamento:

26.782.0224.0428.0001 – Recursos em decorrência da Transferência parcial de domínio da Malha rodoviária Federal para os Estados e o Distrito Federal (MP nº 82/2002) (Crédito Extraordinário) – Nacional
Valor : 4.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a destinação de recursos para conservação preventiva e rotineira e fundamentalmente emergencial de importante corredor viário e de escoamento da produção do estado de Minas Gerais e de todo o País, em especial a BR 381- trecho Belo Horizonte João Monlevade.

Tal rodovia é de fundamental importância econômica para o Estado, encontrando-se em péssimo estado de conservação.

CÓDIGO

LEONARDO MATTOS

NOME DO PARLAMENTAR

UF

MG

PARTIDO

PV

DATA

22/05/03

ASSINATURA

MPV - 119**000016****EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Anexo I Programa de Trabalho da UO 39.252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT a seguinte programação:

Funcional-Programática: 26.782.0229.5323.0101 - Adequação de Pontes no Corredor São Francisco - BR 407/PE - Ponte Presidente Dutra - Petrolina(PE) - Juazeiro(BA).

Valor R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

O cancelamento compensatório deverá ser efetuado na seguinte programação:
26.782.0224.0428.0001 - Recursos em Decorrência da Transferência Parcial de Domínio da Malha Rodoviária Federal (MP nº 82, de 2002) - (Crédito Extraordinário) - Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A Ponte Presidente Dutra, Sobre O Rio São Francisco, Liga As Cidades De Petrolina (PE) A Juazeiro (BA), E Foi Projetada Para Um Fluxo Diario De 6.000 Veículos/Dia, Contando Atualmente Com Um Tráfego De 30.000 Veículos/Dia. Dessa Forma, Torna-Se De Fundamental Importância A Alocação Desses Recursos Com O Fim De Adequar A Referida Ponte Às Necessidades Atuais Do Trânsito Na Região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Osvaldo Coelho

PE

PFL

DATA

ASSINATURA

21/05/03

MPV - 119

000017

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Anexo I da Medida Provisória 119/03, Programa de Trabalho da U.O. 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT a seguinte programação:

Funcional-Programática:

26.782.0229.5323.0101 - Adequação de Pontes no Corredor São Francisco - BR 407/PE - Ponte Presidente Dutra - Petrolina(PE) - Juazeiro(BA).

Valor R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

O cancelamento compensatório deverá ser efetuado na seguinte programação:
26.782.0224.0428.0001 - Recursos em Decorrencia da Transferência Parcial de Domínio da Malha Rodoviária Federal (MP nº 82, de 2002) - (Crédito Extraordinário) - Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Emenda Visa Ao Atendimento Da Duplicação E Recuperação Da Ponte Presidente Dutra, Que Liga As Cidades De Petrolina (Pe) E Juazeiro (Ba). Atualmente A Ponte Não Atende Adequadamente Ao Fluxo Diário De Veículos, Sendo De Fundamental Importância A Alocação Desses Recursos Para Atender A Real Demanda De Tráfego Na Região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. José Carlos Aleluia

BA

PFL

DATA

ASSINATURA

21/05/03

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****MPV - 119****000018**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP 119 de 2003

01 DE 01

INCLUA-SE AO ANEXO I, PROGRAMA 0224 - EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO, UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 39.252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DENIT, A SEGUINTE EMENDA ADITIVA:

ACRÉSCIMO:

022.2841.0035 - CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SP 294 - TRECHO DE BAURU/PARAPAPUÃ - EXTENSÃO DE 220 KM - VALOR: R\$ 33.000.000,00

CANCELAMENTO:

26.782.0224.0428.0001 - RECURSOS EM DECORRÊNCIA DA TRANSFERÊNCIA PARCIAL DE DOMÍNIO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL (MP Nº 82/2002) (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL - VALOR: R\$ 33.000.000,00

A Sp 294 É Uma Rodovia De Vital Importância Para O Escoamento Da Produção Agrícola E Industrial Brasileira Pois Liga Os Municípios Bauru E Presidente Prudente, Municípios Estes De Vital Importância Para A Economia Do Estado De São Paulo, À Br 153 Que Interliga O Estado De São Paulo Aos Estados De Goiás, Minas Gerais, Aos Estados Do Sul Do País E Principalmente Aos Países Integrantes Do Mercosul. A Presente Emenda Se Faz Necessária Devido A Má Conservação Da Sp 294. A Recuperação Da Rodovia Neste Trecho Irá Diminuir Significativamente Os Acidentes Com Vítimas Fatais Que Vem Aumentando Nos Últimos Meses, Portanto A Recuperação Da Rodovia Se Faz Necessária E Urgente Não Só Pelo Valor Econômico Que Esta Representa Para São Paulo E Para O País, Mas Também Para Preservação Do Bem Maior Do Cidadão Que É A Vida..

JOÃO BATISTA

SP

PFL

22/05/03

MPV - 119**000019****INSTRUÇÕES NO VERSO****MP 119 de 2003****01 DE 01**

INCLUA-SE AO ANEXO I, PROGRAMA 0224 - EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO, UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 39.252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DENIT, A SEGUINTE EMENDA ADITIVA:

ACRÉSCIMO:

022.2841.0035 - CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SP 425 - TRECHO DE PARAPAPUÁ/PRESIDENTE PRUDENTE - EXTENSÃO DE 90 KM - VALOR: R\$ 13.500.000,00

CANCELAMENTO:

26.782.0224.0428.0001 - RECURSOS EM DECORRÊNCIA DA TRANSFERÊNCIA PARCIAL DE DOMÍNIO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL(MP Nº 82/2002) (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) – NACIONAL - VALOR: R\$ 13.500.000,00

A Sp 425 É Uma Rodovia De Vital Importância Para O Escoamento Da Produção Agrícola E Industrial Brasileira Pois Liga O Município De Presidente Prudente, Município Este De Vital Importância Para A Economia Do Estado De São Paulo À Sp 294 Que Dá Acesso À Br 153 Interligando O Estado De São Paulo Aos Estados De Goiás, Minas Gerais E Principalmente Aos Estado Do Sul Do País E Aos Países Integrantes Do Mercosul.

A Presente Emenda Se Faz Necessária Devido A Má Conservação Da Sp 425. A Recuperação Da Rodovia Neste Trecho Irá Diminuir Significativamente Os Acidentes Com Vítimas Fatais Que Vem Aumentando Nos Últimos Meses, Portanto A Recuperação Da Rodovia Se Faz Necessária E Urgente Não Só Pelo Valor Econômico Que Esta Representa Para São Paulo E Para O País, Mas Também Para Preservação Do Bem Maior Do Cidadão Que É A Vida.

Será na Comissão de Constituição e Justiça

JOÃO BATISTA

SP

PFL

22/05/03

MPV - 119

000020

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória
MP 119 de 2003PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se ao anexo I, Programa 0224 - EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO, Unidade Orçamentária 39.252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DENIT, a seguinte emenda Aditiva:

Acréscimo:

022.2841.0035 - Conservação Preventiva, Rotineira e Emergencial de Rodovias no Estado de São Paulo - Trecho da Rodovia Guilherme Scatena e Abel Terruggi
Extensão de 40 km - Valor: R\$ 6.000.000,00

Cancelamento:

26.782.0224.0428.0001 - RECURSOS EM DECORRÊNCIA DA TRANSFERÊNCIA PARCIAL DE DOMÍNIO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL(MP Nº 82/2002) (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL
Valor: R\$ 6.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Emenda Se Faz Necessária Devido A Má Conservação Das Estradas Retro-Mencionadas Entre Os Trechos De Água Vermelha E Santa Eudóxia, Do Município De São Carlos.

A Recuperação Destas Rodovias Também Se Justifica Por Ser De Importante Escoamento Da Produção Da Região, Sendo Que Irá Diminuir Significativamente Os Acidentes Com Vítimas Fatais Que Vem Aumentando Nos Últimos Meses E Representará Um Grande Impulso Para O Desenvolvimento Dessa Região.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	MARCOS ABRAMO	SP	PFL
DATA	ASSINATURA		
22/05/03			

MPV - 119

000021

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA...

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória
MP 119 de 2003PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se ao anexo I, Programa 0224 - EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO, Unidade Orçamentária 39.252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DENIT, a seguinte emenda Aditiva:

Acréscimo:

022.2841.0035 - Conservação Preventiva, Rotineira e Emergencial de Rodovias no Estado de São Paulo - Trecho da Estrada Suzano-Pinheirinho/Estrada Santa Izabel (SP-56) - Extensão de 8 km - Valor: R\$ 1.200.000,00

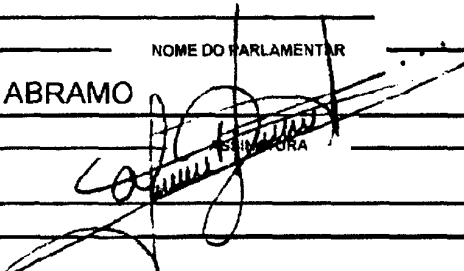
Cancelamento:

26.782.0224.0428.0001 - RECURSOS EM DECORRÊNCIA DA TRANSFERÊNCIA PARCIAL DE DOMÍNIO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL PARA OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL(MP Nº 82/2002) (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL
Valor: R\$ 1.200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Emenda Se Faz Necessária Devido A Má Conservação Da Estrada mencionada entre o Trecho de Suzano-Pinheirinho até a Estrada Santa Izabel (SP-56)Do Município De Itaquaquecetuba.

A Recuperação desta rodovia também se justifica por ser de importante escoamento da Produção da Região, sendo que irá Diminuir Significativamente Os Acidentes Com Vítimas Fatais Que Vem Aumentando Nos Últimos Meses.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	MARCOS ABRAMO	SP	PFL
DATA	ASSINATURA		
22/05/03			

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****MPV - 119****000022**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDA PROVISÓRIA

119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Insira-se no Anexo I da MP 119/2003 o Programa de trabalho da UO 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) a seguinte programação:

Construção da BR 030-BA (Trecho - Boa Nova/Maraú)

-Esfera: F GND: 4 RP: 2 MOD: 99 IU: 0 FTE: 111 Valor: 10.000.000,00

Cancelamento:

-Funcional Programática: 26.782.0224.0428.0001

-Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP nº 82, de 2002)

-Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD: 30 IU: 0 FTE: 111 Valor: 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

OBRA DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA A CONCLUSÃO DA BR 030, QUE INCREMENTARÁ A ABERTURA DE UMA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA E O ESCOAMENTO DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DA BAHIA, BENEFICIANDO TAMBÉM DÁRIO MEIRA E OS MUNICÍPIOS DO BAIXO-SUL DO ESTADO DA BAHIA.

IMPORTANTE OBRA PARA A LIGAR BRASÍLIA À PRAIA DE MARAÚ, LOCALIZADA NA BAHIA DE CAMAMU, LITORAL DA BAHIA, PROPORCIONANDO O DESENVOLVIMENTO DE NOVO POLO TURÍSTICO NO ESTADO, ALÉM DE ABRIR HORIZONTES PARA A IMPLANTAÇÃO NO FUTURO DE PORTO MARÍTIMO. ESTA OBRA PROPICIARÁ A REDUÇÃO DA DISTÂNCIA ENTRE BRASÍLIA E O LITORAL BRASILEIRO.

A PRESENTE EMENDA VISA ASSEGURAR RECURSOS PARA A CONSTRUÇÃO DESSA OBRA VITAL PARA O PROGRESSO DA AGROPECUÁRIA DESSA REGIÃO, BEM COMO PARA O TURISMO E O ESCOAMENTO DE OUTROS BENS.

CODIGO

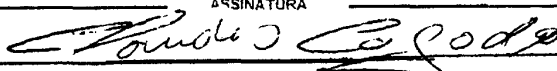
NOME DO PARLAMENTAR

Claúdio Cajado

DATA

21/05/03

ASSINATURA



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****MPV - 119****000023**

INSTRUÇÕES NO VERSO

119/2003

PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Insira-se no Anexo I da MP 119/2003, no Programa de trabalho da UO 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) a seguinte programação:

Construção da Ponte Sobre o Rio São Francisco na BR 030-BA (Trecho - Malhada/Carinhonha)

-Esfera: F GND: 4 RP: 2 MOD: 30 IU: 0 FTE: 111 Valor: 8.000.000,00

Cancelamento:

-Funcional Programática: 26.782.0224.0428.0001

-Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP nº 82. de 2002)

-Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD: 30 IU: 0 FTE: 111 Valor: 8.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

OBRA DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA A CONCLUSÃO DA BR 030, QUE INCREMENTARÁ A ABERTURA DE UMA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA E O ESCOAMENTO DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DA BAHIA.

ADEMAIS, LIGARÁ BRASÍLIA À PRAIA DE MARAÚ, LOCALIZADA NA BAHIA DE CAMAMU, LITORAL DA BAHIA, PROPORCIONANDO O DESENVOLVIMENTO DE NOVO PÓLO TURÍSTICO NO ESTADO, ALÉM DE ABRIR HORIZONTES PARA A IMPLANTAÇÃO NO FUTURO DE PORTO MARÍTIMO. TAMBÉM PROPICIARÁ A REDUÇÃO DA DISTÂNCIA ENTRE BRASÍLIA E O LITORAL BRASILEIRO. A PRESENTE EMENDA VISA ASSEGURAR RECURSOS PARA A CONCLUSÃO DESSA OBRA, EM CARÁTER EMERGENCIAL.

CÓDIGO

3262

NOME DO PARLAMENTAR

José Rocha

UF

BA

PARTIDO

PFL

DATA

21/05/03

ASSINATURA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****MPV - 119****000024**

INSTRUÇÕES NO VERSO	Medida Provisória 119/2003	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	-------------------------------	------------------

TEXTO

Insira-se no Anexo I da MP 119/2003, no Programa de trabalho da UO 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) a seguinte programação:

Construção da BR 030-BA (Trecho - Julião/Malhada)

-Esfera: F GND: 4 RP: 2 MOD: 99 IU: 0 FTE: 111 Valor: 8.000.000,00

Cancelamento:

-Funcional Programática: 26.782.0224.0428.0001

-Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP nº 82, de 2002)

-Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD: 30 IU: 0 FTE: 111 Valor: 8.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

OBRA DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA A CONCLUSÃO DA BR 030, QUE INCREMENTARÁ A ABERTURA DE UMA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA E O ESCOAMENTO DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DA BAHIA.

IMPORTANTE OBRA PARA A LIGAR BRASÍLIA À PRAIA DE MARAÚ, LOCALIZADA NA BAHIA DE CAMAMU, LITORAL DA BAHIA, PROPORCIONANDO O DESENVOLVIMENTO DE NOVO POLO TURÍSTICO NO ESTADO, ALÉM DE ABRIR HORIZONTES PARA A IMPLANTAÇÃO NO FUTURO DE PORTO MARÍTIMO. ESTA OBRA PROPICIARÁ A REDUÇÃO DA DISTÂNCIA ENTRE BRASÍLIA E O LITORAL BRASILEIRO.

A PRESENTE EMENDA VISA ASSEGURAR RECURSOS PARA A CONSTRUÇÃO DESSA OBRA VITAL PARA O PROGRESSO DA AGROPECUÁRIA DESSA REGIÃO, BEM COMO PARA O TURISMO E O ESCOAMENTO DE OUTROS BENS.

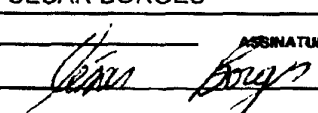
CODIGO 3262	NOME DO PARLAMENTAR José Rocha	BA	PFL
-----------------------	-----------------------------------	----	-----

DATA 21/05/03	ASSINATURA 
------------------	---

MPV - 119

000025

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**ESPAÇO RESERVADO PARA
ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 119/2003	PÁGINA 1 DE 1
TEXTO <p>Insira onde couber, no Anexo I da MP 119/2003, no Programa de Trabalho da U.O. 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), a seguinte programação: Construção, restauração e recuperação da rodovia BR-101: Gandu - Ubaitaba e Buerarema - Acesso Monte Pascoal - Ba Esfera: F GND:4 RP:2 MOD.: 99 IU: 0 FTE: 111 VALOR: R\$ 8.000.000,00</p> <p>CANCELAMENTO: Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0101 Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP 82, de 2002). Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD.: 30 IU: 0 FTE: 111 VALOR: R\$ 8.000.000,00</p>		
JUSTIFICAÇÃO <p>Trata-se de uma rodovia de grande importância econômica, detêm alto volume de tráfego, até porque, no aspecto nacional, liga as regiões norte e sul pela via litorânea, o que, além do volume de carga e passageiros, se destaca por grande vocação turística pela ligação facilitada de todo litoral brasileiro. Sua situação encontra-se em péssimo estado de conservação, o que vem proporcionando inúmeros acidentes fatais, em virtude da falta de investimentos por parte do Governo Federal.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Senador CESAR BORGES	ASSINATURA 
DATA 22/05/2003		

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****MPV - 119****000026**

E:

1

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

119/2003

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - DA MEDIDA PROVISÓRIA 119/2003 - RESTAURAÇÃO DA BR 101, NO VALOR DE R\$ 20.000.000,00 (VINTE MILHÕES DE REAIS)

CANCELAMENTO: 99.999.0999.0998.0101

ESFERA: F

GND: 4

FONTE: 111

VALOR R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM A PRESENTE EMENDA, DAR CONTINUIDADE NO PROGRAMA DE RESTAURAÇÃO DA BR 101, DEVIDO AS CONSTANTES E INUMEROS ACIDENTES QUE VEM OCORRENDO NO SEU DIA A DIA NESSA BR QUE TRATO, NADA MAIS JUSTO QUE TENTAR ATRAVÉS DESTA EMENDA, DIRECIONAR RECURSOS FINANCEIROS PARA TENTAR PELOS MENOS EM PARTE, A CONTINUIDADE DA RESTAURAÇÃO DA BR 101, INCLUINDO O ANEL VIÁRIO PIRAÍ/BARRA DO PIRAÍ, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL VIEIRA REIS

RJ

PMDB

DATA

ASSINATURA

22/05/03

MPV - 119
000027**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO

TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

119/2003

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - DA MEDIDA PROVISÓRIA 119/2003 -
SINALIZAÇÃO DA BR 101, NO VALOR DE R\$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHÕES DE REAIS)

CANCELAMENTO: 99.999.0999.0998.0101

ESFERA: F

GND: 4

FONTE: 111

VALOR R\$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM A PRESENTE EMENDA, DAR CONTINUIDADE NO PROGRAMA DE SINALIZAÇÃO DA BR 101, DEVIDO AS
CONSTANTES E INUMEROS ACIDENTES QUE VEM OCORRENDO NO SEU DIA A DIA NESSA BR QUE TRATO, NADA MAIS JUSTO QUE
TENTAR ATRAVÉS DESTA EMENDA, DIRECIONAR RECURSOS FINANCEIROS PARA TENTAR PELOS MENOS EM PARTE, A
CONTINUIDADE DA SINALIZAÇÃO DA BR 101, INCLUINDO O ANEL VIÁRIO PIRAI/BARRA DO PIRAI, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL VIEIRA REIS

RJ

PMDB

DATA

ASSINATURA

22/05/03

MPV - 119

000028

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**ESPAÇO RESERVADO PARA
ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 119/2003	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	---------------------------------	------------------

TEXTO

Insira onde couber, no Anexo I da MP 119/2003, no Programa de Trabalho da U.O. 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), a seguinte programação:

Construção, restauração e recuperação da rodovia BR -110: Acesso a Sátiro Dias - BR-101 (Entroncamento para Alagoinhas) e Jeremoabo - Olindina

Esfera: F GND:4 RP:2 MOD.: 99 IU: 0 FTE: 111 VALOR: R\$ 8.000.000,00

CANCELAMENTO:

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0101

Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP 82, de 2002).

Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD.: 30 IU: 0 FTE: 111 VALOR: R\$ 8.000.000,00.

JUSTIFICAÇÃO

Este trecho liga Salvador a Paulo Afonso e também a todo o Nordeste brasileiro, tem uma grande importância econômica, pois, é utilizada para o escoamento da produção de grãos (feijão, milho, etc.).

Se encontra em péssimas condições de tráfego por falta de investimentos por parte do Governo Federal, culminando com uma série de vítimas fatais.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	BA	PFL
	Senador CESAR BORGES		
DATA 22/05/2003	ASSINATURA 		

MPV - 119

000029

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****ESPAÇO RESERVADO PARA
ETIQUETA**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 119/2003	PÁGINA 1 DE 1
----------------------------	--	-------------------------

TEXTO

Insira onde couber, no Anexo I da MP 119/2003, no Programa de Trabalho da U.O. 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), a seguinte programação:

Construção, restauração e recuperação da rodovia BR -116: Bendengó - Ibó (Construção de Ponte sobre o rio São Francisco)

Esfera: F GND:4 RP:2 MOD.: 99 IU: 0 FTE: 111 VALOR: R\$ 8.000.000,00

CANCELAMENTO:

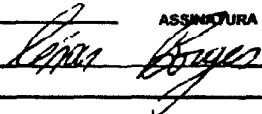
Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0101

Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP 82, de 2002).

Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD.: 30 IU: 0 FTE: 111 VALOR: R\$ 8.000.000,00.

JUSTIFICAÇÃO

A BR-116 liga o extremo sul do Brasil ao norte. De grande importância econômica para o país pois, ao encurtar distâncias, proporciona a redução no consumo de combustíveis e, consequentemente, nos custos de transportes, além de evitar uma série de acidentes que vem ocorrendo em outros trechos que estão em péssimas condições de tráfego, pela falta de investimentos por parte do Governo Federal.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Senador CESAR BORGES	UF BA	PARTIDO PFL
DATA 22/05/2003	ASSINATURA 		

MPV - 119

000030

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**ESPAÇO RESERVADO PARA
ETIQUETA

	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
INSTRUÇÕES NO VERSO	119/2003	1 DE 1

TEXTO

Insira onde couber, no Anexo I da MP 119/2003, no Programa de Trabalho da U.O. 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), a seguinte programação:

Construção, restauração e recuperação da rodovia BR -116/BA - Div. PE/BA - Ba/MG, Subtrecho Feira de Santana - Vitória da Conquista, com o Seguimento Km 689 - Km 691 (Travessia Urbana de Jequié - Ba).

Esfera: F GND:4 RP:2 MOD.: 99 IU: 0 FTE: 111 VALOR: R\$ 8.000.000,00

CANCELAMENTO:

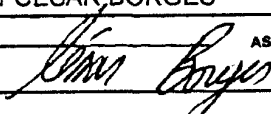
Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0101

Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP 82, de 2002).

Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD.: 30 IU: 0 FTE: 111 VALOR: R\$ 8.000.000,00.

JUSTIFICAÇÃO

A BR-116 liga o extremo sul do Brasil ao norte. De grande importância econômica para o país pois, ao encurtar distâncias, proporciona a redução no consumo de combustíveis e, conseqüentemente, nos custos de transportes, evitando assim, uma série de acidentes que vem ocorrendo em outros trechos que estão em péssimas condições de tráfego, pela falta de investimentos por parte do Governo Federal.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Senador CESAR BORGES	BA	PFL
DATA	ASSINATURA		
22/05/2003			

MPV - 119**000031****EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Insira onde couber, no Anexo I da MP 119/2003, no Programa de Trabalho da U O 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) a seguinte programação:

Restauração da BR 116 Feira de Santana / Monte ~~SANTO~~

Esfera: F GND: 4 RP: 2 MOD: 99 IU: O FTE: 11 Valor R\$ 8.000.000,00

Cancelamento:

- Funcional Programática: 26.782.0224.0428.0001

- Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP 82, de 2002)

Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD: 30 IU: O FTE: 111 Valor R\$ 8.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Br 116 Que Liga Feira De Santana A Monte Santo, No Estado Da Bahia, Principalmente No Trecho, Denominado, Lamentavelmente De "Curva Do Cavaco" Ou "Curva Da Morte", Necessita Com Urgência De Reparos, A Precariedade Da Rodovia, Falta De Sinalização, De Acostamento, Excesso De Buracos E Tantas Outras Mazelas Tem Sido Responsável Por Centenas De Vidas Humanas Ceifadas.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEP FERNANDO DE FAZINHO

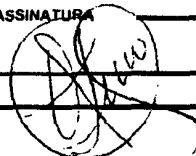
BA

PFL

DATA

ASSINATURA

21/05/03



Fls.

49

MPV - 119**000032****EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Insira onde couber, no Anexo I da MP 119/2003, no Programa de Trabalho da U O 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) a seguinte programação:

Restauração da BR 116 Norte Feira de Santana / Paulo Afonso

Esfera: F GND: 4 RP: 2 MOD: 99 IU: O FTE: 11 Valor R\$ 8.000.000,00

Cancelamento:

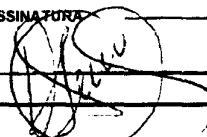
- Funcional Programática: 26.782.0224.0428.0001

- Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP 82, de 2002)

Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD: 30 IU: O FTE: 111 Valor R\$ 8.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Restauração Da BR 116 Norte, Que Liga Feira De Santana A Paulo Afonso, Principalmente No Trecho Que Liga Euclides Da Cunha A Paulo Afonso, Que Infelizmente, Apesar De Ter Uma Importância Fundamental Para O País, Haja Visto Que É Do Município De Paulo Afonso, Através Da Hidrelétrica De Paulo Afonso, Sede Da CHESF - Companhia Hidrelétrica Do São Francisco, De Onde Sai Toda A Energia Elétrica Da Região Nordeste Do País, Nunca Teve Asfalto

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEP. FERNANDO DE FABIANO	BA	PFL
DATA	ASSINATURA	Fórmula de Apoio às Comissões Mistas	
21/05/03			

MPV - 119**000033****EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória
119/2003PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Insira-se no Anexo I da MP 119/2003, no Programa de trabalho da UO 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) a seguinte programação:

Construção da BR 116-BA (Trecho - Euclides da Cunha/Ibó)

-Esfera: F GND: 4 RP: 2 MOD: 99 IU: 0 FTE: 111 Valor: 8.000.000,00

Cancelamento:

-Funcional Programática: 26.782.0224.0428.0001

-Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP nº 82, de 2002)

-Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD: 30 IU: 0 FTE: 111 Valor: 8.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O TRECHO EM QUESTÃO É O ÚNICO SEGMENTO DA BR 116 QUE FALTA SER CONSTRUÍDO NO PAÍS. SUA EXECUÇÃO BENEFICIARÁ O NORDESTE DO BRASIL, UMA VEZ QUE REDUZIRÁ EM APROXIMADAMENTE 200 KM A LIGAÇÃO DESSA REGIÃO COM A SUL E SUDESTE, GERANDO UMA SIGNIFICATIVA REDUÇÃO NOS CUSTOS DE TRANSPORTES DO ESCOAMENTO DA SAFRA AGRÍCOLA, PECUÁRIA E TURISMO. A CONCLUSÃO TOTAL DESSA RODOVIÁRIA POSSIBILITARÁ INÚMEROS BENEFÍCIOS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO, HOJE CONSIDERADA UMA DAS MAIS POBRES DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL, CONSTANTEMENTE CASTIGADA PELA SECA, JÁ QUE SE ENCONTRA ENCRAVADA NO RASO DA CATARINA (UMA DAS REGIÕES MAIS ÁRIDAS DO MUNDO, COM ÍNDICE PLUVIOMÉTRICO QUASE ZERO)

CÓDIGO

3262

NOME DO PARLAMENTAR

José Rocha

UF

BA

PARTIDO

PFL

DATA

21/05/03

ASSINATURA

MPV - 119

000034

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****ESPAÇO RESERVADO PARA
ETIQUETA**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

119/2003

1 DE 1

TEXTO

Insira onde couber, no Anexo I da MP 119/2003, no Programa de Trabalho da U.O. 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), a seguinte programação:

Construção, restauração e recuperação da rodovia BR -135: Riachão das Neves - Divisa BA/PI

Esfera: F GND:4 RP:2 MOD.: 99 IU: 0 FTE: 111 VALOR: R\$ 8.000.000,00

CANCELAMENTO:

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0101

Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP 82, de 2002).

Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD.: 30 IU: 0 FTE: 111 VALOR: R\$ 8.000.000,00.

JUSTIFICAÇÃO

Rodovia de grande importância econômica para o País, liga o Nordeste ao Centro-Oeste, passando no território Baiano por uma região em franco crescimento agrícola, o que facilita o escoamento da produção para outros centros consumidores, e ainda evita uma série de acidentes fatais ocorrido nas rodovias por falta de investimentos por parte do Governo Federal.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

BA

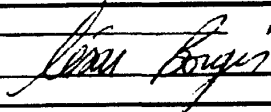
PFL

Senador CESAR BORGES

DATA

22/05/2003

ASSINATURA



MPV - 119

000035

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****ESPAÇO RESERVADO PARA
ETIQUETA****INSTRUÇÕES NO VERSO**

MEDIDAS PROVISÓRIAS

119/2003

1 DE 1

TEXTO

Insira onde couber, no Anexo I da MP 119/2003, no Programa de Trabalho da U.O. 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), a seguinte programação:

Construção, restauração e recuperação da rodovia BR -242: Argoim - Barreiras

Esfera: F GND:4 RP:2 MOD.: 99 IU: 0 FTE: 111 VALOR: R\$ 8.000.000,00

CANCELAMENTO:

Funcional Programática: 99.9999.0999.0998.0101

Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP 82, de 2002).

Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD.: 30 IU: 0 FTE: 111 VALOR: R\$ 8.000.000,00.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Rodovia liga Salvador - Bahia à Capital Federal e é utilizada para escoamento de toda produção agrícola do Oeste do Estado, que tem apresentado significativo crescimento nos últimos 20 anos, se tornando um dos pólos de agronegócio do país.

Se encontra em péssimas condições de tráfego, culminando em vários acidentes fatais, por falta de investimentos por parte do Governo Federal.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

Senador CESAR BORGES

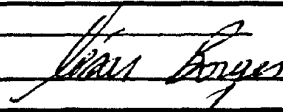
BA

PFL

DATA

22/05/2003

ASSINATURA



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**ESPAÇ **MPV - 119** QUETA**000036**

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Insira-se no Anexo I da MP 119/2003 no Programa de trabalho da UO 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) a seguinte programação:

Restauração da BR 242 (Trecho - Itaberaba/Seabra)

-Esfera: F GND: 4 RP: 2 MOD: 99 IU: 0 FTE: 111 Valor: 10.000 000 00

Cancelamento:

-Funcional Programática: 26.782.0224.0428.0001

-Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP nº 82. de 2002)

-Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD: 30 IU: 0 FTE: 111 Valor: 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O ESTADO DA BAHIA POSSUI DIVERSAS RODOVIAS FEDERAIS CORTANDO O SEU TERRITÓRIO, A EXEMPLO DA BR 242. O TRECHO EM QUESTÃO APRESENTA PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRÁFEGO, PREJUDICANDO O TURISMO E O ESCOAMENTO DOS BENS E PRODUTOS QUE SÃO TRANSPORTADOS POR ESSA RODOVIA.

A PRESENTE EMENDA CORROBORA COM O INTENTO DE RECUPERAR E MANTER A MALHA RODOVIÁRIA NESSE TRECHO EM BOAS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE, DE MANEIRA A REDUZIR ACIDENTES EM TRECHOS CONSIDERADOS CAÓTICOS, OFERTANDO A POPULAÇÃO DE TODO O BRASIL QUE TRAFEGAM PELA BR 242 SEGURANÇA E CONFORTO. MANTER ESTA RODOVIÁRIA EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, BENEFICIA OS MUNICÍPIOS DE: CAFARNAUM, AMÉRICA DOURADA E PIATÁ; O ESTADO DA BAHIA E OUTRAS REGIÕES DO PAÍS QUE NECESSARIAMENTE UTILIZAM ESTA RODOVIA. TRATA-SE PORTANTO DE OBRA PRIORITÁRIA.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Cláudio Cajado

BA

PEL

DATA

ASSINATURA

21/05/03



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESPAÇO

MPV - 119

UETA

000037

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

119/2003

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Insira onde couber, no Anexo I da MPV 119/2003, no Programa de Trabalho da UO 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) a seguinte programação:

Restauração da BR 324 Feira de Santana / Juazeiro no trecho que vai de Tanquinho/Riachão do Jacuípe/Capim Grosso a Senhor do Bonfim
Esfera: F GND: 4 RP: 2 MOD: 99 IU: O FTE: 11 Valor R\$ 8.000.000,00

Cancelamento:

- Funcional Programática: 26.782.0224.0428.0001
- Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP 82, de 2002)

Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD: 30 IU: O FTE: 111 Valor R\$ 8.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Município De Feira De Santana, No Estado Da Bahia, Segunda Maior Cidade Do Estado, Tornou-Se Por Sua Localização, Na Região Nordeste Do Brasil, O Ponto De Encontro Dos Brasileiros, Que Por Qualquer Razão Precisam Ou Desejam Visitar A Região.

Dentre Esses Visitantes Situam-Se Os Turistas Nacionais E Internacionais, Os Carreiros Que Escoam A Produção Do Norte, Nordeste Para O Centro-Oeste, Sul E Sudeste E Vice-Versa. O Único Entroncamento De Rodovias Que Interligam O País Br's 324, 116 E 101 É Responsável Por Um Grande Fluxo De Veículos De Todos Os Portes E Finalidades, Os Trechos Citados Necessitam De Urgentes Reparos, Haja Vista Que As Localidades Exercem Uma Espécie De Ponto Central Para As Diversas Cidades (Região Semi-Árido E Sisaleira) Circunvizinhas, Que Dependem Da Rodovia Para Escoar A Fonte De Suas Maiores Economias Que É A Agropecuária.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEP. FERNANDO DE ABINHO

BA

PFL

DATA

ASSINATURA

21/05/03

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****ESPAÇ MPV - 119 QUETA**
000038**INSTRUÇÕES NO VERSO**Medida Provisória
119/2003PÁGINA
1 DE 1**TEXTO**

Insira onde couber, no Anexo I da MPV 119/2003, no Programa de Trabalho da U O 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) a seguinte programação:

Construção do Anel Rodoviário de Feira de Santana entroncamento das BR's 324/101/116

Esfera: F GND: 4 RP: 2 MOD: 99 IU: O FTE: 11 Valor R\$ 10.000.000,00

Cancelamento:

- Funcional Programática: 26.782.0224.0428.0001

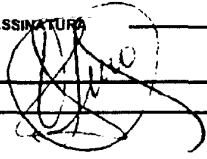
- Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP 82, de 2002)

Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD: 30 IU: O FTE: 111 Valor R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Feira De Santana, Segunda Maior Cidade Do Estado Da Bahia, Está Localizado As Margens Das Rodovias BR's 324, 101 E 116, Essas Rodovias São As Responsáveis Únicas Pela Interligação Das Regiões Norte E Nordeste Com As Sul, Sudeste E Centro-Oeste.

O Entroncamento Dessas Rodovias Ocorrem Exatamente No Município, Que Assumiu A Responsabilidade De Acolhimento Migratório E De Sede De Desenvolvimento Da Região A Sua Volta, Que Abrange Todo O Semi-Árido , Recebendo Diversas Indústrias De Transformação Em Função Do Pólo Petroquímico E Toda A Produção Agro-Industrial E Pecuária. Do Sisal Ao Feijão. Todo O Escoamento Do País Obrigatoriamente Passa Por Feira De Santana Esse Fluxo Circunvizinho Somado Aos Grandes Transportes De Cargas De Todos Os Tipos Tem Tornado De Grande Vulnerabilidade A Vida De Todas As Pessoas Que Dependem E Necessitam Se Locomover Por Estas Rodovias

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEP. FERNANDO DE FÁBIO	BA	PFL
DATA	ASSINATURA	Fls.: 56	
21/05/03			

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ESP.

MPV - 119
000039

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP 119 de 2003

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA

01 de 01

TEXTO

Inclua-se ao anexo I, Programa 0224- Exploração da Infra-Estrutura de Transportes rodoviário e ferroviário, Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DENIT, a seguir emenda aditiva:

Acréscimo:

Conservação Preventiva, Rotineira e Emergencial de Rodovias no Estado de Minas Gerais – BR 381, Trecho Anel Rodoviário de Belo Horizonte
Extensão de 26, 7 Km

Valor :4.500.000,00

Cancelamento:

26.782.0224.0428.0001 – Recursos em decorrência da Transferência parcial de domínio da Malha rodoviária Federal para os Estados e o Distrito Federal (MP nº 82/2002) (Crédito Extraordinário) – Nacional

Valor : 4.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a destinação de recursos para conservação preventiva e rotineira e fundamentalmente emergencial de importante corredor viário e de escoamento da produção do estado de Minas Gerais e de todo o País, em especial o Anel rodoviário de Belo Horizonte. Tal rodovia compreende a confluência das BRs 040, 381 e 262 e de fundamental importância econômica encontrando-se em péssimo estado de conservação.

CÓDIGO

LEONARDO MATTOS

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

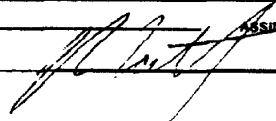
MG

PV

DATA

22/05/03

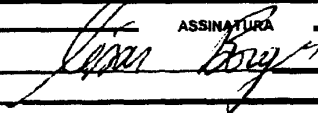
ASSINATURA



MPV - 119

000040

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****ESPAÇO RESERVADO PARA
ETIQUETA**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 119/2003	PÁGINA 1 DE 1
<p style="text-align: center;">TEXTO</p> <p>Insira onde couber, no Anexo I da MP 119/2003, no Programa de Trabalho da U.O. 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), a seguinte programação: Construção, restauração e recuperação da rodovia BR 407: Juazeiro - Capim Grosso/Ba Esfera: F GND:4 RP:2 MOD.: 99 IU: 0 FTE: 111 VALOR: R\$ 8.000.000,00</p> <p>CANCELAMENTO: Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0101 Programa/Subtítulo: Recursos em decorrência da transferência parcial de domínio da malha rodoviária federal para os Estados e Municípios e o Distrito Federal (MP 82. de 2002). Esfera: F GND: 3 RP: 2 MOD.: 30 IU: 0 FTE: 111 VALOR: R\$ 8.000.000,00.</p>		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>Trata-se de uma rodovia de grande importância econômica, até porque faz a ligação entre Salvador e Feira de Santana ao Norte da Bahia. As péssimas condições de tráfego tem causado vários acidentes fatais o que, dentre outros, proporciona grandes prejuízos ao Governo do Estado. Toda esta situação é decorrente da falta de recursos para manutenção da rodovia por parte do Governo Federal.</p>		
CÓDIGO 	NOME DO PARLAMENTAR Senador CESÁR BORGES	BA PFL
DATA 22/05/2003	ASSINATURA 	

**CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE****NOTA TÉCNICA Nº 54/03**

Em 19 de maio de 2003

Assunto:subsídios à apreciação da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 119/2003, de 15 de maio de 2003, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$89.128.000,00, para os fins que especifica

Interessado:Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 119, de 2003 (MP 119).

I – Introdução

De acordo com o disposto no art. 19 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que dispõe sobre a apreciação, *pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências*, cabe a esta Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle a elaboração de nota técnica cujo conteúdo é a análise preliminar de adequação orçamentária e financeira da MP 119. Deve a nota ser encaminhada à supracitada Comissão Mista e aos Relatores designados para a apreciação da matéria, assim servindo ao propósito de oferecer embasamento técnico ao trabalho de elaboração do parecer único a que se refere o art. 50 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, particularmente para efeito do exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da MP 119 à vista de sua repercussão sobre a receita e a despesa pública e de sua conformidade com as normas de finanças públicas em vigor.

Subjacente, portanto à Resolução nº 1, de 2002-CN, estão as normas¹ de finanças públicas em vigor, particularmente aquelas que compõem o quadro das denominadas *normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal*. Trata-se de normas que buscam instituir um modelo de gestão das finanças públicas alicerçado por uma estrita definição de equilíbrio fiscal, definição para a qual concorrem normas que procuram opor obstáculos ao crescimento das despesas e que tentam limitar o endividamento público.

¹ Trata-se, aqui, das normas contidas, em boa medida, na Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei Responsabilidade Fiscal.

Lado às normas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal também figuram aquelas contidas nas leis do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e orçamentária anual. Essas leis, com arrimo na Constituição Federal, particularmente em seus arts. 165 a 169, determinam a orientação de matérias do gênero da MP 119, oferecendo-lhes os contornos e os limites necessários.

II – Síntese da Medida Provisória

A MP 119 abre crédito extraordinário, no valor de R\$89.128.000,00, em favor do Ministério dos Transportes (órgão 39000), no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT (unidade orçamentária 39252). É crédito destinado a assegurar a dotação orçamentária necessária à transferência de 685,6 Km da malha rodoviária federal ao Estado de Mato Grosso do Sul, tudo nos termos das disposições contidas na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002 (MP 82), assim como na Portaria MT nº 766, de 16 de dezembro de 2002.

Os recursos necessários à abertura do crédito são oriundos da anulação parcial da Reserva de Contingência do mesmo, cuja constituição se baseia na arrecadação da fonte 111 (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico Incidente sobre a Importação e a Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e seus Derivados e Alcool Etílico Combustível – CIDE).

III – Subsídios Acerca da Adequação Financeira e Orçamentária

A respeito da presente matéria, força é considerar que o § 1º do art. 62 da Constituição Federal veda a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas aos planos plurianuais, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos e aos créditos adicionais. Com base no § 3º do art. 167, também da Constituição Federal, exceção somente é estabelecida para efeito da abertura de crédito extraordinário, assim considerado o crédito destinado ao atendimento de despesas imprevistas e urgentes, tais como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Certamente, não trata a MP 119 de despesas extraordinárias da importância ou do feitiço das relacionadas na Constituição, até porque a descentralização da malha rodoviária federal é consequência previsível das disposições contidas na MP 82 e alcança somente aquelas vias federais que o próprio Ministério dos Transportes não considera estratégicas. De mais a mais, o objeto da MP 119 já deve constituir tema corriqueiro no âmbito do Ministério dos Transportes e do DNIT, pois a MP em apreço não é a primeira a tratar da des-

centralização da malha rodoviária federal nem deverá ser a última a fazê-lo.

Não há, portanto, ineditismo ou imprevisibilidade na descentralização da malha rodoviária federal, tampouco se podendo argumentar, com base no perigo da demora, que suas providências mereçam veiculação por meio de medida provisória. A relevância da matéria, e qualquer matéria cujo tratamento esteja reservado à lei é relevante por definição, não se confunde com os requisitos da urgência e da imprevisibilidade, estes facilmente verificáveis quando, em decorrência de fenômenos naturais ou distúrbios sociais imprevisíveis, a tardia satisfação de necessidades agudas tende a agravar quadro indesejável sob o ponto de vista do interesse público. Na arquitetura constitucional, os orçamentos públicos e os créditos orçamentários devem dar origem a porém os para os quais, via de regra, se garanta a tramitação segundo ritual ordinário.

Vale, por fim, considerar que a MP 119 dá origem a despesa primária discricionária (RP 2), a despeito de sua fonte de recursos, o cancelamento de créditos orçamentários alocados em Reserva de Contingência, classificar-se como financeira (RP 0). Esse fato, em vista do que dispõe o § 11 do art. 61 da vigente Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002), exige a demonstração de que as providências dadas pela MP não afetam a exequibilidade da meta prevista de resultado primário anual ou, afetando-a, a indicação das medidas compensatórias necessárias. Nada disso se fez.

Fernando Veiga Barros e Silva. – Consultor de Orçamentos do Senado Federal.

NOTA TÉCNICA Nº 24/2003

Subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 119, de 15 de maio de 2003, quanto à adequação financeira e orçamentária.

I – Introdução

Com base no art. 62, da Constituição Federal, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 185, de 2003, a Medida Provisória nº 119, de 2003, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 89.128.000,00, para os fins que especifica.”

A presente Nota Técnica atende à determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o qual estabelece: “O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator de Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com sub-

sídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória”.

A Medida Provisória (MP) em análise destina recursos para a operação especial denominada “Recursos Em Decorrência da Transferência Parcial de Domínio da Malha Rodoviária Federal Para Os Estados e o Distrito Federal (Mp Nº 82, De 2002)”. Segundo a Exposição de Motivos nº 138/2003 – MP, que a acompanha, a ação refere-se à transferência do domínio de parte da malha rodoviária federal ao estado de Mato Grosso do Sul, correspondente a 685,6 km. (seiscientos e oitenta e cinco quilômetros e seiscientos metros), dos 984,5 km. (novecentos e oitenta e quatro quilômetros e quinhentos metros) previstos inicialmente, nos termos das disposições contidas na Medida Provisória nº 82, de 07 de dezembro de 2002, e na Portaria – MT nº 766, de 16 de dezembro de 2002, e em suas alterações.

A MP promove cancelamento parcial na Reserva de Contingência do próprio Órgão, no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, em valor equivalente à suplementação prevista, conforme demonstrado em seu Anexo II.

Em atendimento ao disposto no art. 2º da MP nº 82, de 2002, o remanejamento é integralmente procedido na fonte Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide, de que trata a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.

II – Da Adequação Financeira e Orçamentária

De conformidade com o § 1º do art. 5º da Resolução nº 01, de 2002-CN., o exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União. Deverá, portanto, verificar o ajustamento da proposição a toda legislação orçamentária e financeira pertinente, desde os mandamentos constitucionais, passando pela legislação complementar, até a lei orçamentária anual em vigor.

O crédito extraordinário em análise não contraria os dispositivos do Plano Plurianual 2000 – 2003 (Lei nº 9.989, de 21-07-2000) ou de sua revisão (Lei nº 10.297, de 26-10-2001) ou da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2003 (Lei nº 10.524, de 25.07.2002). Também não contraria as disposições da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2003 (Lei nº 10.640, de 14-01-2003).

Entretanto, o § 3º do art. 167 da Constituição Federal assim estabelece:

“Art. 167. (...)”

.....
§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas *imprevisíveis e urgentes*, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

..... “(grifos nossos)”

Da análise da proposição, é forçoso observar que a abertura de crédito com o propósito de viabilizar a transferência do domínio de parte da malha rodoviária federal a um estado da Federação, não parece estar revestida dos requisitos de imprevisibilidade e urgência da despesa, conforme exigência do dispositivo constitucional citado, nem se assemelha às situações exemplificadas: as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Tampouco a exposição de motivos que acompanha a Medida Provisória apresenta, como seria esperado, qualquer justificativa quanto a imprevisibilidade e urgência, exigidas pelo mencionado dispositivo.

Em decorrência, faz-se mister alertar os órgãos deliberativos competentes quanto à ressalva supra mencionada, e sugerir que seja consultado o Poder Executivo sobre quais teriam sido as razões de imprevisibilidade e urgência que teriam motivado edição de medida provisória relativa a crédito extraordinário, para o atendimento de ação dessa natureza.

Brasília, em 21 de maio de 2003. – **Edson Moraes**, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD.

**PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 119, DE 2003 DA COMISSÃO MISTA
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS
E FISCALIZAÇÃO.**

Relator: Deputado **José Rocha**

I – Relatório

Com base no art. 62, da Constituição Federal, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 185, de 2003, a Medida Provisória nº 119, de 2003, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$89.128.000,00, para os fins que especifica.”

A medida provisória (MP) em análise destina recursos para a ‘operação especial’ denominada “Recursos em Decorrência da Transferência Parcial de Domínio da Malha Rodoviária Federal para os Estados e o

Distrito Federal (MP nº 82, de 2002)”. Segundo a Exposição de Motivos nº 138/2003 – MP, que a acompanha, a ação refere-se à transferência do domínio de parte da malha rodoviária federal ao Estado de Mato Grosso do Sul, correspondente a 685,6km (seiscentos e oitenta e cinco quilômetros e seiscentos metros), dos 984,5km (novecentos e oitenta e quatro quilômetros e quinhentos metros) previstos inicialmente, nos termos das disposições contidas na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, e na Portaria – MT nº 766, de 16 de dezembro de 2002, e em suas alterações.

A MP promove cancelamento parcial na Reserva de Contingência do próprio órgão, no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, em valor equivalente à suplementação prevista, conforme demonstrado em seu anexo II. Em atendimento ao disposto no art. 2º da MP nº 82, de 2002, o remanejamento é integralmente procedido na fonte Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, de que trata a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.

Foram apresentadas 40 (quarenta) emendas à medida provisória em exame, no prazo regimental.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Do exame da medida provisória, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância, urgência e imprevisibilidade prescritos nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição.

De conformidade com o § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, o exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

O crédito extraordinário em análise não contraria os dispositivos do Plano Plurianual 2000 – 2003 (Lei nº 9.989, de 21-7-2000) ou de sua revisão (Lei nº 10.297, de 26-10-2001) ou da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2003 (Lei nº 10.524, de 25-7-2002). Também não contraria as disposições da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2003 (Lei nº 10.640, de 14-1-2003).

A Exposição de Motivos (EM) nº 138/2003-MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN acerca do envio de

documento expando a motivação da edição da medida provisória (MP).

A edição da MP em análise foi motivada pela necessidade de viabilizar a transferência, ao Estado de Mato Grosso do Sul, do domínio de parte da malha rodoviária federal, nos termos das disposições contidas na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, e na Portaria/MT nº 766, de 16 de dezembro de 2002, e em suas alterações.

No que tange às emendas apresentadas de nº 1 a 8 e de nº 10 a 40, façamos a seguinte análise. Propõem estas a utilização de parte da suplementação prevista na medida provisória para a realização de obras diversas no âmbito do Ministério dos Transportes, porém, não relacionadas com a situação urgente e imprevisível que ensejou a edição da MP.

A esse respeito, deve ser observado que a responsabilidade e a iniciativa constitucional para equacionar o problema que suscitou a adoção da MP é manifestamente do Executivo. A matéria objeto do crédito extraordinário é excepcional por natureza e, por esse motivo, foge do controle constitucional que rege a tramitação dos projetos de lei referentes a outros tipos de crédito adicional, que admite uma intervenção mais flexível do Legislativo. A adoção do crédito extraordinário remete a um fato consumado, de despesas já realizadas em princípio, o que limita o poder do Congresso Nacional de alterá-lo. No caso em tela, a transferência de domínio de rodovias federais que está vinculada ao repasse dos recursos objeto desta MP nº 119/2003 já foi efetivada, e está materializada pelo Termo de Transferência nº 16/2003, cujo extrato foi publicado no **Diário Oficial da União (DOU)** de 19 de maio de 2003.

Assim, na análise do crédito extraordinário, o Congresso Nacional não deveria alterá-lo no que tange à inclusão de programação inicialmente não contemplada, o que aponta para a rejeição das emendas supracitadas, não obstante o seu elevado mérito.

Quanto à emenda nº 9, em contraposição ao afirmado em sua justificação, verificamos que a Portaria/MT nº 766/2002, e posteriores alterações, revelam a previsto de realização de transferência de recursos de semelhante natureza para outros entes da Federação, de acordo com o interesse manifestado consoante o disposto no art. 6º da MP nº 82, de 2002. Por conseguinte, resolvemos pela rejeição da Emenda nº 9, ao considerar que sua aprovação descaracterizaria a programação original do crédito.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 119, de 2003, na forma proposta pelo Poder Executivo, com a rejeição das Emendas nº 1 a 40.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2003. – Deputado **José Rocha**, Relator.

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Oitava Reunião Ordinária, realizada em 29 de maio de 2003, **Aprovou**, por unanimidade, o relatório do Deputado José Rocha, favorável nos termos da Medida Provisória nº 119/2003-CN, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$89.128.000,00 (oitenta e nove milhões, cento e vinte e oito mil reais), para os fins que especifica”. À Medida Provisória foram apresentadas 40 (quarenta) emendas, as quais foram rejeitadas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Amir Lando, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Efraim Morais, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Heráclito Fortes, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Sérgio Cabral e Serys Slhessarenko; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-presidente, Antonio Carlos Mendes Thame, Terceiro Vice-presidente, Agnaldo Muniz, Almir Moura, Anivaldo Vale, Arlindo Chinaglia, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Carlito Merss, Carlos Melles, Carlos Nader, César Silvestri, Cláudio Cajado, Darcísio Perondi, Dr. Benedito Dias, Dr. Heleno, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Cunha, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Félix Mendonça, Geraldo Resende, Gervásio Silva, Gilberto Kassab, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Homero Barreto, Humberto Michiles, Ildeu Araújo, João Almeida, João Castelo, João Correia, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Pimentel, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio César, Kátia Abreu, Lael Varella, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Machado, Márcio Reinaldo Moreira, Marcos Abramo, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Roberto Balestra, Robson Tuma, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Silas Brasileiro, Telma de Souza, Vignatti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wellington Roberto, Zé Gerardo e Zézé Ribeiro.

Sala de Reuniões, 29 de maio de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **José Rocha**, Relator.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPARTAMENTO DE SINOPSE LEGISLATIVA				MEDIA	PROVISÓRIA Nº 119	A.O. 2003	AUTOR
Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 89.128.000,00, para os fins que especifica.							
ANDAMENTO							
1	30.05.03	MESA	Despacho: Submeta-se ao Plenário.	Publicado no Diário Oficial de			
2			Prazos: para apresentação de emendas de 17 a 22.05.03; para tramitação na Comissão Mista de 16 a 29.05.03, na Câmara dos Deputados de 30.05 a 12.06.03 e no Senado Federal de 13 a 26.06.03; para retorno à Câmara dos Deputados (se houver) de 27 a 29.06.03; para sobrestar a pauta: a partir de 30.06.03; para tramitação no Congresso Nacional de 16.05 a 14.08.03; de prorrogação pelo Congresso Nacional de 15.08 a 13.10.03. (Tendo parecer da CMPOPF a esta MPV e às 40				
3			Emendas a ela apresentadas, que concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e rejeição das				
4			Emendas de nºs 1 a 40, Relator: Dep José Rocha).				
5				Razões do veto-publicadas no			
6							
7							
8							
9				Sancionado ou promulgado			
10							
11							
12							
13				PODER EXECUTIVO			
14							
15							
16							
17	04.06.03	PLENÁRIO	Discussão em turno único.	MSC 185/03			
18			Retirado pelo autor, Dep Anivaldo Vale, os requerimentos que solicitam, respectivamente, a retirada de pauta e o adiamento da votação desta MPV.				
19			Discussão desta MPV pelo Dep Murilo Zauith.				
20			Encerrada a discussão.				
21			Votação preliminar em turno único.	Sancionado ou promulgado			
22			Aprovação, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN, do parecer do relator da CMCN, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e de sua adequação financeira e orçamentária.				
23			Votação quanto ao mérito em turno único.				
24			Rejeição das Emendas de nºs 1 a 40, com parecer contrário.				
25							

CONTINUA ...

Nº DA PROVISÓRIA Nº 119 ANO 2003 (Verso da folha 01)

ANDAMENTO

1
2
3 04.06.03
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35

PLENÁRIO
(Continuação da página anterior).
Aprovação desta MPV.
Votação da redação final.
Aprovação da redação final oferecida pelo(a) Relator(a). Dep
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.
(MPV 119-A/03).

MESA
Remessa ao SF, através do Of PS-GSE/

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidas os seguintes

OFÍCIOS

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 472/2003, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, por injuridicidade, do Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1999 (nº 5.461/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para permitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente;

Nº 473/2003, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, por rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2001 (nº 6.854/2002, naquela Casa), de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências;

Nº 474/2003, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, por rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2001 (nº 7.201/2002, naquela Casa), de autoria do Senador Renan Calheiros, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT–, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para autorizar o não-comparecimento ao serviço, sem prejuízo do salário, para procura de parente desaparecido;

Nº 475/2003, de 11 do corrente, comunicando o arquivamento, por injuridicidade, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1997 (nº 2.123/99, naquela Casa), de autoria do Senador Pedro Simon, que fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e dá outras providências; e

Nº 476/2003, de 11 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2002-Complementar (nº 41/2003-Complementar, naquela Casa), de autoria do Senador Chico Sartori, que regulamenta o § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre o período de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

(Projeto enviado à sanção em 11-6-2003)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os expedientes lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 2003

Modifica os artigos 77, 78, 79, 80, 81, 83, 89 e 91.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Passam a ter a seguinte redação os artigos a seguir transcritos:

Art. 77. A eleição do Presidente realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

§ 1º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 2º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 3º Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 4º Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

Art. 78. O Presidente tomará posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Parágrafo único. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presiden-

te, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 79. Em viagem, dentro ou fora do país, o Presidente se manterá no pleno exercício de suas funções.

Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente, ou vacância do cargo, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

Art. 81. Vagando o cargo de Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a vaga.

§ 1º Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para o cargo será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

§ 2º Em qualquer dos casos, o eleito deverá completar o período de seus antecessores.

Art. 83. O Presidente da República não poderá, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Art. 2º São suprimidos o inciso I do art. 89 e o inciso I do **caput** do art. 91.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2007.

Justificação

A experiência histórica já demonstrou que o cargo de Vice-Presidente da República é inútil e, em certas circunstâncias, nocivo. Nas viagens do Presidente, não há necessidade de seu afastamento das funções. Nas licenças, o cargo pode ser ocupado sem problema pelos presidentes da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. E em caso de vacância impõe-se a realização de nova eleição, porque falta ao Vice, legitimidade para suceder o titular, uma vez que se elegeu por força de vinculação e não por escolha do eleitorado. Por isso, melhor será, ao que me parece, extinguir o cargo, como propõe esta emenda.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2003. – Senador **Jefferson Peres** – Senador **Jonas Pinheiro** – **Augusto Botelho** – **Eurípedes Camargo** – **Luiz Otávio** – **Geraldo Mesquita** – **Papaléo Paes** – **Demóstenes Torres** – **Leomar Quintanilha** – **Osmar Dias** – **Almeida Lima** – **Duciomar Costa** – **Ana Júlia Carepa** – **Gilberto Mestrinho** – **Ney Suassuna** – **Pedro**

Simon – **Valdir Raupp** – **Leonel Pavan** – **Paulo Octávio** – **Amir Lando** – **Jefferson Péres** – **Magno Malta** – **Ideli Salvatti** – **Fátima Cleide** – **Roberto Saturnino** – **Lúcia Vânia** – **Álvaro Dias** – **Sibá Machado** – **Paulo Paim** – **Íris de Araújo** – **Garibaldi Alves Filho**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 77.* A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

§ 1º A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

§ 2º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 3º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 4º Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 5º Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

Art. 78. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Parágrafo único. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 79. Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.

Parágrafo único. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

Art. 81. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

§ 2º Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 82.* O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art. 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

SEÇÃO V

Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional

SUBSEÇÃO I

Do Conselho da República

Art. 89. O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam:

I – o Vice-Presidente da República;

II – o Presidente da Câmara dos Deputados;

III – o Presidente do Senado Federal;

IV – os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados;

V – os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal;

VI – o Ministro da Justiça;

VII – seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

SUBSEÇÃO II

Do Conselho de Defesa Nacional

Art. 91.* O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos:

I – o Vice-Presidente da República;

II – o Presidente da Câmara dos Deputados;

III – o Presidente do Senado Federal;

IV – o Ministro da Justiça;

V – o Ministro de Estado da Defesa;

VI – o Ministro das Relações Exteriores;

VII – o Ministro do Planejamento;

VIII – os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

§ 1º Compete ao Conselho de Defesa Nacional:

I – opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos desta Constituição;

II – opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal;

III – propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo;

IV – estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.

§ 2º A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita a disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Senhor Presidente da República adotou, em 11 de junho de 2003, e publicou no dia 12 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 120, de 2003**, que altera o art. 16 da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, que dispõe sobre operações financeiras en-

tre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona e dá outras providências. À matéria foi apensado o processado da MP nº 2.181-45.

De acordo com as indicações das Lideranças e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes****Bloco (PT/PSB/PTB/PL)**

Tião Viana (PT)	Roberto Saturnino (PT)
Antonio Carlos Valadares(PSB)	Ana Júlia Carepa(PT)
Magno Malta (PL)	Flávio Arns (PT)
Fernando Bezerra(PTB)	Ideli Salvatti (PT)

PMDB

Renan Calheiros	Sérgio Cabral
Juvêncio da Fonseca	Luiz Otávio
Hélio Costa	Ney Sussuna

PFL

José Agripino	Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	Efraim Moraes
Paulo Octávio	Rodolpho Tourinho

PSDB

Arthur Virgílio	Lúcia Vânia
Antero Paes de Barros	Leonel Pavan

***PPS**

Mozarildo Cavalcanti	João Batista Motta
----------------------	--------------------

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PT**

Nelson Pellegrino	Fátima Bezerra
Arlindo Chinaglia	Iriny Lopes

PFL

José Carlos Aleluia	Kátia Abreu
Rodrigo Maia	Antônio Carlos Magalhães Neto

PMDB

Eunício Oliveira	Asdrúbal Bentes
Mendes Ribeiro Filho	Carlos Eduardo Cadoca

PSDB

Jutahy Júnior	Antônio Carlos Mendes Thame
Custódio Mattos	Luiz Carlos Hauly

PP

Pedro Henry	Celso Russomanno
-------------	------------------

PTB

Roberto Jefferson	Fernando Gonçalves
-------------------	--------------------

PL

Valdemar Costa Neto	Bispo Rodrigues
---------------------	-----------------

PSB

Eduardo Campos	Renato Casagrande
----------------	-------------------

PSC*

Renato Cozzolino	(vago)
------------------	--------

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 12-6-2003;
- Designação da Comissão: 13-6-2003;
- Instalação da Comissão: 16-6-2003;
- Emendas: até 18-6-2003 (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: 12-6-2003 a 25-6-2003 (14º dia);
- Remessa do processo à CD: 25-6-2003;
- Prazo na CD: de 26-6-2003 a 9-8-2003 (15º dia ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 9-8-2003;
- Prazo no SF: de 10-8-2003 a 23-8-2003 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 23-8-2003;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 24-8-2003 a 26-8-2003 (43º dia ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 27-8-2003 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 10-9-2003 (60 dias).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício “S” nº 17, de 2003** (SGM/P nº 784/02, na origem), de 28 de maio de 2002, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil com o Sistema Financeiro Privado (CPI do PROER).

Com referência ao Item 12 das “Conclusões e Encaminhamentos” do referido Relatório, a Presidência comunica que expediu, em 3 de junho de 2002, o Ofício SF nº 529/2002, e determinou a juntada de cópia ao Processado do Requerimento nº 127, de 1999 (CPI dos Bancos).

Ainda em relação ao Item 12 supramencionado, a Presidência informa que foi promulgada, em 29 de maio último, a Emenda Constitucional nº 40.

O Ofício “S” nº 17, de 2003, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Convido o nobre Senador Almeida Lima, que muito orgulha esta Casa, para fazer uso da palavra.

V. Exª dispõe de até 20 minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, fiz um pronunciamento, o primeiro após o recebimento das assinaturas necessárias e indispensáveis à propositura de três propostas de emenda à Constituição, que versam sobre a alteração da organização política do Estado brasileiro. Assumi o compromisso de detalhá-las a partir de hoje, já que ontem o fiz da forma mais genérica possível, sobretudo com o objetivo de situar melhor a questão.

Uma delas trata da alteração da redação do art. 14 da Constituição Federal e de seus §§ 7º e 11, bem como do acréscimo dos §§ 12 e 13. Esse dispositivo estabelece, em linhas maiores, em linhas constitucionais, como deve ser o exercício da soberania, da vontade popular. Um Estado devidamente constituído, com forma democrática, obedecendo aos ditames da lei, precisa assegurar ao cidadão que sua vontade seja respeitada e expressada da forma mais livre possível. A vontade da maioria do povo precisa ser obedecida, executada.

O art. 14 da Constituição Federal versa exatamente sobre essa matéria. Em primeiro lugar, entendemos que ao **caput** desse artigo, que afirma que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos...”, deve ser acrescida uma expressão que consideramos de fundamental importância: “por meio de eleições livres e periódicas”. A periodicidade das eleições estabelece a possibilidade de alternância do Poder, uma das características maiores da democracia, devendo, portanto, estar expressa, de forma conceitual, no texto da Constituição.

Em segundo lugar, tratamos do § 7º, que estabelece os critérios de inelegibilidade, hoje pouco compreendidos, o que gera interpretações difusas e muitas vezes contraditórias. Nós, legisladores, temos a obrigação de criar normas que sejam da compreensão – a mais clara possível – do povo que compõe a Nação brasileira. Não devemos fazer leis apenas para que a classe política ou a de juristas venham conhecê-las em sua profundidade e interpretá-las.

O jurista, aquele que tem a formação das ciências do Direito, depois de um longo curso assentado em ensinamentos doutrinários, por vezes, tem dificuldades, o que gera contradições que tornam ilegítimos o sufrágio universal, a vontade do eleitor, a vontade do cidadão.

Recordo-me de que na Faculdade de Direito de Sergipe, onde estudei, precisei ir além das lições do mestre, ler algumas obras versando sobre a interpretação do Direito. E, na maior delas para mim, **Hermenêutica e Aplicação do Direito**, de Carlos Maximiliano, está dito que as leis precisam ser devidamente interpretadas e compreendidas, mas não apenas pela classe dos juristas; devem ser compreendidas pelo conjunto da população, pois é para ele que elas devem se voltar e é a esse conjunto que ela deve atender. Ela deve ser, portanto, concisa, clara, objetiva, e utilizar-se de adjetivos os mais conhecidos e os mais apropriados, que representem não apenas o conhecimento, a praxe ou a cultura de uma região, mas que tenha a abrangência maior da cultura do país, para levar essa compreensão. Sobretudo porque há um princípio do Direito que diz que ao cidadão não é dado o direito de desconhecer a lei, e, publicada esta no **Diário Oficial**, tornada pública, vigente, deve ser aplicada **erga omnes**, contra todos indistintamente. Daí a obrigação que temos de, como legisladores, elaborar leis não apenas para aqueles que trabalham o Direito, mas para a população, e transformar a Lei Maior numa lei cidadã, voltada exatamente para a compreensão de todos.

Partindo desse princípio, vejo que o § 7º do art. 14, como redigido hoje, tem gerado incompreensões que resultam na ilegitimidade, por vezes, do exercício da soberania popular. A nova redação que proponho diz exatamente o seguinte:

§ 7º A inelegibilidade do cônjuge e dos parentes consaguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado, do Distrito Federal ou de Território Federal e de Prefeito.

Essa é uma norma geral, um conceito, uma definição já expressada; mas há necessidade de operar esse fracionamento em incisos, precisamente para clarear a classe política e, quem sabe até, para diminuir o excessivo número de processos, e até de consultas, na Justiça Eleitoral do País. E aí procuramos estabelecer uma vinculação do texto inicial, que acabei de ler, com os incisos, que passarei a ler neste instante. Portanto, a inelegibilidade de todas essas pessoas a que me referi:

I – refere-se ao pleito para a escolha do seu sucessor;

É preciso que fique estabelecido que a inelegibilidade não é permanente, não é eterna, limita-se ao pleito para a escolha do sucessor dos que ocupam esses cargos.

II – não é removida pela cessação, por qualquer causa, do exercício do mandato antes do seu término;

Para evitar exatamente aquela possibilidade de, antes de concluído o mandato ou mesmo antes do prazo de seis meses a que se refere o dispositivo, afastarem-se definitivamente os titulares para possibilitar, numa manobra transversa jurídica, a elegibilidade, a possibilidade de candidatura daqueles que são parentes do titular.

O inciso III reza que a inelegibilidade referida:

III – não atinge os que, referidos neste parágrafo, sejam titulares de mandato eletivo parlamentar e pretendam a reeleição ou a eleição a outro mandato parlamentar, majoritário ou proporcional;

Esse dispositivo vem, a meu ver, eliminar uma injustiça, estabelecendo a possibilidade de o parlamentar, no exercício do mandato, poder pleitear não apenas a reeleição – expressão que leva à conclusão de que seja eleição para o mesmo cargo. Ora, mas a lei hoje não permite que um Vereador, um Deputado Estadual, um Deputado Federal ou um Senador, no exercício de um desses mandatos, possa não apenas pleitear a reeleição, como permitido hoje, mas a eleição a um outro cargo parlamentar distinto daquele que ele exerce, majoritário ou proporcional. Por exemplo, um Deputado Federal não pode se candidatar a um mandato de Senador, mesmo que aquelas pessoas a que se refere a cabeça do parágrafo estejam no exercício do cargo de Governador, de Prefeito ou de Presidente da República, apesar de ele se encontrar no exercício de um mandato parlamentar e não no

exercício de um mandato executivo. Mas, se há hoje a permissão para a reeleição – que é a eleição para o mesmo mandato, óbvio –, é preciso que se estabeleça a permissão para a eleição a um outro cargo, majoritário ou proporcional, desde que seja para o Parlamento.

O inciso IV pontua em relação à inelegibilidade:

IV – estende-se ao cônjuge e parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, de quem haja substituído ou sucedido os Chefes de Executivo nos seis meses anteriores ao pleito.

Trata-se de uma redação mais clara, objetiva, concisa, destacada de todo o corpo do § 7º, procurando estabelecer essa forma mais direta e clara do próprio dispositivo.

Esta proposta de reforma da Constituição quanto ao art. 14 dá outra redação ao §11, criando os arts. 12 e 13. Nesse ponto, Sr. Presidente, encontra-se, na verdade, o maior objetivo de nossa proposta. Entendo que o que se processa na Justiça eleitoral deste País não pode persistir, pois colabora, de forma direta, para a ilegitimidade do exercício de vários mandatos. Permite que pessoas ilegitimamente consideradas eleitas façam uso de manobras processuais eleitorais, as conhecidas liminares em ações cautelares. Impugnada a diplomação para impedir o exercício do mandato, é possível a interposição de ação cautelar, haja vista que os recursos no processo eleitoral têm efeito devolutivo, não suspensivo, e esse instrumento processual dá efeito suspensivo à decisão que o impossibilitou de tomar posse no cargo pleiteado.

Desse modo, ele assume enquanto o recurso vai-se processar junto ao Tribunal Regional Eleitoral e, em seguida, no Tribunal Superior Eleitoral. Com a propositura de tantos recursos, para lá e para cá, algumas decisões são prolatadas quando restam dois anos, um ano, meses, dias até, para a conclusão do mandato, já exercido quase que em sua integralidade. E, ao final de um longo período, a Justiça eleitoral, como é conhecimento de todo o País, declara, com força de lei, a ilegitimidade daquele mandato, cassando-o, e em alguns casos, repito, não falta sequer um mês para o exercício do mandato.

Chega-se à conclusão de que, se o mandato foi adquirido de forma ilegítima, por abuso do poder econômico, por exemplo, não é um mandato legítimo. Como decorrência, não há respeito ao exercício da soberania popular, que caracteriza a legitimidade do mandato e estabelece a normalidade do Estado direito, ficando esta completamente destorcida e desvirtuada.

Precisamos buscar fórmulas para o aprimoramento das instituições democráticas, para que o Poder Judiciário Eleitoral não venha a cometer abusos dessa ordem, pois os prazos devem ser cumpridos pelas partes e por seus advogados. Não existe prazo para a Justiça. A Justiça deste País não respeita o cidadão e os seus direitos legítimos no que diz respeito ao cumprimento dos prazos, à eficiência e, por conseqüência, à eficácia dos seus atos. É preciso que o Parlamento maior deste País estabeleça normas a exemplo do que proponho a esta Casa, para moralizar e assegurar a legitimidade no exercício dos mandatos.

Concluo um estudo, colhendo informações nos juízos eleitorais de primeira instância neste País, nos tribunais regionais e no próprio Tribunal Superior Eleitoral, onde ainda existem pendentes de julgamento recursos para constituir ou desconstituir direito a mandato; em outras palavras, há recursos que pretendem a impugnação e, por via de conseqüência, a cassação daqueles que foram considerados eleitos ou daqueles que não foram considerados eleitos por uma prática ilegítima, a exemplo do abuso do poder econômico, mas que, por força de uma liminar, estão no exercício do mandato – processos pendentes de julgamento ainda das eleições municipais de 2000.

E não é necessário ir muito longe. Trarei as estatísticas para esta Casa, mas basta citar um processo que está em curso no meu Estado, Sergipe, oriundo da comarca do juízo eleitoral do Município de Gararu, cidade ribeirinha ao São Francisco, nos limites com o Estado de Alagoas, do nobre Senador Teotônio Vilela Filho, que tenho a honra de, neste pronunciamento, ter como Presidente. Como disse outro dia, o rio São Francisco, que alguns dizem, equivocadamente, que nos separa, na verdade nos une, Sr. Presidente.

Pois bem, o Ministério Público propôs a impugnação da eleição do Prefeito daquele Município, porque a juíza eleitoral, após a instrução processual, considerou ter havido abuso do poder econômico e uso da máquina administrativa governamental em prol da sua eleição. Não discutirei o mérito, trago apenas como exemplo entre inúmeros que temos em todo o País. O prefeito impugnado – e não cometeu nenhuma ilegalidade processual – agiu dentro da normalidade processual a que ele tem direito. E os seus advogados habilitados, como devem ser no cumprimento do seu mister, propõem acautelar para que, por intermédio de uma liminar, possa assumir o mandato de prefeito, como, de fato, aconteceu.

A eleição foi em outubro de 2000; o processo vem, pois, desta data. Até o presente momento, no entanto, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe ain-

da não julgou o processo. Mas devo ser justo com o TRE de Sergipe, pois isso acontece no País inteiro e, o que é mais grave, acontece também com o próprio Tribunal Superior Eleitoral. Assim, já se tendo passado todo o ano de 2001 e o de 2002, e estarmos no dia 13 de junho de 2003, mais de 50% do mandato – que é de quatro anos – já foi cumprido. E ainda mais, mesmo que o TRE de Sergipe mantenha ou revogue a decisão de primeira instância, haverá recurso ao Tribunal Superior Eleitoral. Chegando lá – e não tenho a menor dúvida de que o processo irá para o Tribunal Superior Eleitoral –, se o Tribunal entender que deve manter a decisão de primeira instância eleitoral, cassará o mandato do prefeito do Município de Gararu, que já terá exercido o mandato por mais de três anos.

E qual é o resultado disso? O resultado é que um prefeito, exercendo um mandato ilegítimamente, pôde assinar atos e decretos, tomar decisões, promulgar leis, enfim, praticar uma série de atos que só podem ser praticados por uma autoridade legitimada para o cargo. Portanto, se cassado, não terá sido a autoridade competente e legítima para a prática daqueles atos. E a responsabilidade dessa irregularidade é do prefeito? Não. É preciso dizer com todas as letras, e em alto e bom som, já que a **TV Senado** está transmitindo para todo o País, que a responsabilidade é unicamente daqueles que fazem o Poder Judiciário deste País e, mais de perto, do Tribunal Superior Eleitoral.

Mas a responsabilidade passa a ser também do Congresso Nacional, na medida em que, até a presente data, ou até a data de ontem, ainda não tínhamos discutido e encaminhado uma proposição nos termos que apresento. Para tanto, peço permissão a V. Ex^{as} para ler. Esta é a redação que proponho:

§ 11. Qualquer procedimento judicial, incluído o recurso e a ação rescisória, acerca do processo eleitoral em curso, somente poderá ser ajuizado até quarenta e oito horas da proclamação do resultado das eleições, respondendo o autor, na forma da lei, se temerário ou de manifesta má-fé.

É um dispositivo que, em primeiro lugar, impõe às partes, ou seja, aos candidatos, partidos, Ministério Público, bem como aos advogados ou delegados, uma data limite máxima, e não deve ser aquela hoje prevista, qual seja, 15 dias da diplomação, pois é um prazo muito longo. Se o candidato cometeu abuso do poder econômico durante a campanha, já é do conhecimento dos adversários e dos interessados da Justiça Eleitoral e mesmo do Ministério Público. A eleição já aconteceu. Pela tecnologia existente hoje, pode-

mos conhecer o resultado no mesmo dia. E ele pode ser proclamado 24 horas depois.

Assim, as partes interessadas devem ter o prazo de até 48 horas para a ação de impugnação do mandato, e não mais o de 15 dias após a diplomação. Fui eleito em outubro; o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe só promoveu a diplomação no dia 19 de dezembro, véspera do recesso da Justiça Eleitoral. A eleição foi no início de outubro e a diplomação no dia 19 de dezembro. A partir dessa data, 15 dias depois, é que foi possível propor a ação de impugnação do mandato eletivo.

É preciso, pois, dar estabilidade às relações eleitorais. Este é um dispositivo não para a Justiça Eleitoral, mas para os interessados: partidos, candidatos, Ministério Público e os seus representantes.

Mas o § 12 vem exatamente ao encontro daquilo que acabei de afirmar, volta-se para a Justiça Eleitoral e dispõe:

§ 12. Se, até quarenta e cinco dias da data estabelecida por esta Constituição para a posse dos eleitos, tramitar, em qualquer instância da Justiça Eleitoral, procedimento judicial a que se refere o parágrafo anterior e que tenha por objeto constituir ou desconstituir direito a mandato eletivo, ficarão sobrestados todos os demais procedimentos judiciais e administrativos, em tramitação no juízo eleitoral ou tribunal respectivo, até que se ultime o procedimento referido.

Em outras palavras, a Justiça Eleitoral tem, desde a propositura de uma impugnação, logo após o registro, pelo cometimento de uma ilegalidade, no mês de julho ou agosto anterior à eleição, até o dia 15 de novembro para julgar os processos, ou seja, 45 dias antes da data da posse, caso ela aconteça no dia 1º de janeiro do ano seguinte. E a Justiça não os julga!

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Nobre Senador Almeida Lima, interrompo V. Exª para comunicar que o seu tempo está esgotado em vinte minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Compreendo o fato de ter extrapolado o tempo. No entanto, peço a compreensão de V. Exª para que me conceda pelo menos mais cinco minutos, tendo em vista que gostaria de retornar a este assunto apenas por ocasião da discussão da matéria nas comissões ou até mesmo no plenário, quando poderei concluir este raciocínio.

Evidente que será uma supergentileza de V. Exª, diante do fato de já haver extrapolado muito o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Nobre Senador Almeida Lima, dada a importância do discurso de V. Exª para o aprimoramento das instituições políticas e eleitorais, a Mesa concede o tempo pedido por V. Exª.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Agradeço. Tinha certeza de que das Alagoas não poderia vir uma decisão diferente.

Procurarei ser sucinto na explicação, Sr. Presidente.

Faltando 45 dias para a posse, não tendo havido o julgamento dos procedimentos em tramitação, vamos criar um instituto que já se pratica no Parlamento: quando a medida provisória do Governo não é votada em 45 dias pelas duas Casas do Congresso, a Ordem do Dia fica suspensa até que se ultimem todas as deliberações daquelas medidas provisórias ou dos projetos de lei de conversão. A mesma coisa precisa ocorrer no Judiciário Eleitoral. Estaríamos a 45 dias da posse, uma data importante em que devem ocupar os cargos aqueles que foram legitimamente eleitos. A palavra final deve ser dada pela Justiça Eleitoral do País, que não pode se omitir. A omissão é um atentado à democracia e à soberania popular, que, em última instância, é quem determina como o Estado deve funcionar. E aqui, como representantes do povo, devemos respeitá-lo.

Portanto, os procedimentos judiciais e administrativos permanecerão sobrestados até que se ultimem os julgamentos. E o § 13, exatamente para amarrar essa concepção, dispõe:

§ 13. Para fins de aplicação do disposto no parágrafo anterior, a decisão final de mérito deverá ser tomada, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade:

I – em até cinco dias, pelo juízo eleitoral de primeira instância.

Alguém poderá questionar o prazo de cinco dias? Não, pois ele já teve meses para instruir o processo e tomar a decisão. Afinal de contas, o juiz eleitoral de uma zona eleitoral, numa eleição municipal, que é a sua competência, terá apenas que julgar os pedidos de impugnação da eleição ou não-eleição de vereadores e de um prefeito e um vice-prefeito. Não são muitos processos; são pouquíssimos os processos que atingem esse estágio.

II – em até quinze dias, pelo Tribunal Regional Eleitoral, quer em processo originário, quer em grau de recurso.

III – até a véspera da data marcada para a posse dos eleitos, em mandatos correspondentes àquele objeto do feito, pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Portanto, passaremos a ter decisão final da Justiça Eleitoral até o dia anterior à posse dos eleitos, de forma que não estará pendente nenhum processo na Justiça Eleitoral contra quem tomar posse nas datas marcadas. Logo, não se estabelecerá o jogo da pressão política, o que não é novidade para a Nação, porque todos sabemos da ingerência e da pressão política para se obter determinadas decisões.

Muitas das vezes, mantém-se o processo engavetado, sem a decisão ser prolatada, exatamente para se atender a circunstâncias políticas. É disso que temos conhecimento – e falo de forma genérica e doutrinária – pela melhor doutrina que se produz neste País.

Não podemos deixar a classe política e a sociedade à espera de decisões que devem ser efetivas e imediatas. Não se justifica um processo eleitoral estar parado num tribunal durante dois anos, sem relatório, sem voto, sem revisão e sem sessão de julgamento. Um processo deve chegar, ser apreciado e submetido à decisão do colegiado, quando em grau de recurso.

Portanto, esta é a contribuição que trago, entre tantas outras propostas que alteram a organização política do Estado brasileiro e que espero que sejam discutidas por V. Ex^{as}, pela sociedade, pelo Poder Judiciário, sobretudo pela Justiça Eleitoral, para que se legitime o exercício da soberania popular. Não se pode permitir que o político “a” ou o político “b” tenha o seu mandato pendente de uma decisão, estando ele, no exercício do mandato, subalterno aos caprichos ou aos desejos daqueles que estão de plantão no poder.

Dessa forma, concluo, Sr. Presidente, o meu pronunciamento.

Muito obrigado pela paciência e pela generosidade de V. Ex^a em ter me concedido todo esse tempo para expor essa idéia, que, compreendo, seja magnânima para o processo eleitoral do nosso País.

Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Teotônio Vilela Filho e Antero Paes de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra, por permuta com o Senador Paulo Paim, ao Senador Teotônio Vilela Filho.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quis o destino que eu viesse a permutar justamente com o Senador Paulo Paim, que aprendi a admirar e a respeitar desde a época da Assembléia Nacional Constituinte, quando participamos, juntos, da Comissão de Ação Social. Desde então, passei a conhecer o seu trabalho em defesa das questões sociais e, sobretudo, a sua luta para que o salário mínimo no Brasil fosse o mais justo e atendesse melhor à população, aos trabalhadores brasileiros.

Este pronunciamento, na verdade, era para ter sido feito ontem, na sessão que tratou da votação da medida provisória. Porém, em função do poder da maioria, usando o Regimento do Senado, não pude fazê-lo.

Sr. Presidente, o País já convive com o salário mínimo estabelecido pelo Governo Federal em meros R\$240,00, o que representa um ganho real de apenas 3%. Na análise do novo mínimo, são muitos hoje os parâmetros de sua comparação: há alguns que pretendem corrigi-lo pelo dólar; outros preferem o IPCA.

Como é absolutamente consensual que a maior parte dos recursos das famílias brasileiras que vivem com o mínimo se destina à alimentação, parece-me que o principal parâmetro de avaliação do salário mínimo deva ser, inquestionavelmente, o valor da cesta básica.

Sr. Presidente, qualquer que seja, no entanto, o parâmetro comparativo, a conclusão inevitável é de que o valor do mínimo, no Governo petista, não evoluiu, retrocedeu em relação ao Governo dos tucanos, do Presidente Fernando Henrique. Se compararmos com o valor da cesta básica, o retrocesso parece ainda mais gritante. Quando Fernando Henrique assumiu, em 1995, o salário mínimo comprava apenas 80% de uma cesta básica. A partir daí, o Governo Fernando Henrique concedeu ganhos reais médios anuais para o mínimo de 5%, em relação à cesta básica, de tal forma que, em abril do ano passado, último reajuste do piso nacional do Governo anterior, o mínimo já comprava 151% da cesta básica.

Ora, Sr. Presidente, garantir a segurança alimentar dos brasileiros, estabelecendo para eles pelo menos o mesmo poder de compra da cesta básica do Governo passado deveria ser o critério básico e fun-

damental para o reajuste do mínimo por parte de um Governo que elegeu o combate à fome como passaporte para a mídia nacional e internacional.

Pergunto: com que autoridade moral, afinal, o Presidente do Brasil pretende entoar nos fóruns internacionais o seu meritório, apropriado e justo discurso de combate à fome se, internamente, impõe aos brasileiros um retrocesso de tal monta para o piso nacional?

Por esse critério de poder de compra da cesta básica, o salário mínimo deveria estar já em abril em R\$294,46. O Governo atual, no entanto, preferiu abandonar os critérios de inegável dimensão social do Governo passado. Mas, se os petistas hoje no Governo abandonaram até o seu discurso de 20 anos e suas propostas de quatro campanhas, por que teriam que seguir os critérios sociais de um Governo que eles derrotaram propondo combate à miséria e à fome e a duplicação do mínimo? Por muito tempo, em campanhas e no Congresso, as Bancadas do PT, agora no Governo, quiseram dominar o monopólio da preocupação social. Hoje, infelizmente, eles detêm somente o monopólio da própria incoerência.

Relembro, por isso, com muita surpresa, mas com alguma esperança, as declarações do nobre Líder do PT Aloizio Mercadante, publicadas pelo jornal **O Globo**, em 30 de março de 2000. Vale a pena lembrar a visão de país do Líder Mercadante e a coragem com que S. Ex^a minimizava ou negava o impacto fiscal do reajuste do mínimo para os valores defendidos pelo PT. Há pouco mais de três anos, o Senador Mercadante garantia que “existem outras formas de limitar o impacto fiscal do aumento do salário mínimo. É o caso, por exemplo, do corte de gastos de publicidade programados pelo Executivo (são R\$650 milhões no corrente ano), da cobrança parcelada da dívida ativa da União (de R\$184 bilhões de impostos e contribuições não pagos), da redução da sonegação, da tributação dos lucros extraordinários dos bancos e da eliminação das emendas dos parlamentares, para citar somente as mais óbvias”.

Em 2000, lembrava outro caminho também muito atual. Dizia o Líder do Governo, Senador Mercadante, que o financiamento desse impacto fiscal do reajuste do mínimo “requereria uma redução da taxa básica de juros em 1%, nada tão complicado”. O Líder Mercadante ensinava mais que o que estava por trás das sucessivas crises de credibilidade do País era a sua vulnerabilidade externa e não o salário mínimo. Aproveitava para defender o que chamava de “uma política voltada para o desenvolvimento nacional e não, como atualmente, para os interesses do capital

financeiro globalizado”. O Senador Mercadante pregava, mais ainda, que “iniciar um processo que resgate a dignidade desses trabalhadores com a duplicação do salário mínimo no prazo mais curto possível e seu aumento progressivo e sustentado ao longo do tempo é perfeitamente possível”.

O Senador Mercadante continua, hoje, com absoluta certeza, com a mesma sensibilidade e a mesma preocupação social que o levaram a emitir tais opiniões, que, dificilmente, hoje ele terá como sustentar. Ele pertence, afinal de contas, a um partido pautado pelo que a minha geração chamava, pejorativamente, de “centralismo democrático”. Mas, de qualquer forma, é ilustrativo repeti-las, até para lembrar que o PSDB não verbalizava a demagogia da duplicação do mínimo em apenas um ano, mas garantia a esse mínimo ganhos reais de 5% ao ano.

O que se pede hoje é continuar, e está parecendo excessivo, é aplicar o mesmo critério do Governo anterior, que os governistas de hoje achavam insensível. Tudo o que se pede ao Presidente Lula é que ele tenha com os trabalhadores que ganham o mínimo a mesma preocupação social que teve o Presidente Fernando Henrique. Que, não há como negar, já deixa saudades depois de meros cinco meses.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um símbolo da inteligência brasileira, uma das maiores luzes de sabedoria da história do desenvolvimento econômico da nossa Nação, o Professor Celso Furtado, emérita figura, aos 82 anos, elaborou um artigo que demonstra seu entusiasmo e sua inteligência, herdada e construída ao longo de décadas, publicado no dia de hoje, no jornal **Folha de S.Paulo**, na coluna Tendências/Debates, que passarei a ler para que conste dos Anais da Casa.

O memorável texto do nosso estimado e admirável Celso Furtado, entre outras coisas, sobre a defesa de um desenvolvimento com preservação da soberania brasileira, sob o título “A responsabilidade dos cientistas”, diz o seguinte:

Se a excelência de um cientista resulta do binômio imaginação e coragem, há momentos em que se amplia por sua atuação

no plano político, pela responsabilidade de interferir no processo histórico.

As ciências sociais são das mais sujeitas a influências ideológicas. Podem servir de cimento ao sistema de dominação social vigente e até mesmo para justificar abusos de poder. Daí serem imperativas na sociedade a responsabilidade moral dos cientistas e a prevalência dos compromissos éticos. Na área que me é familiar, a economia, verifica-se um empenho em buscar o formalismo, em adotar métodos que fizeram a glória das ciências ditas exatas. Ora, o objeto de estudo das ciências sociais nem sempre é perfeitamente definido, é algo em formação, criado pela vida em sociedade.

Disso me dei conta cedo, ao me debruçar sobre os problemas do desenvolvimento econômico. Com efeito, já o conceito de desenvolvimento nos obriga a entender que o homem é um fator de transformação, agindo tanto sobre o contexto social e ecológico como sobre si mesmo. Por isso a reflexão sobre o desenvolvimento traz em si uma teoria do ser humano, uma antropologia filosófica. É natural que se espere dos cientistas sociais, e dos economistas em particular, respostas às questões que mais afligem o nosso povo. Como tudo o que é humano tem uma dimensão social, esses problemas só podem ser apreciados no contexto das variáveis políticas, portanto, do poder e dos valores.

Analisando o momento histórico atual, parece-me óbvio que a tendência persistente de nossa economia ao desequilíbrio interno e externo decorre das condições de entrosamento internacional dos sistemas produtivos e dos circuitos financeiros. Estaremos diante do agravamento desses desequilíbrios, com sérias implicações externas? É sabido que, nos países desenvolvidos, as condições básicas de vida são cada vez mais homogêneas, enquanto no mundo subdesenvolvido são mais e mais heterogêneas. Em seu avanço veloz, a integração política planetária vem reduzindo drasticamente a ação regulatória dos Estados nacionais.

Nesse quadro é que devemos pensar a inflação crônica que marca a nossa economia e leva governos a praticarem uma política recessiva de elevado custo social. Os

economistas tendem a reduzir a questão a uma simples dicotomia entre contração de demanda monetária e expansão fomentada da oferta de bens e serviços. Mas qualquer solução proposta exige mudanças profundas na distribuição de renda, objetivo que tem se demonstrado difícil de alcançar.

Ademais, tenhamos em conta que, no campo da política econômica, muitas variáveis dependem de decisões tomadas fora do país. Levando o raciocínio ao extremo, o espaço de manobra de um governo pode ser tão restrito que o acabe privando de fazer política econômica, em razão dos compromissos com credores externos, e o force a adotar uma moratória de sérias projeções políticas.

Escapa-nos a lógica do processo de globalização; não conseguimos controlar seus fundamentos nem dirimir dúvidas essenciais, apesar dos fantásticos avanços das técnicas da informação. Essa pouca transparência do processo que vivemos, a que chamamos de aceleração do tempo histórico, revela a ação de fatores que fogem ao nosso entendimento. Já são raros os sistemas econômicos nacionais dotados de autonomia. Os mercados mais relevantes, como os da tecnologia de vanguarda e de serviços financeiros, são hoje globalizados.

Mas esse é um processo aberto. O que acontecerá em cada país dependerá substancialmente de seu povo e de seu governo. Na Europa Ocidental, os países estão empenhados na mais rica experiência de cooperação política e integração dos mercados de fatores, o que implica um esforço financeiro comum para reduzir as desigualdades.

Pretensamente com o mesmo propósito de mobilizar recursos políticos para colher vantagens econômicas, os Estados Unidos tomaram a iniciativa de integrar, sob seu comando, a economia do hemisfério Ocidental. No caso singular do Canadá, a integração dá continuidade a um processo histórico. Mas, na América Latina, e em particular no Brasil, esse plano de integração continental reveste-se de maior gravidade. Com efeito, caso aceite firmar o acordo que acena com uma suposta integração entre iguais, o Brasil estará firmando um compro-

misso entre desiguais, pois quem o lidera é a maior potência econômica, política e militar do mundo.

É evidente a assimetria entre os futuros co-signatários do projeto conhecido como Alca, que estabelece regras comuns para um espectro abrangente de atividades. Em outras palavras, o plano acarreta clara perda de soberania para o Brasil, que terá de renunciar a um projeto próprio de desenvolvimento, abdicar de uma política tecnológica independentemente e esfacelar o seu já fragilizado sistema industrial.

Se o modelo de integração européia objetiva homogeneizar os padrões de desenvolvimento de seus membros, permitindo a mobilidade de mão-de-obra, a Alca, ao contrário, exclui toda a possibilidade de fluxos migratórios. E, mesmo que não excluísse, seria tão prejudicial para o nosso País que, parodiando às avessas o famoso escritor que fugiu do nazismo e veio se suicidar entre nós, poderíamos proclamar: o Brasil é um país sem futuro.

Faço essas reflexões para enfatizar nossa responsabilidade coletiva na construção de um Brasil melhor. Cabe a nós, intelectuais e cientistas, balizar os caminhos que percorrerão as gerações futuras. O domínio avassalador da razão técnica limita cada vez mais o espaço de ação das criaturas. A história, insisto, é um processo aberto, e o homem é alimentado por um gênio criativo que sempre nos surpreenderá. Resta-nos velar para que a chama criativa se mantenha acesa e ilumine as áreas mais nobres do espírito humano.

Essa é uma das manifestações mais bonitas e ilustres que se pode registrar na atualidade, um alerta a toda a sociedade intelectual brasileira, um alerta a todos os gestores nacionais da nossa América Latina, no que diz respeito à integração com a Área de Livre Comércio das Américas. É uma necessidade histórica, é a confirmação de um processo de globalização.

Sem dúvida alguma, Sr. Presidente, as atitudes de absoluta inteligência, adotadas pelo Presidente Lula, de olhar para o lado, de tentar uma aliança com a África do Sul e com a Índia, no que diz respeito aos novos pólos econômico, cultural e comercial; o olhar do Presidente, voltado para a União Européia; o olhar

do nosso Governo, voltado para o mercado asiático, fortalece a tese de que estamos atentos, como Governo, e humildes.

Temos a responsabilidade de refletir sobre um tema tão denso, como o que o Professor Celso Furtado traz nos dias de hoje, e temos a responsabilidade de conduzir uma relação de mercado continental nos moldes da visão de soberania e da personalidade histórica que deve caber ao Brasil no século XXI e no terceiro milênio.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Antero Paes de Barros, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Teotônio Vilela Filho.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os jornais de hoje estão divulgando os novos dados do IBGE, que demonstram que a maior diferença de rendimentos entre brancos, negros e pardos está, para surpresa de grande parte do País, em Salvador. Lá, os negros ganham bem menos do que ganha a população branca. E sabe-se que, em Salvador, 90% da população é negra.

E um dado positivo, Sr. Presidente: a menor diferença, ainda conforme pesquisa do IBGE, encontra-se na região metropolitana de Porto Alegre – sem querer plagiar aqui o Senador Mão Santa –, lá, no meu Rio Grande do Sul. Esse é um dado importante, porque, no Rio Grande do Sul, ao contrário da Bahia, 90% da população é branca.

Não é que não exista preconceito no Rio Grande, mas é uma alegria para este Senador negro, neste momento, saber que o IBGE levantou dados que demonstram que o Rio Grande do Sul é o Estado onde os negros têm o salário mais próximo do dos brancos.

Ao fazer esta homenagem ao Rio Grande, quero dizer que o nosso Estado é um exemplo a ser seguido na luta contra o preconceito. Não é que não exista preconceito, repito. Ele existe, mas o nosso Estado já elegeu um governador negro – e não era do meu Partido –, o atual Deputado Federal, do PDT, Alceu Collares. O Rio Grande do Sul foi um dos primeiros Estados do País a eleger um Deputado Federal negro, Hé-

lio Santos. S. Ex^a veio também da Região Sul, do Rio Grande do Sul, e recebeu dois milhões e duzentos mil votos. Portanto, o Rio Grande do Sul tem uma história muito bonita.

Sr. Presidente, depois de 16 anos como Deputado Federal e sendo, por três vezes, o Deputado Federal mais votado do Rio Grande e um dos mais votados, sem sombra de dúvida, da Região Sul, e hoje Senador, dou, de público, dar este testemunho. Tive, sim, o apoio maciço da comunidade negra, mas se não tivesse também o apoio maciço da comunidade branca, eu não seria Senador da República.

É um exemplo bonito. Isso não significa que, no Sul, lá, no meu Rio Grande, tenhamos, de uma vez por todas, resolvido a questão do racismo. Mas estamos avançando e avançando muito bem.

Quero explorar os dados do IBGE.

Segundo a “Síntese de Indicadores Sociais de 2002” realizada pelo IBGE, os negros e pardos, com 12 ou mais anos de estudos, ganham 70% do salário dos brancos. Essas desigualdades não podem ser atribuídas ao nível da escolaridade. De acordo com pesquisa, as desigualdades se mantêm mesmo ao se igualar a escolaridade das pessoas. Os negros se esforçam, vencem todo o tipo de dificuldades, conquistam uma escolaridade e encontram pela frente a barreira racial.

Em Salvador, os afro-brasileiros – eu falava em 90%, mas segundo dado oficial o índice é um pouco menor – são 82% da força de trabalho. O rendimento médio mensal dos brancos, na Grande Salvador, é o segundo maior do Brasil; R\$1.233, enquanto os negros e pardos ganham, em média, apenas 34% desse valor: R\$421. Ou seja, na Bahia, a média salarial do cidadão branco é de R\$1.233, e a média salarial do negro é de R\$421.

Destacamos, ainda, os dados de Porto Alegre.

Na região metropolitana, o rendimento da população negra é o que se aproxima da média do rendimento dos brancos. Embora minoritários, os negros gaúchos já têm uma tradição de representação política – já comentei a nossa própria condução ao Senado.

Ontem, referimo-nos desta tribuna ao engajamento do Presidente Lula na superação da desigualdade racial. O Presidente Lula falou da sua determinação no combate ao racismo e tornou público esse compromisso, em pronunciamento em Genebra, onde Sua Excelência mesmo definiu que essa é uma questão de honra para o nosso País.

Os dados do IBGE são oficiais. Devem servir não só à denúncia, mas como parâmetros para o en-

caminhamento de políticas públicas. O Presidente, entendendo eu, muito rapidamente deve responder, de forma positiva, às esperanças e às aspirações daqueles que seguem sofrendo em razão da discriminação racial.

O depoimento ao jornal **O Globo**, de Gelton de Oliveira, é dramático. Ele é baiano e economista, com pós-graduação em matemática. Para conseguir um emprego em uma empresa de fertilizantes, teve que cortar os cabelos, de modo a não explicitar referências de sua identidade étnica, que incomodavam o empregador.

Três meses depois, a empresa alegou que a necessidade de reestruturação da empresa determinava a demissão de Oliveira. O processo de reestruturação, segundo Oliveira, limitou-se a sua demissão. Não passava de um pretexto. Oliveira vive hoje como pequeno comerciante na periferia de Salvador. Foram anos de preparação e uma carreira profissional abortada pela discriminação racial. Há milhões de brasileiros impedidos de expressar seus talentos e de desenvolver suas vocações por causa das barreiras raciais.

Queremos registrar também que foi importante para nós a assinatura de um convênio entre a Fundação Palmares e a Prefeitura de Porto Alegre, dirigida pelo meu Partido, para elaborar o relatório antropológico que poderá indicar se a área ocupada pela família Silva pode ser definida como um quilombo urbano. A família Silva, como disse o Presidente da Fundação Palmares, é a grande referência para a cultura negra.

O Sr. Luiz Otávio (PMDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Luiz Otávio, com muita satisfação.

O Sr. Luiz Otávio (PMDB – PA) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a, como sempre brilhante, traz assuntos palpitantes, atuais e importantes para o Brasil e para o mundo moderno em que vivemos. V. Ex^a, nesta manhã, discursa sobre o preconceito racial e faz referência à pesquisa do IBGE, que mostra a diferença de ascensão de raças no Brasil. Tive oportunidade de fazer uma avaliação dessa pesquisa e fiquei impressionado com a determinação dos números. Essa diferença entre classes sociais, inclusive entre raças, é muito evidente, principalmente com relação ao negro e ao branco, como V. Ex^a comenta nesta manhã, citando os casos da Bahia e do Rio Grande do Sul. São muito claros, também, os desníveis salariais entre mulheres e homens. Pergunto: o que podemos e devemos fazer para diminuir, ou até mesmo erradicar, essa diferença, porque os números são frios e as pesquisas conti-

nuam e continuarão sempre a apresentar os resultados que, ao longo de muitos e muitos anos, têm sido do conhecimento da população. Eu diria que temos um papel muito importante e a população, por inteiro, deve participar de tudo o que se relaciona com essa mudança, porque está bem claro que se trata de uma questão cultural, que avança há séculos e que permanece da mesma maneira. Portanto, temos que descobrir o que precisamos fazer para diminuir essas diferenças ou até mesmo extirpá-las. Muito obrigado pelo aparte, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Luiz Otávio, primeiramente, gostaria de demonstrar minha satisfação por V. Ex^a participar do meu pronunciamento.

Respondendo diretamente a sua pergunta, entendendo que, neste momento, esta Casa, o Parlamento, o Poder Legislativo deve responder a esses dados alarmantes do IBGE. Até há pouco tempo, a mulher recebia praticamente metade do salário de um homem, mas a proporção atual é de 70%. Esse é um dado assustador e entendo que nós, do Poder Legislativo, deveríamos, rapidamente, aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, não porque ele seja de minha autoria – quero deixar bem claro. Quando apresentamos um projeto como o Estatuto, é a contribuição dos Senadores e Deputados de todos os Partidos que o torna de alta qualidade.

Foi assim com o Estatuto do Idoso. Eu o apresentei na Câmara, há cinco anos, e ele recebeu contribuição dos Parlamentares do PMDB, do PSDB, do PDT, do PL, do PC do B, enfim, de todos os Partidos. O projeto original tinha em torno de cinquenta artigos, mas terminou com cento e vinte e três. Assim, o Parlamento construiu esse grande substitutivo.

Tive o cuidado de apresentar o Estatuto da Igualdade Racial, com esses dados do IBGE, na Câmara e no Senado. A Casa que votá-lo primeiro o encaminhará na ordem de apresentação, definindo a matéria, que abrange política de cotas, educação, saúde, habitação, distribuição de renda e o papel da Justiça no combate ao preconceito e ao racismo.

Recebi uma denúncia – que não veio de Brasília – de que as prestadoras de serviço, quando mandam o currículo de alguém para uma empresa, nele colocam um código. Se no documento constar o número 131, isso significa que o candidato é negro e, já de antemão, ele é discriminado. Para fatos como esse, vamos ter que achar uma saída e o Estatuto trata disso. O projeto não resolve tudo, porque não será uma lei que o fará, mas contribui muito para um bom debate.

Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, vim à tribuna com dois objetivos. Eu não poderia deixar de falar desses dados do IBGE, mas também não tenho como não abordar uma segunda questão.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Paulo Paim, permite-me V. Ex^a um aparte a respeito da questão do IBGE?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Quero cumprimentá-lo por comentar, na tribuna, os dados do IBGE e fazer referência a uma matéria publicada, hoje, no jornal **O Globo**, também a esse respeito. O Senado já aprovou um projeto de minha autoria que diminui esse **apartheid** social em que está organizada a educação brasileira. Sempre o melhor é oferecido aos mais ricos: o melhor ensino fundamental é para quem tem dinheiro para pagá-lo; o melhor Ensino Médio, também; na melhor universidade pública, que não precisa ser pagar, entra quem tem dinheiro. Por quê? Exatamente porque não temos reserva de vagas. Já aprovamos por unanimidade, no Senado, a reserva de 50% dessas vagas para os alunos da escola pública. Segundo dados do IBGE, na faixa etária de 18 a 24 anos, apenas 25% são universitários; 60% dos estudantes das unidades mantidas pelo Governo Federal pertencem à camada dos 20% mais ricos do País, e apenas 3,4% das vagas são dos mais pobres. Creio que esse critério de 50% atende, em parte, a cota de negros, embora eu defenda também a sua manutenção. O Brasil precisa assumir o debate da discriminação positiva até que ela não seja mais necessária, até o momento em que os negros e os pobres digam: “Parem, não precisamos mais dessa discriminação positiva para que possamos continuar.” Esse **apartheid** social é uma questão de classe que estabelece, eternamente, que filho de pedreiro será pedreiro, filho de carpinteiro será carpinteiro e filho de doutor será doutor. Entendo que o filho de pedreiro deve ter a oportunidade de ser doutor, embora a profissão de pedreiro seja extremamente respeitável e necessária. Quero cumprimentar V. Ex^a pois esse é um tema social importante e só depende da Câmara dos Deputados votar o projeto, pois nesta Casa ele já foi aprovado. Gostaria de apelar a V. Ex^a, pela liderança que exerce no Partido dos Trabalhadores – já que o assunto foi tema da campanha eleitoral do Presidente Lula –, que peça ao Presidente João Paulo que o coloque em votação e diminua esse fosso social existente na universidade pública brasileira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Antero Paes de Barros, quero cumprimentá-lo pelo fe-

liz aparte, que endosso inteiramente. Esse projeto de sua autoria, que garante 50% das vagas universitárias para estudantes que venham da escola pública, combate a exclusão e garante que os pobres – negros, brancos ou índios – tenham acesso ao nível superior público, livre e gratuito.

A proposta de V. Ex^a está de acordo com tudo o que falei, por isso não tenho dúvidas de que é fundamental não se passar a impressão, para a sociedade, de que quem quer que os negros tenham cotas na universidades não está preocupado com os pobres que não são negros, contemplados na projeto de V. Ex^a. O projeto de V. Ex^a é completo porque principalmente os negros estão na base da pirâmide.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – E os negros, principalmente, estão nas escolas públicas por não terem recursos para pagar a escola particular.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O projeto de V. Ex^a contempla os negros e também os brancos que estão na base da pirâmide.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Gostaria também de dizer que o Ministro Cristovam Buarque traz a debate a idéia de que, depois de formado, o cidadão pague a universidade. Nós só teremos condições éticas de debater essa idéia depois que estabelecermos essas quotas. Estabelecidas as quotas, um manto de proteção aos pobres e uma política positiva com relação aos negros, podemos discutir a tese do Cristovam. Caso contrário, estaremos discutindo a privatização da universidade pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a apresenta um argumento de suma importância. Ouço, em relação ao combate do preconceito ao racismo, de quem é contra a quota na universidade, que devemos investir no pré-vestibular, nas categorias de base. Vamos investir, sim, mas por que não assegurar, enquanto isso, a política de quotas, como essa que V. Ex^a coloca muito bem, sem prejuízo de investir cada vez mais nas chamadas categorias de base?

Sr. Presidente, ainda dentro do meu tempo, gostaria de fazer uma denúncia da tribuna do Senado.

Estou impressionado e indignado com o documento que a Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – teve a ousadia de entregar ontem à Força Sindical, em uma reunião de negociação com sindicalistas sobre reposição de perdas, na busca de um salário decente, já que a renda do assalariado brasileiro, nos últimos doze meses, caiu 10%.

O documento da Fiesp – vejam bem o absurdo – exige o fim do pagamento do descanso semanal!

Quer dizer que o trabalhador brasileiro – vejo, na galeria, estudantes que estão nos assistindo – não terá mais direito ao descanso remunerado. Isso é um retrocesso! Pensei que não ouviria e nem veria mais tal absurdo na história do nosso País!

Sr. Presidente, exigir o fim do pagamento do descanso semanal remunerado de domingos e feriados é um absurdo! Assusta-me! Para mim, isso é balão de ensaio para tentar vender a imagem da reforma da CLT.

Senador Antero Paes de Barros, nem aquele projeto famigerado – todos sabem do meu ato na Câmara – encaminhado pelo Governo anterior tomou essa liberdade! Este documento da Fiesp é muito pior do que o projeto encaminhado pelo Governo anterior, ao qual fui radicalmente contra! No entanto, em nenhum momento o Governo anterior teve a ousadia de dizer que os trabalhadores não teriam mais férias e domingos remunerados.

O documento fala também em redução do adicional noturno. Todos sabem que o trabalhador noturno é impedido do convívio familiar, já que o trabalho noturno é a única forma de ele ter um emprego e, ainda assim, eles querem reduzir o adicional! A Fiesp quer ainda a suspensão temporária do próprio contrato de trabalho, revisão dos acordos que reponham a inflação e o parcelamento das férias! Querem parcelar até o abono das férias, que é de um terço!.

Ora, Sr. Presidente, num momento como este, assusta-me a ousadia da Fiesp, que, ao abordar tais questões, caso não haja uma reação em cadeia da sociedade organizada, tentará vender essa imagem!

Por isso que ontem, aqui em frente, em um debate sobre a reforma da previdência, eu apresentava, com muita clareza, minha posição aos trabalhadores.

Temos que fazer a nossa pauta, senão a elite forçará a sua, e essa é uma verdadeira provocação à mobilização dos trabalhadores!

Sr. Presidente, tendo em vista o nosso compromisso com a Mesa para a questão do tempo dos pronunciamentos, não gostaria de ser eu a ultrapassá-lo, peço a V. Ex^a que registre na íntegra nos Anais da Casa o meu discurso.

É lamentável a ousadia da Fiesp! E digo isso com muita tranquilidade porque, no dia 20 deste mês, em São Paulo, vou receber um prêmio chamado Leão de Ouro, conferido pelos três Estados do Sul, após, em pesquisa, ouvir empresários e homens políticos dos Estados. Então, tenho a impressão de que os empresários do Sul são mais avançados do que os aqui representados pela Fiesp.

É lamentável! Gostaria de não vir à tribuna para fazer tal denúncia. Entendo que as centrais sindicais, as federações, as confederações de trabalhadores responderão à altura, com uma grande mobilização, não abrindo mão dos direitos dos trabalhadores – 13º, férias, licença remunerada, feriados. Isso é brincadeira de mau gosto! É uma provocação! Tomara que ela não chegue a esta Casa, porque aqui, com certeza, um projeto como esse não passará!

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO
DO SENADOR PAULO PAIM.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. enquanto o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão de assessoramento do Presidente da República, em reunião no Palácio do Planalto, aprovava ontem uma proposta de reforma trabalhista e sindical para ser discutida no Fórum Trabalhista, praticamente ao mesmo tempo, em São Paulo, empresários do setor metalúrgico ameaçavam iniciar uma onda de demissões se o governo não reduzir juros e se os trabalhadores não aceitarem o fim de parte de seus direitos.

Em documento entregue à Força Sindical, esses empresários, integrantes do Grupo 9 da Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo exigem o fim do pagamento do descanso semanal remunerado (domingos e feriados), redução do adicional noturno de 35% para 20%, suspensão temporária do contrato de trabalho, revisão dos acordos para repor a inflação e o parcelamento do pagamento das férias. O grupo quer ainda parcelar o pagamento das férias e do abono de um terço.

Essa proposta da Fiesp não passa de um arremedo do projeto de reforma trabalhista do governo passado, cuja tramitação foi recentemente suspensa aqui no Senado depois de ter sido aprovado na Câmara dos Deputados. Voltam a pregar abertamente a revogação dos direitos trabalhistas, com se esses direitos fossem a fonte de todo o mal da economia.

O Grupo 9 da Fiesp é composto por empresas de fabricação de máquinas, laminação de metais, equipamentos ferroviários, eletroeletrônicos, balanças, metais sanitários e esquadrias que têm cerca de 380 mil empregados no Estado de São Paulo. São 380 mil famílias ameaçadas com seus chefes encostados na parede para aceitar um acordo a qualquer custo.

As empresas argumentam que a economia está parada por causa dos juros altos impostos pelo governo. Sem o acordo, dizem, haverá demissões. É a ve-

lha e surrada cantilena dos empresários, que impotentes para enfrentar suas dificuldades investem preferencialmente sobre os trabalhadores, refém de suas chantagens em busca de mais vantagens. Jamais transferem aos trabalhadores seus ganhos de produtividade.

Mas nem mesmo os cortes e reduções propostos pelas empresas são garantia de estabilidade no emprego. Na reunião os sindicalistas chegaram a pedir uma trégua às empresas para que não haja demissões nos próximos dias, mas a resposta não foi conclusiva. Os empresários disseram que não podiam dar essa garantia.

Os empresários prometem que essas medidas teriam caráter temporário, até que as vendas voltem a crescer. Mas quem garante data de encerramento em nosso país para medidas de caráter temporário ou provisório? A CPMF está aí, transformada de imposto provisório a permanente para confirmar nossa suspeita.

Na reunião que precedeu a entrega do documento, representantes de empregados, empresas e sindicalistas criticaram a política econômica do governo. Ninguém mais do que este Senador tem criticado os juros altos, brigado pela sua redução, reconhecendo a estagnação da economia brasileira. Mas daí para aceitar a revogação de direitos trabalhistas vai uma distância muito grande.

Dentre as propostas da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social está a possibilidade de estudar o parcelamento do 13.º salário. O Conselho sugeriu a criação do Simples Trabalhista, com objetivo de simplificar a contratação e baratear os custos para as pequenas e micro empresas.

No caso da reforma sindical, o Conselho recomendou o fim do financiamento da estrutura sindical pelo Estado. Houve recomendação, por exemplo, para que as centrais sindicais tenham o direito de fazer convenções coletivas. Outra proposta é de que as convenções e acordos coletivos sejam transformados em instrumentos básicos para modernizar e aperfeiçoar as relações entre capital e trabalho.

Ao mesmo tempo em que as empresas estudam cortes e parcelamentos nos salários de metalúrgicos de São Paulo, dados socioeconômicos do IBGE, divulgados ontem, mostram que metade dos trabalhadores brasileiros ganha até R\$ 480 e que mais de 50% não têm sequer seguridade social.

É contra esse trabalhador, já desprovido dos mínimos direitos, que se pretende continuar investindo. Precisamos estar atentos e prontos a denunciar pro-

postas dessa natureza para evitar que essas ameaças acabem se concretizando.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

A Presidência convida as Srªs e os Srs. Senadores para comparecerem à sala de autoridades do gabinete da Presidência, hoje, às 11 horas, quando será entregue, pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo, os pareceres prévios sobre as contas do Governo relativas ao ano de 2002.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB, para fazer uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedi a palavra pela Liderança do PMDB para fazer uma colocação que considero extremamente importante não só para o PMDB, que está engajado nesta luta, mas para todo o País, e também para fazer um agradecimento.

Durante toda a semana, estive no Estado de Roraima, juntamente com todos os Partidos que compõem a Bancada Federal, acompanhando o Ministro Márcio Thomaz Bastos em visita ao Estado para debater com a sociedade e as comunidades indígenas a demarcação de terras, não só da área indígena Raposo e Serra do Sol, mas de todas as áreas indígenas de Roraima.

Sr. Presidente, temos alertado que a questão da demarcação das terras é vital para o índio e para toda a sociedade roraimense. É importante ficar definido, de uma vez por todas, quais são as áreas indígenas, quais são as de preservação ambiental e quais as que poderão ser utilizadas na produção.

Hoje, Sr. Presidente, tendo em vista essa indefinição, pela insegurança jurídica, ocorre exatamente o inverso, ou seja, o desestímulo à produção. Produtores, fazendeiros, agricultores, não sabem ao certo onde podem trabalhar. Há propriedades que há mais de 150 anos pertencem a determinadas famílias e agora estão sendo retiradas.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos, atendendo a uma determinação do Presidente Lula e a um convite feito pela Bancada, esteve em Roraima, terça, quarta e quinta-feira. Esse o motivo da minha ausência du-

rante a semana neste Plenário, mas, para definir o futuro de Roraima, era fundamental esse debate. Portanto, quero agradecer, pessoalmente, o empenho, a determinação, a energia, a coragem e a força de S. Exª. O Ministro percorreu todo o Estado, dormiu em área indígena, conversou com lideranças indígenas, com lideranças da sociedade, participou de uma audiência pública na Ordem dos Advogados do Brasil, discutiu na Assembléia Legislativa. Entendo que S. Exª esgotou todo o processo de ouvir, para, aí, sim, o Governo Federal montar uma solução de responsabilidade que possa pacificar o Estado de Roraima.

Eu disse ao Ministro, em discurso na Assembléia Legislativa, que o Governo Federal tem duas opções em Roraima: implantar um **apartheid**, – uma relação de conflito e de isolamento com os índios, que não será bom para os índios nem para a população não-índia do Estado – ou montar uma solução de paz, de entendimento, que sirva de modelo para o resto do Brasil.

V. Exª sabe que Rondônia também tem esse tipo de problema. Em Rondônia, precisa ser definido, integralmente, o que é área indígena e o que não é, encerrando esse processo de ampliação. Com os Estados do Acre, do Pará, do Senador Luiz Otávio, e do Mato Grosso, do Senador Antero Paes de Barros, acontece a mesma coisa. Portanto, é importante cumprir a Constituição. A Carta Magna de 1988 fixou o prazo de cinco anos para a demarcação de todas as terras indígenas no Brasil. Esse prazo terminava em 1993. De lá para cá, o próprio Governo Federal está inadimplente com a sociedade brasileira e com as comunidades indígenas.

Mas registro a posição do Ministro, que reiterou, diversas vezes, que não estava indo para Roraima com uma posição preconcebida, ao contrário. São palavras do Ministro: “Venho aqui hoje como uma folha em branco, para colher todas as impressões, todas as posições, e buscar o encaminhamento que for mais justo e de interesse do País”.

Louvo e agradeço a presença do Ministro. Agradeço à equipe de S. Exª, à Drª Ella Wiecko de Castilho, Procuradora Federal que o acompanhou.

Nós, de Roraima, estamos ansiosos para que esse quadro seja definido rapidamente. O Ministro Márcio Thomaz Bastos cumpriu a primeira etapa, que foi a ida rápida ao Estado. Agora, é importante que as áreas técnicas do Ministério da Justiça e da Funai trabalhem também rapidamente e apresentem uma solução que, como eu disse, pacifique Roraima e sirva de modelo para solucionar a questão indígena no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para chamar a atenção do Governo do PT para o risco que está correndo ao insistir, equivocadamente, com a cobrança dos servidores inativos, mesmo porque o Partido dos Trabalhadores foi ao Supremo Tribunal Federal para que essa cobrança fosse declarada inconstitucional.

Ontem, e hoje está nos jornais, o Presidente Lula afirmou que as cobranças corretas merecem uma avaliação do Governo. Pode ter passado despercebido pela Assessoria do Governo, mas quero aqui registrar um artigo de Renato Zerbini Ribeiro Leão, advogado, mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, ex-funcionário e diplomado pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos e professor titular do Centro Universitário de Brasília.

Esse artigo foi publicado na segunda-feira, dia 9 de junho, no jornal **Correio Braziliense**, no caderno especial Direito e Justiça, e narra o seguinte:

Corte Interamericana condena taxaço de inativos.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (de agora em diante “Corte”), órgão de supervisão da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e cuja jurisdição é aceita pelo Brasil desde 10 de dezembro de 1998, em sua sentença de 28 de fevereiro de 2003 sobre o caso “Cinco aposentados versus Peru” (de agora em diante “Sentença”), deu, involuntariamente, uma importante contribuição para a atual discussão brasileira acerca da legalidade da taxaço dos inativos.

Nesse caso, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (de agora em diante “Comissão”) submeteu à Corte, em 4 de dezembro de 2001, demanda contra o Estado do Peru, a partir de denúncia recebida na Secretaria da Comissão em 1º de fevereiro de 1998.

Os aposentados recorreram contra o Estado do Peru, porque houve a taxaço dos inativos. O recurso objetivava que “a Corte decidisse se o Peru violara os arts. 21 (Direito à propriedade privada), 25

(Proteção judicial) e 26 (Desenvolvimento progressivo) da Convenção Americana, com relação às obrigações estabelecidas nos arts. 1.1 (Obrigação de Respeitar os Direitos) e 2 (Dever de Adotar Disposições de Direito Interno) de tal tratado, devido à modificação no regime de aposentadorias de que cinco cidadãos peruanos desfrutavam desde 1992 e pelo não cumprimento das sentenças da Corte Suprema de Justiça e do Tribunal Constitucional do Peru “que ordenaram a órgãos do Estado peruano pagar aos aposentados uma aposentadoria calculada de maneira estabelecida na legislação vigente para o momento em que estes começaram a desfrutar de um determinado regime de aposentadoria”.

Portanto, o que quero deixar registrado claramente nesta Casa é que a taxaço de inativos foi julgada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos –por iniciativa de cinco aposentados do Peru – e considerada crime contra os direitos humanos. Aquela Corte condenou o Peru a restabelecer a situação anterior. E não são poucos os juristas brasileiros que consideram inteiramente inconstitucional a cobrança dos servidores inativos.

É bom que se reconheça aqui que o Governo Lula tem tido uma atuação internacional que orgulha todos os brasileiros, como aconteceu no recente pronunciamento, em que defendeu, mais uma vez, a criação do Estado palestino e a paz naquela importante região do mundo, bem como na época do conflito que envolveu Estados Unidos, Inglaterra e Iraque, em que o Brasil ficou com a posição lúcida de defender a paz.

Portanto, não fica bem para o Brasil insistir nesse absurdo que é a cobrança dos inativos, mesmo porque, além de ser inconstitucional, essa cobrança não resolve os problemas da Previdência Social. Essa cobrança é injusta porque os servidores que já se aposentaram estão impedidos de construir uma aposentadoria complementar. Como o cidadão aposentado vai recolher 35 anos de aposentadoria complementar, retrocedendo no tempo, para poder desfrutar de uma aposentadoria complementar? É impossível fazer isso; é impossível voltar na máquina do tempo.

Então, com relação à questão dos aposentados e pensionistas, faria muito bem o Governo brasileiro se recuasse, por uma questão de justiça social e de não afrontar o direito adquirido.

E vou mais além: não penso que aqui se trate de limite de R\$1.058,00, de que, se ampliar o limite para R\$2,4 mil, nós votamos. Ampliar o limite para R\$2,4 mil diminui a injustiça, mas não elimina a inconstitucionalidade, porque as pessoas que contribuíram com

a Previdência o fizeram segundo aquela regra em que teriam direito à aposentadoria do jeito que estão.

O princípio da irredutibilidade do salário está garantido em nossa Constituição. E é impossível para um jurista provar que o cidadão tem um rendimento, sobre o qual serão cobrados 11%, e que não houve redução de salário, sendo que isso não estava previsto quando ele contribuiu para a Previdência Social do Brasil.

Dito isso, quero, mais uma vez, tratar do seguinte assunto: Banco Central, presidido por Henrique Meirelles. Não vou discutir, tecnicamente, se S. S^a faz ou não uma boa gestão à frente daquela instituição; acredito até que tem condições técnicas para isso, mas não a está fazendo, porque insiste nessa política de juros altos, desnecessária.

Passo a ler uma situação de difícil explicação por parte de S. S^a. Está na **Folha de S.Paulo** de ontem:

Sem medo de ser feliz

O BankBoston, do qual Henrique Meirelles (BC) foi presidente, enviou carta a clientes defendendo que “investir em juros no Brasil tem sido um ótimo negócio”. Diz que o Copom manteve em maio a taxa Selic num “nível bastante elevado”, “suficiente para manter a atratividade das aplicações de renda fixa”.

É o Banco de Boston que diz isso em carta a seus clientes!

Acima da inflação O “Guia Boston de Investimentos” diz que quem buscou nos últimos anos o “refúgio dos fundos de renda fixa do banco manteve o poder aquisitivo de seus recursos e até o ampliou”, em comparação com o índice de inflação usado pelo Banco Central para definir a taxa de juros.

Mais duas notas complementam as informações da coluna “Painel”, da Folha de ontem:

Curriculum vitae.

Presidente do BC, Henrique Meirelles, ainda hoje recebe do BankBoston uma aposentadoria de US\$750 mil por ano.

Questão técnica.

Maurício Damico, superintendente-executivo de investimentos do BankBoston, diz que recomenda a seus clientes investir “no que é mais rentável, independentemente de ser ruim ou bom para o país ter juros altos”.

O Presidente do Banco Central leu essas notícias e deu explicações à coluna “Painel”, da Folha de S.Paulo. Hoje, há mais duas notas:

Ah, bom

Henrique Meirelles (BC) diz que o BankBoston demonstrou confiança na economia ao aconselhar clientes a investir em juros no Brasil. Se outros bancos internacionais fizerem o mesmo, o risco-país cai e a taxa Selic poderá ser reduzida, afirma.

Previdência dos sonhos

Meirelles diz não ter nenhum interesse pessoal no sucesso comercial do BankBoston. Seu contrato de aposentadoria de US\$750 mil anuais com a instituição prevê o pagamento mesmo em caso de falência.

Esta última comenta a previdência dos sonhos, que é bem diferente daquela que Lula quer para os nossos aposentados.

Em junho, os juros vão baixar, até porque há um artigo na Folha de S.Paulo de hoje, do economista Paulo Nogueira Batista, que mostra claramente que a questão dos juros não é só técnica, mas também política; e, no artigo publicado na Folha de S. Paulo, mostra, à exaustão, que o Presidente Lula foi, sim, consultado quando da elevação da taxa de juros para 26,5%. O jornal diz, inclusive, que ninguém vai desmentir essa informação, porque tem conhecimento de quem a forneceu à coluna “Painel”. Portanto, se o Presidente Lula foi consultado, é evidente que essa decisão foi técnica, mas também política. Recomenda-se, agora, técnica e politicamente, uma significativa redução na taxa de juros, porque o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que Lula criou e disse fazer questão de ouvir, está sugerindo claramente isso, apesar de alguns setores estarem propondo também a supressão de todos os direitos trabalhistas.

Apenas um setor no Brasil – não entendo bem o motivo por que só ele recebe o nome de mercado –, ou seja, os bancos, querem que a taxa de juros continue como está. Portanto, não tenho mais nenhuma dúvida de que, em junho, haverá uma redução. E digo mais: não pode ficar em viés de baixa, nem ser uma redução pífia; precisa ser uma redução significativa.

Penso que o Banco Central deveria observar como estavam as taxas de juros do Brasil quando a economia brasileira tinha as características atuais. No Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando o risco-país do Brasil encontrava-se em 700 pontos e o dólar no presente patamar, como estava a

taxa de juros? Não fiz essa pesquisa, mas vou realizá-la um pouco antes da decisão do Copom. Portanto, a taxa de juros do Governo Lula pode, perfeitamente, seguir os mesmos moldes da estabelecida para a economia brasileira no Governo do Presidente Fernando Henrique, quando apresentava esses sinais de vitalidade.

Espero que seja verdadeira – e acredito na sinceridade do Presidente Lula – essa disposição de examinar as críticas feitas ao Governo.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, que o Brasil passou a integrar a partir de 10 de dezembro de 1998, puniu o Peru por taxar pensionistas e aposentados. Gostaria que o Governo brasileiro não nos submetesse a essa humilhação internacional de sermos julgados no futuro por um tribunal que defende os direitos humanos. Portanto, que se respeitem os aposentados do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Seguindo a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar meu discurso sobre a questão energética brasileira no Norte do Brasil e no meu Estado, Rondônia, gostaria de fazer um registro de grande relevância para o nosso País.

Informo ao Plenário que acabo de receber do Comitê Nobel da Noruega comunicado oficial de que o Embaixador brasileiro José Maurício Bustani foi aceito como indicado para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz de 2003, em virtude de seu expressivo trabalho desempenhado no ano passado como Diretor Geral da Organização para Proibição de Armas Químicas – OPAQ, da Organização das Nações Unidas.

Quero relembrar que, quando o Embaixador brasileiro iniciou os contatos com o Iraque para que o país fizesse parte da Organização e se submetesse a inspeções periódicas sobre a fabricação de armamento químico, os Estados Unidos se opuseram ao trabalho do nosso Diplomata, o que resultou, depois de enormes pressões, no seu afastamento, apesar de todos os protestos internacionais quanto às medidas impostas pelos norte-americanos, que acusavam os

iraquianos de fabricar armamento químico de destruição em massa.

Gostaria de ressaltar, também, Sr. Presidente, que liderei um grupo de Parlamentares que trabalhou pela indicação de José Maurício Bustani, cidadão rondoniense, nascido em Porto Velho, trabalho esse que resultou na aceitação do seu nome para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz deste ano.

Vamos torcer para que o nosso Diplomata José Maurício Bustani seja, realmente, o escolhido.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador, desculpe-me por apartear-lo no momento em que V. Ex^a está começando o assunto que o levou à tribuna, mas eu não poderia deixar de me manifestar sobre o pronunciamento de V. Ex^a. Não há dúvida alguma de que o fato de ter sido aceita a indicação do nosso Embaixador em Londres, José Maurício Bustani, para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz é muito importante e muito significativo. Esse homem nem sempre contou com a cobertura devida por parte do Brasil, mas, na verdade, teve um fantástico desempenho na presidência da Organização para a Proibição de Armas Químicas. S. Ex^a aumentou o número de integrantes desse órgão de 30 para 140. Reeleito, fez um espetacular trabalho de fiscalização e controle das armas químicas. E foi procurar o Iraque para que esse país fizesse parte da entidade, com o compromisso de permitir, integrando-se àquela Organização, a fiscalização ampla e total do seu território com relação às chamadas armas químicas. Naquela ocasião, o Embaixador Bustani também manifestou interesse de que a OPAQ promovesse uma fiscalização geral nos Estados Unidos, que, embora pareça todo-poderoso, não é o dono do mundo. Bastou isso para que ele fosse amaldiçoado pelos Estados Unidos e escoreado da entidade. Primeiro, apresentaram a argumentação de que ele tinha feito má gestão, péssima gestão. Foi provado que não era verdade, foi provado que a gestão dele foi excepcional. Mesmo assim, os Estados Unidos entraram com uma moção exigindo a sua demissão. Queriam a renúncia; procuraram o Sr. José Maurício Bustani e lhe pediram que se retirasse do território americano. Ele não aceitou. Fizeram uma reunião especial da entidade para expulsá-lo e, por ampla maioria, mas ele não foi expulso. Durante o receso da entidade, os Estados Unidos fizeram nova convocação, pagaram as passagens e estadas para re-

presentantes dos países do Terceiro Mundo, aos quais trocaram vantagens, prestaram favores e empréstimos para que votassem pela expulsão do Sr. José Maurício Bustani. Lamentavelmente, ficou provado que o Sr. Bustani tinha razão; lamentavelmente, ficou provado que os Estados Unidos não queriam o que ele iria fazer. Ele iria ao Iraque fazer uma investigação pacífica com membros da ONU para ver se tinham ou não arma atômica – e não iriam conseguir. Como o americano não queria, o expulsou, tentando desmoralizá-lo. O Governo do Lula, com grande categoria, o indicou para Embaixador no Reino Unido. Neste momento, o mundo estava abrindo um debate inédito, ao qual nunca se havia assistido: até aonde pode ir a capacidade da mentira dos governantes? Até que ponto um governo pode mentir? E apresentam o Tony Blair, provando que ele mentiu, que usou argumentação falsa, usou elementos falsos, mentiu à sociedade inglesa, e à Câmara dos Comuns, e estão abrindo investigação nesse sentido. O mesmo está acontecendo nos Estados Unidos. Está provado que o Governo americano mentiu. Um representante do Governo americano, um subsecretário no Oriente Médio declarou que usaram a existência armas de extermínio porque esse era um argumento forte, que pegava, e eles precisavam entrar no Iraque para tomar conta do petróleo. Hoje a América está debatendo até que ponto pode ir a mentira dos governantes. Inclusive, ontem, a **Globo News** apresentou um programa espetacular mostrando as mentiras do governo americano e apontando alguém que chegou ao máximo, que é o seu atual Presidente. Por isso, é uma atitude muito feliz essa de aceitar o Embaixador Bustani como um dos homens indicados, pois S. Ex^a tem todas as condições. Seria uma bofetada nesses que fizeram uma guerra estúpida, contra a opinião de toda humanidade, se ele ganhasse o Prêmio Nobel da Paz. Minhas felicitações a V. Ex^a pelo pronunciamento que faz.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado. O aparte de V. Ex^a enriqueceu muito o meu pronunciamento nessa questão do caso Bustani. E com justiça, como V. Ex^a mesmo se referiu, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, referendado pelo Senado, nomeou José Maurício Bustani Embaixador em Londres. Foi uma correção justa do Senado e do Governo brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo da década de 90, não foram poucas as vozes, vindas especialmente das áreas técnicas, que alertaram a Nação brasileira sobre a precariedade de seu modelo energético.

Essas vozes apontavam o descaso das autoridades em atuar, de forma efetiva, tanto na racionalização da demanda como no aumento da oferta.

Assim, questionavam, por um lado, o fato de que nossa população não era devidamente orientada sobre as ações a serem empreendidas para redução do consumo de energia. Mas questionavam, acima de tudo, a protelação dos necessários investimentos no setor de energia, sempre deixados para depois em nome do indefectível discurso da estabilização econômica. Uma estabilização, evidentemente, desejada pelos brasileiros, mas que muitas vezes foi transformada em desculpa para a falta de ação.

O resultado de tal imprevidência, que todos vivenciamos, foi o apagão de 2001. O Brasil, como País soberano, foi submetido a uma das maiores vergonhas de sua história; e sua população, quase indiscriminadamente, a pesados dos sacrifícios.

Hoje, Sr. Presidente, não se tem falado muito do assunto. Pelo menos, não com a frequência e o vigor que seriam desejáveis.

E penso que dois fatores, em especial, estão contribuindo para essa perigosa tranquilidade.

Em primeiro lugar, as condições climáticas são mais favoráveis. De acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico, o nível dos reservatórios está bem acima do limite mínimo estabelecido para a adoção de medidas emergenciais. Ou seja: não é grande, por enquanto, o risco de que se venha a repetir a situação de 2000, quando as poucas chuvas prepararam o drama do ano seguinte.

Quanto ao segundo fator, seria melhor que não existisse. Tem a ver com o baixíssimo crescimento da economia, que leva empresas e pessoas a consumirem menos energia do que consumiriam em períodos de maior desenvolvimento.

Mas esses dois fatores, na verdade, não podem – e não devem – ser tomados como permanentes. De maneira, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não temos razão alguma para sermos desleixados em nossa política energética.

De um lado, São Pedro pode não nos dispensar a mesma boa vontade que demonstrou nos últimos tempos, e voltar o humor azedo de 2000, faltando as chuvas tão necessárias para encher os nossos reservatórios.

Por outro lado, não interessa aos brasileiros a estagnação econômica, isto é, a manutenção daquele segundo fator, que, de forma cruel, retém o aumento do consumo de energia.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo um aparte a V. Exª, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Valdir Raupp, congratulo-me com V. Exª na preocupação com essa questão da política energética no nosso País. Tive oportunidade de ser Ministro de Minas e Energia exatamente no momento mais difícil, o momento do racionamento – entrei em março e o anúncio do racionamento foi em maio. Portanto, vivi durante o curto período de um ano esse segmento e posso dizer que a situação, hoje, por esses fatores que V. Exª citou e talvez por mais algum outro é relativamente tranqüila: temos cerca de 10 mil megawatts de energia sobrando. Isso não quer dizer que não se faz necessária uma política energética forte, mesmo porque outro fator deva também ser colocado. Os investimentos em energia têm uma maturação longa. Para uma hidrelétrica funcionar daqui a cinco anos, deveria ter sido iniciada ontem. Então, na realidade, o modelo energético vigente necessita de algumas modificações. O Governo atual já vai completar seis meses, e estamos aguardando que se apresente um novo modelo para que possamos discuti-lo e garantir que não faltem investimentos nos próximos anos. Congratulo-me com V. Exª, por ser inclusive de um Estado do Norte, que não sofreu diretamente o racionamento, mas por essa visão nacional que V. Exª tem como ex-governador e homem público brasileiro também preocupado com esse assunto. Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado pelo aparte, nobre Senador José Jorge. V. Exª foi Ministro das Minas e Energia e tem contribuído muito para o desenvolvimento energético do nosso País.

Nobre Presidente, estou vendo aqui o alerta vermelho e não gastei ainda dez minutos do meu tempo – acho que foi marcado errado. Acredito que já estava correndo o tempo quando comecei meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Na verdade, V. Exª ainda dispõe de dez minutos. O aparte do Senador Pedro Simon é que acabou por se transformar num discurso, muito justo até, pela indicação do Embaixador Bustani para o Prêmio Nobel da Paz. Trata-se de um gesto importante, numa hora muito mais importante, reconhecer num brasileiro as qualidades para o referido prêmio.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ao contrário, precisamos, isto sim, é crescer, dar emprego a nossa gente.

Então, Sr. Presidente, não temos alternativa. É preciso investir, com coragem e determinação, na ampliação e melhoria do nosso parque energético. E isso deverá ser feito com a utilização de todas as armas possíveis, o que significa dizer com recursos públicos e privados.

Estudiosos do setor avaliam que, a cada ano, para fazer frente a um crescimento do PIB da ordem da 3% a 4%, o Brasil deverá investir cerca de R\$8 bilhões no aumento da oferta de energia. Avaliam, também, que boa parte desses recursos poderá ser suprida pelos cofres públicos, mas que outra parte dependerá de capitais privados nacionais ou estrangeiros.

Ora, a decisão política que se espera do Governo, com toda a sensibilidade que tem demonstrado no enfrentamento das graves questões nacionais, é exatamente essa: garantir o aporte da parcela que cabe ao setor público, estimada em R\$5 bilhões por ano; e garantir aos investidores privados regras claras e duradouras, que os estimulem a aplicar, pelo menos, outros R\$3 bilhões a cada ano, na geração e distribuição de energia elétrica.

Somente assim, unindo esforços do Governo e da iniciativa privada, dando ao setor de energia a importância e a prioridade que lhe são devidas, o Brasil estará distante do risco de um novo apagão.

Mas é claro, Srªs e Srs. Senadores, que eu não poderia abordar a questão energética em nosso País sem tratar de um tema da mais alta relevância e de grande atualidade. Um tema, por sinal, de que já tratei em pronunciamento anterior, feito em março deste ano.

Falo, Sr. Presidente, da construção de duas hidrelétricas no rio Madeira, em Rondônia, anunciada já naquele mês pelo Presidente da Eletrobrás, Dr. Luiz Pinguelli Rosa.

As duas usinas, a serem construídas por meio de parceria entre a Eletrobrás e a iniciativa privada, podem transformar-se nas primeiras grandes obras do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Com capacidade para gerar 7 mil megawatts, elas garantirão o suprimento energético do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do Brasil, a um custo, diga-se de passagem, bastante inferior, por exemplo, ao de Itaipu, pois se trata de usinas 100% nacionais.

Mas isso não é tudo. Na verdade, a construção das usinas terá uma vantagem adicional: permitirá a navegabilidade do rio Madeira em toda a sua extensão, o que significa a integração da infra-estrutura de

transportes do Brasil, da Bolívia e do Peru. Há cem anos, o Brasil deve à Bolívia uma saída para o Atlântico. Primeiro, seria com uma ferrovia, que foi desativada, a Madeira-Mamoré. E, até então, não se tem outra saída da Bolívia para o Atlântico. Essa obra daria navegabilidade para a Bolívia poder escoar seus produtos por água pelo rio Madeira.

Permito-me, a propósito, reproduzir declaração do Presidente da Eletrobrás: “Além de permitir à Bolívia acesso ao mar, o complexo do rio Madeira viabiliza o projeto agrícola de soja. Mais do que um projeto regional, esse é um projeto de integração latino-americana”.

Em resumo, Sr. Presidente, não há como postergar a execução dessas obras. Por tudo que representam: a garantia do suprimento de energia elétrica, com baixo custo, a parcela significativa da população brasileira; o afastamento do risco de apagões; a melhoria de nossa matriz de transportes, tão dependente, ainda hoje, dos derivados de petróleo; a estratégia integração dos países latino-americanos.

Tenho certeza de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmará ainda mais seu perfil de estadista se conferir ao aproveitamento energético e viário do rio Madeira a atenção que todos sabemos necessária e urgente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Mestrinho, do PMDB do Amazonas, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos próximos dias 28, 29 e 30, será realizado em Parintins, como se faz anualmente, o festival folclórico. A repercussão do festival extravasou as fronteiras do Amazonas, do Brasil e atrai para aquela cidade um número fantástico de turistas. Neste ano, as festividades serão maiores porque o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, já anunciou que estará presente, acompanhado de onze ministros, para assistir a essa belíssima festa popular. Chegando a Parintins, Sua Excelência vai ver que aquela cidade que recebe, mensalmente, três, quatro transatlânticos cheios de turistas não tem um porto de passageiros. Ficando hospedado num navio da Marinha, o Presidente vai sentir a dificuldade e a necessidade desse problema resolvido. Parintins precisa de um porto de passageiros para melhorar a recepção de turistas naquela ci-

dade. O Ministério dos Transportes é um grande ausente no Amazonas, e pelo menos isso marcaria sua presença no Estado.

Ao mesmo tempo, vai verificar outro grande problema no baixo Amazonas, que tem como centro geográfico Parintins, relativo à energia elétrica. Toda a energia elétrica do Amazonas é gerada, com exceção de uma pequena quantidade em Manaus, da Usina de Balbina, pelo cito diesel. No interior, toda ela é diesel. E Parintins está a 107km de Itaituba, de onde será fácil trazer a linha de Tucuruí, que já está em Itaituba, para servir a Parintins e ao baixo Amazonas.

A Ministra Dilma Rousseff, uma das mais competentes do atual Governo, poderia muito bem estender o Tramoeste ao baixo Amazonas. Afinal de contas, naquela posição geográfica, o baixo Amazonas estaria incluído no Tramoeste e não apenas os 30 ou 32 Municípios do Estado do Pará. A economia no consumo do diesel seria suficiente para pagar, em dois anos, a extensão elétrica, o linhão de Tucuruí para Parintins.

Esse é o apelo que fazemos para o Presidente Lula, para a Ministra Dilma Rousseff e para o Ministro dos Transportes, no sentido de que olhem o Amazonas, olhem esses dois problemas do Estado, entre tantos outros, mas que dêem a Parintins um porto digno e capaz de receber passageiros, turistas nacionais e internacionais, que lá aportam, e resolvam o problema da energia elétrica, com economia para a União, já que as companhias que servem o Estado são todas federais.

Esperamos que o Presidente da República tenha uma boa passagem por Parintins, que aproveite a Festa do Boi, que deixe de lado as preocupações do Governo, mas que sinta a nossa realidade e encontre uma saída para realizar, em Parintins, o sonho de seu povo, que é o porto, bem como resolver o problema elétrico. Com isso, todo o baixo Amazonas, até Maués, estaria servido de energia elétrica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Continuando a lista de oradores, concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco.

Logo após, o Líder Renan Calheiros usará da palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex^a que é uma honra para mim estar aqui, neste momento, sob a Presidência de V. Ex^a, e também falar antes do Líder Renan Calheiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na condição de Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, tenho por dever de ofício o compromisso inarredável de zelar pela discussão construtiva, enriquecida qualitativamente pelas análises e contribuições desta Casa, em torno das questões inerentes às ações do Estado nos segmentos de infra-estrutura. Mais que isso, como Parlamentar, imponho-me cotidianamente o dever de zelar para que sejam asseguradas, sempre, ações governamentais efetivas destinadas a dotar as diferentes regiões do País de adequadas condições de infra-estrutura, indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social e sobretudo ao alcance das necessidades das camadas mais carentes da nossa sociedade.

Esses compromissos se acentuam sobremaneira em situações que, como a que hoje trago para o nosso debate, incluem condições que afetam significativamente o presente e o futuro das atividades voltadas para promover a evolução da infra-estrutura no Brasil. Refiro-me, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao contingenciamento a que estão submetidas as agências reguladoras.

O instituto das agências reguladoras foi introduzido na administração pública brasileira como novo marco, representativo do reconhecimento de que a atuação do Estado, em determinados setores, deve-se pautar primordialmente por critérios técnicos, independentemente das imposições conjunturais características do meio político. Por esse motivo, no ato de criação das agências ficou estabelecido que elas se constituem como autarquias especiais, caracterizadas por independência administrativa e autonomia financeira, ficando esta garantida mediante destinação das taxas de fiscalização à cobertura de suas despesas.

Ainda que o arcabouço legal que atualmente rege as finanças públicas do País tenha estabelecido como princípio a necessidade de manutenção da despesa pública sob rigoroso controle, é de se reconhecer que o contingenciamento das despesas das agências reguladoras é incompatível com a necessidade da autonomia financeira das mesmas com vistas a sua adequada atuação como órgão regulador. Mas esse não é o único problema decorrente, pois o impacto maior se dá em termos de restrições inevitáveis a sua atuação e nas conseqüências danosas daí advindas.

A seguir, passo a detalhar, para a consideração de V. Ex^{as}, o alcance do contingenciamento estabelecido e as implicações observadas em relação a cada uma das agências.

Não vou falar sobre todas as agências reguladoras, pois são dezenas. Escolhi aquelas mais ligadas ao setor de infra-estrutura, as mais importantes, como a Aneel, a Anatel, a ANP e a Ana. No entanto, o que vou falar sobre essas quatro agências vale para as demais. Quero ressaltar que os recursos contingenciados dessas agências não poderão ser utilizados para outros fins, para o Fome Zero, por exemplo, porque são recursos específicos de taxa de fiscalização, que só podem ser usados pelas agências. Portanto, não podendo ser utilizados, estão em poder dos bancos em nome das agências.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

O contingenciamento de despesa da Aneel, consubstanciado no Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, e em suas modificações posteriores, representa corte de despesas programadas pela Agência no montante de R\$128 milhões. Uma redução que, vejam V. Ex^{as}, alcança nada menos que 60% do limite orçamentário previamente estabelecido pelo Orçamento da União para o exercício de 2003, aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, que destinava à Agência um total de R\$202 milhões. Ou seja, dos R\$202 milhões previstos, foram contingenciados R\$128 milhões, o que representa mais da metade. O novo limite orçamentário fica reduzido para R\$74 milhões, sendo disponibilizados financeiramente apenas R\$70 milhões.

Vale salientar que nesse limite estão incluídos restos a pagar de 2002 no valor de R\$17.609.332,00, restando assim para a realização das atividades de competência da Agência no exercício de 2003 a importância de R\$52,5 milhões.

Adicionalmente, por intermédio do Decreto nº 4.691, de 8 de maio de 2003, foi imposto novo contingenciamento, desta vez limitando os gastos com passagens e diárias de todos os órgãos do Governo Federal, neste exercício, ao máximo de 60% do valor executado em 2002, nesse mesmo conjunto de despesas. O limite financeiro ficou reduzido a R\$68,5 milhões.

Excluindo o valor de Restos a Pagar de 2002, restam, disponíveis para a realização das atividades de competência da Agência, em 2003, cerca de R\$ 50,7 milhões.

O realizado até abril de 2003 pela Agência atinge a cifra de R\$22 milhões, lembrando que, no exercício passado, a Aneel utilizou 95% do limite financeiro autorizado. Na prática, portanto, esse corte reduz os recursos da Aneel para 1/3 do que era no ano passa-

do, o que, para qualquer órgão público que tenha uma função importante, torna difícil realizar sua atividade.

As consequências do contingenciamento na Aneel são:

- As atividades de fiscalização ficam fortemente comprometidas, impondo-se que sejam interrompidas já no próximo mês de julho, com prejuízos para a qualidade dos serviços e para o acompanhamento das obras de geração e transmissão, bem como exigindo contingenciar em cerca de 50% o repasse de recursos para agências conveniadas em 13 Estados (Porque a Aneel é descentralizada por agências estaduais que fazem convênio e recebem recursos): Pará, Ceará, São Paulo, Mato Grosso, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Goiás, Alagoas, Amazonas e Paraíba, que receberão 50% do que estava previsto, o que torna ainda mais crítica a qualidade do serviço de fiscalização. Além disso, já foi suspensa a implantação do Projeto Argos (sistema de fiscalização eletrônica);
- No serviço de ouvidoria foi suspenso o recebimento de ligações de celular e serão interrompidas as atividades de **call center** no próximo mês de agosto. O consumidor não poderá mais reclamar;
- As ações de regulação estão seriamente comprometidas, exigindo a suspensão de realização de audiências públicas fora de Brasília, comprometidos os trabalhos relativos à revisão tarifária e também os inerentes à pesquisa para avaliação das concessionárias de distribuição pelos consumidores. Assim, se for necessário construir uma hidrelétrica no Pará, por exemplo, a audiência pública deverá ser feita em Brasília e não no Estado onde será construída a hidrelétrica, como deveria ser.
- Corre-se risco de comprometimento da realização dos leilões de outorgas de linhas e geração.

Além desses aspectos de fundamental importância, mostra-se indispensável ressaltar que, em decorrência das situações relatadas, outros fatos indesejáveis, mas previsíveis no contexto atual, far-se-ão presentes:

- Certamente, a Aneel será cobrada pelo Poder Legislativo, pelo TCU e pela sociedade em geral quanto à adequada e tempestiva execução de suas atribuições legais, sem ter, no entanto, meios de cumpri-las;
- Risco de ação judicial por parte de consumidora ou de arguição do Ministério Público, questionando a legalidade do contingenciamento, uma vez que os recursos são providos pelo consumidor e agentes credenciados, para terem aplicação específica;
- Risco de a Agência não honrar contrato de fornecimento de materiais e prestação de serviços, cabendo observar que já foram necessários desligamentos de pessoal, o que poderá se repetir em breve, com consequências desestruturantes para o serviço, como é o caso do **call center**.

Essa é a situação da Aneel.

Agência Nacional de Petróleo – ANP.

As fontes de recursos que integram o orçamento da ANP são provenientes das receitas descritas nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a chamada Lei do Petróleo.

Além das dotações consignadas no Orçamento Geral da União, constituem receitas da ANP os recursos provenientes da Participação Especial, Bônus de Assinatura e Pagamento pela Ocupação e Retenção de Área, previstas no contrato de concessão. Isso significa que, quando é feita uma concessão, no mesmo caso da Aneel, paga-se algo à ANP. As contrapartidas dessas receitas são as fontes de recursos 142 – Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural (Participação Especial) e 129 – Concessões e Permissões (Bônus de Assinatura e Pagamento pela Ocupação e Retenção de Área). Existem também as receitas correspondentes a multas cuja contrapartida são as fontes de recursos 150 e 250 – recursos próprios não financeiros.

As fontes de recursos com maior relevância para o orçamento da ANP são provenientes de Participação Especial (fonte 142) e Bônus de Assinatura e Pagamento pela Ocupação e Retenção de Área (fonte 129). O orçamento aprovado previa despesas de R\$460,9 milhões em atividades e projetos, excetuando despesas com pessoal.

O contingenciamento de despesas da ANP, definido no Decreto nº 4.951/2003, significou corte de

despesas programadas pela Agência no montante de R\$247,8 milhões. Portanto, no mesmo caso da Aneel, houve mais de 50% de contingenciamento de recursos próprios da ANP já alocados, que já estão na conta e que já foram pagos pelas pessoas que receberam essas outorgas. A redução foi de 53% sobre o limite orçamentário autorizado pelo Orçamento Geral da União, restando para aplicação apenas R\$213 milhões.

Quais são as consequências desse contingenciamento no caso da ANP? O corte mais profundo ocorreu no Programa de Abastecimento de Petróleo e Derivados, em particular nos projetos que são custeados pelas fontes 129 e 142. As contratações de serviços de Geologia e Geofísica foram as mais atingidas. Serviços de Geologia e Geofísica são serviços técnicos, realizados para permitir que haja exploração de petróleo. São extremamente baratos, sob o ponto de vista de que o petróleo, quando explorado, é muito caro. Recentemente, a Rússia, que é um país grande, recuperou-se de uma grande crise financeira exatamente porque incrementou a sua produção de petróleo. Portanto, pode acontecer a mesma coisa no Brasil. Mas isso não está podendo ocorrer, porque estão contingenciados os recursos existentes para permitir a exploração de petróleo. Também dentro deste programa, a Agência teve que reprogramar suas despesas com fiscalização e monitoramento de instalações marítimas e transporte de petróleo e derivados.

No Programa de Proteção dos Interesses dos Consumidores, apesar de um contingenciamento menor do que nos outros programas da Agência, as iniciativas de expansão e aprimoramento das atividades de fiscalização e monitoramento de produtos e agentes econômicos, ligados à cadeia de redistribuição e revenda, foram, igualmente, prejudicadas.

Ora, sabemos que a fiscalização no setor de petróleo é um dos aspectos mais importantes para aumentar a receita do Governo. Com esse contingenciamento, eles também estão sendo prejudicados. Sabemos que há irregularidades nos postos de gasolina, como a mistura de gasolina com água e solventes e a obtenção de liminares fraudulentas para não pagarem os impostos, basicamente, a Cide e o ICMS. O imposto sobre a gasolina representa, praticamente, 50% dos custos. Se a gasolina custar R\$2,00, são, mais ou menos, R\$0,52 de Cide e R\$0,48 de ICMS. Portanto, o Governo está contingenciando uma Agência que, na verdade, tem uma grande capacidade de aumentar a receita do próprio Governo.

Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

O contingenciamento de despesas da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, consubstanciado no Decreto nº 4.591/03, de 10 de fevereiro de 2003, e em suas modificações posteriores, representa um corte de despesas programadas pela Agência no montante de R\$72 milhões.

Além disso, como ocorreu com as demais agências, também foram estabelecidos sublimites para empenho, até o mês de abril, em montante equivalente a 30% do limite atual (Decreto nº 4.501/03) e, até setembro, em montante equivalente a 70% do limite anual (Decreto nº 4.708/03).

Isso tudo resulta em que em importantes ações programadas pela Agência deixem de ser realizadas, cabendo destacar as seguintes:

- Realização de atividades de fiscalização, que são prejudicadas;
- Execução de ações que visam dotar a Agência do conhecimento e dos meios necessários à realização de sua missão, tais como contratação de pesquisas e estudos técnicos relacionados com o desenvolvimento do conhecimento e do mercado no setor de telecomunicações; capacitação de colaboradores; e instalações físicas necessárias ao funcionamento da agência, em especial quanto à execução das atividades de fiscalização.
- Representação do Estado brasileiro em eventos internacionais destinados ao estabelecimento de soluções técnicas no setor de telecomunicações.

Assim, o caso da Anatel também é bastante grave – são R\$72 milhões –, mas, sem dúvida, é menos grave que os casos da ANP e da Aneel.

Agência Nacional de Águas – ANA.

A lei orçamentária deste exercício consignou no orçamento da ANA o valor global de R\$198,9 milhões – é uma agência menor –, sendo disponibilizado, em função da edição do Decreto nº 4.591/03, para empenho e pagamento neste exercício, o valor de R\$69,2 milhões, dos quais R\$1,6 milhão para projetos e R\$67,6 milhões para atividades. Cabe ressaltar que tal valor, se comparado ao total previsto na lei, representa um contingenciamento da ordem de 65,18%. Assim, a ANA, realmente, foi a agência que teve o maior contingenciamento.

Quais são as conseqüências do contingenciamento nas ações da ANA? Com relação ao sistema de gerenciamento de recursos hídricos, a ANA está impossibilitada de aplicar recursos provenientes da implantação do princípio poluidor-pagador (cobrança pelo uso da água bruta) na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, decidida pelo comitê da bacia hidrográfica (Ceivap). O contingenciamento está inviabilizando a execução do plano de investimentos aprovado pelo Ceivap, que foi dimensionado em valor igual à estimativa de arrecadação (R\$9,5 milhões). Assim, no caso específico da bacia do rio Paraíba do Sul, foi feito um acordo com a comunidade, e eles estão pagando pelo uso da água para que o dinheiro seja usado na sua própria bacia. O dinheiro está contingenciado – as pessoas pagam –, mas não pode ser utilizado porque não há autorização orçamentária. É o absurdo dos absurdos.

Quanto aos Convênios do Proágua Gestão, o acordo de empréstimo, em execução desde o exercício de 1998, num total de US\$330 milhões, sendo US\$ 198 milhões referentes ao empréstimo obtido junto ao Banco Mundial e US\$132 milhões a título de contrapartida brasileira, prevê a aplicação de recursos em obras e na gestão de recursos hídricos. Em função dos limites estabelecidos no Decreto nº 4.591/03, a ANA está, até o presente momento, sem celebrar os convênios com os Estados para dar continuidade às ações relacionadas com a gestão dos recursos hídricos. Existe um convênio com o Banco Mundial, o recurso existe, mas, por conta do contingenciamento, não se pode utilizar o dinheiro.

Há diversos segmentos em que esses projetos foram prejudicados – não vou ler todos, porque o nosso tempo já está se encerrando. Mas vou citar mais um. A fiscalização do uso dos rios e lagos, por intermédio da implantação de diversos roteiros de fiscalização, bem como de um sistema de monitoramento de acidentes na bacia do rio Paraíba do Sul, será atrasada por falta de recursos. O recente acidente ambiental de Cataguases mostrou a importância da fiscalização preventiva para evitar que passivos ambientais venham a causar gigantescos danos a toda sociedade.

O mais grave no contingenciamento é o fato de que as fontes de recursos das Agências Reguladoras, à exceção da Agência Nacional de Águas –ANA, cujas ações dependem ainda fortemente do Orçamento Geral da União, são oriundas de taxas que não podem ser usadas com outra destinação que não seja própria do cumprimento das competências para as quais as agências foram constituídas. Portanto, o contingenciamento não carrega para o Tesouro Nacional os recursos, que permanecem aplicados nas contas das res-

pectivas agências. No caso da Aneel, esses recursos são oriundos da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica; na Anatel, advindos das Taxas de Fiscalização de Instalação e de Funcionamento; e, na ANP, da participação especial e bônus de assinatura e pagamento pela ocupação e retenção de área.

Diante do exposto, tenho como urgente e indispensável reunir todos os representantes de instituições públicas cujas competências possam convergir para o alcance de medidas que permitam oferecer soluções concretas para a situação ora vigente.

Nesse sentido, tendo em vista a urgência que o ato requer, apresentei, na reunião da última terça-feira da Comissão de Infra-estrutura, um requerimento no sentido de que sejam convidados para uma audiência pública os Diretores-Gerais da Aneel, ANP, Anatel e ANA, a fim de ouvirmos dos dirigentes dessas Agências uma análise técnica sobre os referidos assuntos, com a finalidade de dirimir dúvidas e questionamentos sobre o modelo de gestão ora adotado, diante das sérias dificuldades administrativas, financeiras e de recursos humanos dessas Agências.

Esse requerimento foi aprovado na reunião passada da Comissão de Infra-Estrutura e foi marcada uma reunião para o dia 25, uma quarta-feira, para esse fim. Aproveito a oportunidade para convidar o Presidente Luiz Otávio, o nosso Líder Renan Calheiros, os Senadores Gilberto Mestrinho e Romero Jucá e todos os demais Senadores presentes para comparecer a essa reunião, a fim de que possamos dar a força política necessária a essas Agências para que elas não sejam asfixiadas pelo Governo, do ponto de vista de não receberem os mínimos recursos para o seu funcionamento.

O Governo tem um discurso dúbio em relação às Agências, pois, quando os Ministros vêm ao Congresso e vão às Comissões, como o Ministro Miro Teixeira, a Ministra Dilma Rousseff, sempre dizem que as Agências são indispensáveis, que são uma evolução, que não podem acabar; mas, na prática, seus recursos estão todos contingenciados pela área econômica.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço, neste momento, um apelo para que esta Casa se posicione decididamente em defesa das Agências, porque, repito, o que estamos presenciando por parte do Executivo é um discurso dúbio. Por um lado, torna pública a intenção de preservar o papel dos agentes reguladores e, por outro, ao contingenciar de forma irracional e excessivamente severa os recursos indispensáveis ao seu funcionamento, inviabiliza na prática a execução do seu papel constitucional.

Sr. Presidente, como não tive tempo de ler todo o meu discurso, peço que ele conste na íntegra nos Anais do Senado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO
DO SR. SENADOR JOSÉ JORGE.**

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, na condição de Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal tenho por dever de ofício o compromisso inarredável de zelar pela discussão construtiva, enriquecida qualitativamente pelas análises e contribuições desta Casa em torno das questões inerentes às ações do Estado nos segmentos de infra-estrutura. Mais que isso, como parlamentar, imponho-me cotidianamente o dever de zelar para que sejam asseguradas, sempre, ações governamentais efetivas destinadas a dotar as diferentes regiões deste País de adequadas condições de infra-estrutura indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social e, sobretudo, ao alcance das necessidades das camadas mais carentes da nossa sociedade.

Esses compromissos se acentuam, sobremaneira, em situações que, como a que hoje trago para o nosso debate, incluem condições que afetam significativamente o presente e o futuro das atividades voltadas para promover a evolução do setor de infra-estrutura no Brasil. Refiro-me, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ao **contingenciamento a que estão submetidas as Agências reguladoras**.

O instituto das Agências reguladoras foi introduzido na administração pública brasileira como novo marco, representativo do reconhecimento de que a atuação do Estado em determinados setores deve se pautar primordialmente por critérios técnicos, independentemente das imposições conjunturais características do meio político. Por esse motivo, no ato de criação das Agências ficou estabelecido que elas se constituem como autarquias especiais, caracterizadas por independência administrativa e autonomia financeira, ficando esta garantida mediante destinação das Taxas de Fiscalização à cobertura de suas despesas.

Ainda que o arcabouço legal que atualmente rege as finanças públicas do País tenha estabelecido como princípio a necessidade de manutenção da despesa pública sob rigoroso controle, é de se reconhecer que o contingenciamento das despesas das Agências Reguladoras é incompatível com a necessi-

dade da autonomia financeira das mesmas com vistas à sua adequada atuação como órgão regulador. Mas esse não é o único problema decorrente, pois o impacto maior se dá em termos de restrições inevitáveis a sua atuação e nas consequências danosas daí advindas.

A seguir, passo a detalhar, para a consideração de Vossas Excelências, o alcance do contingenciamento estabelecido e as implicações observadas em relação a cada uma das Agências.

1º Agência Nacional De Energia Elétrica – ANEEL

O contingenciamento de despesas da ANEEL, consubstanciado no Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, e em suas modificações posteriores, representa corte de despesas programadas pela Agência, no montante de **R\$ 128 milhões**. Uma redução que, vejam Vossas Excelências, alcança nada menos que 60% do limite orçamentário previamente estabelecido pelo orçamento da União para o exercício de 2003, aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional que destinava à Agência um total de **R\$ 202 milhões**. O novo limite orçamentário fica reduzido para **R\$ 74 milhões**, sendo disponibilizado financeiramente, apenas, **R\$ 70 milhões**.

Vale salientar que neste limite estão incluídos restos a pagar de 2002, no valor de **R\$ 17.609.332**, restando, assim, para a realização das atividades de competência da Agência no exercício de 2003, a importância de **R\$ 52,5 milhões**.

Adicionalmente, por intermédio do Decreto nº 4.691, de 08 de maio de 2003, foi imposto novo contingenciamento, desta vez limitando os gastos com passagens e diárias de todos os órgãos do Governo Federal, neste exercício, ao máximo de 60% do valor executado em 2002 nesse mesmo conjunto de despesas. O limite financeiro ficou reduzido a **R\$ 68,5 milhões**.

Excluindo o valor de Restos a Pagar de 2002, **restam, disponíveis para a realização das atividades de competência da Agência, em 2003, cerca de R\$ 50,7 milhões**.

O realizado até abril/2003 pela Agência atinge a cifra de R\$ 22 milhões, lembrando que no exercício passado, a ANEEL utilizou 95% do limite financeiro autorizado.

Consequências do Contingenciamento na ANEEL

As atividades de Fiscalização – ficam fortemente comprometidas, impondo-se que sejam interrompidas, já no próximo mês de julho, com prejuízos

para a qualidade dos serviços e para o acompanhamento das obras de geração e transmissão, bem como exigindo contingenciar em cerca de 50% o repasse de recursos para agências conveniadas em 13 estados (Pará, Ceará, São Paulo, Mato Grosso, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Goiás, Alagoas, Amazonas e Paraíba), o que torna mais crítica ainda a qualidade dos serviços de fiscalização. Além disso, já foi suspensa a implantação do Projeto ARGOS (sistema de fiscalização eletrônica);

Nos serviços de Ouvidoria –, foram suspensos o recebimento de ligações de celular, e serão interrompidas as atividades de **call center** no próximo mês de agosto;

As ações de Regulação – estão seriamente comprometidas, exigindo a suspensão da realização de audiências públicas fora de Brasília, comprometidos os trabalhos relativos à revisão tarifária e também inerentes à pesquisa para avaliação das concessionárias de distribuição pelos consumidores;

Corre-se risco de comprometimento da realização dos leilões de **outorgas** de linhas e geração;

Além desses aspectos de fundamental importância, mostra-se indispensável ressaltar que em decorrências das situações relatadas outros fatos indesejáveis, mas previsíveis no contexto atual se farão presentes:

Certamente a ANEEL será cobrada pelo Poder Legislativo, pelo TCU e pela sociedade em geral, quanto à adequada e tempestiva execução de suas atribuições legais, sem ter, no entanto, meios de cumpri-las;

Risco de ação judicial por parte de consumidores ou de arguição pelo Ministério Público, questionando a legalidade do contingenciamento, uma vez que os recursos são providos pelo consumidor e agentes credenciadas, para terem aplicação específica;

Risco de a Agência não honrar contratos de fornecimento de materiais e prestação de serviços, cabendo observar que já foram necessários **desligamentos de pessoal**, o que poderá se repetir em breve, com consequências desestruturantes para o serviço, como é o caso do “call center”.

2º Agência Nacional do Petróleo – ANP

As fontes de recursos que integram o orçamento da ANP são provenientes das receitas descritas no Art. 15 e 16 da Lei 9.478 de 06 de agosto de 1997.

Além das dotações consignadas no Orçamento Geral da União, constituem receitas da ANP os recursos provenientes da Participação Especial, Bônus de Assinatura e Pagamento pela Ocupação e Retenção

de Área, previstas no contrato de concessão. As contrapartidas dessas receitas são as fontes de recursos 142 – Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural (Participação Especial) e 129 – Concessões e Permissões (Bônus de Assinatura e Pagamento pela Ocupação e Retenção de Área). Existem também as receitas correspondentes a multas cuja contrapartida são as fontes de recursos 150 e 250 – recursos próprios não financeiros.

*As fontes de recursos com maior relevância para o Orçamento da ANP são as provenientes de Participação Especial (fonte 142) e Bônus de Assinatura e Pagamento pela Ocupação e Retenção de Área (fonte 129). O orçamento aprovado previa despesas de **R\$ 460,9 milhões** em atividades e projetos, excetuando despesas com pessoal.*

*O contingenciamento de despesas da ANP definido no Decreto 4.951/2003 significou corte de despesas programadas pela Agência no montante de **R\$ 247,8 milhões**. Uma redução de **53%** sobre o limite orçamentário autorizado pela Orçamento Geral da União. Restando para aplicação apenas **R\$ 213 milhões**.*

Consequências do Contingenciamento

O corte mais profundo ocorreu no Programa de Abastecimento de Petróleo e Derivados, em particular, nos projetos que são custeadas pelas fontes 129 e 142. As contratações de serviços de geologia e geofísica foram as mais atingidas. Também dentro deste programa a Agência teve que reprogramar suas despesas com fiscalização e monitoramento de instalações marítimas e transporte de petróleo e derivados.

No Programa de Proteção dos Interesses dos Consumidores, apesar de um contingenciamento menor do que nos outros Programas da Agência, as iniciativas de expansão e aprimoramento das atividades de fiscalização e monitoramento de produtos e agentes econômicos ligados à cadeia de distribuição e revenda foram igualmente prejudicadas.

3º Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

O contingenciamento de despesas da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, consubstanciado no Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, e em suas modificações posteriores, representa corte de despesas programadas pela Agência, no montante de **R\$ 72 milhões**:

Além disso, como ocorreu com as demais agências, também foram estabelecidos sub-limites para empenho, até o mês de abril, em montante equivalente a 30% do limite atual (Decreto nº 4.501/03), e

até setembro, em montante equivalente a 70% do limite anual (Decreto 4.708/03).

Isso tudo resulta em que **importantes ações programadas pela Agência deixem de ser realizadas**, cabendo destacar as seguintes:

Realização de atividades de fiscalização

Execução de ações que visam dotar a Agência do conhecimento e dos meios necessários à realização de sua missão, tais como:

Contratação de pesquisas e estudos técnicos relacionados com o desenvolvimento do conhecimento e do mercado no setor de telecomunicações;

Capacitação de colaboradores;

Instalações físicas necessárias ao funcionamento da agência, em especial quanto à execução das atividades de fiscalização.

Representação do Estado Brasileiro em eventos internacionais destinados ao estabelecimento de soluções técnicas no setor de telecomunicações.

4º Agência Nacional de Águas

A Lei orçamentária deste exercício consignou no orçamento da ANA o valor global de R\$ 198,9 milhões, sendo disponibilizado em função da edição do Decreto nº 4.591/03, para empenho e pagamento neste exercício o valor de R\$ 69,2 milhões, dos quais R\$ 1,6 milhões para projetos e R\$ 67,6 milhões para atividades. Cabe ressaltar que tal valor, se comparado ao total previsto na lei, representa um contingenciamento da ordem de 65,18%.

Consequência do contingenciamento nas ações da ANA

Com relação ao sistema de gerenciamento de recursos hídricos, a ANA está impossibilitada de aplicar recursos provenientes da implantação do princípio poluidor-pagador (cobrança pelo uso da água bruta) na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, decidida pelo comitê da bacia hidrográfica (CEIVAP). O contingenciamento está inviabilizando a execução do plano de investimentos aprovado pelo CEIVAP, que foi dimensionado em valor igual à estimativa de arrecadação (R\$ 9.500.000,00). Como o "pacto" entre Governo e Sociedade que possibilitou a implantação da cobrança foi feito em torno do conceito de que toda a arrecadação tem que retornar para a bacia hidrográfica, na forma de benfeitorias selecionadas pelo próprio CEIVAP, é provável que o contingenciamento provoque um gravíssimo retrocesso, que seria o cancelamento pelo CEIVAP do pacto que propiciou a cobrança. Nesta hipótese, o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, previsto na Constituição e descrito na Lei 9433/97, voltaria à condição de uma boa

intenção do legislador, porém sem condição objetiva de virar realidade.

Quanto aos Convênios do Proágua Gestão, o Acordo de empréstimo, em execução desde o exercício de 1998, num total de US\$ 330 milhões, sendo US\$ 198 milhões referentes ao empréstimo obtido junto ao Banco Mundial e US\$ 132 milhões a título de contrapartida brasileira, prevê a aplicação de recursos em obras e na gestão de recursos hídricos. Em função dos limites estabelecidos no Decreto 4.591/03, a ANA **está até o presente momento sem celebrar os convênios** com os estados para dar continuidade às ações relacionadas com a gestão dos recursos hídricos, fato este que poderá trazer sérias consequências para a continuidade do programa, haja vista que várias ações de estruturação dos órgãos gestores de recursos hídricos dos estados, bem como de contratação de estudos de disponibilização de água bruta para a região do semi-árido ficarão paralisadas.

O apoio à instalação de Comitês de Bacias Hidrográficas, ação indispensável para se instalar um sistema de gerenciamento de recursos hídricos descentralizado e participativo, será impactado devido à inexistência de recursos, o que atrasará o pleno funcionamento dos comitês de bacia dos rios São Francisco, Piracicaba, Doce e Paranaíba, prevista para este exercício.

O Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES, pela sua característica inovadora na gestão dos recursos públicos, visto que prioriza o resultado do gasto público, apesar de sua importância para o País, em face de seu caráter de recuperação e tratamento das águas de rios poluídos, beneficiando diretamente toda a sociedade, será também, afetado pelo contingenciamento, tendo em vista que o limite atribuído a ANA para o exercício não é suficiente para atender a celebração de novos contratos estimados em R\$ 67 milhões.

A Fiscalização do uso dos rios e lagos, por intermédio da implantação de diversos roteiros de fiscalização, bem como de um sistema de monitoramento de acidentes na bacia do rio Paraíba do Sul, será atrasada por falta de recursos. O recente acidente ambiental de Cataguases mostrou a importância da fiscalização preventiva para evitar que passivos ambientais venham a causar gigantescos danos a toda a sociedade.

O limite de pagamento (financeiro) estabelecido para a ANA, neste exercício, não é suficiente para atender todas as despesas incluídas no limite orçamentário,

nem tampouco o pagamento de restos a pagar de contratos de repasse celebrados pela CEF em 2002. Tal situação além de adiar a execução de novas ações relacionadas, como por exemplo, a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, poderá prejudicar seriamente o andamento de obras contratadas em 2002, em fase de execução, que poderão ficar inacabadas caso não haja recursos financeiros para atendê-las. Por outro lado, o problema financeiro está afetando de forma significativa a manutenção da **Rede Nacional de Hidrometeorologia**, sob a responsabilidade da ANA, haja vista que o limite de pagamentos da ANA não comporta o pagamento mensal dessa despesa que custa anualmente em torno de R\$ 18 milhões, (gasto médio mensal de R\$ 1,5 milhão), sob pena de paralisar a manutenção mensal da própria Agência estimada R\$ 1,4 milhão. Cabe registrar, na oportunidade que a falta de manutenção da Rede poderá trazer graves consequências para o País, visto que essa situação levará a descontinuidade da coleta de dados pluviométricos para compor as séries históricas de prevenção de cheias e enchentes dentre outras,

A arrecadação de recursos por intermédio de ações próprias das agências e fundamentada no pressuposto da contra-prestação de serviços pelo Estado, diretamente ou por terceiros, traduz-se de receita destinada à cobertura das despesas necessárias ao exercício do poder de regulação exercido pelo Governo Federal nos setores de energia, petróleo, comunicações e água, por intermédio da ANEEL, ANP, ANATEL e ANA. Assim, é que se justifica, também, pela necessidade de cobertura de gastos específicos. Portanto, ao realizar o contingenciamento, uma das consequências é, entre muitas outras, que fica prejudicada a motivação da cobrança, o que abre espaço para que o recolhimento venha a ser questionado pelos usuários dos respectivos serviços públicos e pelos agentes.

Pior ainda, o contingenciamento, na forma como realizado no exercício de 2003, traz prejuízos para as Agências Reguladoras de duas naturezas distintas. Em primeiro lugar, compromete fortemente a realização das atividades de fiscalização e demais ações programadas pelas agências. Por outro lado, foram fixados sub-limites de empenho para os períodos até abril (40% do limite anual) e até agosto (70% do limite anual). Essa norma impõe que seja empenhada, em cada quadrimestre, apenas uma parcela da despesa prevista para todo o ano. Ocorre que os contratos de despesas são usualmente realizados por períodos de no mínimo um ano, enquanto que a legislação exige que cada contrato seja empenhado pelo valor da despesa prevista para todo o ano.

Por consequência, apenas a partir de agosto será possível iniciar despesas que poderiam estar sendo executadas desde o início do ano. Considerando os prazos necessários para execução de despesas de maior vulto que abrange a publicação de editais, a realização de licitações e a execução dos produtos ou serviços, a utilização da parcela do último quadrimestre termina retardada para o exercício futuro, quando não totalmente inviabilizada.

O mais grave no contingenciamento é o fato de que as fontes de recursos das Agências Reguladoras, à exceção da Agência Nacional de Águas – ANA, cujas ações dependem ainda fortemente do Orçamento Geral da União, são oriundas de taxas, que não podem ser usadas com outra destinação que não seja própria do cumprimento das competências para as quais as agências foram constituídas. Portanto, o contingenciamento não carrega para o Tesouro Nacional os recursos, que permanecem aplicados nas contas das respectivas agências. No caso da ANEEL, esses recursos são oriundos da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica; na ANATEL, advindos das Taxas de Fiscalização de Instalação e de Funcionamento e na ANP, da participação especial e bônus de assinatura e pagamento pela ocupação e retenção de área.

Diante de todo o exposto, tenho como urgente e indispensável reunir todos os representantes de instituições públicas cujas competências possam convergir para o alcance de medidas que permitam oferecer soluções concretas para a situação ora vigente.

Nesse sentido, tendo em vista a urgência que o fato requer, apresentei na reunião da última terça-feira, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, requerimento no sentido de que sejam convidados para Audiência Pública, os Senhores Diretores-Gerais da ANEEL, ANP, ANATEL e ANA, para ouvirmos dos dirigentes destas Agências, uma análise técnica sobre o referido assunto, com a finalidade de dirimir dúvidas e questionamentos sobre o modelo de gestão ora adotados, diante das sérias dificuldades administrativas, financeiras e de recursos humanos destas Agências. E faço, neste momento, Senhoras e Senhores Senadores, um apelo para que esta Casa posicione-se decididamente em defesa das agências, pois o que estamos presenciando por parte do Executivo é um discurso dúbio que, por um lado, torna público sua intenção de preservar o papel das Agências Reguladoras e, por outro, ao contingenciar, de forma excessivamente severa, os recursos indispensáveis ao seu funcionamento, inviabiliza, na prática, a execução de seu papel constitucional.

Era o que tinha a dizer.

ANEXOS**1º AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL**
EXERCÍCIO DE 2003

AUTORIZADO (R\$) (Lei nº 10.640)			CONTINGENCIAMENTO (R\$) (Decreto nº 4.591/03)	
LIMITE ORÇAMENTÁRIO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	LIMITE ORÇAMENTÁRIO REAL	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	LIMITE FINANCEIRO (*)
202.211.310,00	40.183.738,00	162.027.572,00	74.143.799,00	70.153.000,00

(*) Não inclui despesas com pessoal.

EXERCÍCIO DE 2002

AUTORIZADO		REALIZADO (2)	(2) / (1) %
LIMITE ORÇAMENTÁRIO (Lei nº 10.407)	LIMITE FINANCEIRO (Decreto nº 4.120/02) (1)		
174.948.173,00	145.359.362,00	137.539.659,00	95%

2º AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – ANP**O CONTINGENCIAMENTO, NA ANP****Orçamento da ANP após Decreto nº 4.591/03 (*)**

	DOTAÇÃO AUTORIZADA (Lei nº 10.640/03) (R\$ 1,00)	LIMITE DE EMPENHO (Decreto nº 4.591/03) (R\$ 1,00)	REDUÇÃO (R\$ 1,00)	LIMITAÇÃO (%)
Abastecimento de Petróleo e Derivados	338.845.526	113.044.721	225.800.805	66,64 %
Proteção dos Interesses dos Consumidores	52.278.364	42.130.429	10.147.935	19,41 %
Apoio Administrativo	61.463.507	49.532.612	11.930.895	19,41 %
Valorização do Servidor Público	8.385.250	8385.250	0	0,00 %
Total	460.972.647	213.093.012	247.879.635	53,77 %

(*) – LOA 2003 Exceto Despesas com Pessoal e Reserva de Contingência

3º AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL

	DOTAÇÃO AUTORIZADA (Lei nº 10.640/03) (R\$ milhões)	LIMITE DE EMPENHO (Decreto nº 4.591/03) (R\$ milhões)	REDUÇÃO (R\$ milhões)
Atividades	255,0	191,0	64,0
Projetos	35,0	27,0	8,0
Total	290,0	218,0	72,0

4º AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

PROGRAMAÇÕES	VALOR
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.213.200
DOAÇÕES	5.068.790
ATIVIDADES	107.043.799
PROJETOS	73.624.392
TOTAL GERAL	198.950.181

PROGRAMAÇÕES	LEI	CONTINGENCIADO	DISPONÍVEL
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.213.200	0	13.213.200
DOAÇÕES	5.068.790		5.068.790
ATIVIDADES	107.043.799	39.429.083	67.614.716
PROJETOS	73.624.392	71.979.638	1.644.754
TOTAL GERAL	198.950.181	111.408.721	87.541.460

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – V. Exª será atendido, na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o aumento da expectativa de vida da nossa população é evidente. De acordo com a ONU, o Brasil ocupa a centésima oitava posição no **ranking** dos 187 países para os quais foi estimada a expectativa de vida da população para o período 2000-2005.

Hoje, um cidadão vive no Brasil, em média, 72 anos, se do sexo feminino, e 65 anos, se do sexo masculino. Há vinte anos, enquanto a esperança de vida ao nascer das mulheres era de 66 anos, a dos homens era de 59,6 anos. Apesar dos ganhos recentes, sem dúvida, há ainda uma longa trajetória para os cidadãos brasileiros alcançarem patamares como o do Japão, que ocupa o primeiro lugar, com 81,5 anos, e da França, com 79 anos.

Embora estejamos longe de um modelo justo de sociedade, alguns fatores estão contribuindo para isso: desenvolvimento tecnológico e científico; esgotamento sanitário, ainda que apenas 52% da população disponha desse serviço; melhores condições de trabalho, mesmo que haja grande quantidade de tra-

balhadores sem carteira assinada; mais moradia, em que pese um déficit habitacional no País da ordem de 6,6 milhões de moradias.

O aumento da expectativa de vida do cidadão que vive em nosso País pegou a sociedade despreparada para se relacionar com uma população de cerca de 14 milhões de pessoas mais idosas. O resultado, Senador Romero Jucá, desse despreparo vem sendo estampado quase que diariamente nos meios de comunicação, com a crescente violência a que vêm sendo submetidos os nossos idosos.

Estatísticas das entidades que atendem pessoas da terceira idade indicam que, no ano passado, pelo menos 15 mil – repito, 15 mil! – brasileiros e brasileiras com mais de 60 anos foram vítimas de espancamentos, torturas, abusos sexuais, sendo, Sr. Presidente, em muitos casos, induzidos ao suicídio. Nos hospitais públicos, 32% dos idosos atendidos foram vítimas de alguma agressão, praticada, em 90% dos casos, dentro de casa pelos próprios parentes.

Nada mais significativo para dar mais visibilidade à situação do idoso do que a novela **Mulheres Apaixonadas**. Os personagens, interpretados pelos atores Carmem Silva e Oswaldo Louzada, acabam, sem dúvida, retratando, por meio da ficção, os maus-tratos sofridos pelos mais idosos. O casal, Sr^{as} e Srs. Senadores, se tornou um símbolo e um meio de identificação para as pessoas mais humildes da população. Isso nos enche de esperança e de responsabilidade de trabalharmos para levar adiante a luta em favor de um tratamento mais digno para os que têm a melhor idade no nosso País.

O Brasil é um país onde a marginalização dos idosos tem raízes antigas. No mercado de trabalho, a experiência é obrigada a ceder espaço à agilidade. Pessoas que passaram anos e anos adquirindo conhecimento são prematuramente excluídas, não encontram apoio no Estado e, muitas vezes, passam a depender da própria família.

Segundo o IBGE, entre 1991 e 2000, o contingente de pessoas com 60 anos ou mais subiu de 10,7 milhões para 14,5 milhões, um aumento de 35% em uma década apenas. Nos próximos vinte anos – ainda de acordo com o IBGE –, os idosos brasileiros poderão ultrapassar os 30 milhões de pessoas, o que deverá representar quase 13% da população do nosso País. O quadro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é similar para toda a América Latina. Hoje, aproximadamente, 41 milhões de pessoas têm mais de 60 anos no continente. Elas serão 98 milhões em 2025 e 184 milhões em 2050.

É incrível, Sr. Presidente, que, no nosso País, um cidadão em torno de 45 a 50 anos de idade já seja discriminado no mercado de trabalho, porque, infelizmente, grande parte dos empregadores despreza sua experiência e escolhe alguém mais jovem, com mais força física.

Na medida em que cresce o número de idosos, também se multiplicam os problemas que os atingem no seu cotidiano. Entre eles, Sr. Presidente, certos tipos de moléstia, gastos excessivos com remédios e tratamento médico, rendimento minguado ou inexistente, abandono material e emocional. Tudo isso configura flagrante desrespeito ao direito à vida do idoso, em afronta indefensável à nossa Constituição. A situação revela-se ainda mais grave porque os idosos desconhecem muitos dos seus direitos, que se encontram dispersos em diversas leis.

Atento a essa realidade, o Senado Federal decidiu colaborar e quer pôr em prática os princípios do art. 230 da Constituição Federal, que descreve o dever da família, da sociedade e do Estado no sentido de amparar os idosos, assegurando, sem dúvida, sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Essa iniciativa a que me refiro é o Estatuto do Idoso, cuja proposta, de autoria do Senador Sérgio Cabral Filho, brilhante Senador, membro da nossa Bancada do PMDB, já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e tramita nesta Casa do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo Estatuto, entre outras coisas, as pessoas maiores de 65 anos poderão ter prioridade na formulação de políticas públicas, no recebimento de proteção do Estado e nos serviços públicos, como saúde. Entre os dispositivos do projeto, estão a garantia de gratuidade no transporte público, em casas de cultura e museus públicos, além do desconto de 50% em ingressos para a primeira sessão de filmes e em uma sessão semanal de teatro.

Apóio iniciativas como a criação de fóruns permanentes para discussão da questão do idoso, por meio da criação de conselhos federal, estaduais e municipais, e a atribuição de responsabilidade ao Ministério Público de fiscalizar entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso.

A melhor idade merece ser equiparada à infância e à adolescência, que têm o seu próprio estatuto, pois sem dúvida tem a mesma prioridade.

É por isso que, com satisfação, venho ao plenário do Senado Federal manifestar meu apoio ao projeto e registrar a minha alegria pelo fato de a CNBB ter

lançado a Campanha da Fraternidade deste ano com o tema "Fraternidade e Pessoas Idosas".

A Constituição Federal e o Tratado dos Direitos Humanos da ONU asseguram a liberdade, o respeito e a dignidade à pessoa humana. A obrigação de alimentar o idoso deve ser solidária, um dever de todos. Devemos procurar inserir os idosos no mercado de trabalho, tendo em vista suas condições físicas, intelectuais e psíquicas, pois eles podem e devem contribuir com a sua experiência para o crescimento socioeconômico do País.

Eu mesmo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando Ministro da Justiça, depois de equiparar os salários da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal, diante da óbvia limitação dos concursos, de contratação, resolvi chamar os policiais rodoviários federais que estavam aposentados. Eles seriam reinseridos no mercado de trabalho, dariam enorme contribuição porque, além de boas condições físicas, têm valiosa experiência. Sem dúvida, seria uma medida muito boa para o Ministério, para a Polícia Rodoviária Federal e para o próprio País.

O acesso à cultura, ao esporte e ao lazer também está entre os direitos dessa importante fase das nossas vidas. Estão também assegurados no Estatuto do Idoso políticas de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde do idoso.

É importante que o Senado Federal possa ajudar a mobilizar o País nessa questão, que é muito mais do que urgente.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Concedo aparte ao nobre Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Renan Calheiros, gostaria de me congratular com V. Ex^a pelo assunto que traz à Casa, o Estatuto do Idoso. Considero que foi um grande avanço. Já havia o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, na verdade, sabemos que a nossa sociedade termina tratando melhor a criança e o adolescente do que o idoso. A criança sempre é mais bonita, mais alegre, então, acaba recebendo um tratamento melhor da sociedade. E, por isso mesmo, foi necessário que se criasse um estatuto para o idoso, com justa razão. E foi criado em ótima hora, quando a população brasileira está envelhecendo. Antigamente o percentual de pessoas idosas era pequeno. Atualmente a população de idosos cresce bastante, na medida em que aumentam os índices de sobrevivência dos homens e das mulheres. Já estamos próximos até dos países do Primeiro Mundo.

Assim, com esse Estatuto, poderemos cuidar melhor dessa população. Congratulo-me com V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Tenho certeza de que o Senado adotará outras iniciativas no sentido de que os idosos brasileiros possam ser melhor protegidos. Parabéns!

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e o incorporo, com muita satisfação, ao meu discurso.

V. Ex^a tem absoluta razão. É fundamental essa mobilização, essa demonstração cabal de vontade política que o Senado evidencia para que, num curtíssimo espaço de tempo, possamos ter esse Estatuto do Idoso aprovado.

A Sr^a Iris de Araújo (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a está usando a palavra para uma comunicação inadiável, e, portanto, não caberiam apartes. Mas, tendo em vista a importância do tema, estamos abrindo um precedente, possibilitando, assim, o aparte do Senador José Jorge e também da Senadora Iris de Araújo.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Ouço V. Ex^a, com muita satisfação, Senadora Iris de Araújo.

A Sr^a Iris de Araújo (PMDB – GO) – Senador Renan Calheiros, fico muito feliz por esse precedente ter sido aberto, porque, durante seu pronunciamento, eu estava inquieta para apartear-lo. Cheguei a consultar a Assessoria, que me disse que não cabia aparte. Aberto o precedente, gostaria de congratular-me com V. Ex^a e dizer que, nos idos de 1983 e 1984, eu já tinha uma preocupação muito grande com esse segmento da população e, em Goiás, realizamos um trabalho muito importante. Estabeleci como bandeira pessoal essa preocupação com os idosos. Hoje, realmente, vivemos um momento em que toda a sociedade está envolvida. Como V. Ex^a bem lembrou, até uma novela trouxe o assunto à baila, o que foi muito importante uma vez que mobilizou toda a sociedade. Tive oportunidade de sentir isso com a presença do casal de atores Carmen Silva e Oswaldo Louzada à Comissão do Senado a meu convite. Além de toda essa preocupação que V. Ex^a demonstra em seu discurso e de tudo que sabemos, existe um quadro social crescente no Brasil e que talvez algumas pessoas ainda não tenham se apercebido. Antigamente nos deparávamos e nos incomodávamos com a presença de crianças nos sinais pedindo esmola ou vendendo balinhas. Hoje, a situação é ainda mais deprimente, pois vemos pessoas idosas que, sem condições de trabalho, de moradia,

de acolhimento, estão aparecendo cada vez mais nos sinaleiros das grandes cidades. Por tudo isso é oportuno o Estatuto do Idoso, que certamente será aprovado e dará as condições necessárias às pessoas idosas, por meio da lei. E é preciso estarmos atentos para que não vire letra morta, que seja realmente posto em prática. Assim estaremos prevenindo um quadro social que se pode transformar num quadro extremamente caótico. Cumprimento V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço sensibilizado a V. Ex^a pelo aparte. V. Ex^a tem tido, neste Senado Federal, uma destacada atuação. Ontem, na reunião da Bancada, tivemos a oportunidade de falar um pouco sobre isso. Sua atuação é competente, visível e marcada pela opção política por assuntos importantíssimos como este. Parabenizo-a ainda pela idéia brilhante de trazer a esta Casa os atores Carmem Silva e Oswaldo Louzada, o que proporcionou uma integração verdadeira e prática do Senado Federal com a sociedade e com os órgãos de comunicação. É importante essa interação e, com ela, o País vai ganhar, e ganhar muito.

Muito obrigado, Senadora Iris de Araújo. Muito obrigado, Senador José Jorge. Muito obrigado, Presidente Romero Jucá e Senador Luiz Otávio. Creio que esta é uma obrigação de todos nós: fazer com que a mobilização e a participação do Senado insubstituível possa, definitivamente, ao lado dos órgãos de comunicação, chamar a atenção do País para este tema, que é urgentíssimo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 239, DE 2003 – COMPLEMENTAR**

Regulamenta o art. 192 da Constituição Federal, ao dispor sobre a política de aplicação dos recursos financeiros nos Programas de Caráter Regional a cargo da União, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Programas de Caráter Regional a cargo da União, compatibilizados com a Lei do Plano

Plurianual, terão como objetivo precípuo o desenvolvimento equilibrado das regiões brasileiras.

Parágrafo único Para os fins desta lei Complementar, considera-se:

I – Programa de Caráter Regional: conjunto de ações coordenadas pelo Governo Federal que resultem em bens e serviços necessários à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade de determinada região.

II – Região: espaço geográfico, econômico, político e social, delimitado pelo planejamento, sobre o qual a atuação dos instrumentos de governo tende a efetivamente solucionar um problema identificado ou a atender determinada demanda social.

Art. 2º Os recursos da União destinados aos programas referidos no artigo anterior serão depositados em instituições financeiras federais regionais.

Parágrafo único Na ausência de instituição financeira federal regional, os recursos serão depositados no Banco do Brasil.

Art. 3º Os Programas de Caráter Regional serão identificados em lei, para cada exercício financeiro.

Parágrafo único A identificação do Programa de Caráter Regional será efetuada principalmente quanto:

- I – à região a ser atendida;
- II – aos objetivos;
- III – às dotações orçamentárias;
- IV – às metas físicas e financeiras.

Art. 4º A alocação e aplicação dos recursos da União em Programas de Caráter Regional deverá priorizar áreas com menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

§ 1º O Poder Executivo aferirá e divulgará o IDH de cada região, que será ponderado, dentre outras variáveis, pelos níveis de renda, educação e longevidade de sua população.

Art. 5º Os Programas de Caráter Regional, na sua formulação e execução, observarão a necessidade de políticas específicas de geração de emprego e renda, por meio do estímulo aos micros e pequenos empreendimentos, bem como apoiarão as ações de segurança alimentar.

§ 1º As políticas de geração de emprego e renda contemplarão obrigatoriamente as regiões sob risco social.

§ 2º Para efeito desta Lei Complementar, considera-se como região sob risco social o espaço definido pelo planejamento e caracterizado pela incidência de fenômenos tais como a criminalidade, violência, prostituição e trabalho infantil.

§ 3º O Poder Executivo, decorridos 90 dias da publicação desta Lei Complementar, divulgará e atualizará a relação das áreas a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 6º Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, ao final de cada exercício financeiro, relatório contendo análises e informações sobre a aplicação dos recursos em Programas de Caráter Regional.

Parágrafo único A Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo da manifestação das demais Comissões das Casas do Congresso Nacional, emitirá parecer acerca do relatório, especialmente no tocante ao atendimento do previsto nos arts. 4º e 5º desta Lei Complementar.

Art. 7º As instituições financeiras federais, em parceria com outras instituições públicas ou privadas, apoiarão a elaboração de projetos regionais condizentes com os objetivos desta lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O planejamento regional dos gastos públicos do Brasil é umas das questões que merecem atenção por parte do Congresso Nacional, tendo em vista que:

- Cabe especialmente ao Parlamento dispor sobre planos regionais, conforme art. 48, IV da Carta Política de 1988;
- A redução das desigualdades regionais é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, nos moldes do art. 3º, III, da Constituição Federal;

Assim, afigura-se necessária a definição de regras que possam orientar a elaboração de programas do Governo Federal voltados para as regiões e a aplicação de seus recursos, tendo em vista a redução das desigualdades antes mencionada.

Um dos complicadores para a efetividade de políticas regionais de desenvolvimento refere-se ao próprio conceito de região. Uma região, sob a ótica político-administrativa do IBGE, é formada por várias outras sub-regiões cujas características econômicas e sociais são completamente distintas. Veja-se, por exemplo, o caso das regiões do semi-árido nordestino e do Vale do São Francisco. Apesar de estarem ambas na chamada Região Nordeste, refletem quadros bastante diferentes. Outros exemplos podem ser facilmente citados no restante do País. Vê-se, portanto,

que as desigualdades ocorrem entre as regiões político-administrativas e mesmo no seu interior.

Logo, um programa qualquer (por exemplo: geração de emprego e renda) carece, se quisermos uma alocação racional de recursos da União, de um detalhamento que permita avaliar seus impactos nas chamadas sub-regiões. Certamente, há áreas cuja demanda por recursos será bem maior que outras, em função da diversidade socioeconômica a ser verificada.

Diante disso, este Projeto flexibiliza e amplia a noção de região, fugindo da noção tradicional, colocando-a agora como uma área abstrata, ou seja, como um espaço definido pelo planejamento para a solução de determinado problema. Essa amplitude conceitual permite uma flexibilidade na elaboração dos programas, ao tem o que assegura um maior foco na execução.

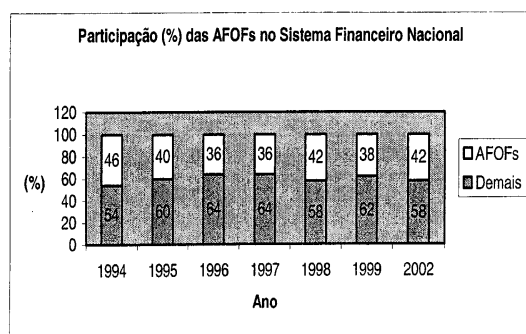
Chamamos a atenção ainda para a orientação das aplicações dos recursos nesses Programas. Conforme previsto na proposta, o norte será o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma medida criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e bastante utilizada para comparar o nível de desenvolvimento entre países, calculado com base em três indicadores: educação (taxas de alfabetização e de matrícula escolar), renda (PIB **per capita**) e longevidade (esperança de vida ao nascer).

Evidentemente, o fato de balizar aplicações pelo IDH não significa que estejamos premiando o assistencialismo. Na verdade, não ocorre tal fato até porque o objetivo deste Projeto, conforme exprime o artigo 1º, é desenvolver regiões. Além disso, reconhecendo a dificuldade de algumas áreas para a elaboração de projetos, estamos prevendo o apoio das instituições financeiras federais, em parceria com outros organismos públicos e privados, à formulação desses projetos.

Consoante o Projeto, priorizamos o apoio aos pequenos negócios e à segurança alimentar (programas como o Fome Zero). Com isso, espera-se que sejam efetivamente amparados os micro e pequenos empreendimentos, cujo público sofre algumas restrições quanto ao acesso ao crédito financeiro. Ademais, a proposição contribui para a implementação dos programas de combate à fome, de maneira a engajar os bancos regionais federais de forma mais explícita.

A orientação quanto às aplicações dos recursos federais pelas agências financeiras de fomento é relevante diante dos números significativos envolvidos. A representação gráfica abaixo demonstra que os ati-

vos totais dessas instituições oficiais de crédito alcançaram percentuais sempre superiores a 35% do total do sistema financeiro nacional, tendo chegado a 42% em 2002. Estamos nos referindo, portanto, a valores em torno de R\$490 bilhões em 2002.



Fonte: Nota Técnica da Consultoria de Orçamentos do Senado Federal (NT 48/2003)

Caso tomemos apenas o BNDES, Banco do Nordeste e BASA, e teríamos ativos totais da ordem de R\$166,4 bilhões, em 2002.

Em termos de distribuição regional, trazemos a seguir um quadro demonstrativo dos valores aplicados pelas agências financeiras de fomento:

Aplicações Consolidadas das Agências de Fomento								
Distribuição por Região								
R\$ mil								
Região	2000		2001		2002		2003	
	Realizado	%	Realizado	%	Exec.Provável	%	Estimativa	%
Centro-Oeste	14.913.074	11,8	18.615.082	10,9	20.183.239	9,9	22.212.300	9,8
Norte	6.090.591	4,8	7.575.956	4,4	8.677.338	4,2	10.288.345	4,6
Nordeste	22.338.008	17,7	27.132.690	15,9	29.494.979	14,4	34.418.393	15,2
Sudeste	55.494.022	43,8	80.990.717	47,3	104.535.510	51	112.512.141	49,9
Sul	27.704.040	21,9	36.805.313	21,5	42.002.686	20,5	46.259.140	20,5
Total	126.479.734	100	171.119.758	100	204.893.743	100	225.690.320	100
Fonte: Informações Complementares – Projeto de Lei Orçamentária para 2003								

Fonte: Informações Complementares - Projeto de Lei Orçamentária para 2003

Do exame dos números acima, logo se vê acabam por receber menor parcela das aplicações.

Inegável, pois, que a inclusão do IDH na elaboração e aplicativo dos recursos da União em programas regionais, por meio das instituições financeiras federais, dará um "tempero" social aos critérios usualmente adotados pelos Bancos que, por vezes, acabam não alocando capitais para áreas mais pobres.

Cabe-nos asseverar que não há qualquer interferência quanto à lucratividade das instituições financeiras públicas regionais que, como sabemos, devido à sua configuração societária (sociedades de economia mista), também mantêm compromissos de rentabilidade junto a acionistas privados. Na presente pre-

posta, contemplamos os recursos da União e não os recursos próprios dos agentes financeiros.

Por fim, cabe esclarecer que o tema integra as regulamentações previstas pelo artigo 192 da Constituição Federal de 1988. Considerando-se, portanto, que se trata de legislação complementar, dirigida aos aspectos gerais e uniformizadores da matéria, abre-se com, este Projeto, campo fértil para o disciplinamento mais específico do desenvolvimento regional.

Na crença que estaremos colaborando com a política de aplicação regional dos recursos e trazendo para o debate questões importantes sobre a própria atividade planejadora do Estado, rogamos pela aprovação deste alvitre legislativo.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2003. – Senador **Renan Calheiros**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48.* Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pe-

las duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º Caberá a uma comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58.

§ 2º As emendas serão apresentadas na comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;
- c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e o Distrito Federal; ou

III – sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões; ou
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

§ 7º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (*) **Redação dada ao artigo pela Emenda Constitucional nº 40, de 29-5-03:**

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Luiz Otávio, por vinte minutos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, por meio da mídia nacional e, em especial, do jornal **O Liberal**, do meu querido Pará, lemos uma manchete das mais importantes para o País: “A Argentina teme invasão de produtos brasileiros”.

É engraçado, Sr. Presidente, porque no momento em que se discute a ampliação do Mercosul, que se discute a entrada ou não do Brasil na Alca – Área de Livre Comércio das Américas, da qual já fazem parte os Estados Unidos, o Canadá, o México e que, com certeza, só se consolidará com a participação do Brasil, pela sua dimensão, pela sua população e, na verdade, pelo seu grande mercado consumidor –, o Ministro da Economia da Argentina, Roberto Lavagna, por intermédio do jornal argentino **El Clarín**, fez um comentário infeliz em relação ao Brasil. Como se fôssemos hunos, tomando e saqueando Roma, ou tropas aliadas, desembarcando na Normandia – mais uma vez, como ocorreu nos últimos quatro anos –, disse S. Ex^a que surgiram temores na Argentina de que o país pudesse sofrer uma invasão, e os invasores seriam os produtos **made in Brazil**, isto é, os fabricados no Brasil.

O Ministro Roberto Lavagna, com certeza, ouviu apenas a União Industrial Argentina; ao criar salvaguardas dentro do Mercosul para proteger o seu país. S. Ex^a se esqueceu ou, por qualquer motivo, não desejou lembrar-se que já ocorreu o contrário: o Brasil, há alguns anos, há pelo menos uma década, foi invadido pelos argentinos. Em todos os lugares, nas praias, no comércio, nas indústrias brasileiras, o capital argentino invadiu o Brasil, mas nem por isso, algum economista, o Ministro da área econômica ou o Presidente da República, à época, manifestaram-se contrariamente a essa participação, principalmente por se tratar de um país importante da América Latina, como a Argentina.

Sr. Presidente, faço aqui este registro. Sinceramente, condeno, da forma mais dura, a colocação do Ministro da Economia argentina, Roberto Lavagna.

Recentemente, o Presidente eleito, Néstor Kirchner, foi apoiado pelo Presidente brasileiro, que teve a coragem e o discernimento de apoiar um candidato em plena eleição. Não é justo que agora, depois de eleito, o Presidente argentino ou o seu Ministro da Economia parta para uma retaliação ao País amigo, aliado, que é o Brasil.

Tenho certeza de que o Ministério das Relações Exteriores, por intermédio do Embaixador Celso Amorim, e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, também se posicionarão contrariamente a essa manifestação infeliz do Presidente da Economia argentina.

Sr. Presidente, é importante dizer que, além dessas declarações do jornal **El Clarín**, o jornal espanhol **El País**, de Madri, publicou que o empresariado não desejava Kirchner na Presidência da Argentina. Na verdade, eles queriam apoiar Menem, e o Brasil, como eu disse há pouco, manifestou-se favoravelmente a Kirchner. Portanto, agora, o Presidente argentino tem que dar uma demonstração de aliança, de união, de parceria com o Brasil, para que, aí, sim, o Mercosul possa se tornar uma forma de enfrentamento do povo brasileiro, do Governo brasileiro com relação à ALCA.

Os Estados Unidos vêm tentando, vêm conversando, vêm se aproximando do Brasil há muito tempo. O Brasil vai ficar realmente numa condição cômoda de poder dizer: "Os produtos argentinos já fazem parte da nossa economia, é natural que os produtos brasileiros também façam parte da economia Argentina. Se não podem entrar na Argentina, não pode existir esse mercado; não podemos participar do Mercosul". Isso vai nos obrigar, com certeza, a participar da Área de Livre Comércio das Américas, e vamos tomar uma

decisão que vai criar mais obstáculos, mais problemas para a Argentina.

Em relação a essa maneira errada de se abordar assuntos internacionais, como o fez o Ministro Roberto Lavagna, quero dizer o seguinte: segundo os dados da Confederação Nacional de Transportes, 59% dos transportes brasileiros são realizados por meio do sistema rodoviário; 22%, por meio das nossas ferrovias; 15%, pelo sistema aquaviário e 4% apenas, pelo transporte aéreo. Isso é importante afirmar, porque vamos começar a comparar, também, com esses dados técnicos, os preços que são praticados. Por exemplo, em cada mil toneladas transportadas por quilômetro, US\$56 correspondem ao transporte rodoviário; US\$17 custa o transporte ferroviário, e apenas US\$9 custa o transporte aquaviário feito no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço este registro porque houve uma decisão importante, esta semana, tomada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Mato Grosso. O Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, convidou o Governador do Estado do Pará, Dr. Simão Jatene, a uma audiência, a quem acompanhei. O Presidente decidiu pavimentar a BR 163, que liga Santarém a Cuiabá.

Na verdade, essa rodovia é um sonho não da região amazônica, não do Pará, mas do Brasil, até porque é por lá que conseguiremos escoar a nossa produção e levar os grãos do Centro-Oeste e da produção agrícola de todo o Brasil, que, hoje, fica em Paranaguá e Santos, sem condições, sem agilidade e sem competitividade, até por esses dados que acabei de mostrar.

A nossa soja, produzida no Brasil, se for escoada e exportada, por intermédio dos portos do Norte, em especial pelo de Santarém, vai conseguir competir com o mercado americano, porque conseguiremos colocar lá soja mais barata do que a produzida nos Estados Unidos. São US\$50 de diferença por tonelada.

Essa pavimentação, na verdade, será uma obra que o Governo Federal e o Ministério dos Transportes irão delegar, por solicitação do Governador Simão Jatene, do Estado do Pará, e do Governador Blairo Maggi, do Estado de Mato Grosso, a um consórcio que está sendo criado entre os produtores e exportadores de soja, como é o caso de Mato Grosso. O Governador Blairo Maggi é o maior exportador de soja do Brasil, dono da exportadora Maggi. Como V. Ex^{as} devem lembrar, o Dr. Blairo Maggi, à época, era suplente do Senador Jonas Pinheiro. Logo que cheguei, o Senador Blairo Maggi fez um pronunciamento, eu o

acompanhei e debati com S. Ex^a o fato de Santarém ter o porto mais central no mundo, com uma capacidade de retroporto muito grande e com condição de ter energia elétrica e fibra ótica, ainda à época do Governador Almir Gabriel. A Cargill investiu R\$60 milhões na modernização do Porto de Santarém, transformando-o em porto graneleiro. Temos a condição máxima de viabilizar tudo isso.

Cumprimento o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela decisão de delegar a esse consórcio, o que já era trabalhado há muitos anos, a pavimentação dos 700 quilômetros que ligam Cuiabá ao Município de Itaituba, distante cerca de 235 quilômetros de Santarém. Aí o Ministro Anderson Adauto encontrou dificuldades – por isso a participação do Governador Simão Jatene, do meu querido Pará – para asfaltar a estrada toda até Santarém. Itaituba possui condições portuárias, é uma cidade em crescimento, desenvolvida e com um povo trabalhador, mas a ligação com os portos europeus e asiáticos será feita por Santarém, que tem capacidade inclusive de se interligar ao distrito industrial de Manaus. O Senador Gilberto Mestrinho, do Amazonas, tem conhecimento e experiência no assunto, porque foi Governador do Estado do Amazonas por três mandatos. Dessa forma, vai-se encurtar o caminho e baratear o custo das mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, que adquire seus componentes eletrônicos em São Paulo. Esses produtos poderão ser exportados pelo porto de Santarém, com capacidade de maior movimento e calado dos melhores do Brasil e do mundo. Só para se ter uma idéia, o caminho será encurtado em 3 mil milhas. Hoje, o que é produzido no Centro-Oeste e no Norte é transportado por Paranaguá e Santos, mas quando essa rodovia estiver pavimentada, a exportação poderá ser feita pelo norte, economizando-se as 3 mil milhas de distância até o sul do País. Os portos de Paranaguá e Santos serão destinados às exportações do Sudeste e do Sul, que poderão ser mais rentáveis. Da mesma forma, o nosso porto dará condições à região amazônica de aumentar a produção de grãos, gerando emprego e renda para os amazônidas.

O Pará, uma exceção à regra, participa com US\$2 bilhões positivos na balança comercial, todos os anos. Nos últimos dez anos, dos US\$24 bilhões superavitários da balança comercial brasileira, US\$17 bilhões vieram da condição que o Pará teve de exportar US\$2,5 bilhões e importar menos de US\$300 milhões por ano.

Também é muito importante para o Brasil a definição do Mercosul, mas o Pará e a Amazônia são a forma encontrada para viabilizar, cada vez mais, as exportações brasileiras, barateando o custo do transporte e tornando mais competitivo qualquer nível de exportação.

Concedo um aparte ao Senador Gilberto Mestrinho, do Amazonas, querido Estado vizinho ao meu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Se me permite, Senador Mestrinho, gostaria de dizer que V. Ex^a está cumprindo o novo acordo firmado, pedindo o aparte dentro do tempo do orador. Cumprimento-o pela iniciativa.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. Nobre Senador Luiz Otávio, V. Ex^a tem razão. No Amazonas, houve uma experiência que deu resultado extraordinário: a hidrovía do Madeira fez com que a soja do norte de Mato Grosso, exportada por Paranaguá, passasse a ser escoada pelo porto de Itacoatiara, o que, no ano passado, correspondeu a um milhão e meio de toneladas. Isso propiciou uma economia extraordinária ao exportador e um poder de concorrência muito grande no mercado internacional, com uma diferença de US\$35. A Cuiabá–Santarém não só vai trazer um desenvolvimento grande para a exportação, mas toda uma região do Brasil será integrada a esse projeto de desenvolvimento. Assim, a colocação de V. Ex^a tem razão de ser e nós todos apoiamos a rodovia.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Também foi decidida, nesta semana, a conclusão das eclusas de Tucuruí, em um contexto nacional e internacional do que é melhor para o Brasil na viabilização das nossas exportações.

Todos sabem que somos o maior Estado exportador de energia elétrica por causa de Tucuruí e, futuramente, Belo Monte, que vai dobrar a capacidade energética do Estado. O Pará tem condições de produzir quase que a mesma quantidade de energia gerada no Brasil todo, uma capacidade instalada em torno de 50 mil megawatts.

Na reforma tributária que discutiremos no Senado Federal, deveremos ter oportunidade de constitucionalizar o fundo de compensação para os Estados exportadores, pois como poderemos incentivar a exportação, da forma como inicialmente se discutia, se permanecer a situação atual de punição dos Estados

que exportam mais? Com certeza, esse é um outro tema que voltarei a discutir no Senado Federal.

Ao longo dos últimos anos, o então Presidente Fernando Henrique deu um grande avanço na construção das eclusas de Tucuruí. Deveria tê-las concluído, porque, quando a Eletronorte colocou uma rolha no rio, em Tocantins, ela deveria, até por uma questão legal e formal, ter criado a alternativa de transpor o rio por meio das eclusas. No entanto, ainda faltam R\$360 milhões para a conclusão da obra. A Bancada Federal do Pará, todos os anos, inclui no Orçamento da União recursos para isso. Mas nós encontramos uma engenharia financeira para concluir essa obra. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por intermédio do Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, disponibilizou R\$180 milhões para as eclusas, fazendo um desafio ao empresariado e à classe política para que conseguissem uma linha de crédito, financiamento, os recursos restantes. Só assim teremos oportunidade de concluir a hidrovía Araguaia/Tocantins. Sem as eclusas, não teremos condições de concluir a hidrovía. Os comboios, transportando as mercadorias, ao invés de utilizarem o sistema rodoviário, chegarão, próximo a Brasília, por intermédio da hidrovía. E o custo rodoviário, como disse há pouco – algo totalmente absurdo –, chega a US\$56 a tonelada por mil quilômetros rodados, contra US\$9 a tonelada no sistema aquaviário.

Essa fórmula, essa engenharia financeira foi encontrada. O Governador do Pará aceitou o desafio e a parceria e, inclusive, vai disponibilizar os R\$180 milhões por meio dos **royalties** que recebemos oriundos da energia gerada por Tucuruí ao longo de seis anos. Como a obra, para ser concluída, precisa de três anos de prazo, na verdade, apenas efetuaremos uma operação financeira. Aliás, hoje, nos jornais, está publicado que vários Estados estão se utilizando dessa antecipação do **royalty**, inclusive o Estado do Rio de Janeiro, Estado que, até hoje, permanece com a séria questão de segurança pública – eu diria até nacional. Mas essa discussão, agora, não vem ao caso.

Repito, Sr. Presidente: encontramos essa solução, inclusive tendo o Governador se proposto a destinar R\$180 milhões dos **royalties** oriundos das eclusas de Tucuruí. Portanto, basta que façamos essa operação financeira, antecipando cerca de R\$30 milhões anuais nos próximos seis anos. Abatendo três

anos de obra, na verdade, só estaremos antecipando três anos de **royalties**.

Sr. Presidente, percebo que V. Ex^a já me olha com um ar mais duro, mais forte. Entendo a posição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Ex^a, por muitas vezes, na Presidência da Casa, foi tolerante, inclusive comigo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – É verdade.

Sr. Presidente, por estar vencendo o meu tempo, agradeço a oportunidade a V. Ex^a. Voltarei à tribuna, trazendo outros assuntos igualmente importantes para o Brasil, para a região amazônica e, em especial, para o meu Estado, o Pará.

Sr. Presidente, antes de encerrar, deixo aqui o meu registro de repúdio ao Ministro da Economia da Argentina, que afirmou que estamos invadindo a Argentina com os produtos **made in** Brasil. Ele tem é que criar vergonha e saber reconhecer um País como o Brasil, constituído de homens sérios, trabalhadores. Na verdade, serão os brasileiros que darão condições para que a Argentina saia da crise.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Luiz Otávio, o Sr. Romero Jucá, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Eurípedes Camargo e Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência cumprimenta o Senador Luiz Otávio, que foi preciso no cumprimento do tempo e que, por inúmeras vezes, presidindo a Casa, foi tolerante, inclusive para comigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem o registro taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os resultados fiscais do Governo devem ser amplamente divulgados, de modo a garantir ao público o conhecimento da evolução das receitas e despesas públicas.

Desnecessário enfatizar a importância dessas informações, para que o próprio Governo possa avali-

ar a correção dos rumos que estão sendo tomados pela Administração Pública, particularmente no que diz respeito ao equilíbrio fiscal.

Ademais, os parlamentares, economistas, investidores e todo o conjunto da população têm o direito de acompanhar a evolução das contas públicas, aferindo o desempenho governamental.

Recebi a publicação do Ministério da Fazenda intitulada **Resultado do Tesouro Nacional**, que enfoca o período compreendido entre os meses de janeiro a março de 2003.

Talvez haja os que ainda desconhecem que o Governo Central registrou um expressivo superávit primário no primeiro trimestre deste ano, de R\$ 15,2 bilhões, superior em R\$ 4,6 bilhões ao resultado obtido em igual período de 2002. Em termos de proporção do Produto Interno Bruto dos respectivos períodos, o superávit passou de 4,7% para 5,3% do PIB, uma variação de 0,6 ponto percentual.

Esse resultado fiscal do Governo Central abrange os resultados do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central. Se procedermos à sua decomposição, verificamos que houve um superávit do Tesouro Nacional de R\$ 5,7 bilhões, um déficit de R\$ 1,5 bilhão no Regime Geral da Previdência Social e um déficit de R\$ 13,6 milhões no Banco Central.

A publicação detalha, em suas 15 páginas do texto central e em seus vários anexos, a composição das receitas e despesas que acarretaram os referidos resultados, fazendo a comparação com os mesmos itens do ano anterior e explicando as variações mais expressivas.

Deve-se ressaltar que o resultado positivo se deveu, em grande parte, a uma diminuição das despesas do Tesouro Nacional, que apresentaram queda de 2 pontos percentuais do PIB face ao primeiro trimestre do ano anterior, situando-se agora em 9% do PIB.

Essa variação foi suficiente para cobrir um decréscimo das receitas do Tesouro Nacional, líquidas de restituições e incentivos, de 1,8% do PIB, em comparação com o mesmo período de 2002. A diminuição explica-se pela ocorrência de receitas atípicas nestes três primeiros meses do ano passado, como as receitas de concessão das bandas D e E de telefonia, a tributação de lucro excepcional das empresas estatais

e o recolhimento de débitos tributários pelos fundos de pensão.

A redução das despesas do Tesouro também cobriu o déficit relativamente pequeno do Banco Central e o déficit mais significativo da Previdência (Regime Geral), que aumentou em R\$ 1,1 bilhão em relação a igual período de 2002, passando de 1,09 para 1,17% do PIB.

Não é este o momento, Sr. Presidente, para decompor ou explicar, em maior detalhamento, o conjunto de receitas e gastos do Tesouro Nacional.

Importante é enfatizar que as determinações do Governo Federal de cortar despesas vêm sendo cumpridas rigorosa e eficazmente, de modo a superar as expectativas mais otimistas. O superávit primário do Tesouro Nacional, de R\$ 19,5 bilhões, foi superior ao determinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para todo o primeiro *quadrimestre* do corrente ano, de R\$ 18,8 bilhões.

Os resultados favoráveis do primeiro trimestre foram confirmados e ampliados com o superávit primário do mês de abril, já disponível, que se situou em R\$ 9,8 bilhões, totalizando no ano um superávit acumulado de R\$ 24,9 bilhões, ou 4,97% do PIB.

A obtenção de tais resultados positivos, acima das previsões governamentais e das metas acertadas junto ao Fundo Monetário Internacional, permite um aumento de gastos no restante do ano, particularmente no segundo semestre, de modo que os recursos sejam direcionados com segurança para os gastos sociais e de infra-estrutura prioritários.

O Governo Lula deve ser parabenizado por seu desempenho para garantir um expressivo superávit fiscal, mostrando a consistência e a coerência necessárias para construir um crescimento econômico sustentável, no mais breve espaço de tempo.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Mesa informa às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que desejarem se inscrever para a próxima semana que o façam a partir deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 42 minutos.)

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL


Nº 4003 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

exonerar **Antonio Flávio Santos Duarte**, do cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 12 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

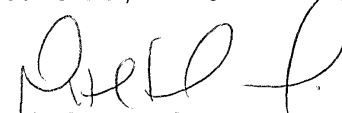
Nº 4004 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

exonerar **Ana Cláudia Moraes Milhomem Lot**, do cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 12 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4005 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

exonerar **Renato Lobão Ferreira**, do cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 12 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4006 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

exonerar **Verônica de Andrade Albuquerque Nascimento**, do cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 12 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

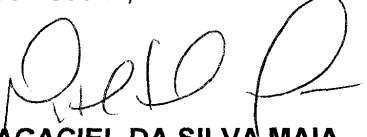
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4007 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

exonerar **Carla Santana de Oliveira Zoghbi**, do cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal e **nomeá-la** para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-2, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 12 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

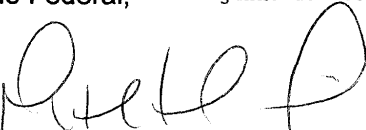
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4008 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **Marcos Vinicius Lobão Salim**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 12 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4009 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **Mauritônio Meira Menezes**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar _ AP-2, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 12 de junho de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 4010 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010780/03-3,

RESOLVE designar o servidor **GIOVANI PEREIRA DO AMARAL**, matrícula 5073, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Serviço de Transporte da Subsecretaria de Serviços Gerais, a partir de 21 de maio de 2003.

Senado Federal, 13 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 4011 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011350/03-2,

RESOLVE dispensar o servidor GERALDO MARTINS FERREIRA, matrícula 5256, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Almeida Lima, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador José Maranhão, a partir de 11 de junho de 2003.

Senado Federal, 13 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

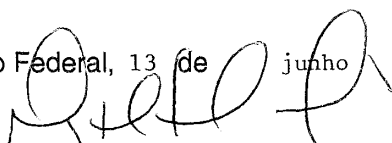
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 4012 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal n.º 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor **ARLINDO GOMES DE SOUZA**, matrícula 1578, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo FC-6, do Serviço de Acabamento, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **primeiro turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de **31 de maio de 2003**.

Senado Federal, 13 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

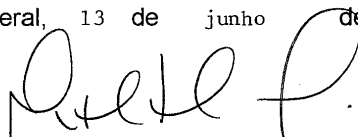
ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4013 , DE 2003**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE:

dispensar, a pedido, o servidor **NILTON MONDIM PINHEIRO MACHADO**, matrícula 1669, conforme entendimentos com o Diretor da área, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo/Odontologia, da Função Comissionada de Chefe de Serviço de Odontologia, Símbolo FC-7, da Secretaria de Assistência Médica e Social.

Senado Federal, 13 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

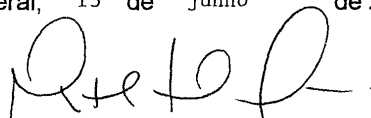
ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4014 , DE 2003**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE:

designar o servidor **KAIRALA JOSÉ KAIRALA FILHO**, matrícula 4218, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço de Odontologia, Símbolo FC-7, da Secretaria de Assistência Médica e Social.

Senado Federal, 13 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4015 , DE 2003**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, o servidor **JUAREZ ABDULMASSIH FILHO**, matrícula 3503, conforme entendimentos com o Diretor da área, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Assistência Médica e Social.

Senado Federal, 13 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4016 , DE 2003**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE:

designar o servidor **MAURÍCIO JOSÉ RIBEIRO**, matrícula 3513, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Assistência Médica e Social.

Senado Federal, 13 de junho de 2003.



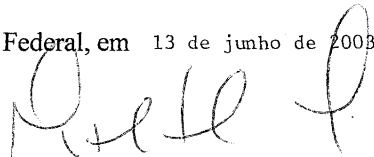
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4017, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011403/03-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CAROLINA MÁRCIA GOMES DE ASSIS NOGUEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jorge Bornhausen.

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4018, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011412/03-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS LAFAIETE ALBUQUERQUE SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.



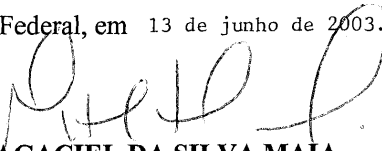
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4019 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011400/03-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAIRLENE CARLOS DE BRITO PERROTTI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leomar Quintanilha.

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.



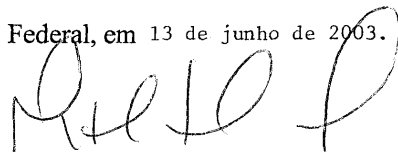
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4020 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011352/03-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CRISTINA MARIA MAUÉS DA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.



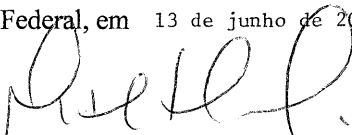
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4021 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011353/03-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA MARIA DE SOUZA PEREIRA DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.



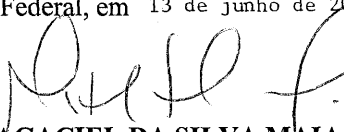
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4022 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011351/03-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO PINTO DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4023 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011377/03-8,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EUGÊNIO ALEXANDRE TOLLENDAL COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Duciomar Costa.

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4024 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011362/03-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAURO PEIXOTO CAMARGO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria .

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4025 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011358/03-3,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CACIANE REGINA DE CONTO VAZ DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria .

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4026 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011360/03-8,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DÉLIA TEREZINHA PAVAN JULIAN** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria .

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.



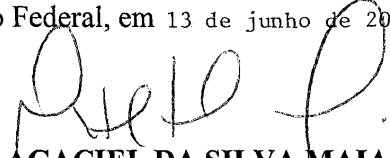
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4027 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011367/03-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DANÚBIO REBOUÇAS RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4028 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011361/03-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AQUILES PANTAZVPAULOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria .

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4029 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011359/03-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LARISSA GONÇALVES D'ÁVILA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria .

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4030 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos ns 011372/03-6 e 011376/03-1,

R E S O L V E exonerar **DORCELINA CORREA DE SOUSA**, matrícula n.º 34242, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Duciomar Costa e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hélio Costa.

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.



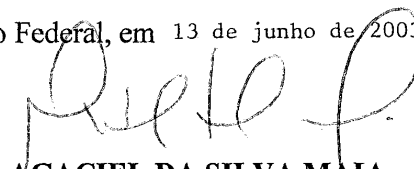
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4031, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011355/03-4,

R E S O L V E exonerar **LANA KELRY BORCÉM DA SILVA** do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Duciomar Costa e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

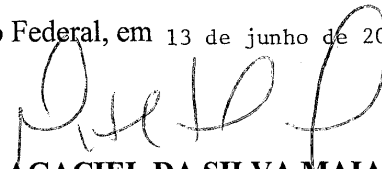
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4032, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010563/03-2,

R E S O L V E exonerar **ANELCI REIS**, matrícula n.º 32997, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5 do Gabinete da Liderança do PL e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Legislação Participativa.

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

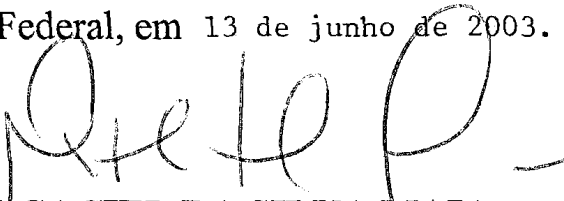
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4033 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010563/03-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO SOUZA NUNES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 13 de junho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
GOIÁS		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
PARAÍBA		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	RORAIMA	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Iris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário n.º 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Moraes
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) ¹
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. Leonel Pavan
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.
Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3114605 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br
Atualizado em 28/04/2003

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papeléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário n º 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: gildete@senado.gov.br
Atualizada em 13/05/2003

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	7. (vago)
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário n° 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

Atualizada em 10/04/2003

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvatti	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário n º 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113915 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.
Atualizada em 28/04/2003

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Lúcia Vânia
(vago) ¹	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3113915 Fax: 3111060
E – Mail: mariadul@senado.br .

Atualizada em 26/03/2003

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário n ° 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Shessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. (vago)
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br.

Atualizada em 14/05/2003

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA ²

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) ⁷			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo ¹	GO	3148
PFL ⁶		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT ⁵		
Senadora Serys Slhessarenko ¹	MT	2291
PSDB ⁶		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB ⁵		
Senador Papaléo Paes ¹⁻⁵	AP	3253
PSB ⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL ⁵		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 7.5.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
FEU ROSA (PSDB/ES)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS ⁽¹⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Nota:

⁽¹⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> <i>(aguardando definição)</i>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



EDIÇÃO DE HOJE: 360 PÁGINAS